



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Luciene Celina Cristina Mochi

**MATERNIDADES LÉSBICAS E EDUCAÇÃO: “RABISCAR” COMO PRODUÇÃO
DE SENTIDOS**

Juiz de Fora
2021

Luciene Celina Cristina Mochi

MATERNIDADES LÉSBICAS E EDUCAÇÃO: “RABISCAR” COMO PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de Concentração: Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas.

Orientadora: Profa. Dra. Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello
Coorientadora: Profa. Dra. Ana Rosa Costa Picanço Moreira

Juiz de Fora
2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mochi, Luciene Celina Cristina .

Maternidades lésbicas e educação : "rabiscar" como produção de sentidos / Luciene Celina Cristina Mochi. -- 2021.

273 p. : il.

Orientadora: Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello

Coorientadora: Ana Rosa Costa Picanço Moreira

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. Educação . 2. Maternidades Lésbicas e Bissexuais. 3. Feminismos. 4. Relações de Gênero. 5. Famílias Lesboparentais. I. Micarello, Hilda Aparecida Linhares da Silva , orient. II. Moreira, Ana Rosa Costa Picanço , coorient. III. Título.

Luciene Celina Cristina Mochi

Maternidades lésbicas e educação: "rabiscar" como produção de sentidos

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: "Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas".

Aprovada em 5 de abril de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Dra. Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



P/ Dra. Ana Rosa Costa Picanço Moreira – Coorientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



P/ Dr. Jader Janer Moreira Lopes
Universidade Federal de Juiz de Fora



P/ Dra. Sônia Maria Claretto
Universidade Federal de Juiz de Fora



P/ Dr. Márcio de Oliveira
Universidade Federal do Amazonas



P/ Dra. Anna Paula Uziel
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dedico esta pesquisa a minha mãe, Darci Mochi (*in memoriam*), que foi minha primeira professora e que me ensinou o ofício da docência.

AGRADECIMENTOS

Abraçar e agradecer
Chegar para agradecer e louvar.
Louvar o ventre que me gerou
O orixá que me tomou,
E a mão da doçura de Oxum que consagrou.
Louvar a água de minha terra
O chão que me sustenta, o palco, o massapê,
A beira do abismo,
O punhal do susto de cada dia.
Agradecer as nuvens que logo são chuva,
Sereniza os sentidos
E ensina a vida a reviver.
Agradecer os amigos que fiz
E que mantêm a coragem de gostar de mim,
apesar de mim...
Agradecer a cada folha, a toda raiz, as pedras
majestosas
a alegria das crianças,
As borboletas que brincam em meus quintais,
reais ou não.
E as pequeninas como eu, em Aruanda.
Agradecer o sol que raia o dia,
A lua que como o menino Deus espraia luz
E vira os meus sonhos de pernas pro ar.
Agradecer as marés altas
E também aquelas que levam para outros
costados todos os males.
Agradecer a tudo que canta no ar,
Dentro do mato sobre o mar,
As vozes que soam de cordas tênues e partem
cristais.
Agradecer os senhores que acolhem e
aplaudem esse milagre.
Agradecer,

Ter o que agradecer.

Louvar e abraçar!

Maria Bethânia (2015).

Não teria como iniciar os agradecimentos se não pela arte traduzida em palavras no poema de Maria Bethânia. Com licença poética, utilizarei alguns fragmentos para dar acabamento ao meu intento de reconhecimento dessa jornada compartilhada. Muitos deslocamentos foram necessários para que eu conseguisse chegar nessa etapa, que é sem dúvida, a mais importante da minha carreira como professora pesquisadora. Em um país em que as/os professoras/es da Educação Básica lutam incessantemente contra o desmantelamento das instituições públicas de ensino, somado às jornadas extenuantes de trabalho, concluir o doutoramento em uma Universidade Federal é motivo para **“agradecer e louvar”**.

Assim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram para minha trajetória. As/os amigas/os e familiares que estiveram comigo nas trincheiras. As/os que me ajudaram a ver as alegrias da Pós-Graduação (elas existem e não são poucas, acreditem) e também as/os que despertaram em mim a vontade de superar as dificuldades encontradas pelo caminho. Sou grata, especialmente, às amigas e amigos **“que fiz, e que mantêm a coragem de gostar de mim, apesar de mim”**.

Agradeço à orientadora, professora **Dra. Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello**, que caminhou comigo durante essa jornada. Ousou orientar-me com ternura, respeito e firmeza, me ensinando que um doutorado é muito mais do que uma tese. Costumo dizer que minha orientadora foi **“a mão que me trouxe”**. Com você aprendi que a pós-graduação não precisa ser um processo difícil, mas sim, **um tempo de dedicação e aprofundamento e de genuínas descobertas**. Obrigada pelas oportunidades que me proporcionou, pela confiança depositada no meu trabalho e por ajudar a me tornar a pesquisadora que sou hoje. E como nos ensina Bakhtin, os encontros também se manifestam pela responsividade e partindo do **Ato** responsivo, gostaria de renovar o convite para caminharmos juntas pela estrada do conhecimento, evocando outros sentidos em nossa jornada e na vida de outras pessoas. Obrigada, professora!

Agradeço à coorientadora, professora **Dra. Ana Rosa Costa Picanço Moreira**, pelo incentivo, estímulo e a fé no que há por vir. Obrigada pelo acolhimento e escuta sincera nos momentos em que vi **“os meus sonhos de pernas pro ar”**. Sou grata

pelo nosso encontro, pelos momentos que nos reunimos no **PPGE** para discutir sobre as impressões do campo e pela parceria nas publicações em Congressos. Obrigada por ser sempre gentil, acolhedora e humana!

Agradeço às professoras **Dra. Anna Paula Uziel** e **Dra. Sônia Maria Clareto** e aos professores **Dr. Márcio de Oliveira** e **Dr. Jader Janer Moreira Lopes**, banca examinadora que acompanha esse estudo desde o exame de qualificação. Cada uma e cada um de vocês, são referências inspiradoras. Obrigada não só por aceitarem o convite, mas principalmente pelas valiosas contribuições. Esta tese foi construída por várias mãos e vocês estão presentes nessa construção.

Meus agradecimentos ao **Grupo de Pesquisas em Linguagem, Infâncias e Educação** (LINFE/UFJF) do qual tenho a honra de fazer parte. Todas as terças-feiras, ou abrimos ou fechamos os encontros com uma obra literária, um poema ou uma canção. Obrigada por terem me acolhido, pelas trocas que foram fundamentais para desenvolvimento da minha pesquisa e por juntas/os nos aventurarmos pelas leituras, pela paixão despertada através da filosofia da linguagem que nos provocam sentidos e significados de afetos, aprendizagens e aprofundamento teórico.

Às minas de Minas: Maria Rita, amizade que levarei para a vida, que mesmo a distância geográfica não diminui nossa troca de afetos. Carla Romão, a carioca feminista que conheci em Minas Gerais e que me ensinou que os feminismos podem ser vividos para além da academia. Silvia, Airam, Elis (mãe do Gil e do Thomas), Laura Conceição, Cecília, Mariana, Tarcísio (também minhas minas de Minas), Cris, Sumaya, Dani Munk, Silvânia, Rosângela, Soraya, Luciane, Ana, Marco e Vânia. Obrigada pelos **bons** encontros realizados em Juiz de Fora/MG. Agradeço também, a todas e todos da minha turma de **Doutorado – 2017**, período que nos marcará pelos atravessamentos políticos e sanitários. Nossa turma enfrentou o Impeachment da Dilma, a destituição da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o brutal assassinato da Marielle Franco, o esfacelamento dos fomentos de pesquisa, uma copa do mundo que foi uma piada, a fatídica eleição de 2018, discussões sobre Terra plana (sic) e a pandemia mundial da covid-19. Enquanto o mundo desabava em nossas cabeças, nós tivemos que continuar a escrever, e a escrever, e a escrever.

À família e amigas/os: em primeiro lugar agradeço à minha mãe, Darci Mochi (*in memoriam*), professora e mãe dedicada que me ensinou o ofício de ser professora e de me comprometer com a educação pública. Cada cartaz, cada marcha na rua em defesa da educação eu dedico a você! Meu amor por você mãe, é infinito. Assim como

é infinita a saudade que eu tenho da sua voz, do seu cheirinho e do seu colo. Sei que um dia você sonhou em ter uma filha doutora. Que bom poder concretizar esse sonho. Comemoraremos juntas, eu e você, através do cordão (in)visível que nos conecta.

Agradeço à Ilza, minha companheira de todas as horas. Obrigada por me nutrir com muita água, amor e esperança durante as horas intermináveis de elaboração da tese. Sou grata por cada gesto de apoio, carinho e estímulo. Obrigada pela paciência com minha constante ausência nos finais de semana e por todas as vezes em que desejou uma viagem, um passeio e não pudemos realizar porque eu tinha que cumprir os prazos.

Agradeço às minhas tias Genny, Celina e Maria e meu amado e doce tio Saul, vocês fazem parte da minha história e me trazem as boas lembranças da infância.

Agradeço às minhas/meus amigas/os que, de uma forma ou de outra, compartilharam as dores e as delícias desse processo. Todas e todos vocês que tiveram que ouvir sobre meu tema de pesquisa incansavelmente. Agradeço também, todas as vezes que vocês tiveram a grande ideia de me perguntar: “**Lu, e a tese?**”. Até hoje não entendo como conseguiam combinar de fazer a mesma pergunta mesmo em tempos e espaços diferentes (risos). Obrigada pessoas queridas! Vocês fazem do meu mundo um lugar melhor: Meire, Fran, Aline, João, Vini, Fagner, Érick, Janaína, Márcio, Edyane, Mada, Luciana, Márcia, Olga, Ana Paula (my teacher) e todas/os aquelas/es que passaram pela minha trajetória e contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço à Carol, minha analista, pela seriedade com que você realiza seu trabalho e por me conduzir na viagem terapêutica dos enigmas da minha alma.

Agradeço à professora Dra. Cristina Cerezuela, pelo trabalho exemplar de correção desta tese e pela imersão ao texto e tema da pesquisa ao longo de um mês.

Agradeço ao **Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE)** pela oportunidade que tive de conhecer professoras e professores que marcaram minha vida. Agradeço pela concessão de bolsa nos dois primeiros anos do curso e que possibilitou que eu pudesse me dedicar à pesquisa e fazer uma imersão na universidade.

Agradeço a todas as mães que participaram deste estudo e se colocaram como coautoras da pesquisa. Cada uma de vocês representa a esperança em dias melhores para todas e todos nós. Obrigada pela responsabilidade ética e política com o enfrentamento das violências cotidianas impulsionadas por uma sociedade fixada nas

normatividades de gênero. Aprendi muito sobre amor, afetos, respeito e **coragem** com cada uma de vocês.

Finalizo agradecendo a todas/os **“que acolhem e aplaudem esse milagre”** que é a vida em sua singularidade. **“Agradecer, ter o que agradecer. Louvar e abraçar!”**.

Cada uma de nós está aqui hoje porque, de uma forma ou de outra, compartilhamos um compromisso com a linguagem, com o poder da linguagem e com o ato de ressignificar essa linguagem que foi criada para operar contra nós. Na transformação do silêncio em linguagem e em ação, é essencial que cada uma de nós estabeleça ou analise seu papel na transformação e reconheça que seu papel é vital nesse processo (LORDE, 2019, p. 54).

RESUMO

A presente tese tem como objeto de estudo a maternidade lésbica e bissexual e suas interfaces que permeiam o contexto escolar. A pesquisa parte do fenômeno social de que a naturalização da maternidade e a pressuposição da heterossexualidade, como universal, para todas as mulheres, pode fazer com que as mães que são lésbicas ou bissexuais, tensionem esse “lugar” predeterminado na sociedade heterossexista. A necessidade de compreensão e de análise desse “lugar” justifica este doutoramento que intenta responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira as famílias de crianças que possuem mães lésbicas ou bissexuais são acolhidas e representadas pelas escolas da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental? Para responder este questionamento que consiste em compreender que sentidos de maternidade são produzidos a partir da existência das/os filhas/os de famílias lesboparentais na escola, este estudo de natureza qualitativa, apresenta os seguintes objetivos: conhecer sobre a importância da educação escolar para as famílias compostas por mães lésbicas ou bissexuais que possuem filhas/os na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental; analisar se a presença de mães que são lésbicas ou bissexuais contribuem para o exercício da socialização e reconstrução de práticas democráticas no interior da escola; e, investigar em que medida, a presença de crianças, filhas e filhos dessas famílias, modificam o espaço escolar e promovem possibilidades de se repensar a relação famílias e escolas. Para a coleta de dados, o método de seleção das treze participantes foi o “Bola de Neve” (*Snowball Sampling*), e o instrumento de pesquisa foi um roteiro de entrevistas, que foram realizadas presencialmente com treze mães durante o segundo semestre de 2018. A análise das narrativas obtidas se fundamenta na contribuição das teorias feministas e dos estudos das relações de gênero e educação. Como resultado, a pesquisa conclui que, de forma isolada, é possível identificar alguns avanços na articulação entre a escola e a família lesboparental. Entretanto, há um longo caminho a ser percorrido para que a educação seja pautada na (e para a) democracia, o que consiste na garantia de direitos, de representatividade e de uma escola que seja livre de discriminações e violências para as mulheres que conjugam maternidade e lesbianidade/bissexualidade, para suas famílias lesboparentais e para todas as crianças que possuem configurações familiares plurais.

Palavras-chave: Maternidades Lésbicas e Bissexuais. Feminismos. Relações de Gênero. Famílias Lesboparentais. Educação Escolar.

ABSTRACT

The subject of study of the present work is lesbian and bisexual motherhood and its associations in a school environment. This research stems from the social phenomenon of naturalizing motherhood and the assumption of universal heterosexuality for women, which can make lesbian or bisexual mothers contemplate this predetermined “place” in a heterosexist society. The need of understanding and analyzing said “place” justifies this doctorate, which intends to answer the following research matter: how are families of children that have lesbian or bisexual mothers being accommodated and represented by nursery and elementary schools? In order to answer this question, which consists of comprehending what manners of motherhood are derived from the presence of children from lesboparental families in schools, this qualitative study presents the following objectives: comprehending the importance of school education for families comprising lesbian or bisexual mothers of children in nursery school or initial grades of elementary school; analyzing whether the presence of lesbian or bisexual mothers contributes to socialization and to the reconstruction of democratic practices inside the school; investigating to what extent the presence of children, the sons and daughters of said families, changes the school setting and promotes possibilities of rethinking school-family relations. To collect the data, the thirteen participants were selected via snowball sampling and the research instrument was an itinerary of interviews, which were carried out in person with thirteen mothers during the second semester of 2018. The obtained narratives were analyzed based on the contributions from feminist theory and from studies of the relationships between gender and education. As a result of the research, a conclusion is drawn that it is possible to identify some isolated advancements in the connection between the school and the lesboparental family. However, there is much to be done for education to be based on (and made for) democracy, that is, to guarantee rights and representation as well as securing a school free of discrimination and violence for mothers that associate motherhood with lesbianism or bisexuality, for their lesboparental families, and for all children who are part of plural family configurations.

KEYWORDS: Lesbian and bissexual motherhood. Feminism. Gender relations. Lesboparental families. School education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Família Cássia Eller, Maria Eugênia e Chicão.....	22
Figura 2	Cássia Eller e Maria Eugênia.....	30
Figura 3	Rede de contatos para realização de entrevistas.....	58
Figura 4	Abraço de mãe: Cássia Eller e Chicão.....	64
Figura 5	Performance de Cássia Eller em show.....	80
Figura 6	Grafite em homenagem a Cássia Eller, no bairro Laranjeiras, RJ..	82
Figura 7	“Aperto o 12 que é o seu andar”.....	84
Figura 8	Família Aline e Ametista.....	107
Figura 9	Família Natália e Rubi.....	109
Figura 10	Família Camila, Raphaela e Safira.....	112
Figura 11	Família Raquel, Célia, Citrino e Âmbar.....	116
Figura 12	Família Bella, Mel e Lazúli.....	119
Figura 13	Família Janaina, Clébea e Rutilo.....	122
Figura 14	Ilustração representando a família Aline Cristina, Laís e Esmeralda.....	124
Figura 15	Chicão e suas mães.....	128
Figura 16	Estátua da Amazonas Ferida.....	150
Figura 17	Palavras-chave: Maternidade Lésbica; Lesbianidade e Bissexualidade; Parentalidade e Escola; Lésbicas e Escola.....	155
Figura 18	Maria Eugênia e Chicão.....	180
Figura 19	Maternidade em um sorriso.....	212
Figura 20	Capa da Revista Cult.....	215
Figura 21	Lesbianidade na capa do jornal Lampião da Esquina.....	219
Figura 22	Angela Ro Ro – capa do jornal <i>ChanacomChana</i>	223
Figura 23	Maternidade em um olhar.....	236

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Construção do território de pesquisa.....	67
Quadro 2	Configurações familiares pesquisadas.....	70
Quadro 3	Categorias de identificação do campo.....	77
Quadro 4	Publicação identificada na plataforma da ANPED.....	157
Quadro 5	Publicações da Plataforma Scielo.....	159
Quadro 6	Produções identificadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.....	162
Quadro 7	Produções identificadas nos anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero (2013 e 2017).....	168
Quadro 8	Produções identificadas do Seminário Internacional Desfazendo Gênero (2013 e 2015).....	171

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Publicações que serão adotadas no trabalho: 2013-2018.....	144
Gráfico 2	Quem são elas: gráfico das autoras referências.....	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Escolas identificadas.....	32
Tabela 2	A escola está preparada para receber famílias femeafetivas nas reuniões de responsáveis?.....	32
Tabela 3	Quantitativo de trabalhos encontrados durante o levantamento: 1ª coleta de dados.....	156
Tabela 4	Trabalhos selecionados para leitura na íntegra.....	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANIS	Instituto de Bioética
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APGL	Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAPIA	Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa da Infância e Adolescência
CEAT	Centro Educacional Anísio Teixeira/RJ
CEDREF	Centre d'Enseignement, de Documentation et de Recherches pour les Études Féministes
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CLAM	Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH	Comissão Nacional de Reprodução Humana
ComGênero	Grupo de Pesquisa Comunicação e Gênero
DIADORIM	Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade.
DIVERSO	Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero
DOB	Daughters of Bilitis
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIV	Fertilização <i>in vitro</i>
FSM	Fórum Social Mundial
GALF	Ação Lésbica Feminista
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
GEERGE	Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero
GEIN	Grupo de Estudos de Educação Infantil e Infâncias
GEM	Grupo de Educação Popular com Mulheres
GEPSID	Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras
GERS	Genre et Rapport Sociaux
GGB	Grupo Gay da Bahia

GRAV	Grupo de Relações Afetivas e Violência
HIV/AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IBDFAM	Instituto Brasileiro de Direito da Família
IES	Instituição de Ensino Superior
ISA	Associação Internacional de Sociologia
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LBTs	Lésbicas, mulheres bissexuais e mulheres transexuais
LésBi	Lésbica e bissexual
LESC	Laboratório Ensino, Sociedade e Cultura
LESPLEXOS	Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos: Casais, Famílias e Comunidade
LF	Grupo Lésbico Feminista
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais
LGBTQTIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais.
LIDIS	Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos
LINFE	Linguagem, Infâncias e Educação
LMNDF	Fundo de Defesa Nacional das Mães Lésbicas
MEC	Ministério da Educação
NEGAR	Núcleo de Estudos de Gênero de Araraquara
NEPSSE	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sujeitos, Sociedade e Estado
NIGS	Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades
NTR	Novas Tecnologias Reprodutivas
NUDES	Núcleo de Estudos Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades
OSFE	Observatório Sociológico Família-Escola
PACS	Pacto Civil de Solidariedade
PAGU	Núcleo de Estudos de Gênero
PPGPS	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
Psicuqueer	Coletivo Psicologias e Culturas Queer
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
ROPA	Recepção de Óvulos da Parceira
SciELO	Scientific Electronic Library Online

SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SENALE	Seminário Nacional de Lésbicas
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEXGEN	Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Corpo e Gênero
SOMOS/SP	Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEM/PR	Universidade Estadual de Maringá/Paraná
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF-RJ	Universidade Federal Fluminense/Rio de Janeiro
UFJF	Universidade de Juiz de Fora
UFPEL-RS	Universidade Federal de Pelotas/Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UOO	Um Outro Olhar
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	23
1	INTRODUÇÃO.....	31
1.1	RELEVÂNCIA DO ESTUDO: “AS LUTAS SÃO ATUALIZADAS NO PRESENTE”.....	41
1.2	OS OBJETIVOS E A METODOLOGIA.....	49
1.3	ESTRUTURA DA TESE.....	60
2	CAMPO: TECENDO ENCONTROS E POSSIBILITANDO DIÁLOGOS	65
2.1	SOU FERA, SOU BICHO, SOU ANJO E SOU MULHER, SOU MINHA MÃE E MINHA FILHA, MINHA IRMÃ, MINHA MENINA: APRESENTANDO AS INTERLOCUTORAS.....	74
2.2	MINHA MÃE MARIA: ENTREVISTA DE REFERÊNCIA COM MARIA EUGÊNIA MARTINS.....	79
2.2.1	O Bairro das Laranjeiras satisfeito sorri.....	82
2.2.2	No meu coração fiz um lar, o meu coração é o teu lar.....	86
2.3	COMPROMISSO COM O ENGAJAMENTO: SENTIDOS E EXPERIÊNCIAS EM/PARA FAMÍLIA(S).....	105
2.3.1	Aline.....	108
2.3.2	Natália.....	110
2.3.3	Camila e Raphaela.....	113
2.3.4	Raquel e Célia.....	117
2.3.5	Bella e Mel.....	120
2.3.6	Janaina e Clébea.....	123
2.3.7	Aline Cristina e Laís.....	125
3	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: O DEBATE SOBRE A MATERNIDADE LÉSBICA E BISSEXUAL EM PERSPECTIVA FEMINISTA.....	129

3.1	A LITERATURA SOBRE MATERNIDADE LÉSBICA E BISSEXUAL: MAPEANDO UM TERRITÓRIO DE AFETOS E DIREITOS.....	143
3.2	PONTO DE PARTIDA HISTÓRICO E TEÓRICO: MATERNIDADE LÉSBICA E BISSEXUAL NO BRASIL (2013-2018).....	152
3.3	MATERNIDADE LÉSBICA E BISSEXUAL NO BRASIL (2013-2018): SÍNTESE DOS RESULTADOS.....	156
4	MATERNIDADES LÉSBICAS NA ESCOLA: O RABISCO COMO RESPOSTA PARA UMA PEDAGOGIA ENGAJADA.....	181
4.1	RABISCAR BEM RABISCADO: NÃO SE POSICIONAR, JÁ É UM POSICIONAMENTO	181
4.2	EXPERIÊNCIA/SENTIDO: QUANDO DUAS MÃES ESTÃO PRESENTES NA ESCOLA E ALI A PROFESSORA NÃO FALA MAIS “OS PAIS” PORQUE AGORA A ESCOLA POSSUI DUAS MÃES, ESSA FAMÍLIA EXISTE.....	191
4.3	SER MÃE E AO MESMO TEMPO SER LÉSBICA E BISSEXUAL ROMPE COM O MODELO DE FAMÍLIA PADRÃO?: MATERNIDADES LÉSBICAS E BISSEXUAIS EM PERSPECTIVA FEMINISTA.....	197
5	A VIDA É UM ATO: MOVIMENTOS SOCIAIS E GARANTIAS DE DIREITOS PARA AS MATERNIDADES LÉSBICAS E BISSEXUAIS... 213	213
5.1	BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO LÉSBICA E BISSEXUAL NO BRASIL.....	214
5.2	OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A MATERNIDADE LÉSBICA E BISSEXUAL COMO GARANTIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	227
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	237
	REFERÊNCIAS.....	244
	APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	263
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada.....	265
	ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP.....	271

*Vamos descobrir o mundo juntos baby
Quero aprender com o teu pequeno grande coração
Meu amor, meu Chicão... (1º de julho, 1994).*



Figura 1 – Família Cássia Eller, Maria Eugênia e Chicão.

Fonte: Arquivo da autora. Fotografia do álbum de Cássia Eller e Maria Eugênia em 19/08/2018.

APRESENTAÇÃO

Para quem escreve, e neste momento para a mulher escritora em particular, há o desafio e a promessa de uma geografia psíquica completamente nova a ser explorada. Mas há, também, um difícil e perigoso caminhar sobre o gelo, na tentativa de encontrar uma linguagem e imagens para uma nova consciência, com pouco do passado para nos apoiar. Quero falar sobre alguns aspectos dessa dificuldade e desse perigo (RICH, 2017, p. 67).

Para situar o meu lugar^{1,2} de escrita nesta tese, é necessário sublinhar que sou³ mulher, branca, lésbica, feminista, professora e pesquisadora. Envolvida na reflexão teórica/acadêmica de militância política com as identidades das Lésbicas, mulheres bissexuais e mulheres transexuais (LBTs)⁴. Utilizo a afirmação de Adrienne Rich⁵ (2017) para demarcar e legitimar esse espaço de consciência, cujo desafio é colocado pela busca por representatividade. Sou graduada em Pedagogia (2001) e Artes

¹ Ao longo do texto as autoras serão apresentadas com seus nomes completos e em notas de rodapé quando forem mencionadas pela primeira vez no texto. As notas de rodapé terão por objetivo, apresentar quem são as autoras, seus temas de pesquisa, localidade, formação, entre outros dados relevantes sobre sua contribuição na produção científica e no debate social da temática explorada nesta tese. Esta proposta, da situação do “lugar” de fala de cada autora, se inicia com a minha apresentação.

² Luciene Celina Cristina Mochi é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá/PR (UEM/2016). Especialista em Educação Especial atuando na área de Altas Habilidades/Superdotação e Transtornos Globais do Desenvolvimento (2008). Graduada em Artes Cênicas licenciatura para o Teatro (PARFOR/UEM/2016) e graduada em Pedagogia pela Faculdade de Jandaia do Sul (FAFIJAN/2002). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Linguagem, Infâncias e Educação (LINFÉ/UFJF) que desenvolve pesquisas e projetos de extensão nos campos da infância, linguagens, educação e formação de professoras/es mediadoras/es de leitura. Integra também, o Grupo de Pesquisa em Arte, Educação e Imagens (ARTEI/UEM), participando como pesquisadora do Projeto de Pesquisa intitulado: Ensinando e aprendendo a olhar(-se): Artes Visuais, Educação e Imagens na perspectiva dos Estudos da Cultura Visual.

³ A primeira pessoa do singular será utilizada na apresentação da trajetória da autora, assim como em alguns momentos da descrição da pesquisa de campo. Para as demais seções desta tese, utilizaremos a primeira pessoa do plural.

⁴ Lésbicas, Bissexuais e Transexuais. Trata-se de demarcar de modo científico a existência dessas mulheres como política de identidade afirmativa.

⁵ Adrienne Cecile Rich (1929-2012), poeta, ensaísta e ativista política e uma das intelectuais mais importantes dos Estados Unidos. É responsável por uma poética feminista que discute e explora questões sobre sexualidade, identidade e a luta por justiça social. É responsável pelos conceitos sobre a “Heterossexualidade Compulsória” e “Existência Lésbica” que são obras de referência para os estudos a respeito da lesbianidade.

Cênicas com licenciatura para o teatro (2016). Especialista em Educação Especial (2008) e mestra em Ciências Sociais (2016). Atuo como professora da Educação Básica pública desde 1996 e na docência do Ensino Superior desde 2011 trabalhando com a formação docente na especialização *Lato Sensu*.

Ser mulher, feminista e lésbica, são identidades indissociáveis da minha prática pedagógica cotidiana que só foi possível ser percebida em 2010, quando tive a oportunidade de participar do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE)⁶, formação continuada para professoras/es ofertado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) em parceria com o Ministério da Educação (MEC).

Ao assumir esse “lugar” de pertencimento, assumo também o risco e as dificuldades de produzir conhecimento nessa sociedade, que possui marcas profundas de desigualdades estruturadas pela cultura patriarcal e hétero institucionalizada. Escrever, para além de dar sentidos às experiências, é sobretudo, um ato de existência para todas as pessoas. Para nós, mulheres, lésbicas, bissexuais e transexuais, escrever soma-se ao ato de existir e resistir à dinâmica patriarcal, que “[...] é no final das contas a consciência de um ser feminino em luta [...] que dá à produção poética, seus ritmos de luta, necessidade, vontade e energias femininas” (RICH, 2017, p. 68).

A escrita desta tese consiste, portanto, na materialização de um trabalho que procura representar as mulheres que habitam a minha existência. Desde as Amazonas guerreiras, a produção do conhecimento realizado pelas mulheres, sobretudo as lésbicas, ficou à margem da história, sendo o conhecimento e a própria linguagem, construídos e transmitidos pelos homens. As práticas de opressão e dominação das mulheres pelos homens, baseiam suas estruturas na diferença

⁶ No ano de 2005 a SPM elaborou uma ação de formação com as temáticas de gênero e feminismo destinada as/aos professoras/es com a adoção das temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. O GDE contou com a participação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), da Secretaria de Educação à Distância, ambas do Ministério da Educação (MEC), mais a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) da UERJ. Disponível: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-articulacao-institucional-e-aco-es-tematicas/coordenacao-geral-de-programas-e-aco-es-de-educacao/genero-e-diversidade-na-escola/curso-genero-e-diversidade-na-escola-gde>. Acesso em: 26 out. 2018.

polarizada das relações de gênero. Jules Falquet⁷ (2009, p. 122), assegura que “[...] assim como a expressão poética na primeira pessoa tanto de Safo, na Ilha de Lesbos, como de Audre Lorde, nos Estados Unidos [...]” a invisibilidade das produções e também das vozes das mulheres lésbicas é colocada em xeque e sob suspeita pelo machismo estrutural, que apregoa nossas produções destinando a elas o lugar de segunda categoria.

Se por um lado as práticas sociais são construídas pela assimetria entre os gêneros, por outro, a escola como instituição social, segue nesta seara em disputa, pois as práticas e os saberes escolares também são produzidos por representações binárias, a partir das representações do modelo europeu que tem, no homem branco hétero e de classe média, sua matriz modelar. Os múltiplos desafios colocados a nós mulheres, e em especial, às mulheres LBTs, constroem e mapeiam um terreno dinâmico em que as produções literárias e acadêmicas das lutas feministas, passaram a despertar [cons]ciência de que nossa escrita, produção e nossa capacidade interlocutora dos saberes científicos necessitam ser encorajados. Me reconhecendo como mulher branca, possuo o atravessamento de múltiplas identidades e o lugar do qual me posiciono para falar/escrever nesta tese é o da lésbica feminista que despertou para consciência de classe, raça, orientação sexual e de inúmeras outras imbricações possíveis que atravessam nosso corpo continuamente.

Não sou mãe! Porém sou lida pela sociedade como mulher desde o nascimento até o simples ato de assinalar um “x” no cadastro em que se pergunta qual o meu “sexo”⁸. A maternidade foi percebida como uma não possibilidade pelo meu corpo, dado ao fato de assumir dentro e fora, um corpo lido socialmente como “fora do padrão”. Desta forma, a maternidade tida como um dado “natural” para as mulheres, ganha diferentes significados quando se trata das mulheres LBTs, isso porque sexo e sexualidade fazem parte de uma discussão engendrada no princípio cristão que tem em uma santa católica, a representação da maternidade como sendo objeto sagrado. Tendo um corpo lido como “sapatão”, a maternidade passou a ser também, um

⁷ Jules Falquet é professora de sociologia na Universidade de Paris-Diderot, pesquisadora do *Centre d’Enseignement, de Documentation et de Recherches pour les Études Féministes* (CEDREF), França.

⁸ De modo geral, as fichas de cadastros (lojas, escolas, concursos, entre outras situações que exijam seus dados pessoais) disponibilizam apenas duas formas de identificação: masculino ou feminino. Uma classificação binária baseada em um conceito biológico restrito. O conceito de gênero será discutido a seguir na introdução do trabalho.

interdito para minha própria trajetória, mesmo na docência da educação básica, cuja profissão está atrelada, em geral, aos cuidados das crianças pelas mulheres.

Ao localizar e legitimar a posição de pesquisadora, demarco também minha relação com o objeto deste estudo, iniciado quando da minha própria inserção no contexto escolar. Se de um lado havia o silêncio a respeito das diferentes formações familiares de alunas e alunos, por outro, um modelo visível administrado pelos festejos escolares da família nuclear, que é percebida pela composição de um pai (homem), uma mulher e suas/seus filhas/os. Uma naturalização de família que gera a invisibilidade de todas as outras formas de se constituir famílias.

Como professora da rede municipal e estadual de educação no estado do Paraná, percebia que este modelo reproduzido e gestado pela escola não contemplava a maioria das configurações familiares das crianças. A essa percepção frente à necessidade de produções a respeito do que afinal se configura uma família, realizei o mestrado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR)⁹ em 2016. Ao término do estudo, obtive como resultado a negação por parte de pedagogas e professoras da maternidade lésbica na escola, mesmo encontrando 13 mães, com essa configuração familiar, nas 17 escolas pesquisadas.

Diante do desafio da existência e da marcação do lugar despertado pelas lutas feministas, me posiciono, como Adrienne Rich (2017) no artigo “Quando da morte acordamos: a escrita como re-visão”. Faço do trabalho de pesquisa uma (re)visão de minhas práticas docentes, pois essas categorias não estão dissociadas. Deste modo, a revisão da literatura, das produções científicas, dos poemas e da verdade como uma variável, passaram a ser (re)vistas a partir das leituras e da escuta do conhecimento produzido pelas mulheres LBTs, negras, professoras, pesquisadoras, cientistas, ativistas, para que a nossa ciência possa de fato ser emancipatória. E como tornar legítima a ciência sem as produções acadêmicas e de militância das mulheres LBTs?

Re-visão – ato de olhar para atrás, de ver com um novo olhar, de entrar em um texto a partir de uma nova direção crítica – é, para nós, mais do que um capítulo na história cultural: é um ato de sobrevivência. Até que possamos entender as pressuposições em que estamos enraizadas, não podemos conhecer a nós mesmas. E essa vontade de autoconhecimento, para as mulheres, é mais do que uma busca de

⁹ O desdobramento e aprofundamento da pesquisa de mestrado serão descritos na introdução deste trabalho.

identidade: é parte de nossa recusa de uma sociedade autodestrutiva dominada pelos homens (RICH, 2017, p. 66).

Re-visar a história é, portanto, um dos desafios deste trabalho, porque acreditamos que só o compromisso implicado, transforma. Para tornar legítimo nosso espaço, precisamos compreender como a nossa linguagem nos aprisionou ou nos liberou, pois, nossos passos foram dados a partir de uma visão patriarcal. Rich (2017, p. 67) assinala que é preciso vivermos um novo tempo para também podermos viver de uma nova maneira. Para que isso ocorra, “[...] uma mudança no conceito de identidade sexual é essencial para que a velha ordem política não seja reafirmada em cada nova revolução”. É exatamente o que estamos vivendo na atual situação política do Brasil, que teve início com o golpe político de 2016 que destituiu Dilma Rousseff¹⁰ (1947 --) da presidência da república. Como decorrência desse golpe, o cenário político no país passou a assistir o avanço das pautas conservadoras e a vitória da extrema direita nas eleições de 2018. Essa “velha ordem política” ameaça os direitos das mulheres e das populações negra, indígena e de mulheres lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

Depois de um ano de governo da extrema direita no Brasil o termo “velha política” foi ressignificado como “nova política”, mantendo os compromissos com a minoria hegemônica e retrocedendo nos avanços que até então havíamos conquistado. Entre o tema desta tese e a situação que se instalou no país, considero a Re-visão como produção de legitimidade. Precisamos rever nossos passos para podermos resistir e avançar.

¹⁰ Dilma Vana Rousseff é economista, foi ministra no governo do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Ministério de Minas e Energia de 2003 até junho de 2005. Em 2010 foi eleita a primeira mulher presidenta do Brasil e reeleita em outubro de 2014 com 54 milhões de votos. Em 2016, sofreu um golpe político resultando no seu impeachment. Dilma lutou pelo fim da ditadura, pelo exercício da democracia e liberdade no Brasil. Durante seu governo realizou a Comissão Nacional da Verdade com o objetivo de investigar os crimes, como mortes e desaparecimentos, cometidos por agentes representantes do Estado, durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1946-1988).

Os diferentes movimentos feministas, sobretudo o feminismo negro defendido por Angela Davis¹¹ (2016) e Patricia Collins¹² (2016), nos desafiam para o que Rich (2017, p. 67) observou como “perigoso caminhar sobre o gelo” ou para a discussão de um sistema masculino opressor, que por meio das relações de gênero demarcou, contou nossa história e produziu ciência.

A tese de doutorado em Educação vem como desdobramento da investigação concluída anteriormente, mencionada no início desta apresentação. Me aproprio do dialogismo em que Solange Souza¹³ (1997) analisa o conceito de verdade pela perspectiva dos autores Mikhail Bakhtin (1895-1975) e Walter Benjamin (1892-1940) para tratar deste desdobramento, o compromisso com uma verdade para além das histórias contadas e tidas como verdades absolutas, produzindo outras histórias possíveis. A autora observa que apesar de Benjamin e Bakhtin possuírem especificidades, ambos se aproximam desse compromisso com a verdade¹⁴ ampliada e compreendida a partir do discurso e interações vividas. A fim de uma verdade ampliada sobre as relações humanas, sobre maternidade e formações familiares, busco o saber e espaço científico/político de ouvir as narrativas de mulheres que são mães, lésbicas e bissexuais a respeito da educação escolar de suas/seus filhas/os. A história narrada pelas mães LésBi¹⁵ é parte da vida vivida que amplia e torna legítima a verdade sobre as relações humanas, numa perspectiva feminista autêntica do conhecimento, em que elas passam a ocupar o lugar do discurso como protagonistas e não mais como simples objetos de investigação.

Precisamos conhecer as narrativas das mulheres lésbicas e bissexuais a respeito da maternidade e a existência de suas famílias no contexto escolar. Enxergar, nomear e ouvir diferentes vozes sobre o que é ser mãe em conjugalidade com outra mulher é também voltar ao passado e representar aquelas que em outras épocas,

¹¹ Angela Yvonne Davis é professora e filósofa socialista estadunidense que alcançou notoriedade mundial na década de 1970 como integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos, dos Panteras Negras, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos.

¹² Patricia Hill Collins é filósofa estadunidense, socióloga e professora universitária de Sociologia da Universidade de Maryland, College Park. Trabalha, principalmente, sobre feminismo e gênero dentro da comunidade afro-americana.

¹³ Solange Jobim e Souza é professora do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

¹⁴ Embora esse conceito de verdade não seja tratado pelos autores, suas ideias auxiliam a pensarmos sobre a relação entre sujeitos, “linguagem e verdade na ciência contemporânea” (SOUZA, 1997, p. 332).

¹⁵ O termo “LésBi” surgiu para representar as mulheres Lésbicas e Bissexuais. Utilizarei durante este trabalho em referência a esse grupo aqui representado.

tiveram ou não, a consciência desperta, para que assim possamos construir as narrativas futuras, “[...] não passar adiante uma tradição, mas quebrar as correntes que nos prendem a ela” (RICH, 2017, p. 67).

Considero esta pesquisa de doutorado uma imersão que tornará possível a representação da maternidade lésbica e bissexual e a presença de suas crianças na educação escolar como possibilidades plurais de famílias, principalmente como existência e resistência. Nas palavras de Rich (2017, p. 78): “Acho que comecei, nessa época, a perceber que a política não era algo ‘lá fora’, mas algo ‘aqui dentro’ e a essência da minha condição”.

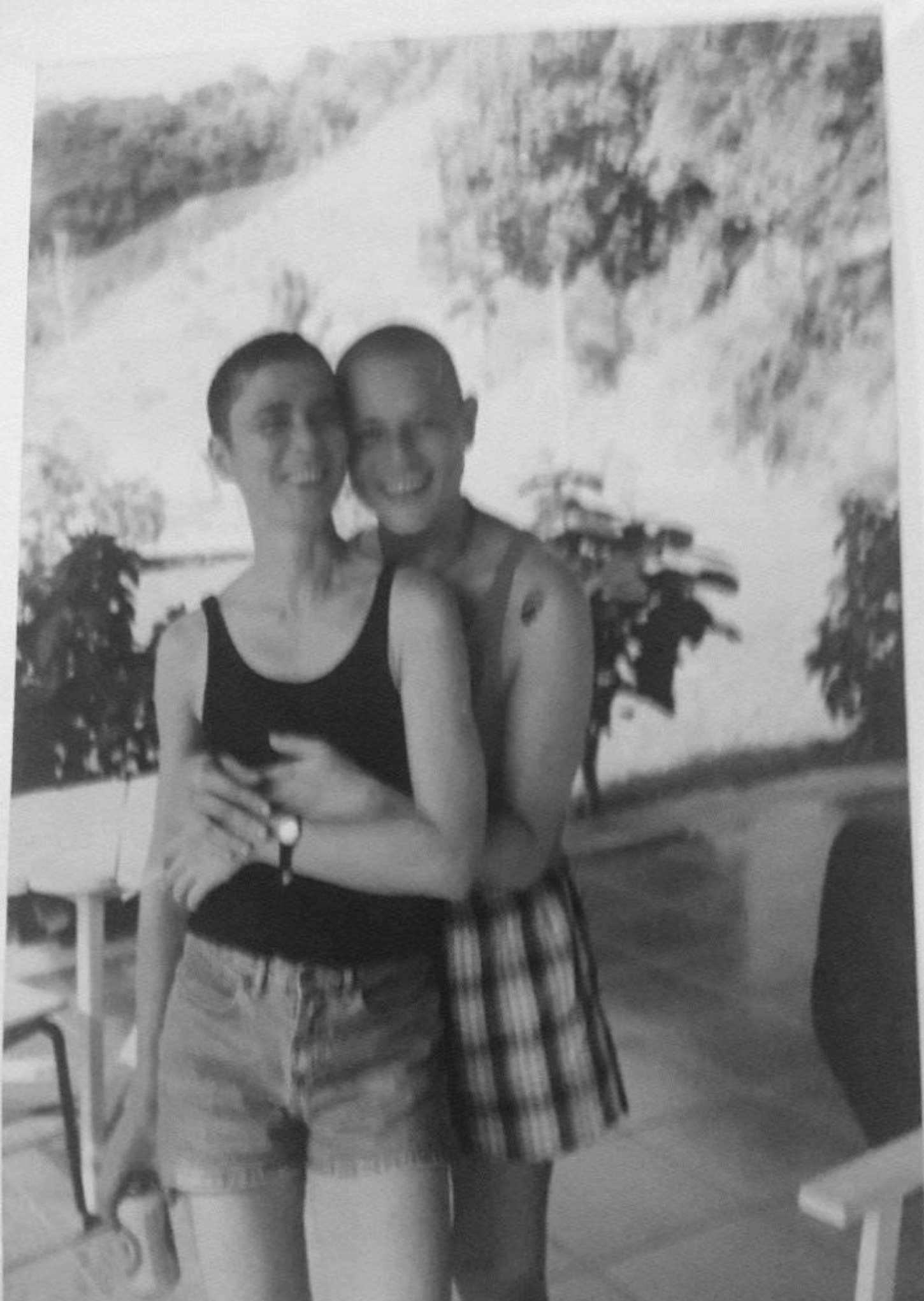


Figura 2 – Cássia Eller e Maria Eugênia

Fonte: Arquivo da autora. Fotografia do álbum de Cássia Eller e Maria Eugênia em 19/08/2018.

1 INTRODUÇÃO

Percebo a experiência lésbica a ser, tal como a maternidade, uma experiência profundamente feminina, com opressões, significados e potencialidades particulares, que não podemos compreender quando nós a agrupamos simplesmente com outras existências sexualmente estigmatizadas (RICH, 2010, p. 37).

Esta tese de doutorado começou a ser gestada no mestrado em Ciências Sociais, concluído no ano de 2016, no município de Sarandi no estado do Paraná. A citada pesquisa investigou as percepções das professoras e pedagogas da rede municipal de educação sobre as famílias compostas por duas mães. Como resultado, os dados apontaram para a naturalização das relações, da afetividade e do gênero centralizados no modelo de família nuclear, percebida nas figuras binárias do pai, mãe e filhas/os. As percepções das profissionais¹⁶ entrevistadas auxiliaram a delinear outras preocupações sobre a influência que a escola pode exercer ao visibilizar um modelo único de família estruturada socialmente em categorias que a antropóloga Gayle Rubin¹⁷ denominou de “sistema de sexo/gênero” (RUBIN, 2017, p. 11).

Outra preocupação encontrada com os resultados da pesquisa anterior e que motivaram o desenvolvimento do atual doutoramento, foi a descoberta nas falas das professoras e pedagogas de que a escola, até o momento, não está preparada para receber crianças que possuem mães lésbicas e bissexuais, mesmo identificando que, das 17 escolas do município pesquisado, em nove delas, encontramos durante a investigação, a existência de 13 famílias que possuem mães em conjugalidade com outras mulheres. Como podemos observar na tabela a seguir:

¹⁶ No mestrado foram 33 profissionais entrevistadas no ano de 2016, na rede Municipal de Educação de Sarandi, Estado do Paraná.

¹⁷ Gayle Rubin é antropóloga, professora do departamento de antropologia da Universidade de Michigan.

Tabela 1 – Escolas identificadas

ESCOLAS	F
Escola Municipal Acácia	2
Escola Municipal Begônia	2
Escola Municipal Gerânio	1
Escola Municipal Hortência	3
Escola Municipal Cravos	1
Escola Municipal Orquídeas	1
Escola Municipal Narciso	1
Escola Municipal Lírios	1
Escola Municipal Tulipa	1
TOTAL	13

Fonte: Mochi (2016, p. 56).

Durante a realização desta investigação, das 33 profissionais entrevistadas, 20 disseram que a escola ainda não está preparada, e cinco destas profissionais, demonstraram conflito em compreender a instituição escolar como local em que se figura a sociedade, conforme tabela:

Tabela 2 – A escola está preparada para receber famílias femeafetivas¹⁸ nas reuniões de responsáveis?

Respostas	Quantidade
Sim	8
Não	20
A escola sim, a sociedade não	5
TOTAL	33

Fonte: Mochi (2016, p. 93).

¹⁸ O termo “femeafetivas” surgiu durante a qualificação de mestrado junto com a professora Eliane Rose Maio da Universidade Estadual de Maringá/PR. Aproveito para agradecer a contribuição da professora durante o exame de qualificação e defesa do mestrado. Doravante, para esta pesquisa, denominaremos de famílias lesboparentais.

Encontramos, portanto, entre a existência das crianças filhas/os das mulheres lésbicas e bissexuais, no contexto escolar, e a naturalização da maternidade construída socialmente para as mulheres tendo, a heterossexualidade como consequência, um triplo eixo a ser analisado entre família/lesbianidade/escola. Desta forma nos perguntamos:

- Como as maternidades lésbicas e bissexuais vão sendo construídas no contexto escolar e de que maneira o exercício da socialização vai sendo reconstruído no interior da escola?
- Como a presença dessas famílias, na escola, compostas por duas mães e uma ou mais crianças podem transformar a realidade escolar?
- O que pode significar para a escola, a existência das famílias compostas por mulheres lésbicas e bissexuais?
- De que maneira, se assumir lésbica e mãe em conjugalidade com outra mulher, pode contribuir para uma escola capaz de lidar com a pluralidade das famílias que coexistem em seu espaço social?

Para responder a essas, e a outras perguntas a respeito da maternidade lésbica e bissexual, esta tese possui como temática central ouvir, conhecer as narrativas das mães lésbicas e bissexuais a respeito de suas maternidades em interface com a educação escolar de suas/seus filhas/os. Como questão investigativa, a presente pesquisa se propõe a interrogar, de que maneira as famílias de crianças que possuem mães lésbicas e bissexuais, são acolhidas e representadas pelas escolas da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Como hipótese deste trabalho, consideramos que a presença de mães que são lésbicas e bissexuais contribuem para a (re)construção do exercício dos direitos de (para) cidadania no interior dos contextos escolares.

O trabalho será pautado pelas teorias feministas, considerando as construções dos diferentes movimentos sociais, sobretudo o movimento feminista, que tradicionalmente debate a maternidade e amplia as possibilidades de fortalecimento das maternidades das mulheres lésbicas e bissexuais, sem que essas mulheres precisem escolher entre o exercício da lesbianidade e o desejo de ser mães e constituir família. É no campo dos movimentos sociais que se institui o papel da maternidade lésbica e bissexual, não em dissociação dessas categorias, mas como

faces de um mesmo paradoxo na construção de uma identidade fortalecida que se baseia na intersecção dessas múltiplas identidades em ação.

Podemos inferir que a abordagem da maternidade suscita ambivalências. Por um lado, há as construções sociais sobre a maternidade, e com elas, as atribuições do cuidado como predicado feminino, e por outro, a designação da heterossexualidade imposta às mulheres, sobretudo, para as que são mães. Nas sociedades humanas, percebemos que o poder patriarcal é justificado através da diferença colocada em oposição binária entre mulheres e homens pela diferenciação sexo e gênero. O primeiro, é biológico e o segundo, construído socialmente. A diferenciação biologizante concentra funções diferentes e hierarquizadas no campo social e pessoal para mulheres e homens, construindo dessa maneira, posições de comprometimento desiguais na responsabilização e cuidados com as filhas e os filhos.

A historiadora e feminista Joan Scott¹⁹ em seu artigo “O enigma da igualdade” publicado na revista Estudos Feministas em janeiro de 2005, inicia seu texto com uma citação de Olympe de Gouges (1986) quando da sua crítica ao Contrato Social, escrito em 1788. Scott (2005, p. 12) alerta, inspirada por Gouges, que estará arriscando-se: “Venho até vocês hoje arriscando uma ‘condenação penosa’, como uma mulher que somente tem paradoxos a oferecer e não problemas fáceis de serem resolvidos”. A historiadora se utiliza desta frase para argumentar sobre o paradoxo – ou enigma – da tensão necessária entre igualdade e diferença e sobre os direitos individuais e identidades coletivas como possibilidades de se encontrar melhores e mais democráticos resultados. Scott (2005) explica que não existem soluções fáceis em relação ao debate entre igualdade e diferença. Nas palavras da autora,

De fato, meu argumento será o de que não existem soluções simples para as questões, debatidas calorosamente, da igualdade e da diferença, dos direitos individuais e das identidades de grupo; de que posicioná-los como conceitos opostos significa perder o ponto de suas interconexões. Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos (SCOTT, 2005, p. 12).

¹⁹ Joan Scott é historiadora norte americana, professora da Escola de Ciências Sociais do Instituto de altos Estudos de Princeton, Nova Jersey. Especializada em história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França. Uma das teóricas feministas mais importantes sobre o uso da categoria gênero como construção social.

Na companhia de Scott (2005), compreendemos que ser mãe e ser lésbica ou mulher bissexual, é uma maneira de ser e estar em sociedade. Não é única. Bem como não são únicas também, todas as possibilidades de serem mães e constituírem famílias. Não existe apenas uma maneira possível de identidade, ao contrário, podemos encontrar nas diferenças da existência, as possibilidades necessárias para a experiência das maternidades lésbicas e bissexuais de exercerem seus afetos e sua vida cotidiana em família com respeito, valorização e dignidade.

A naturalização da maternidade e pressuposição da heterossexualidade como resultado para todas as mulheres, pode fazer com que as mulheres que são mães, e ao mesmo tempo lésbicas ou bissexuais, tensionem esse “lugar” predeterminado na nossa sociedade ocidental. Portanto, a ação afirmativa das maternidades lésbicas ou bissexuais no contexto escolar, pode ser uma possibilidade de reconstrução no interior da escola, dos modos de socialização e de democracia para as mães lésbicas e bissexuais, para suas/seus filhas/os e para todas as outras maternidades e crianças de diferentes configurações familiares.

Dada a importância de compreender que, só podemos pensar em igualdade, a partir do momento que encontrarmos condições de existência dignas e contempladas as questões individuais de cada grupo específico, Joan Scott (2005) destaca que no tempo em que os preconceitos e as discriminações (neste texto, a lesbofobia/bifobia) permanecerem, a eliminação da discriminação continuará presente no campo político e social. Para a autora, igualdade e diferença não são conceitos opostos, mas interconexões que permanecem constantemente em tensão. As tensões são resolvidas de diferentes formas ao longo da história, e por isso necessitam de análises que possam ser pensadas na maneira como são incorporadas nas políticas, e não apenas como uma questão de escolha ética e/ou moral. Assim, igualdade é um princípio tido como absoluto, cuja prática, é historicamente coletiva e, ao contrário da “[...] ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (SCOTT, 2005, p. 14).

Partimos, portanto do princípio do reconhecimento da diferença e da decisão de levá-la em consideração sob a perspectiva da visibilidade das maternidades lésbicas e bissexuais na escola, para o desenvolvimento da prática escolar democrática, que seja capaz de atender, de modo respeitoso e com eficiência, às crianças que possuem duas mães. Por essa razão, a pesquisa que aqui se apresenta, justifica sua relevância, dado que, ao buscar conhecer as narrativas de mães lésbicas

e bissexuais, como essas mães acompanham e interpretam as próprias existências e de suas/seus filhas no contexto escolar, constitui em valorosa contribuição para repensarmos a escola. Não somente do ponto de vista social, mas exatamente porque ativam políticas capazes de contribuírem para uma sociedade que, de fato, seja pautada para a (e na) democracia.

A escola é uma das principais instâncias sociais responsáveis pelo desenvolvimento da cidadania. É por meio da educação que conseguimos compreender as grandes contradições sociais e a elas atribuímos outros significados, mais democráticos e menos desiguais. Assim, a pesquisa aqui apresentada, tem como base a relação “Família e Escola”. Juntas, essas duas instituições, representam a viabilidade de transformação dos preconceitos existentes no contexto escolar, como misoginia, sexismo, racismo e LGBTfobias. Essa transformação só é possível exatamente porque tanto a escola como as famílias, são lugares possíveis de reafirmação da existência. Eliane Cavalleiro²⁰, assegura que “Somente uma discussão profunda dos problemas relacionados ao preconceito e à discriminação pode concorrer para a transformação da sociedade” (CAVALLEIRO, 2017, p. 13).

Nessa direção, as narrativas das mulheres lésbicas e bissexuais traçam uma história que envolve, entre outras categorias, classe, raça e gênero. Primeiro, essas histórias necessitam ser contadas, narradas e estudadas, para que se possa compreender as dinâmicas vividas e experienciadas por elas e suas/seus filhas/os. Segundo, fazer da maternidade lésbica foco de estudo no campo da educação é pensar na normalização e regulação do governo das mulheres e das crianças que é exercido pela sociedade patriarcal (pais, judiciário, médicos, especialistas, religiosos, políticos). A escola, sendo uma instituição social, exerce, por meio dos processos educativos, as táticas que garantem esse exercício de poder. Assim, diferentes elementos sociais, podem auxiliar a compreensão do papel político que os estudos sobre homoparentalidades e educação adquiriram nos últimos anos, sobretudo os estudos da maternidade, que pautam suas raízes históricas, refazendo os elementos ideológicos que o próprio termo “maternidade” possui.

²⁰ Eliane Cavalleiro é educadora, professora da Universidade de Brasília (UnB). Possui diversas publicações, entre elas os livros: *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*, Contexto, 2000; *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*, Selo Negro/Summus, 2001; e “*Veredas das noites sem fim: socialização e pertencimento racial em gerações sucessivas de famílias negras*”, Editora UNB, 2009. É presidente da Associação Brasileira de Pesquisadora/es Negras/os.

A “homoparentalidade” é datada da década de 1990 na França e quanto a isso, Elizabeth Zambrano²¹ (2008) em seus estudos, sublinha que a expressão denominada de “homoparentalidade” é um termo que surgiu no ano de 1996 por meio da Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL) na França como o objetivo de nomear “[...] a situação na qual pelo menos um adulto que se autodesigna homossexual é (ou pretende ser) pai ou mãe de, no mínimo, uma criança” (ZAMBRANO *et al.*, 2006, p. 10). Essa terminologia, porém, não é suficiente para atender a todas e todos os arranjos familiares compostos por múltiplas conjugalidades, essencialmente as configurações das mães lésbicas e bissexuais, requerendo propostas acadêmicas e científicas que tratem das especificidades dessas famílias. Desse modo, utilizaremos o termo lesboparentalidade para referirmos a configuração familiar onde pelo menos uma das mães se auto identifica como lésbica.

A feminista Elixabete Imaz²² (2015) assinala que as questões principais que conseguimos levantar a respeito das construções preexistentes sobre as limitações que o modelo patriarcal supõe para as mulheres, é o de papéis previamente estabelecidos, por exemplo, ser a mulher o eixo da família, responsável pela condução única da segurança das/os filhas/os. Assim, Imaz (2016, p. 489) faz uma importante consideração sobre as famílias contemporâneas e o lugar da mulher nessas famílias:

Assim, as novas formas familiares estão intimamente ligadas à como as mulheres, a partir de suas novas e diversas situações sociais, enfrentam e exercitam a maternidade. A transformação do lugar das mulheres na sociedade (sua maior participação na esfera pública, o desenvolvimento de uma dimensão extra doméstica) e também as mudanças que ocorreram nas relações do casal, implicam a necessidade de redefinir o que é um pai e o que é uma mãe, os papéis que correspondem a cada um e o tipo de participação de cada um

²¹ Elizabeth Zambrano possui graduação em Medicina pela Universidade Católica de Pelotas, mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É colaboradora do Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa da Infância e Adolescência (CEAPIA). Tem experiência na área da Saúde Mental, Psicanálise e Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sexualidade, transexualidade, homossexualidade, homoparentalidade, direitos humanos e bioética.

²² Elixabete Imaz possui doutorado em *Cultura y Sociedad – Universidad del País Vasco* (2008). Atualmente é professora agregada – *Universidad del País Vasco*. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Feminista e Antropologia do Parentesco, atuando principalmente nos seguintes temas: maternidade, parentalidades, novas formações familiares, saberes expertos e tecnologia reprodutivas e antropologia do corpo.

dentro do projeto familiar: por isso, a generalização da maternidade tardia, as mães trabalhadoras que preferem continuar trabalhando, a aceitação social de novas formas de família, como mães solteiras por opção ou mães em relacionamento lésbico (IMAZ, 2016, p. 489, tradução nossa)²³.

As discussões sobre a relação das mães lésbicas e ou bissexuais com a escola de suas/seus filhas/os possibilitam debates diversos a respeito da formação de unidades familiares estabelecidos pelas instituições sociais, em especial a escola, sobre conjugalidades, parentalidades e famílias. E é o que de fato, anima a presente escrita. Além disso, é importante destacar que esta discussão pode pautar, do ponto de vista da escola, o debate sobre o papel da educação escolar na construção de uma sociedade que seja capaz de conviver e respeitar as diferenças. Algumas autoras, por exemplo, Anna Carolina Horstmann Amorim²⁴ (2013, 2018), destaca que “[...] discutir famílias compostas pela homoparentalidade não é apenas uma tentativa de assemelhar-se a um modelo vigente” (AMORIM, 2013, p. 19), mas certamente de trazer para investigações científicas, a complexa discussão sobre pluriparentalidades.

Com o signo de legitimidade perante a escola e a sociedade, trabalhos que materializam e tornam visíveis as famílias homoafetivas, têm exemplares tanto no Brasil como também na América anglo-saxônica, como a expressiva produção da pesquisadora Amanda Zauli²⁵ (2011) que em sua tese de doutorado pesquisou

²³ Es así que las nuevas formas familiares están íntimamente vinculadas a cómo las mujeres, desde sus nuevas y diversas situaciones sociales, encaran y ejercen la maternidad. La transformación del lugar de las mujeres en la sociedad (su mayor participación en lo público, el desarrollo de una dimensión extradoméstica) y también los cambios que se han producido en las relaciones de pareja, conlleva la necesidad de redefinir qué es un padre y qué es una madre, los roles que a cada uno le corresponden y el tipo de participación de cada uno dentro del proyecto familiar: Por ello la generalización de la maternidad tardía, las madres trabajadoras que mayoritariamente optan por continuar en el trabajo, la aceptación social de nuevas formas familiares como las madres solas por elección, o las madres en relación lesbiana (IMAZ, 2016, p. 489).

²⁴ Anna Carolina Horstmann Amorim é antropóloga, doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. É pesquisadora vinculada ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), do Departamento de Antropologia da UFSC. Atualmente é professora adjunta de Antropologia no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

²⁵ Amanda Zauli é doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, mestra em Gestão Social e Trabalho, especialista em Desenvolvimento Gerencial, especialista em Arquitetura e Organização da Informação. Atua nas seguintes áreas de atuação: diversidade, diversidade cultural, gênero, mulher, homoparentalidade e homoconjugalidade, transculturalismo.

famílias homoafetivas femininas no Brasil e no Canadá e Anna Paula Uziel²⁶ (2002) com material rico e significativo sobre arranjos familiares e as leis que antecederam na França, a adoção de crianças por casais homossexuais. Seu estudo, “Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas”, foi realizado na época do *Pacte Civil de Solidarité* (PACS), existente na França desde 1999, que reconhece a conjugalidade do casal do mesmo sexo conferindo direitos materiais a partir do reconhecimento do casal, mas não lhe confere o status de família. Uziel (2002) trouxe importante contribuição a respeito da adoção no Brasil por casais homossexuais.

Embora tenhamos literatura que focaliza as famílias lesboparentais, estas estão relacionadas com questões propriamente familiares e legislativas, sem a flexão com o ambiente escolar das crianças. Outra questão importante é que tais produções abarcam o tema homoparentalidade e/ou famílias homoafetivas, sem o recorte necessário para as configurações de mulheres lésbicas e bissexuais. Autoras e autores como Miriam Pillar Grossi²⁷ (2003); Tarnovski, (2013); Uziel, (2002, 2007, 2009) e Uziel, Mello e Grossi (2006) são referências sobre a temática do parentesco. Entretanto, o recorte das famílias compostas por mulheres lésbicas e o atendimento escolar para suas/seus filhas/os, necessita de produções que atentem para as singularidades dessas relações. Tomo emprestada a contribuição da antropóloga Amorim (2013, p. 19):

Este tema é certo, passa na tangente de boa parte da literatura feminista e dos estudos de gênero unindo diferentes debates sobre corporalidade, sexo, desejo, gênero, normas de gênero, sexualidade, conjugalidade e saúde. Mesmo atentando para o fato das indispensáveis contribuições desta vasta literatura dou maior ênfase nesta pesquisa às questões relacionadas a homossexualidades, família e parentalidade. Parto das falas de algumas mulheres entrevistadas por mim e da observação participante de seus cotidianos

²⁶ Anna Paula Uziel possui mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. É professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS) e pesquisadora associada do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ). Já foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) em dois mandatos. Seus principais campos de interesse são Psicologia Jurídica e Sexualidade.

²⁷ Miriam Pillar Grossi é professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Anthropologie Sociale et Culturelle - Université de Paris V, com estágios pós-doutorais no Laboratoire d'Anthropologie Sociale do Collège de France (1996/1998), na University of California-Berkeley, EHESS. Coordenadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS).

familiares para analisar o modo como elas estão expressando e vivendo os processos de filiação, família, parentesco e conjugalidade.

Neste sentido, o feminismo interseccional que analisa as estruturas de dominação a partir de diferentes categorias como gênero, raça, classe, sexualidade, geração entre outras, reconhece que as mulheres não constituem uma categoria universal. Ao contrário, as mulheres passam por diferentes opressões e assujeitamentos nas relações de poder, não havendo imparcialidade, a começar pela linguagem científica que extrai das pessoas que não detêm poder, a autonomia de se manifestar. A posição universalista se apoia na afirmação de que todas as pessoas são iguais, ignorando as formas diferentes de acessos ao exercício da vida, Eleni Varikas²⁸ afirma que o,

[...] fato de a exclusão das mulheres do universal ser uma das mais invisíveis e não reconhecidas, as lutas pela igualdade entre os sexos, e mais tarde as do feminismo, foram desde o início confrontadas [...] por trás da retórica abstrata dos direitos humanos [...] (VARIKAS, 2009, p. 269).

Além disso, a história está em constante movimento, e com ela, os sentidos das opressões também, além das diferentes culturas que colaboram nos diferentes usos do que seja opressão.

Tendo em vista a proposta deste trabalho de conhecer, pesquisar e registrar as narrativas das mães lésbicas e bissexuais sobre a educação escolar de suas filhas e seus filhos, o feminismo interseccional nos auxiliará a entender se existem diferentes deslocamentos nas relações de gênero, para além das hierarquizações, dos eixos dos marcadores sociais, contribuindo para o diálogo com as legislações educacionais brasileiras, compreendendo as famílias lesboparentais, a partir da teoria política feminista, no âmbito das relações familiares, animadas pelo afeto e desenvolvimento humano/educacional/social de alunas e alunos inseridas/os na Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

Deste modo, a existência das crianças filhas e filhos de mães lésbicas e bissexuais presentes no contexto escolar, são as ricas possibilidades de reconstrução

²⁸ Eleni Varikas é professora de teoria política e estudos de gênero na Universidade de Paris VIII. Suas temáticas de pesquisa abordam questões como “gênero na política moderna” e “cidadania democrática e exclusões”.

no interior da escola dos seus modos de socialização e de democracia, no desenvolvimento de atitudes concretas para uma educação, que seja capaz de atuar para além das desigualdades polarizadas, fazendo o exercício de se colocar em análise a respeito do machismo, sexismo e LGBTfobias²⁹.

1.1 RELEVÂNCIA DO ESTUDO: “AS LUTAS SÃO ATUALIZADAS NO PRESENTE”

O título, que emite sentido a esta subseção, sobre a relevância do tema de pesquisa, foi pronunciado em aula pela professora Hilda Micarello³⁰ e faz parte das notas de orientação durante o grupo de estudos em Linguagem, Infâncias e Educação (LINFE). Tal expressão advém do conceito bakhtiniano “ser-evento” que compreende os sujeitos como únicos e irrepetíveis, cujos sentidos são produções singulares da expressão humana. De acordo com Bakhtin (2011) não há transcendentalidade do sujeito, mas a vida que se vive no presente, e por isso, o ser-evento é consequência de toda uma história que, inseparável do seu conteúdo-sentido, não pode ser alheio à vida concreta.

Com isso, presumimos que, nas singularidades existentes nas experiências compartilhadas pelas mães lésbicas e bissexuais, constituem contribuições importantes para a escola visto que, cada enunciado narrado pelas participantes da pesquisa deve, de acordo com Bakhtin (2011) serem observadas antes de tudo como uma resposta, uma contrapalavra carregada de sentidos em que a escola pode reconhecer, rejeitar, confirmar ou seja, sempre haverá uma ação responsiva. A esse respeito, salientamos que os discursos, as vozes narradas pelas mães lésbicas e bissexuais a respeito da escola de suas/seus filhas/os são atualizadas no presente e “[...] é impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011, p. 297). Assim, entendemos que como produto do trabalho humano a cultura é um processo histórico no qual as lutas pela existência são atualizadas no presente e, se por um

²⁹ Preconceito, discriminação e violência contra lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

³⁰ Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello é professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde atua no programa de Pós-graduação em Educação e no Programa de Pós-graduação profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

lado os sistemas ideológicos se estruturam por meio da cultura, por outro, a palavra é uma arena onde se encontram as vozes que provocam o contraditório, os encontros e desencontros. Sendo assim, se a escola é local da cultura, ela é também o local do encontro e do confronto (MICARELLO, informação verbal³¹).

Salientamos que os espaços escolares historicamente são marcados por normas que são mantidas por meio das reproduções sociais que estabelecem o homem branco, cristão, heterossexual e de classe média como o modelo a ser seguido (MOCHI, 2016). A escola entende de diferenças, desigualdades e classificações. Guacira Lopes Louro³² (2014, p. 61) assinala que a instituição escolar desde o início exerceu ação distintiva ao dividir no seu interior, os adultos das crianças, ricos de pobres, meninas de meninos por meio de “[...] múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização”, reproduzindo diferenças polarizadas entre quem poderia e quem não poderia acessar seu espaço desde o início.

Contudo, o acesso³³ à escola foi demandado pelos grupos aos quais o acolhimento no ambiente escolar foi negado, favorecendo crescimento e transformações no interior dessa instituição comprometidos com a superação das desigualdades. Desta forma, a escola “[...] precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, ‘garantir’ – e também produzir – as diferenças entre os sujeitos” (LOURO, 2014, p. 61).

As narrativas das mulheres lésbicas e bissexuais traçam uma história que envolve, como mencionado, categorias que se interconectam com outras variáveis da

³¹ MICARELLO, Hilda Aparecida Linhares da Silva. Nome da disciplina. Disciplina ministrada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020. [Notas de aula].

³² Guacira Lopes Louro é licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) e participa deste grupo de pesquisa desde 1990. Tem publicado livros, artigos e capítulos de livros, bem como orientado dissertações e teses sobre questões de gênero, sexualidade e teoria *Queer* em articulação com o campo da Educação. Suas pesquisas atuais voltam-se para estudos *Queer*, cinema e pedagogias da sexualidade.

³³ A esse respeito podemos citar o aprofundamento das desigualdades sociais entre crianças e jovens no acesso às escolas brasileiras durante a pandemia da covid-19 que ainda se encontra em curso durante a escrita desta tese. Para mais informações ver reportagem sobre relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-06-23/coronavirus-exacerbou-desigualdades-educacionais-no-mundo.html>

organização familiar, como classe, raça, orientação sexual e gênero. Não basta ser mãe, tem que parecer mãe. A maternidade é carregada de força e forma com características que são empregadas na materialização da função materna e que compõem o que é ser mãe e como se parecer com uma mãe.

A relevância deste estudo, portanto, se confirma por trazer, para a tese, as vozes dessas mães sobre seus cotidianos com as escolas de suas/seus filhas/as. O que pensam a respeito do acolhimento de suas famílias na escola. Como se tornaram mães, e de que maneira ser mãe e ser lésbica ou bissexual, se aproxima ou distancia de outras maternidades. As vozes que suas experiências constituem podem tecer, por meio da pesquisa empírica, aguerrida contribuição histórica no campo das teorias lésbica-feministas e estudos das relações de gênero, sobretudo para a discussão sobre a importância da relação entre família e escola.

Os enunciados produzidos por essas mães não podem ser tomados apenas como um discurso isolado, individual de um sujeito. Quando as mães LésBi falam, estão, conseqüentemente, representando outras vozes sociais que podem se aproximar ou não, do ambiente de valores heterossexistas. As percepções demonstradas através das narrativas delas não podem ser entendidas apenas como discurso ou representação personificada. Ao contrário, as narrativas de suas experiências são representações de várias vozes imersas na esfera social de uma sociedade institucionalizada pela heterossexualidade que constrói e naturaliza os gêneros. Por isso, as narrativas das mães lésbicas e bissexuais formam um conjunto de vozes que interconectam o diálogo que se materializa sob forma de texto neste estudo.

A maternidade LésBi e a existência dessa configuração familiar na escola, pode ser compreendida por meio da perspectiva bakhtiniana sobre a verdade. Para Bakhtin, pela interpretação de Souza (1997, p. 340-341), a verdade existe nas ações intercambiáveis do diálogo somadas “[...] entre pessoas que a procuram coletivamente. O mundo em que vivemos fala de diversas maneiras, e essas vozes formam o cenário onde contracenam a ambiguidade e a contradição”. Por esta análise é possível “[...] perceber a unidade do mundo particular, no efêmero, ou seja, a totalidade, o universal está presente nas múltiplas vozes que participam do diálogo da

vida”. Neste sentido, a unidade ou o conjunto de vozes que expressam as experiências dessas mães, se materializam, no *corpus* deste trabalho, em uma polifonia.³⁴

Conseqüentemente, essas múltiplas vozes que aparecem neste texto formam um elo de complexidade do real e exatamente por isso, instituem o dialogismo e a polifonia como meios para compreender as múltiplas maneiras diferentes da experiência familiar. Os estudos sobre as relações de gênero no Brasil datam de um pouco mais de três décadas, ao de países do Norte quanto do Sul global, pesquisadoras/es tem se dedicado a questionar, por meio de seus trabalhos, o caráter binário dos gêneros e a heterossexualidade como verdade única, tornando “[...] cada dia mais visíveis todos os tipos de práticas e de pessoas que, no mundo inteiro, corajosamente contestam a ordem sexual existente” (FALQUET, 2012, p. 8). Entretanto, o tema das maternidades lésbicas e bissexuais e a lesbianidade examinadas em perspectiva feminista e a luta por reconhecimento e defesa de seus direitos, vem conquistando um campo amplo para o desenvolvimento do conhecimento e adensada produção acadêmica.

Ao analisar as narrativas de mães lésbicas e bissexuais e como estas mães acompanham e interpretam suas próprias existências e de suas/seus filhas no contexto escolar, a pesquisa que aqui se apresenta, justifica sua relevância na valorosa contribuição das relações de gênero e dos feminismos, para repensarmos essas instituições – a família e a escola, não somente do ponto de vista social, pois não se trata apenas da expressão das escolhas das mães lésbicas e bissexuais, mas uma constituição de estruturas que são ativadas pela responsabilização desigual, pelos cuidados da esfera íntima, impostas às mulheres. Portanto, esta tese tem como princípio basilar de discussão, ouvir mães lésbicas e bissexuais que tenham filhas/os na Educação Infantil e Ensino Fundamental Inicial.

Com isso, para esta pesquisa, definimos como maternidades lésbicas ou bissexuais, as mães que realizaram um projeto familiar de conjugalidade entre duas mulheres, com uma/um ou mais filhas/os e as mães que se declararam lésbicas ou bissexuais e no momento da entrevista estavam solteiras. Casos em que duas mulheres decidem ser mães em conjunto e compartilham a decisão de um projeto de

³⁴ Polifonia é um dos conceitos centrais, ao lado de Dialogismo, do pensamento bakhtiniano. Refere-se às múltiplas vozes existentes em um texto. Para este trabalho, o conceito de Polifonia será adotado para representar as várias vozes presentes nas narrativas das interlocutoras.

maternidade constituído por diferentes vias, seja pela reprodução assistida, pela adoção, pela coparentalidade e/ou pela recomposição familiar. Nosso campo de investigação preocupa-se com a maternidade compartilhada por mulheres LésBi, com reconhecimento legal de ambas as mães, ou não. Situações em que uma das mulheres incorpora uma filha(s) ou filho(s) da companheira a uma nova formação familiar. Ou mulheres lésbicas e bissexuais que são mães, e que, no momento da entrevista, encontravam-se divorciadas, viúvas ou sem relacionamento afetivo estável com outra mulher.

As maternidades lésbicas possuem importância na proporção e características de seu processo de definição como famílias. A maternidade lésbica e bissexual transforma o modelo herdado da maternidade, o que pode, em grande medida, ser valiosa contribuição para pensarmos os modelos familiares contemporâneos e, no caso das lésbicas e mulheres bissexuais, outros sentidos são produzidos para o exercício da maternidade, diferente da normatização na construção da família nuclear. Sendo assim, a perspectiva feminista se preocupa com as relações desiguais entre mulheres e homens, e com a desigualdade imposta às mulheres, nas tarefas do cuidado e do trabalho reprodutivo. Não obstante, consideramos que conhecer as experiências das lésbicas e mulheres bissexuais com a maternidade de suas/seus filhas/os, amplia as perspectivas sobre os significados para o reconhecimento das famílias no plural.

Da mesma maneira como reconhecemos as conquistas legais e sociais, principalmente nas últimas décadas, em relação às mulheres, como o divórcio, o desenvolvimento de novas tecnologias reprodutivas (NTR) e as lutas feitas pelos movimentos feministas e parte da luta LGBT, também reconhecemos a persistência de um modelo de maternidade exigente, imposto às mulheres como principais responsáveis pelo cuidado com as/os filhas/os. Esse modelo endereça às mulheres a responsabilidade sobre qualquer inadequação que ocorra às crianças, seja no campo social, educacional ou qualquer outro. Imbricadas nesta construção social, nas palavras de Elisabeth Badinter³⁵ (2011, p. 22), mães vivem um outro lado da maternidade feito “[...] de esgotamento, de frustração, de solidão, e até mesmo de

³⁵ Elisabeth Badinter é filósofa nascida em 1944 e uma das principais teóricas feministas da França.

alienação, com seu cortejo de culpa. Quando lemos os recentes testemunhos de mães, avaliamos o quanto elas estão pouco preparadas para essa conturbação”.

O sentimento do amor maternal surge em meados do século XVIII vinculado ao processo de criação dos estados modernos (ARIÈS, 1991; BADINTER, 1985). As transformações em relação ao cuidado e educação das crianças acontecem nesta época, tal como os reflexos das mudanças na família e na conjugalidade, demarcando a diferença entre as esferas públicas e privadas. Com a criação dos estados modernos, por volta do século XVIII, o mito do amor materno apresentado pela filósofa francesa Elisabeth Badinter (1985) passou a fazer parte da historiografia social. Philippe Ariès³⁶ (1991, p. 7-8) estabelece como ponto de partida para a vida privada/íntima, o final da Idade Média quando “[...] encontramos um indivíduo enquadrado em solidariedades coletivas, feudais e comunitárias”. À época, o público e o privado se fundiam, pois, “[...] a comunidade que enquadra e limita o indivíduo – a comunidade rural, cidadezinha ou o bairro – constitui um meio familiar que todo mundo se conhece e se vigia [...]”.

Essa vigília, que nos conta Ariès (1991, p. 8), passou a ser recolhida no interior da família a partir do século XIX e as pessoas, para protegerem-se dos olhares e do controle, voltam ao “[...] recolhimento junto à família, transformada em refúgio, centro do espaço privado”. Essa separação entre o espaço público e a intimidade, e principalmente as divisões do trabalho entre mulheres e homens, passam a vigorar como principal característica da sociedade ocidental do século XVI ao XVIII, cujas transformações se deram “[...] na vida material e espiritual, nas relações com o Estado, depois com a família [...]”. Contudo, a separação e destinação diferente dos espaços balizada pelo sexo, são notadas e mantidas “[...] ainda no início do século XX, principalmente nas classes populares e rurais, os tipos antigos de sociabilidade coletiva e comunitária persistiam, na taberna para os homens, no lavadouro para as mulheres [...]”.

O trabalho da socióloga espanhola Imaz (2015) que tem como foco a maternidade lésbica pela reprodução assistida, relata que as modificações em relação ao cuidado e à educação das crianças naquela época, são reflexos das

³⁶ Produções teóricas no campo da história e da sociologia da infância questionam as obras de Ariès sobre a infância. Consideração crítica a esse respeito pode ser encontrada no trabalho de Ligia Regina Klein (2012). Disponível: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.26.pdf. Acesso em: 9 fev. 2021.

transformações mais amplas no casal e na família, demarcando a divisão das esferas pública e privada. A autora considera que o amor instintivo que garantiria a total dedicação da mãe para com suas filhas e filhos não implicaria, por exemplo, em uma educação adequada às crianças na primeira infância. Portanto, a busca por conselhos de especialistas, principalmente médicos, se multiplicou especialmente no século XIX, “[...] orientando as mulheres em um direcionamento cada vez maior de especialistas. As mães, consideradas excessivamente emotivas, devem ser orientadas pelas diversas especialidades [...]” (IMAZ, 2015, p. 297, tradução nossa)³⁷ o que contribuiu para canalizar a culpa e tornar a maternidade cada vez mais complexa para as mães que, para além de tornarem-se mães, pelo efeito de sua própria “natureza”, tornaram-se também, mães profissionais, assumindo tarefas que ultrapassam a garantia de sobrevivência e educação das crianças.

O cuidado e educação das crianças estabelecidos, como responsabilidade da mãe, reafirmaram às mulheres, o papel fundamental de “[...] depositária da família e da espécie [...]” eleitas como responsáveis pela manutenção e sobrevivência da prole, cuja prioridade era a garantia da linhagem. Desta forma, o corpo da mulher só seria pertencente ao indivíduo “[...] na medida em que não contrariasse os interesses da família” (GÉLIS, 1991, p. 312-313). Portanto, o período entre os séculos XVI e XVIII marcaram mudanças na maneira de se estabelecer a existência privada, e com ela, o controle e regulamentação dos corpos. Para Nicole Castan³⁸ (1991, p. 409), a contração da esfera privada foi deslocada para a célula familiar, o que fez desta instituição “privilegiada, se não única, do investimento afetivo do recolhimento íntimo”.

É datado dessa época o costume da amamentação pelas amas de leite com o envio dos bebês para internatos em que permaneciam a maior parte da infância. É neste contexto que é criado, o que Elisabeth Badinter (1985) denominou de mito do instinto materno, responsável pela ideia de um amor gratuito e espontâneo, determinado e incondicionalmente gerado pela própria “natureza” feminina. É nesta época também que a exaltação da biologia e da reprodução feminina (fecundação e gestação) a serviço do bebê e da criança, passa a ser “naturalmente” designada a ser

³⁷ [...] orientando a las mujeres cada vez más dirigida por expertos. Las madres, consideradas excesivamente emocionales, debían ser guiadas por las diversas especialidades [...] (IMAZ, 2015, p. 297).

³⁸ Nicole Castan (1926-2009) foi uma historiadora francesa que desenvolve diversas pesquisas na área da História Moderna.

provedora do cuidado. Ademais, a realização emocional e completude feminina só se dá, segundo esta concepção, na realização deste trabalho e dedicação materna.

A infância foi considerada como um período determinante na vida das crianças e que exigia esforço e dedicação constantes. Essa tarefa foi direcionada à responsabilidade das mães, pois apenas o amor materno e desinteressado seria capaz de garantir seu êxito. O amor romântico entre os cônjuges, embasado pela vida em família e o sentimento de dependência entre filhas/os e as mães, tornou-se característica essencial de um novo conceito de família concebido, segundo nos explica a socióloga Elixabete Imaz (2015, p. 297, tradução nossa),³⁹ refúgio de proteção íntima no lar e protegido dos perigos da sociedade externa, figurando a família na “[...] transformação na concepção de criação dos filhos e, simultaneamente, a transformação da maternidade”.

A partir desse modelo de maternidade, herdado do século XVIII e XIX, que contrasta com as maternidades reais cotidianas, se constroem outros sentidos e significados sobre a maternidade. De acordo com Elixabete Imaz (2015), o modelo de família nuclear, intimamente imbricado na maternidade desenvolvida a partir de atribuições complementares entre mulheres e homens, é colocado a “repensar” com a maternidade lésbica, na medida em que estas famílias não conformam com a normatização desse princípio de atribuições complementares, entre mães e pais como responsabilidades genéricas pré-determinadas. A socióloga destaca que,

Decidir juntas ser mãe do mesmo filho ou filha faz com que o fato de não haver pai não seja uma falta, mas uma proposta. Requer uma reorganização dos papéis parentais tradicionais e a convicção de que romper com esse modelo é possível, aceitável e até desejável (IMAZ, 2015, p. 298, tradução nossa).⁴⁰

Atinamos para o fato de que, as famílias compostas por mulheres lésbicas e bissexuais, não constituem uma única maneira de conjugação familiar, que rompe com o modelo engendrado da família nuclear. Argumentamos que outras conjugalidades também constroem espaços que questionam a hegemonia da família

³⁹ [...] transformación en la concepción de la crianza infantil y, simultáneamente, la transformación de la maternidad (IMAZ, 2015, p. 297).

⁴⁰ Decidir de forma conjunta ser madres de un mismo hijo o hija hace que el hecho de que no haya padre no sea una carencia, sino una propuesta. Exige una reorganización de los roles parentales tradicionales y la convicción de que romper con ese modelo es posible, es asumible e incluso deseable (IMAZ, 2015, p. 298).

considerada padrão. Imaz (2015) destaca que as famílias compostas por mães lésbicas representam uma exceção à família nuclear, porque não atenderam aos requisitos do referido modelo e, com isso, negam (mesmo que inconscientemente) o modelo familiar nuclear e de maternidade como únicos. Nesta perspectiva, as maternidades lésbica e bissexual representam um exemplo de construção de novos significados e valores, assim como de novas relações de afeto e cuidado. A seguir, serão descritos os objetos e a metodologia que embasaram a escrita da tese.

1.2 OS OBJETIVOS E A METODOLOGIA

Em termos gerais, o desdobramento da presente tese de doutoramento pode ser dividido em quatro momentos:

- 1) Cumprimento dos créditos do doutorado no ano de 2017;
- 2) Levantamento Bibliográfico com a construção do projeto de pesquisa para submissão ao Comitê de Ética, realizados no 1º semestre de 2018;
- 3) Início do campo a partir do 2º semestre de 2018 com término em dezembro do mesmo ano;
- 4) Análise dos dados coletados em campo e elaboração final da tese em 2020.

Tivemos como eixo teórico os Estudos Feministas na perspectiva interseccional e a filosofia da linguagem articulados aos trabalhos de pesquisadoras/es desenvolvidos e/ou em desenvolvimento no Brasil, assim como obras de referência de autoras/es de outros países da América Latina, Europa e do contexto anglo-saxão.

Buscamos, assim, com o desenvolvimento desta produção acadêmica, contribuir para a ciência, para os movimentos sociais (sobretudo lésbico-feministas) e principalmente, para a instituição escolar, possibilitando maior visibilidade e respeito para com as famílias formadas por duas mães e suas/seus filhas/os. A linha que costura todo este trabalho é a maternidade como direito para que todas as mulheres, incluindo as mulheres lésbicas e bissexuais, se assim o desejarem, possam exercer e ter o reconhecimento desse direito.

O objetivo principal do trabalho é compreender que sentidos de maternidade são produzidos a partir da existência das/os filhas/os de mães lésbicas ou bissexuais

na escola. Este objetivo principal se desdobra em objetivos específicos que possibilitam atingir o proposto pela investigação. Dessa forma, acessar as narrativas de mães lésbicas e bissexuais sobre a educação escolar de suas/seus filhas/os no contexto desta tese envolve:

- Conhecer sobre a importância da educação escolar para as famílias compostas por mães lésbicas e bissexuais que possuem filhas/os na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental;
- Analisar se a presença de mães que são lésbicas e bissexuais contribuem para o exercício da socialização e re-construção de práticas democráticas no interior da escola;
- Investigar em que medida, a presença de crianças, filhas e filhos de famílias lesboparentais modificam o espaço escolar e promovem possibilidades de se repensar a relação famílias e escolas.

Temos como hipótese do trabalho, que o efetivo exercício dos direitos de (para) cidadania podem ser construídos e re-construídos no interior das escolas com a presença das crianças que possuem famílias lesboparentais. As escolas em suas multiplicidades (públicas, privadas, confessionais) e, em suas formas heterogêneas de organização, configuram-se como espaços de socialização formal em que o exercício de autoridade é delineado. Essa contextualização, envolve não apenas as/os professoras/es que lidam diretamente com as crianças, mas todo o corpo de funcionárias/os que também atuam como agentes do processo de escolarização e organização escolar, que contribuem de forma direta ou indireta na mediação e interação do conhecimento.

Para Geraldo Romanelli, Maria Alice Nogueira⁴¹ e Nadir Zago⁴² (2013) isso se confirma a partir de estudos que ponderam que os espaços escolares se constituem em formas distintas de sociabilidade entre alunas/os. Apesar de estarem igualados

⁴¹ Maria Alice de Lima Gomes Nogueira é graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André Possui doutorado em Educação pela Universidade de Paris V. É Professora-Titular da Faculdade de Educação da UFMG, onde também é coordenadora do Observatório Sociológico Família-Escola (OSFE).

⁴² Nadir Zago, fez doutorado e pós-doutorado em Educação - área de concentração Sociologia da Educação na Université René Descartes (Paris V, França). É professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com atuação na graduação, ensino e orientação de mestrado e doutorado em Educação.

formalmente (salas, séries), alunas/os não são seres homogêneos. Sobre a importância da relação entre famílias e escolas, os autores assinalam que as diferentes formas de sociabilidade se constituem em “[...] próximas, solidárias e também tensas e competitivas entre pares ora podem contribuir positivamente para o sucesso de percursos escolares, ora atuam de modo negativo” (ROMANELLI; NOGUEIRA; ZAGO, 2013, p. 35).

O sucesso escolar, o pleno desenvolvimento de alunas/os no ambiente escolar, depende também, de condutas mais igualitárias e respeitosas às diferenças familiares, tratando de maneira respeitosa e com qualidade todas as configurações familiares. Debater as diferentes formações familiares que alunas e alunos possuem, a multiplicidade de organização familiar existentes no contexto escolar, podem constituir importante “[...] recurso para pesquisas e para ampliar a reflexão sobre o processo de escolarização”. Assim, nem as famílias nem as escolas podem ser configuradas como realidades idênticas, porque ambas são diferentes entre si e em suas constituições interiores. Família e escola, “[...] são grupos nos quais há intensa convivência social, nos quais há formas de sociabilidade específicas e, simultaneamente, são instituições, constituídas por normas [...]” (ROMANELLI; NOGUEIRA; ZAGO, 2013, p. 34-35). Identificamos nas razões apresentadas, a importância deste estudo que visa contribuir para a existência afirmativa das maternidades lésbicas e bissexuais na escola a fim de garantir atendimento respeitoso para as crianças e visibilidade para suas famílias.

Nessa perspectiva, a pesquisa se inscreve na metodologia qualitativa, como são as pesquisas em ciências humanas, de caráter exploratório, cuja principal fonte de coleta de dados serão as narrativas de mães lésbicas e bissexuais sobre a educação escolar de suas/seus filhas/os. Ao compreendermos que novas hipóteses podem se delinear ao longo do desenvolvimento da investigação, citamos Uwe Flick (2009, p. 9) que afirma: “[...] se os métodos existentes não se ajustam a uma determinada questão ou a um campo concreto, eles serão adaptados, ou novos métodos e novas abordagens serão desenvolvidos”. Os estudos em ciências humanas abrem espaço para o avanço, além das expectativas iniciais, motivando e impulsionando, sobretudo, a investigação de campo. O autor assinala que a metodologia qualitativa:

[...] deve ter uma pergunta de pesquisa relevante e um planejamento claro, que possibilite que essa pergunta seja respondida, e deve ser feita de tal maneira que se possa acreditar nos resultados ou eles sejam confiáveis para que as intervenções baseadas neles sejam justificadas (FLICK, 2009, p. 157).

Concordando com este proposto, podemos inferir que a pesquisa de campo precisa ser orientada por uma questão anteriormente formulada. Fazer uma pergunta que possa gerar a motivação necessária para o desenvolvimento da investigação. Assim sendo, o teor qualitativo do estudo incentiva um universo motivador de possibilidades, conforme assinala Antonio Chizzotti (2003, p. 223):

A pesquisa qualitativa abriga deste modo, uma modulação semântica e atrai uma combinação de tendências que se aglutinaram genericamente, sob este termo: podem ser designadas pelas teorias que as fundamentam fenomenológica, construtivistas, crítica, etnometodológica, interpretacionista, feminista e pós-modernista.

Desta forma, compreendemos por pesquisas exploratórias aquelas que são desenvolvidas com a finalidade de viabilizar uma aproximação sobre um fato determinado, sendo que “[...] este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2008, p. 27).

As etapas que serão condutoras deste estudo estão delineadas por meio de três eixos, a saber:

- 1) *Corpus* bibliográfico, correspondente à pesquisa bibliográfica de trabalhos publicados por autoras/es referentes à bibliografia latino-americana, francesa e anglo-saxã sobre os temas relacionados à abordagem do estudo, destacando as contribuições dos movimentos feministas;
- 2) Pesquisa de campo constituída por meio de um roteiro de orientação para as entrevistas com mães que são lésbicas e bissexuais e que possuem filhas/os na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental;
- 3) Análise e interpretação dos dados.

Foi realizado, em um primeiro momento, o levantamento bibliográfico das produções acadêmicas que possuem relação com o tema estudado, em cinco

plataformas de buscas *online*: Biblioteca Digital *SciELO*, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, na Biblioteca *online* da ANPED e nos Anais de dois eventos internacionais que acontecem no Brasil: Fazendo Gênero e Desfazendo Gênero. Foram consideradas as publicações divulgadas entre os anos de 2013 e 2018. Após esse levantamento⁴³ e a reelaboração do projeto de pesquisa, submetemos a pesquisa para avaliação ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFJF, que teve parecer aprovado sob nº 3.007.728⁴⁴. Após a aprovação do CEP, iniciamos a investigação de campo utilizando do método de entrevista semiestruturada, com roteiro de orientação no campo que contém 31 questões divididas em:

- a) Identificação;
- b) Aspectos da concepção da maternidade;
- c) Dimensão parental da maternidade lésbica e bissexual;
- d) Dimensão escolar.

A entrevista com roteiro semiestruturado é “[...] uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas” (RICHARDSON, 1999, p. 207). De acordo com Gil (2008), as entrevistas complementam e auxiliam no conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses e expectativas em relação a uma situação ou assunto vivenciado. E a análise de dados permite a investigação de documentos que são fontes ricas de informações sobre determinados contextos.

A seleção das participantes será realizada por meio do método “Bola de Neve” ou *Snowball Sampling*, que configura em um método de amostra, não probabilística, e utiliza cadeias como referência para encontrar as pessoas que serão participantes do estudo. Esse método geralmente é utilizado quando os grupos de pessoas a serem pesquisadas/os são difíceis de serem acessados. Podemos compreender como se dá o desenvolvimento desta abordagem por meio da explicação da pesquisadora Juliana Vinuto⁴⁵ (2014):

⁴³ Levantamento bibliográfico consta na terceira seção desta tese.

⁴⁴ Parecer do consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (Anexo A), TCLE (Apêndice A) e Roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice B).

⁴⁵ Juliana Vinuto Lima é doutora em Sociologia (UFRJ). Mestre em sociologia (USP) e bacharel em ciências sociais (USP). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sujeitos, Sociedade e Estado (NEPSSE-UFF).

[...] para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, **a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa**, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, **e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente** e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise (VINUTO, 2014, p. 203, grifo nosso).

De acordo com Juliana Vinuto (2014), a técnica da amostragem por Bola de Neve possui uma aparente simplicidade, porém, diferentes implicações devem ser levadas em consideração, quando recorremos a essa técnica, principalmente se a pesquisa a ser desenvolvida estiver relacionada “[...] à probabilidade, já que isso não poderá ser alcançado com a bola de neve” (VINUTO, 2014, p. 203). Uma das especificidades para se utilizar a amostragem por cadeia de referência é porque ela configura uma técnica útil de rede por amostragem, quando o objetivo do trabalho consiste em acessar pessoas em um determinado território, e que não há precisão sobre sua quantidade.

Para Juliana Vinuto (2014, p. 204), a amostragem por Bola de Neve auxilia quando a população a ser analisada possui poucos membros e “[...] que estão espalhados por uma grande área; os estigmatizados e reclusos”. Desta forma, a presente pesquisa, que tem como fio condutor ouvir as narrativas das mães lésbicas e bissexuais sobre a educação escolar de suas/seus filhas/os, utilizará desta técnica de amostragem, como uma ferramenta de condução para descobrir as participantes que sejam indicadas por pessoas que com elas sintam alguma afinidade e, assim, possam também sentir-se seguras em participar e indicar outras participantes para serem entrevistadas, compondo, desta forma, um produtivo campo de estudo, respeitando as indicações e o fluxo em que se desenvolverá a rede em cadeia.

Outro dado que justifica o uso dessa ferramenta metodológica, que visa encontrar as participantes em rede, consiste na indicação por parte de pessoas com vínculo social e de conhecimento pessoal das entrevistadas, tornando mais viável a participação delas no estudo, uma vez que possibilita certa segurança das

interlocutoras quando indicadas por outras mães LésBi de suas redes de contatos. A esse respeito, a contribuição de Patrick Biernacki e Dan Waldorf (1981) nos auxilia:

O método é bem adequado para várias finalidades de pesquisa e é particularmente aplicável quando o foco do estudo é um assunto delicado, possivelmente relacionado a um assunto relativamente privado, e requer, portanto, o conhecimento de pessoas de dentro para localizar pessoas para estudo (BIERNACKI; WALDORF, 1981, p. 141, tradução nossa).⁴⁶

A amostragem em Bola de Neve contribui para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que se revela em um processo virtuoso de coleta de dados fortalecido pelas redes sociais das próprias entrevistadas, uma vez identificadas, oferecendo à pesquisadora um número maior de potenciais contatos até que o processo de entrevistas seja finalizado pelo ponto de saturação. As pesquisadoras Nelma Baldin⁴⁷ e Elzira Munhoz⁴⁸ (2011) explicam em seu trabalho sobre Educação Ambiental Comunitária, como se desenvolve a amostragem em Bola de Neve até o ponto de saturação:

Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o 'ponto de saturação'). O **'ponto de saturação' é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos** já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 322, grifo nosso).

De acordo com o sociólogo Howard Becker (1993) a estratégia de se utilizar esta metodologia justifica-se pela possibilidade em conferir maior confiabilidade para a entrevistadora, uma vez que é indicada por contatos do círculo de conhecimento pessoal das informantes, ou seja:

⁴⁶ The method is well suited for a number of research purposes and is particularly applicable when the focus of study is on a sensitive issue, possibly concerning a relatively private matter, and thus requires the knowledgement of insiders to locate people for study (BIERNACKI; WALDORF, 1981, p. 141).

⁴⁷ Nelma Baldin possui graduação em História pela UFSC, mestrado em História pela UFSC e doutorado em Educação pela PUC de São Paulo.

⁴⁸ Elzira Maria Bagatin Munhoz é graduada em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mestre em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC/SP.

Essa estratégia resolve o problema de acesso de forma conveniente: pelo menos se conhece alguém que pode ser observado ou entrevistado, e pode-se tentar fazer com que este indivíduo o apresente a outros e seja seu fiador, desse modo deflagrando uma espécie de amostragem em bola de neve (BECKER, 1993, p. 155).

Por esta citação, percebemos que a amostragem em Bola de Neve auxilia na relação com as pessoas entrevistadas, pois utiliza-se de uma semente intermediadora para fazer ligação entre a pesquisadora (ou pesquisador) e a(s) informante(s) da pesquisa, uma vez que semente e interlocutora fazem parte “[...] da mesma rede de contatos e, caso o segundo não queira participar da pesquisa, constrói-se uma possibilidade de declinar do convite de forma mais discreta do que se este negasse sua colaboração diretamente ao pesquisador” (VINUTO, 2014, p. 209).

A pesquisa de campo é uma forma de investigação que exige uma série de procedimentos para possibilitar a organização e produção de conhecimento. A amostragem por cadeias de referência é utilizada quando o foco do estudo são pessoas ou populações que pertencem às redes sociais complexas, por isso é tanto mais razoável uma pessoa que possui ligação com o grupo específico, indicar outras participantes, do que a pesquisadora identificar e eleger tais participantes de modo autônomo. A indicação em cadeia, além de possuir o componente da segurança, conforme explicitado anteriormente, auxilia na aproximação de situações e especificidades sociais peculiares.

As mães lésbicas e bissexuais que possuem filhas e filhos na Educação Infantil e Ensino Fundamental podem constituir um grupo que se conhece e reconhece, o que possibilita que uma entrevistada possa indicar outra pessoa que deseja também participar da pesquisa. Nossa intenção com esta amostragem é conhecer e tecer uma rede de participantes localizadas nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A definição pelos dois citados estados do Sudeste, se dá pela localidade da Universidade de Juiz de Fora (UFJF) na qual este doutorado se inscreve.

É importante ressaltar que nosso objetivo não é promover uma generalização sobre as maternidades lésbicas, mas sim conhecermos, de que maneira essas mães lidam com as aprendizagens e o contexto escolar em que suas/seus filhas/os estão inseridas/os, e principalmente, se elas conseguem estabelecer novas – ou outras – formas de a instituição escolar se relacionar com as diferentes e plurais famílias existentes neste contexto. Os critérios e padrões do discurso dominante podem ser

expressados na imposição e na interiorização da cultura hegemônica, que estabelece correlações de forças e desigualdades sociais visíveis, como nos currículos e em datas comemorativas como o dia das mães e o dia dos pais. Logo,

[...] a escola – por intermédio dos livros didáticos, dos materiais trabalhados em sala, das comemorações tradicionais como dia dos pais e dia das mães faz com que aquelas/es que não possuem o modelo de família apresentado como certo/aceito se sintam à margem do esperado socialmente (MOCHI, 2016, p. 54).

Por certo, registrar as narrativas das mães lésbicas e bissexuais em interface com a escola tem por objetivo compreender que sentidos de maternidade são produzidos a partir da existência dessas/os filhas/os na escola. Além disso, investigar se as mães lésbicas e bissexuais rompem, ou não, com a norma institucionalizada da família nuclear reproduzida nos espaços escolares. Exatamente por essas questões elencadas que a amostragem em Bola de Neve pode se configurar como metodologia mais adequada, pois essa abordagem auxilia na exploração e visibilidade do tema a ser pesquisado

A amostragem de bola de neve é utilizada principalmente para fins exploratórios, usualmente com três objetivos: desejo de melhor compreensão sobre um tema, testar a viabilidade de realização de um estudo mais amplo, e desenvolver os métodos a serem empregados em todos os estudos ou fases subsequentes. É importante ressaltar que a amostragem em bola de neve não é um método autônomo, no qual a partir do momento em que as sementes indicam nomes, a rede de entrevistados aumenta por si mesma. Isso não ocorre pelos mais variados motivos, sendo um deles o fato de os entrevistados não serem procurados ao acaso, mas a partir de características específicas que devem ser verificadas a cada momento (VINUTO, 2014, p. 205).

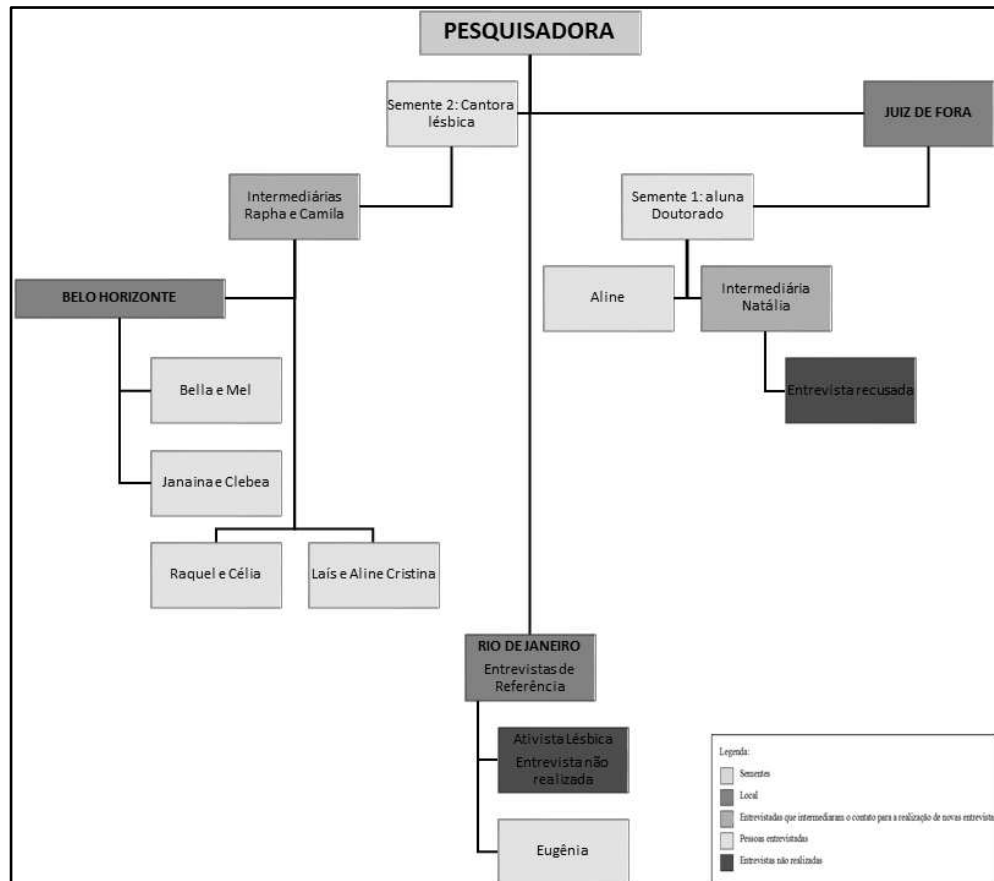
A adoção dessa metodologia nos possibilitou perceber o significado das indicações das participantes pelas próprias interlocutoras. Quando o campo teve início no mês de agosto de 2018, os primeiros contatos não retornaram e os que retornaram não aceitaram participar do estudo. A partir das duas primeiras interlocutoras (Aline e Natália)⁴⁹ outras participantes foram indicadas e uma rede sucessiva de mães LésBi

⁴⁹ Por escolha das participantes, elas serão identificadas pelos seus nomes verdadeiros. Ao longo do texto retomarei a autonegação das interlocutoras.

foram sendo encontradas e entrevistadas, indicando outras participantes de seus contatos sociais. Uma peculiaridade da metodologia Bola de Neve é identificar esse processo (a partir da primeira entrevista, a obtenção de uma indicação para a subsequente), usando o termo *sementes*. O termo *sementes* nesta metodologia focaliza as pessoas que darão partida no início do recrutamento, não sendo necessário que as sementes sejam interlocutoras ou façam parte da pesquisa. As *sementes* recebem esta denominação por serem as primeiras pessoas consultadas e que indicaram possíveis participantes efetivas do estudo que se propõe a investigar no campo. As informantes indicadas pelas sementes, ou seja, as novas pessoas recrutadas, são denominadas nesta abordagem de “filhas/os das sementes” (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

A seguir, o organograma das sementes que demonstram as indicações das 13 interlocutoras entrevistadas.

Figura 3 – Rede de contatos para realização de entrevistas



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Como instrumento da pesquisa, pautamos a entrevista, envolvendo duplo eixo: *corpus* bibliográfico x campo. De acordo com a antropóloga Cláudia Fonseca⁵⁰ (1999, p. 59), as pesquisas de campo “[...] permite-nos fluir e transitar entre a investigação, possibilitando incluir, ressignificar a investigação a partir do contato, da vivência entre e com os entrevistados”. As entrevistas foram realizadas presencialmente, em dia, local e horário estipulados pelas participantes, garantindo assim maior estabilidade na participação de cada uma das mães. As entrevistas são pautadas por meio de roteiro que serviu como guia no desenvolvimento das narrativas, juntamente com o uso do gravador de voz e diário de campo para anotações e registros dos encontros. O sigilo e a não identificação das participantes está regulamentado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP/UFJF). Ao final de cada entrevista, os áudios foram transcritos, mantendo data, horário e local da gravação. Foi perguntado às participantes como gostariam de serem nomeadas na pesquisa e das treze entrevistadas, doze delas solicitaram serem identificadas pelos próprios nomes, argumentando a importância política e conseqüentemente, de visibilidade da existência das maternidades lésbicas e bissexuais na escola. Para referir-se às crianças, optamos por nomes fictícios de pedras preciosas em referência ao Estado de Minas Gerais. Ao término de cada transcrição, as entrevistas foram enviadas na íntegra para as participantes, a fim de que pudessem ler e fazer inserções ou exclusões das informações, gerando nova autorização das interlocutoras e responsividade pelas entrevistas. Apenas uma das entrevistadas solicitou a retirada de um depoimento que ela fez sobre a mãe dela, o que foi atendido pela pesquisadora. Então, a partir da autorização final das interlocutoras, o material das transcrições passou a ser incorporado na escrita da tese.

Cabe ressaltar, que após autorização final das mães participantes, as entrevistas, com exceção da Eugênia, por se tratar de caso público, não serão incorporadas na íntegra na tese, por isso, as narrativas presentes neste estudo são escolhas da pesquisadora, o que origina um quarto momento no tratamento dos dados, visto que o lugar da/o pesquisadora/or não pressupõe a saturação dos sentidos que emergem do campo, mas do lugar da mediação resultante do acesso às palavras,

⁵⁰ Claudia Lee Williams Fonseca possui graduação em Letras - University of Kansas (1967), mestrado em Estudos Orientais - University of Kansas (1969), doutorado em Sociologia - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1981) e doutorado em Ethnologie - Université de Nanterre (1993). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

aos enunciados, reconstruindo e traduzindo o texto das interlocutoras/es participantes. A esse respeito, Marília Amorim⁵¹ (2004, p. 49) explica que “[...] a voz do outro não pode ser transcrita, pois ela é aquilo que da oralidade não se traduz: a sonoridade – barulhos do corpo, grito e lágrima”.

A presente pesquisa buscou nesses encontros produzidos por meio do campo, pensarmos quais os sentidos são possíveis de serem elaborados, a partir das narrativas das mães lésbicas e bissexuais sobre a escola, e como a inserção das crianças que possuem essa configuração familiar produzem, nos espaços escolares, outras possibilidades de encontros na relação “família e escola”.

1.3 ESTRUTURA DA TESE

O desenvolvimento da escrita das seções e os referenciais adotados para a tessitura desta tese de doutoramento, envolvem cuidadoso trabalho de escrita que se põe em diálogo com o tema da pesquisa. Com efeito, apresentaremos as escolhas políticas e feministas que compõem a escrita em quatro pontos importantes: Linguagem, as autoras, tradução e descrição das seções.

Linguagem: A linguagem escrita e falada reflete e (re)produz padrões que designam mulheres e homens na sociedade. O uso masculino genérico nas produções acadêmicas (e também em documentos formais e informais), acentua e reforça as relações assimétricas e hierárquicas entre os gêneros. As autoras Paki Venegas Franco⁵² e Julia Pérez Cervera⁵³ (2014) alertam que uma das maneiras mais

⁵¹ Marília dos Santos Amorim é graduada em Psicologia, possui doutorado em Ciências Humanas e da Educação pela Universidade de Paris VIII (1994). Professora concursada como Maître de Conférences da Universidade de Paris VIII a partir de 2001.

⁵² Paki Venegas Franco é pedagoga e mestre em Estudos da Mulher. Tem trabalhado com diferentes organizações não governamentais em temas de gênero e desenvolvimento. Também publicou diversos artigos sobre gênero, empoderamento e saúde reprodutiva e três guias didáticos. “Um mundo para compartilhar: a educação para o desenvolvimento desde o enfoque de gênero”; “Vozes de mulheres imigrantes, a educação intercultural desde uma perspectiva de gênero”; e “Equidade de gênero em saúde: manual para coordenar oficinas de sensibilização”.

⁵³ Julia Pérez Cervera é graduada em Direito, mestre em Gênero e Desenvolvimento. Integrante do Grupo de Educação Popular com Mulheres (GEM), responsável da linha “Acesso à Justiça e Cidadania”. Fundadora e co-cordenadora de Defesa Jurídica e educação para Mulheres (Vereda Themis).

eficazes e sutis de discriminação social e de gênero, se dá por meio da linguagem, que reflete os valores e o pensamento da sociedade. Assim, “[...] nada do que dizemos em cada momento de nossa vida é neutro: todas as palavras têm uma leitura de gênero” (FRANCO; CERVERA, 2014, p. 5).

Desse modo, não existe naturalidade no uso da língua. Ao contrário, o uso do masculino como genérico, produz o apagamento da existência das mulheres na produção de conhecimentos, expressando desprezo e realocando-as como dependentes e subordinadas à ciência produzida pelos homens. A utilização da linguagem de maneira politicamente reflexiva, considerando as desigualdades e o uso do masculino como linguagem universal, compreende a invisibilidade das produções teóricas e científicas das mulheres, e a partir do seu uso consciente, se posiciona com intento de reparar o uso da linguagem sexista demandado historicamente. Portanto, a linguagem possui potente valor simbólico, “[...] o que não se nomeia não existe, e durante muito tempo, ao utilizar uma linguagem androcêntrica e sexista, as mulheres não existiram e foram discriminadas” (FRANCO; CERVERA, 2014, p. 14-15). Igualmente, podemos utilizar a filosofia da linguagem bakhtiniana para alicerçar nossa proposta de que na linguagem também são exercidos os sistemas de poder, visto que, nenhum enunciado é neutro, eles ganham sentidos a partir do contexto em que a linguagem é proferida, e do mesmo modo que as ações humanas são atravessadas pela interposição da cultura, a linguagem atravessa e representa uma unidade na responsabilidade da ação ética entre os sujeitos (BAKHTIN, 2011).

Por ser a linguagem flexível e em constante evolução, utilizaremos o feminino como um dos agentes de socialização e visibilidade de gênero, tornando visíveis as mulheres, em um movimento de reparação histórica do apagamento e da utilização do masculino como genérico para todas as pessoas. Quando houver necessidade de diferenciar mulheres e homens, o artigo feminino aparecerá em primeiro lugar, seguido de (/) para o masculino (professora/or; filhas/os). Para outras ocasiões, a escrita será predominantemente no gênero feminino.

As autoras: Ao longo do texto as autoras serão apresentadas com seus nomes completos e em notas de rodapé quando forem citadas pela primeira vez no texto. As notas de rodapé terão por objetivo, apresentar quem são as autoras, temas de pesquisa, localidade, formação, entre outros dados relevantes sobre elas. As informações coletadas foram pesquisadas através de seus Currículos Lattes, centros

ou grupos de pesquisas disponíveis *online* e/ou informações retiradas diretamente de suas obras, para dar visibilidade e localizar na história a produção de conhecimentos das autoras, que compõem o *corpus* bibliográfico desta tese.

Traduções: As obras e citações em língua estrangeira serão traduzidas e aparecerão em língua portuguesa diretamente no corpo do texto. O objetivo é oferecer acessibilidade de leitura para todas as pessoas que desejarem se apropriar da pesquisa realizada. As citações em idioma original constarão em notas de rodapé mantendo-se assim, a originalidade dos textos. Compreendemos que a produção de uma tese de doutorado, especialmente na área da Educação, necessita ter por princípio a democratização da leitura e conseqüentemente do aprendizado. Esperamos que este trabalho possa ser lido e compartilhado por profissionais da educação, pelas famílias e por todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, tenham interesse no tema.

As seções: A presente tese está estruturada em cinco seções, partindo da apresentação, que situa o percurso da pesquisadora, e da introdução que apresenta os elementos, que constituíram o desdobramento da pesquisa. Assim, a primeira seção está organizada pela introdução, relevância do estudo, os objetivos e a metodologia. Além da descrição da tese que neste momento apresentamos.

A segunda seção, *Campo: tecendo encontros e possibilitando diálogos*, contempla os encontros durante o trabalho de campo e as interlocutoras que participaram da pesquisa. As entrevistas aparecem na ordem em que os encontros foram realizados e descrevem as primeiras impressões que surgiram durante as narrativas das mães lésbicas e bissexuais.

Logo depois, a terceira seção, denominada de *Contextualização histórica: o debate sobre a maternidade lésbica e bissexual em perspectiva feminista*, é responsável pelo levantamento bibliográfico com a data marco de 2013 a 2018. Como também, estão presentes os achados com a busca teórica sobre a literatura a respeito das maternidades lésbicas e bissexuais no Brasil e as obras de referência.

Em seguida, a quarta e quinta seções são responsáveis por debater as narrativas das interlocutoras em interface com a educação escolar. A análise será contemplada a partir dos elementos que constituem os movimentos sociais, sobretudo, lésbicos feministas e LGBTs, por compreendermos que a representação

social da maternidade e as produções teóricas sobre o tema, estão em conexão com os movimentos sociais, e nos auxiliam a alcançar o objetivo desta investigação sobre quais os sentidos que as existências dessas maternidades podem suscitar no campo da educação.

Cabe ainda destacar, que optamos por fechar as seções com as músicas que motivaram a escrita e que representam de modo significativo, todo o processo do doutorado ao longo desses quatro anos. As canções escolhidas estão relacionadas com as seções e possuem a função de exprimir os sentidos vividos no tempo e espaço dos atravessamentos políticos, organizacionais, de aprendizagens e, especialmente, os deslocamentos vivenciados pela autora durante a imersão realizada na pós-graduação. O movimento pretendido com as canções que embalaram esta tese poderá ser percebido pela música *Debaixo D'água* (2006), interpretada pela cantora Maria Bethânia (1946-), que expressam a gestação e o nascimento desta escrita, nos sentidos produzidos pela autora, denotando que mais difícil do que iniciar uma tese é terminá-la, pois, a partir de agora, outro momento se inicia.



Para acessar essa e as demais músicas, basta baixar um aplicativo leitor de **QR CODE** em seu aparelho celular. Ao instalar, abra o aplicativo e permita o uso da câmera. Feito isso, posicione a câmera para o Código **QR** e escolha a opção abrir **URL**.



Figura 4 – Abraço de mãe: Cássia Eller e Chicão.

Fonte: Arquivo da autora. Fotografia do álbum de Cássia Eller e Maria Eugênia em 19/08/2018.

2 CAMPO: TECENDO ENCONTROS E POSSIBILITANDO DIÁLOGOS

“A primeira pessoa soa como eu sou
A segunda pessoa soa como tu és
A terceira pessoa soa como ele
E ela também
Qualquer pessoa soa
Toda pessoa
Boa
Soa
Bem”
(O Som da Pessoa, 2006)

O campo, descrito na introdução deste estudo, foi realizado na região sudeste com participantes dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. A escolha do território se deu pela minha inserção na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG quando do meu ingresso no Programa de Pós-graduação em Educação no ano de 2017. Nesse período, de março de 2017 a janeiro de 2019, me mudei para Juiz de Fora/MG para integralização dos créditos das disciplinas de doutorado, participação nos grupos de pesquisas e conclusão da investigação de campo.

A letra da música que inicia esta seção representa as interlocutoras da pesquisa, mães que encontrei no caminho percorrido pelo campo. Assim como na música *O som da Pessoa* (2006), composição de Gilberto Gil (1942-), as interlocutoras se apresentaram como pessoas com trajetórias diferentes, mas com dificuldades semelhantes: o enfrentamento da lesbofobia e a luta engajada pela visibilidade de suas famílias perante a escola e conseqüentemente, na sociedade. Os encontros com as participantes foram realizados ao longo do ano de 2018, período das eleições presidenciais que elegeu o atual presidente do Brasil. Esse momento foi marcado pelo prenúncio do avanço das pautas conservadoras no país e as interlocutoras relataram apreensão e insegurança com o futuro que se desenhava por meio do forte apelo do enunciado: “pessoas de bem e a favor da família”. Desse modo, a eleição presidencial atravessou o campo, e o registro dessa contextualização é importante, para compreendermos que o reconhecimento das relações homoafetivas é ato político, e requer garantia de direitos que são conquistados a partir de políticas públicas voltadas para a população LGBTTTQIA+.

Isto posto, o encontro com as mães, interlocutoras da pesquisa soou com diferenças e semelhanças marcadas pelo desejo de proteção para com suas famílias.

Como pesquisadora, me coloquei ao encontro dessas mães, com o propósito de estabelecer diferentes possibilidades de diálogos, e a cada entrevista, a minha identidade de mulher lésbica, me aproximava das entrevistadas e ao mesmo tempo, me tornava uma estrangeira no terreno da *outra*⁵⁴. Isso se deu porque, como na música, cada pessoa tem um som, um jeito próprio de perceber a presença da pesquisadora, como explica Marília Amorim (2004, p. 30), “O outro, justamente por ser outro, independentemente das intenções (conscientes ou não) do pesquisador ou da instituição científica, impõe seu caráter de desconhecido e imprevisível”.

Apoiada nessa premissa, me coloquei como estrangeira no campo dessas *outras*, para construir uma escuta de alteridade por meio das narrativas dessas mães, e poder traduzi-las em outros enunciados, que agora, se transformam em material científico. Com início no mês de agosto de 2018 e término em novembro do mesmo ano, foram muitos encontros com essas famílias. Algumas vezes foi preciso voltar mais de uma vez, pois as entrevistas, excederam o tempo e precisou de outro dia para concluí-las. Foram encontros na universidade, em cafés, hotel e na residência dessas mães. Entre o aceno para o café ou a mesa posta para o almoço, os convites para festas de aniversários e até mesmo para participar do time de futebol de mulheres lésbicas e bissexuais da cidade. As interlocutoras demonstravam, além do desejo de contribuir com suas narrativas, apresentar suas famílias o que pareceu ser uma espécie de convocação que transformava a estranha no campo da *outra* em pessoa que soava como elas. Esse movimento se deu a partir do início do campo, quando consegui realizar a primeira entrevista que me indicou para outras mães e que será detalhado a seguir.

Foram entrevistadas oito mães na cidade de Juiz de Fora/MG, quatro em Belo Horizonte/MG e uma na cidade do Rio de Janeiro/RJ, totalizando 13 participantes que compõem a pesquisa de campo.

⁵⁴ Amorim (2004) utiliza o termo “o outro” para descrever a presença da alteridade no trabalho de campo da/o pesquisadora/or e, em especial, nas pesquisas em ciências humanas. Essa reflexão contribui para pensarmos nas pesquisas feministas, sobretudo nesta tese que é composta por interlocutoras mulheres. Portanto, escreveremos *outra* em itálico todas às vezes em que estivermos nos referindo a esse conceito de alteridade desenvolvido pela autora.

Quadro 1 – Construção do território de pesquisa

ESTADO	CIDADE	DATA	QUANT. ENTREVISTADAS
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	17 e 18/07/2018	Entrevista não realizada ⁵⁵
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	19/08/2018	01
Minas Gerais	Belo Horizonte	19 e 20/10/2018	04
Minas Gerais	Juiz de Fora	05/08 a 16/11/2018	08

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Apesar de ter dedicado minhas intenções de delimitação de tema para a maternidade lésbica em interface com a educação escolar nos anos de 2014 a 2016 por meio do mestrado, não possuía em minha rede de contatos, famílias compostas por mulheres lésbicas e bissexuais. Tampouco conhecia ou possuía a inserção social necessária para mapear essas mães na região que figurou o campo. Eu estava em território estrangeiro (AMORIM, 2004) e recorri a minha turma de Pós-graduação com quem dialogava a respeito da tese e que residiam na cidade de Juiz de Fora/MG. Após algumas tentativas sem sucesso, e como sugestão adquirida nos diálogos trocados com as discentes, solicitei por meio do grupo de *WhatsApp* da turma de doutorado, a divulgação do meu tema de estudo e a minha procura pelas participantes. Diante de algumas indicações entrei em contato, mas permaneci sem sucesso na tentativa de marcar encontros presenciais. Na segunda solicitação no grupo de doutorandas/os surgiu Aline, a primeira interlocutora da pesquisa. Após a realização dessa primeira entrevista foi possível delinear, de maneira orgânica, o quadro⁵⁶ das participantes.

Nessa trajetória inicial do campo, duas questões se tornam centrais e exatamente por isso, relevantes para o desenvolvimento do meu objeto de investigação. A primeira se refere à dificuldade inicial de encontrar mães LésBi para participar do estudo. A segunda está relacionada com a identificação das participantes com a pesquisadora lésbica. Na primeira questão se encontra a dificuldade em localizar interlocutoras que aceitassem participar da pesquisa e, a essa complexidade, podemos atribuir a presença da pesquisadora duplamente estrangeira: não sou da localidade em que o campo se deu e também porque a/o “Outro se torna estrangeiro

⁵⁵ A entrevista seria realizada com uma importante ativista lésbica que é mãe e avó. Viajei até o Rio de Janeiro na data confirmada com a interlocutora. No dia marcado, a participante remarcou a entrevista para o dia seguinte e novamente desmarcou por motivos de saúde.

⁵⁶ Ver Figura 3.

pelo simples fato de eu pretender estudá-lo (AMORIM, 2004, p. 31). A segunda, a identificação e a afirmação da lesbianidade entre pesquisadora e participantes podemos compreender como um processo de identificação por meio do “impulso politicamente ativado” (RICH, 2010).

As mães LésBi desenvolvem certo lugar de proteção para suas relações afetivas e familiares diante do preconceito e o silenciamento social que enfrentam e que ameaça as suas existências. Desse modo, encontrar mulheres lésbicas e bissexuais que se dispusessem a tornar públicas suas vidas, por meio de uma pesquisa acadêmica, não foi algo que aconteceu de imediato. Por isso, as indicações ocorridas através do método de seleção “Bola de Neve” serviram como uma espécie de fiadoras da pesquisa. Quando alguém de dentro do grupo indica o estudo, passo a ter credibilidade na rede de contatos. Embora seja uma abordagem diferente de análise das maternidades lésbicas, encontrei próxima semelhança com o que a antropóloga Anna Carolina Horstmann Amorim (2018) observou na construção de seu campo de pesquisa. Identifiquei durante os primeiros contatos com minhas interlocutoras que a “[...] política de reserva que parecia imperar nos meus contatos iniciais foi aos poucos se desfazendo com os primeiros encontros com os casais, que logo ofereciam novos contatos e indicavam amigas ou conhecidas para conversas futuras” (AMORIM, 2018, p. 37).

No primeiro contato presencial com as participantes, minha lesbianidade era identificada de maneira não verbal e, a partir dessa identificação, as interlocutoras passaram a afirmar a importância política e representativa de suas contribuições para a pesquisa. Aquela que parecia ser “de fora” a estrangeira, passou a ser vista como alguém “de dentro”, gerando certa confiabilidade no discurso e na representação de suas famílias para a produção científica. Este deslocamento se deu de diferentes maneiras a partir da primeira entrevista realizada com a Aline. Doravante, a segunda foi indicada, e após a terceira entrevista, outras mães entraram em contato comigo, porque ficaram sabendo da pesquisa por meio dos círculos de amizades entre essas mães, e se colocaram à disposição para contribuir. A cada entrevista realizada, os casais se colocavam a pensar em outras mães para indicar e a evocar enunciados de que participar desta tese seria um ato político de visibilidade e conseqüentemente, uma construção/contribuição para que suas filhas e seus filhos tenham uma escola mais inclusiva em relação às famílias. Esse movimento pode ser compreendido pelo potencial criador da linguagem, porque “[...] somos todos falantes e estrangeiros e

essa é a única condição que torna possível uma ética/política da relação com o outro” (AMORIM, 2004, p. 28).

Entretanto a identificação amplia o vínculo entre as mulheres lésbicas e bissexuais e valida a existência dessas vidas, como observa Rich (2010, p. 36): “A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida”. Vale ressaltar, que a importância da identidade lésbica entre pesquisadora e interlocutoras, não pode ser confundida com o “efeito narcísico em que os dois se fundem no mesmo objeto”, como descreve Fonseca (1999, p. 65). Ao contrário, quando existe a representação da identidade entre as participantes do campo e pesquisadora, surge a “metáfora do espelho” (FONSECA, 1999), a qual o reflexo da semelhança cria possibilidades para a entrevista acontecer. Para além de conjugar a identidade lésbica com minhas interlocutoras, através do reflexo no espelho, as diferenças existentes entre a pesquisadora lésbica e as interlocutoras mães lésbicas e bissexuais, favoreceram a construção das narrativas, geraram confiança, afirmação na participação da investigação e indicações de novas mulheres do seu convívio social e/ou familiar⁵⁷. Nas palavras de Fonseca (1999, p. 65), “[...] atrás das aparentes semelhanças – que se cria um espaço para o diálogo acontecer”. Nas pesquisas em que o objeto de estudo são pessoas, instaura-se uma relação de alteridade, cujo limite reside entre o lugar da/o pesquisadora/or e das/os participantes, capaz de atravessar as narrativas e estabelecer uma diferença imposta pelo lugar que cada uma/um ocupa na elaboração do conhecimento, pois “[...] o outro é ao mesmo tempo aquele que quero encontrar e aquele cuja impossibilidade de encontro integra o próprio princípio da pesquisa” (AMORIM, 2004, p. 28-29), isto é, é na linguagem que pesquisadoras/es e sujeitos se encontram.

Estão presentes na análise, diferentes modos de concepções das maternidades lésbicas com o recorte para as mães que se autodeclaram lésbicas e bissexuais e que possuem filhas/os em idade escolar. Sendo assim, o campo está composto por mães que compartilham a maternidade desde um projeto parental

⁵⁷ Quando se tratava de casais, o contato era feito com uma das mães. Mesmo o convite de início sendo endereçado para as duas, a confirmação de participação da segunda mãe só acontecia após o contato presencial. Foi também após o primeiro contato pessoal que algumas das interlocutoras me apresentaram suas/seus filhas/os, permitiram que conhecesse suas residências, interagisse com as crianças e 2 delas quiseram dar depoimento para a pesquisa. Convites para participar de reuniões festivas, grupos de atividades físicas e até uma inesperada visita em minha casa de um casal de interlocutoras que residem na capital mineira.

idealizado pelo casal (Camila e Raphaela); mães que adotaram juntas uma criança, se separando depois, e dividindo os cuidados com a filha, por guarda compartilhada (Natália); mães que tiveram filhas/os em relações heterossexuais anteriores (Aline, Janaina e Aline Cristina); mãe que optou pela inseminação com doador anônimo e compartilhar a maternidade com a companheira (Raquel); mães que adotaram juntas uma filha e esperam pela guarda definitiva (Bell e Mel); mães reconhecidas legalmente pela filiação sócio afetiva (Eugênia e Célia); e mães que apesar de não possuírem documento legal no registro que garanta a dupla maternidade, reconhecem e são reconhecidas pelo afeto maternal desenvolvido com as crianças de suas companheiras (Clébea e Laís).

Quadro 2 – Configurações familiares pesquisadas

	NOME	IDADE	STATUS PARENTAL	FILHAS/OS	MODO DE CONCEPÇÃO
A	Maria Eugênia	57	Guarda definitiva	Francisco (25 anos)	Filiação sócio afetiva
B	Aline	32	Mãe legal e biológica	Ametista (11 anos) e Berilo (8 anos)	Relacionamento anterior
C	Natália	32	Mãe legal por adoção	Rubi (4 anos)	Adoção
D	Camila	33	Mãe legal e biológica	Safira (3 anos)	Fertilização in Vitro
	Raphaela	34	Mãe legal		
E	Raquel	33	Mãe legal e biológica	Citrino e Âmbar, gêmeos (5 anos)	Inseminação em clínica com doador anônimo
	Célia	52	Mãe legal		Filiação sócio afetiva
F	Bella	31	Aguardando guarda definitiva	Lazúli (7 anos)	Adoção
	Mel	36			

G	Janaina	39	Mãe legal e biológica	Rutilo (10 anos)	Relacionamento anterior
	Clébea	40	Sem reconhecimento legal		Reconhecimento afetivo da maternidade
H	Aline Cristina	25	Mãe legal e biológica	Esmeralda (7 anos)	Relacionamento anterior
	Laís	29	Sem reconhecimento legal		Reconhecimento afetivo da maternidade

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

As interlocutoras possuem idades entre 25 e 57 anos. Do total de 13 entrevistadas, dez participaram da pesquisa junto com suas companheiras e a entrevista foi realizada ao mesmo tempo com o casal. A escolha por entrevistar o casal de mães juntas se deve pelo fato de entender, que para além da coleta de dados, pretendo com este trabalho, dialogar com as mães por meio dessa temática e em interlocução conjunta. Elas podem lembrar sobre suas maternidades, quando que tornaram mães e quais aspectos aproximam ou distanciam suas experiências com as escolas de suas/seus filhas/os. As demais, três, narraram sobre suas vivências em relacionamentos anteriores e atuais, refazendo o percurso de suas maternidades. Cláudia Fonseca (1999, p. 59) observa que durante a pesquisa de campo se faz necessário compreender o que está sendo falado por nossas interlocutoras, pois é “possível que, em certas situações, as duas partes do processo comunicativo falem exatamente a mesma linguagem [...]” (FONSECA, 1999, p. 59).

Para além dessa questão, mencionada pela autora, meu desejo pela entrevista presencial, seja com o casal ou com uma das mães, é observar os detalhes, as expressões, o contato das interlocutoras a partir de suas narrativas, construindo significados não apenas para a pesquisadora, mas para a escuta de si próprias e/ou de suas companheiras. Suely Kofes⁵⁸ (2007, p. 125) assinala que “[...] com os detalhes são recriados diálogos, recompostos gestos, humores, tons de voz”. Esse efeito tem sido manifestado durante e depois das entrevistas. Quando devolvo a transcrição para que leiam e mais uma vez autorizem se o material pode ou não ser contemplado no

⁵⁸ Maria Suely Kofes é antropóloga, Professora Titular Colaboradora no Departamento de Antropologia, IFCH, Unicamp. Doutora em Antropologia Social pela USP e livre-docente pela Unicamp.

texto final, elas me retornam mensagens dizendo como, e o quê, estavam sentindo e revivendo ao lerem suas próprias narrativas e de suas companheiras, como aconteceu enquanto redigia o presente texto. Uma das interlocutoras me escreveu por um aplicativo de celular:

Oi Lu, eu já li até a questão 7. Estou acabando [de ler] e rindo aqui lembrando do passado. Muito bom esse trabalho. Me leva lá longe (JANAÍNA).

Do mesmo modo, reconheço que existe uma responsabilidade e preocupação de elaborar o texto científico por intermédio das palavras ditas pelas minhas interlocutoras e assim, fazer “[...] justiça ao conteúdo daquilo que se quer expressar, falar ou transmitir como ideias e palavras que são, ao mesmo tempo, palavras e ideias alheias e próprias” (SOUZA, 1997, p. 334-335). Ao devolver as transcrições para que as participantes da pesquisa leiam o que foi transcrito de suas narrativas, transformo em texto a materialização de suas vozes. É importante ressaltar que, não obstante, a transcrição tenha passado pela leitura e ciência das interlocutoras, quando organizo as contribuições para análise, as narrativas passam a compor um quarto momento da pesquisa e, aliadas às contribuições das/os autoras/es que compõem o texto, passam a emitir outros significados que são caracterizados pelo texto, por isso, é essencial afirmar que as interlocutoras são consideradas coautoras deste trabalho. Ademais, a linguagem não é feita apenas do que se fala, mas do que e como se sente, o que está sendo dito para a outra pessoa, principalmente, quando essa *outra*, está representada pela figura de pesquisadora em uma posição de escuta científica.

Por essa razão, a escolha metodológica para com as vozes e enunciados dessas interlocutoras, é dialógica e propõe como método, a aproximação com a verdade (SOUZA, 1997). Ao fazer esse movimento, de que as entrevistas seriam realizadas presencialmente,⁵⁹ e que após colhido o material, seria retornado por meio da transcrição para que as interlocutoras pudessem ler, e mais uma vez, autorizar e/ou retirar dados de suas narrativas a respeito das maternidades lésbicas e bissexuais em interface com a educação escolar de suas/seus filhas/os, estou escolhendo o caminho do diálogo e da citação autorizada:

⁵⁹ Vale lembrar que nessa época não sabíamos que enfrentaríamos uma pandemia mundial provocada pelo vírus da Covid-19 que teve início no final do ano de 2019, e levou a população, a partir do início de 2020, manter distanciamento social até os dias de hoje.

Que forma dar a um pensamento que busca desfazer enganos e ilusões como método de aproximação com a **verdade**? Nesta busca, dois caminhos se interpenetram: o caminho do **diálogo**, escolhido por Bakhtin, e o caminho da **citação autorizada**, escolhido por Benjamin. Diálogo é combate e jogo, jogo entre opiniões em confronto, confronto entre duas ou mais consciências, jogo que convida o público a participar do debate. Entrar na corrente do diálogo é renunciar à fala monológica, que seduz o outro de modo autoritário e impede a manifestação do caráter de acontecimento que assume o conhecimento dialógico. A citação, por sua vez, é uma forma de recuperar, sempre, em um novo texto, a verdade contida na palavra alheia (SOUZA, 1997, p. 335, grifo da autora).

As vozes dessas mulheres, mães LésBi, sobre suas experiências vividas a partir das identidades conjuntas entre maternidade e lesbianidade/bissexualidade, foram adotadas como narrativas com o propósito de garantir o protagonismo das participantes e traçar junto com elas um plano comum que assegure o lugar de coautoras na pesquisa. Embora a cartografia como método de investigação não seja o foco desta tese, a autora e o autor Virgínia Kastrup⁶⁰ e Eduardo Passos (2013) nos dão pistas para compreendermos que o real protagonismo dos sujeitos em um estudo científico, não se dá meramente pela presença das/os interlocutoras/es, mas principalmente no modo como a participação é dirigida. Portanto, para que o protagonismo das entrevistadas aconteça é necessário que elas tenham engajamento com o processo da investigação a partir da experiência de pertencimento, como argumentam Kastrup e Passos (2013, p. 272) “[...] é preciso também que os participantes queiram nela se engajar. Sem isso, a participação, no sentido forte do termo, não acontece, restando uma participação mitigada”.

Em uma relação dialógica, pesquisadora e interlocutoras passam a estabelecer um diálogo que ativa memórias passadas e presentes, vividas por elas, a partir de suas próprias experiências, transformando o que seria apenas objeto de investigação para coautoras neste processo de produção de conhecimentos. Portanto, as participantes atuam como indicadoras de credibilidade e validade dos dados coletados, tornando-a dialógica, “[...] já que essa forma de voltar a verificar com membros sempre inclui um retorno dos resultados aos participantes, ao campo, aos contextos práticos [...]” (FLICK, 2009, p. 53). De seu próprio modo, as participantes

⁶⁰ Virginia Kastrup atua na área de Psicologia Cognitiva, é Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

passam a ser representadas como ativas no processo da pesquisa e suas narrativas se transformam em citações autorizadas em forma de texto científico para esta tese.

Para identificar e situar as mães entrevistadas durante o trabalho de campo, estruturamos esta seção em dois momentos. No primeiro, apresentamos as interlocutoras e descrevemos a categoria de identificação das conjugalidades e os aspectos da concepção da maternidade de cada uma delas. No segundo, passamos a detalhar as entrevistadas que, compõem as múltiplas vozes presentes neste trabalho e representam experiências singulares que, compartilhadas, podem provocar outros sentidos sobre a presença dessas famílias na escola.



2.1 SOU FERA, SOU BICHO, SOU ANJO E SOU MULHER, SOU MINHA MÃE E MINHA FILHA, MINHA IRMÃ, MINHA MENINA: APRESENTANDO AS INTERLOCUTORAS

Quero poder escolher o que vai me nomear (ANZALDÚA, 2017, p. 409).

Gloria Anzaldúa⁶¹ utiliza esta frase para dizer que apesar dos rótulos identitários serem necessários para nos proteger, eles também homogeneizam e podem silenciar as diferenças existentes entre as diversas maneiras de ser lésbica. Isto depende da cultura e dos modos como são percebidas as mulheres que se

⁶¹ Gloria Anzaldúa (1942-2004) foi escritora, teórica cultural e chicana. A ativista norte-americana estimulou o feminismo da diferença, as teorias fronteiriças que recusam e subvertem as versões eurocêntricas da ciência, sobretudo no que diz respeito às teorias sobre gênero. Recomendo o texto “Esquisita(r) demais a escritora: notas sobre a teorização *Queer* de Gloria Anzaldúa” (ÁVILA, 2017, p. 426).

relacionam com outras mulheres, pois o que em uma determinada cultura pode ser permitido para as lésbicas, pode ser um interdito em outras, por exemplo, a maternidade. A autora descreve que sua cultura, mulher, lésbica chicana, na região fronteira entre o sul do Texas e o México, outras questões perpassam sua orientação sexual: “Eu preciso constantemente afirmar minhas diferenças, preciso dizer: ‘Isso é o que eu penso sobre amar mulheres’. Devo declarar: a diferença está na minha relação com minha cultura” (ANZALDÚA, 2017, p. 409).

Do mesmo modo, as interlocutoras, optaram por serem nomeadas por seus prenomes reais. Do total de 13 entrevistadas, 12 reiteraram que gostariam de ver no texto seus próprios nomes, por considerar que a lesbianidade e a bissexualidade somadas as suas maternidades, constituem identidades políticas de ação afirmativa delas como lésbicas e bissexuais e também de suas famílias. A partir de agora, passo a apresentar as interlocutoras deste trabalho com seus respectivos nomes, reafirmando suas identidades, como um deslocamento político de existência. As crianças, filhas e filhos das entrevistadas serão descritas/os com nomes fictícios. Para cada criança foi escolhido nome de pedras preciosas, em homenagem ao enfrentamento e resistências de suas mães, pois, as diferenças individuais nas narrativas de cada uma das mães LésBi que participaram desta pesquisa, se somam às experiências em lidar com uma sociedade pautada na heterossexualidade compulsória, na naturalização da maternidade e na luta para legitimar suas existências. Antes mesmo de terem que se relacionar com as escolas de suas/seus filhas/os, passaram por um longo processo de autoafirmação de suas próprias sexualidades.

Das 13 mães entrevistadas, uma é solteira, quatro são casadas legalmente, três se divorciaram, duas moram juntas, duas possuem união estável e uma é viúva. Das diversas formas de constituir famílias, Janaína possui um filho biológico que é compartilhado com a noiva Clébea, mãe com reconhecimento afetivo. Maria Eugênia, viúva da cantora Cássia Eller, é mãe de Chicão. Por ele ser filho biológico apenas da cantora, Eugênia teve que recorrer à justiça para legalizar a guarda definitiva do filho. Aline possui uma filha e um filho frutos do casamento com o pai das crianças. Atualmente está divorciada e cria a/o filha/o sozinha e está namorando uma mulher. Natália também é divorciada, mas da ex-esposa com quem foi casada legalmente e juntas adotaram a Rubi. Camila e Raphaela possuem união estável e programaram juntas a concepção da Safira. Célia e Raquel são mães de gêmeos. Raquel decidiu

ser mãe após a morte da companheira com quem viveu muitos anos, e durante esse relacionamento, sempre mencionaram o desejo pela maternidade. Ela optou pela inseminação artificial e quando se casou com Célia, legalizou a filiação socioafetiva. Bella e Mel são casadas legalmente e juntas adotaram uma filha que até o momento da realização da entrevista, aguardavam a guarda definitiva. Aline Cristina possui uma filha, de um relacionamento anterior, e divide a maternidade com sua companheira Laís, que possui reconhecimento afetivo da criança.

Quadro 3 – Categorias de identificação do campo

(Continua...)

Nome	Idade	Cor	Escolaridade	Profissão	Religião	Localidade	Orientação	Mov. Soc.	Identidade de Gênero
1. Maria Eugênia	57	Branca	Superior	Nutricionista	Católica	Rio de Janeiro	Lésbica	Não	Cisgênero
2. Aline	32	Branca	Ensino Médio	Doméstica/cuidadora	Espírita	Juiz de Fora	Lésbica	Não	Cisgênero
3. Natália	32	Branca	Mestrado	Técnica em Assuntos Educacionais	Umbanda	Juiz de Fora	Lésbica	Sim	Cisgênero
4. Camila	33	Branca	Doutorado	Consultora Ambiental	Não	Juiz de Fora	Lésbica	Não	Cisgênero
5. Raphaela	34	Branca	Mestrado	Consultora Ambiental	Não	Juiz de Fora	Lésbica	Não	Cisgênero
6. Célia	52	Branca	Superior	Militar da Reserva	Espírita	Juiz de Fora	Lésbica	Não	Cisgênero
7. Raquel	33	Branca	Ensino Médio	Do lar	Espírita	Juiz de Fora	Lésbica	Não	Cisgênero
8. Bella	31	Parda	Mestrado	Professora Universitária	Católica	Belo Horizonte	Bissexual	Sim	Cisgênero
9. Mel	36	Parda	Especialização	Bibliotecária	Espírita	Belo Horizonte	Lésbica	Sim	Cisgênero
10. Janaina	39	Parda	Ensino Médio	Técnica em Mecânica	Católica	Belo Horizonte	Lésbica	Não	Cisgênero
11. Clébea	40	Branca	Ensino Superior	Analista de atendimento de serviços	Católica	Belo Horizonte	Lésbica	Não	Cisgênero
12. Laís	29	Branca	Superior	Maquiadora	Não	Juiz de Fora	Lésbica	Não	Cisgênero
13. Aline Cristina	25	Preta	Ensino Médio	Barbeira, cozinheira	Não	Juiz de Fora	Lésbica	Não	não respondeu

Nome	Situação conjugal	Concepção	Filhas/os	Idade	Dupla maternidade	Escolaridade	Rede
1. Maria Eugênia	Viúva	Filiação sócio afetiva (guarda definitiva)	1	25	Não	Cursando superior	Privada (Ed. Infantil e Fundamental)
2. Aline	Divorciada	Relacionamento anterior	2	11 e 08	Sim	Ens. Fundamental I	Privada
3. Natália	Separada	Adoção	1	4	Sim	Ed. Infantil	Privada
4. Camila	União Estável com Raphaela	Fertilização in Vitro e ROPA	1	3	Sim	Ed. Infantil	Privada
5. Raphaela	União Estável com Camila	Fertilização in Vitro e ROPA			Sim		
6. Célia	Casada com Raquel	Filiação socioafetiva	2 (gêmeos)	5	Sim	Ed. Infantil	Privada
7. Raquel	Casada com Célia	Inseminação em clínica com doador anônimo			Sim		
8. Bella	Casada com Mel	Adoção	1	7	Não (aguardando guarda definitiva)	Ens. Fundamental I	Pública
9. Mel	Casada com Bella	Adoção			Não (aguardando guarda definitiva)		
10. Janaina	Noiva de Clébea	Relacionamento anterior	1	10	Sim	Ens. Fundamental I	Privada
11. Clébea	Noiva de Janaina	Filiação socioafetiva			Não		
12. Laís	Noiva de Aline Cristina	Filiação socioafetiva	1	7	Não	Ens. Fundamental I	Pública
13. Aline Cristina	Noiva de Laís	Relacionamento anterior			Sim		

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

2.2 Minha mãe Maria: entrevista de referência com Maria Eugênia Martins

“Mesmo eu querendo ficar, acho que eu devo partir, acho que eu devo saltar, mesmo que eu possa cair, acho que eu vou cimentar mesmo que possa ruir, acho que eu devo sarar mesmo que eu possa ferir. Minha mãe, minha mãe, minha mãe, Maria”
(Mãe, 2020)

“Maria”, o nome que aparece no título desta subseção e faz parte da música *Mãe*⁶², a qual destacamos na epígrafe deste artigo e nos subtítulos de cada tópico, se refere, de maneira carinhosa, à Maria Eugênia Vieira Martins⁶³ (1961-), a “mãinha” de Chicão (1993-)⁶⁴ e mulher da cantora Cássia Eller (1962-2001). Além do parentesco com o cantor e a cantora, Eugênia se tornou figura significativa na sociedade brasileira, pois representou, publicamente, o primeiro caso afirmativo do direito e da existência da maternidade lésbica no país, concedido à esposa da mãe biológica da criança. Por conta disso, é possível afirmar que, Cássia Eller e Maria Eugênia colocaram em debate a maternidade lésbica no país. No entanto, ao contrário do que divulgaram diversos jornais e revistas na época^{65,66}, a visibilidade sobre a lesbianidade e a existência de maternidades lésbicas não passou a ser pautada com a morte de Cássia, no final do ano de 2001, mas antes, mais precisamente oito anos antes de sua morte.

Com a notícia da gravidez da cantora, suas/seus fãs ficaram confusas/os. Como que uma artista que causava fissuras no padrão heteronormativo (com suas posturas nos palcos, mostrando os seios, assobiando, usando roupas lidas pela sociedade como “masculinas”, *piercings*, bonés com a aba para trás, sem maquiagem,

⁶² A música completa e seu clipe podem ser localizados em <https://www.youtube.com/watch?v=AzITu9IXe-o>. Acesso em: 21 fev. 2021.

⁶³ Durante o exame de qualificação a banca examinadora orientou que a entrevista com Eugênia fosse contemplada na íntegra no texto final da tese por apresentar elementos importantes para o presente trabalho.

⁶⁴ Francisco Ribeiro Eller que doravante denominaremos de Chicão, atualmente adotou como nome artístico “Chico Chico”.

⁶⁵ Ver trabalho da pesquisadora Érica Renata de Souza (2007), *Sentidos e práticas da maternidade lésbica: um caso ímpar na mídia brasileira*, no qual a autora faz minucioso levantamento dos jornais e revistas que noticiaram o caso.

⁶⁶ Érica Renata de Souza é doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP, mestre em Antropologia Social e licenciada em Pedagogia pela mesma universidade. Foi pesquisadora convidada na York University (Toronto, Canadá), vinculada à Association for Research on Mothering, em 2002. Atualmente é docente da PUC-Campinas e pesquisadora do Laboratório Ensino, Sociedade e Cultura (LESC) da PUC-Campinas.

entre outras características e acessórios estereotipados como masculinos) poderia ter engravidado? Ela deixou de ser “sapatão”?

Com o nascimento de Chicão, filho de Cássia Eller e Eugênia, em 1993, a maternidade compartilhada por duas mulheres se tornou pública, não apenas pela notoriedade que a cantora recebia no cenário artístico nacional, mas principalmente, pela visibilidade com que Cássia Eller lidou com sua (homos)sexualidade. Seja em suas *performances* no palco, desenvolvendo seu trabalho, ou nas entrevistas que concedia, Cássia Eller assumiu, publicamente, a lesbianidade e sua relação conjugal com Eugênia. Isso foi no final dos anos 1990, em uma época em que a internet dava seus primeiros passos no Brasil, e que as imprensas televisiva e impressa foram os principais meios de comunicação em que as lésbicas e as mulheres bissexuais conseguiam se ver representadas.

A figura de Cássia (cor)respondia a nossa lesbianidade e as de tantas outras mulheres em suas identidades não heteronormativas. Embora costumasse dizer às pessoas próximas que não queria carregar nenhuma bandeira, Cássia influenciara a sociedade brasileira, seja por conta do seu potencial vocal original, seja pela maneira que se expressava em público; seu corpo político figurava representatividade lésbica.

Figura 5 – Performance de Cássia Eller em show



Fonte: Arquivo da autora. Fotografia do álbum de Cássia Eller e Maria Eugênia em 19/08/2018.

Eugênia e Cássia tiveram um relacionamento conjugal durante 14 anos e quando Cássia morreu, Chicão tinha apenas oito anos de idade. Cássia engravidou de uma relação eventual com o baixista da sua banda, Otávio Fialho (1960-1993), que faleceu em um acidente de carro uma semana antes do nascimento de Chicão. Eugênia diz que soube que também era mãe de Chicão a partir do momento em que ela e Cássia descobriram que a cantora estava grávida.

Com a morte de Cássia em 2001, uma discussão repercutiu no país sobre quem ficaria com a guarda de Chicão – uma vez que Eugênia, não possuía documentação, que garantisse a guarda do filho e tampouco laços sanguíneos – ligação que, no senso comum, é aquela que legitima os vínculos entre mãe e filhos/as. À época, ainda não vigorava no Brasil a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que só mais recentemente, em 2013, reconheceu e converteu as uniões estáveis em casamento civil para as pessoas LGBTs (BRASIL, 2013), 12 anos depois da morte de Cássia. Em 2001, inclusive, numa entrevista concedida à Revista *Marie Claire*, a cantora tocou nesse ponto e registrou suas preocupações com a falta de garantias legais fundamentais para sua família:

Mas eu gostaria de casar com a Eugênia, ter um contrato de casamento legalizado mesmo. Queria poder garantir os direitos dela e do Chico. No caso de separação ou de morte, a Eugênia não tem nenhum documento que prove que estamos casadas há 14 anos. É claro que, se me acontecer alguma coisa, meus bens têm que ir para ela e meu filho. **E a guarda do meu filho tem que ser dela, é ela a mãe** (ELLER, 2001, p. 2, grifo nosso).

Logo após a morte de Cássia, o avô de Chicão e pai da cantora, Altair Martins Eller (1935-), entrou na justiça para recorrer a guarda da criança, alegando que Eugênia não era a mãe biológica de Chicão. Por outro lado, a mãe e as irmãs, de Cássia se posicionaram a favor de Eugênia, dando declarações na mídia de que, semelhantemente ao afirmado na entrevista à Revista *Marie Claire*, era desejo da Cássia que Eugênia ficasse com Francisco, caso algo acontecesse com ela. Artistas, políticos/as e o público fã da cantora também atuaram em defesa da manutenção da família de Chicão. A escola em que Chicão estudava teve papel fundamental durante esse processo, posicionaram-se favoráveis ao entendimento de que, em uma família como a de Cássia, Eugênia e Chicão, na falta de uma das mães, seria a outra mãe, quem deveria ficar com a guarda da criança.

2.2.1 O Bairro das Laranjeiras satisfeito sorri

Eugênia nos conta nesta entrevista que a escola onde Francisco estudou foi determinante para o processo de reconhecimento das maternidades lésbicas, e foi exatamente por isso, que Eugênia prontamente aceitou o nosso convite.

Esta entrevista foi concedida no dia 17 de agosto de 2018, na residência de Eugênia, no Rio de Janeiro. Ao caminhar pelo bairro Laranjeiras em direção ao endereço indicado por Eugênia, eu, mulher, lésbica, professora e pesquisadora, encontrei a imagem de Cássia Eller pintada em um grafite feito em um dos muros do Viaduto Engenheiro Noronha, na Rua Pinheiro Machado, como pode ser observado na próxima figura.

Figura 6 – Grafite em homenagem a Cássia Eller, no bairro Laranjeiras, RJ



Fonte: Comunidade Laranjeiras Sorri (2015).

Para homenagear a cantora, a intervenção em questão recorre, não apenas à imagem de Cássia, retratada à direita em preto, branco e laranja, o que lhe confere maior peso visual, mas também a símbolos que, culturalmente, foram associados a ela. Além do violão, do microfone e das notas musicais, há, no grafite, representações

de uma laranja, de um tênis *All Star* azul e de um botão de interfone com o número 12, elementos mencionados nas estrofes da canção *All Star* (2000)⁶⁷. A música é de composição do cantor paulista Nando Reis (1963-) que teve notoriedade na voz e interpretação de Cássia. “*O bairro das Laranjeiras satisfeito sorri quando chego ali*”, parte do refrão da referida música, também integra esse visual e, de certa forma, traduz as sensações, sentimentos e expectativas que me acompanhavam durante os minutos que antecederam a entrevista transcrita neste texto.

No horário marcado por Eugênia, na entrada de um condomínio residencial, o porteiro anunciou que o domicílio é o mesmo em que viveu Cássia Eller e que “Dona Eugênia é uma pessoa agradável e muito querida por todos” (informação verbal⁶⁸). Entre a portaria e um comprido caminho até o bloco de entrada, o porteiro me acompanhou e continuou compartilhando suas impressões a respeito de Cássia: “Vez em quando tem grupos de músicos, bandas, que param ali, do outro lado da rua e cantam as canções dela. É uma emoção! Ela faz falta!” (informação verbal⁶⁹). Em consentimento com a expressão do porteiro em relação à falta que Cássia Eller faz, especialmente, no atual cenário político de lutas e resistência ao enfrentamento da crescente onda conservadora no Brasil, reafirmamos a falta da figura visível de Cássia no campo da música, da arte e do seu corpo politicamente afirmativo para a visibilidade lésbica. Lembro-me, na década de 1990, de estar confusa sobre o que acontecia intimamente comigo. Sem ter o conhecimento de livros ou informações sobre a lesbianidade, não possuía referências sobre o amor entre mulheres. Ciente de que algo em mim fosse diferente em relação às amigas da minha idade, a primeira vez que vi imagens de Cássia na televisão, minha reação foi de reconhecimento instantâneo. Tínhamos algo em comum! A música que ela interpretava e estava em todas as rádios naquele momento era *Malandragem*⁷⁰. Além de a imagem de Cássia refletir em mim uma identificação, a letra da música em questão, também explicara muito sobre a descoberta da minha lesbianidade. Os medos, as angústias e o sentimento de estar fora de lugar e ser uma adolescente má por não desejar o que

⁶⁷ Esses elementos são mencionados nas estrofes “Estranho é gostar tanto do seu All Star azul/ Estranho é pensar que o bairro das Laranjeiras satisfeito sorri quando chego ali/ aperto o 12 que é o seu andar”. A letra completa da música está disponível em <https://www.lettras.mus.br/nando-reis/47559/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

⁶⁸ Comentário feito pelo profissional responsável pela portaria em agosto de 2018.

⁶⁹ Comentário feito pelo profissional responsável pela portaria em agosto de 2018.

⁷⁰ A letra e o clipe da música podem ser localizados em <https://www.lettras.mus.br/cassia-eller/12559/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

estava destinado para mim enquanto mulher. A música em questão parecia responder por mim que o “[...] príncipe virou um chato que vive dando no meu saco” e exatamente por isso, sabia que só pedindo a “[...] Deus um pouco de malandragem” conseguiria romper com a heterossexualidade socialmente imposta.

No momento em que eu caminhei para o acesso ao bloco do apartamento de Eugênia, acolhida pela emoção trocada com o porteiro e diante do elevador, foi impossível não lembrar e ao mesmo tempo cantar o trecho da música *All Star* (2000) que, novamente, traduziu minhas expectativas: “Aperto o 12 que é o seu andar, não vejo a hora de te encontrar”.

Figura 7 – “Aperto o 12 que é o seu andar”



Fonte: Acervo da autora captura em agosto de 2018.

Toquei a campainha e Maria Eugênia abriu a porta com um sorriso estampado no rosto. Pediu-me para que sentasse enquanto ela terminaria de passar um “*café para nós*”. Entre as canecas sobre a mesa, notei que numa delas estava escrito “Chicão Eller” e, recordo-me que esse foi o disparador para que eu me desse conta: eu estava, naquele momento, na casa de Cássia Eller, Maria Eugênia e Chicão.

Eugênia narrou que aceitou participar da entrevista, e conseqüentemente da pesquisa de doutoramento, no momento em que soube que se tratava de um estudo

acerca da relação entre maternidades lésbicas e educação escolar. Contou-me, então, que a escola fora determinante para a vida dela como mãe, antes e principalmente, depois que Cássia morreu:

M.E⁷¹: O CEAT [Centro Educacional Anísio Teixeira/RJ] foi a melhor escolha que fizemos para a educação escolar do Francisco. Eu e a Cássia **fomos muito bem recebidas por esta escola desde a primeira reunião**, e depois, quando teve todo o processo de guarda do Francisco, o CEAT foi fundamental (MARIA EUGÊNIA, grifo nosso).

A entrevista se desenvolveu em forma de diálogo, repleto de memórias sobre a infância, escola e a maternidade compartilhada entre ela e Cássia. Eugênia me mostrou o álbum de fotografias da família; narrou histórias sobre a participação dela e de Cássia na escola do Chicão; relatou como eram divididas as atividades escolares; e me levou para conhecer o espaço onde Cássia construiu uma pista de *skate* para brincar com Francisco e as demais crianças do condomínio. “Quando ela estava em turnê, eu vivia atendendo a porta com uma fila de crianças perguntando por ela para andar na pista de *skate* [risos]”. (Maria Eugênia).

Neste diálogo, Eugênia narrou sobre o processo da guarda de Francisco, da emoção que sente, até hoje, ao lembrar do apoio que a escola teve em sua vida como mãe, e da importância da escolha que ela e Cássia tiveram ao matricularem Francisco na escola que ele frequentou durante o Ensino Fundamental e Médio. Conversamos inicialmente sobre o seu próprio percurso acadêmico. O primeiro vestibular que fez foi para medicina, no qual passou. Quando comentei sobre isso, ela me disse que sempre foi muito estudiosa. Na escola, foi a aluna que sentava nas primeiras fileiras. Sempre gostou muito de ler, habilidade que considera ferramenta fundamental em toda sua trajetória. Começou o curso de medicina quando ainda morava com uma tia, irmã de sua mãe em Brasília (DF), que a criou desde os três anos de idade. Atualmente é formada em Nutrição e atua na área como servidora pública do estado do Rio de Janeiro. A partir desse momento, começamos a gravar a entrevista.

⁷¹ Durante a transcrição da entrevista, optamos por recorrer às iniciais do nome de Maria Eugênia, “M.E.”, para documentar suas respostas e comentários e “L.M” para as iniciais do nome da pesquisadora.

2.2.2 No meu coração fiz um lar, o meu coração é o teu lar

L. M.: Então você já cursou medicina?

M. E.: Já. Isso é divertido. Foi o primeiro curso que eu fiz, com 17 anos. Aquele vestibular, aquela coisa bem idealista: vou ser médica, vou salvar vidas. Aquele coisa bem mesmo da juventude. E aí fiz e passei, surpreendentemente. Nem estava esperando passar. Sempre fui muito CDF [sic] sabe. Eu sempre fui uma pessoa, uma menina muito estudiosa. Eu sempre gostei muito de ler. Isso também me ajudou muito. E sempre fui daquelas que sentavam na primeira carteira, prestava atenção na aula [risos]. Aí o que acontece, eu comecei a fazer esse curso, eu morava com uma tia, né. Eu fui criada por uma tia, desde os três anos, irmã da minha mãe, por “n” motivos. E aí, mas ela era uma mulher muito rígida né, muito autoritária. Então quando eu fiz 18 anos, que eu tive possibilidade de sair, eu saí. E aí ficou meio difícil para mim [sic] conciliar trabalho, porque eu tive que trabalhar né, com o curso de medicina que era um curso que me exigia horário integral, eu acabei desistindo. Mas aprendi muito, o que foi muito legal porque me deu uma base para o que eu faço hoje. Me ajudou muito quando eu resolvi fazer a nutrição. Eu já tinha uma base da área de saúde, todas aquelas disciplinas básicas da área da saúde, eu já tinha feito. Teve letras [Licenciatura em Letras] no meio do caminho. Por que aí certo, eu saí de casa e comecei a trabalhar. E como eu não conseguia fazer medicina, eu falei assim: bom, então eu tenho que fazer um curso, que me dê possibilidade de trabalhar meio expediente e estudar meio expediente. O que eu quero fazer? Letras [risos]. Eu gostava muito de ler, aí eu mudei radicalmente. E comecei a fazer letras e fiz três anos e eu parei quando a Cássia veio para o Rio e a gente começou a se relacionar, eu parei o curso. Fazia Letras e trabalhava no tribunal. Mas aí teve Letras no meio do caminho e é o que eu estou te falando, essas coisas, elas vão se costurando né, porque hoje eu utilizo muito também tudo o que eu aprendi no meu curso de Letras, porque eu preciso escrever. Eu sou parecerista, eu leio um processo e no final eu tenho que dar um parecer. É um parecer técnico, não tem nada de firulas, mas você tem que ter uma boa redação, um português claro. Então, todas as coisas que fiz e não terminei acabaram me ajudando muito. Por isso eu converso muito sobre isso com o Francisco, assim, eu não tenho essa coisa do diploma, que eu vejo muitos pais com essa preocupação do diploma de nível superior. Que hoje em dia no Brasil é difícil

você conseguir alguma coisa, a não ser que você seja jogador de futebol, ou artista. Mas o que eu falo para ele é que você não perde nada, mesmo que você não conclua. Você não está perdendo aquele conhecimento. O conhecimento é que é importante. Isso ficou muito claro para mim agora, quando eu retomei a questão profissional. E como tudo que fiz, tanto a medicina, quanto a Letras, apesar de não ter o diploma no final, como foi importante para mim.

L. M.: E o Francisco também passou em uma Universidade Federal.

M. E.: Geografia, numa Universidade Federal. Contra todas as expectativas, porque ele nunca gostou de estudar [risos], foi uma batalha. Ele ama a escola dele. Ele ama de paixão! Os ex-alunos do CEAT são eternos ex-alunos. Eles estão sempre lá. O CEAT todo ano tem uma festa junina que é muito forte e tal. Então, todos os meninos lá, ele ama todas as professoras, os funcionários. Ele é amigo de todo mundo! Realmente o CEAT foi uma coisa muito importante na formação do Francisco. Eu agradeço muito ao destino, às forças do bem, ou a Deus, ou sei lá, que nome que a gente vai dá para isso, o dia que eu e a Cássia resolvemos colocar ele nessa escola. Por que? Aqui nós temos muitas ofertas de boas escolas nesse bairro. Temos o (nome da escola), aqui na frente, que seria escolha óbvia, que é uma excelente escola, apesar de ser uma escola confessional. Inclusive o CEAT é uma dissidência do (nome da escola). São alguns professores que saíram e montaram essa cooperativa de professores. Não tem um dono. Que eu acho muito bacana! E aí eu agradeço muito essa decisão, porque o mais fácil para a gente teria sido colocar ele aqui mesmo no (nome da escola), que teria que atravessar a rua para ir para a escola, para a gente seria muito prático. Santa Teresa [bairro do Rio de Janeiro] já complica um pouco. Mas a gente se apaixonou pela escola. A gente foi, aquele castelo, aquela energia, as pessoas que receberam a gente lá. Aí foi uma paixão e a gente falou: “Ah, dane-se, a gente dá um jeito. Arruma uma van, ou eu vou levá-lo, mas vale a pena”.

L. M.: Com quantos anos ele entrou nessa escola?

M. E.: Ele entrou com 4 anos e saiu com 18.

L. M.: Você tem uma religião?

M. E.: Eu sou de família católica. Olha ali atrás para você ver, São Francisco [imagem de São Francisco de Assis]. O nome do Chico vem muito em função. É, tem

vários Chicos que a gente admira por este Brasil afora, mas o Francisco de Assis é uma das inspirações. Então, eu vou dizer para você, eu nunca fui praticante. Já fui, quando era jovem, participei de grupos de igreja, cantei e essas coisas. Depois meio que abandonei, e hoje em dia, eu tenho uma coisa assim: eu não acredito, mas também não deixo de acreditar. Eu tenho essa coisa familiar. Eu não acredito não, mas na hora que o bicho aperta para mim, eu corro para lá. É uma coisa meio confusa. Não é muito clara na minha cabeça [risos], mas está ali meu São Francisco.

L. M.: Como você se identifica, qual sua orientação sexual?

M. E.: Essa pergunta também é uma pergunta complicada. Ela nunca é muito simples. A gente está sempre tentando colocar as coisas nas caixinhas. Eu tenho, sempre tive. Hoje não tenho nada, nem com homem e nem com mulher, porque eu estou na menopausa completamente assexuada, eu diria [risos]. Mas eu sempre tive excelente parceria sexual com homens. Nunca tive problemas sexuais com homens. Eu sempre senti atração por homens e tive uma vida sexual bastante bacana. Mas assim, as relações emocionais são com as mulheres, entendeu? Assim, a entrega, a paixão mesmo, essa vontade de dividir e de compartilhar uma vida e tal, e uma família, aí eu só consegui com mulheres. Eu tenho algum problema aí de confiança ou alguma coisa [risos], caso para terapia...[risos].

L. M.: Tem uma pesquisadora lésbica que já nos anos 1980 publicou sobre maternidades lésbicas que se chama Adrienne Rich. Ela é uma das autoras de referência na tese e ela possui um conceito denominado de “Continuum Lésbico”. Esse conceito pode representar uma força e uma partilha entre mulheres e essa relação não precisa ser, necessariamente sexual, mas uma rede de proteção que as mulheres podem tecer umas com as outras...[Eugênia me interrompe].

M. E.: É mais olha só, por outro lado também, é uma coisa que eu tenho que dizer para você. Eu, desde criança, que eu entendo a atração que eu tenho por mulheres. Essa atração física por mulheres sempre foi muito presente, entendeu? Eu entendi isso desde muito pequenininha, então eu não sei, eu talvez seja bissexual? Por que sexualmente me dou bem com homens e com mulheres? Mas ao mesmo tempo essa... essa percepção de admirar o corpo da mulher, o cheiro, isso sempre foi uma coisa, que eu também percebo, que eu percebi desde muito cedo.

L. M.: Retomei, então, a “caixinha” sobre a qual ela comentou anteriormente e falei da importância do posicionamento da sexualidade para efetivação de políticas públicas.

M. E.: Então, nesse ponto de vista eu prefiro me identificar como lésbica, prefiro me identificar assim. Politicamente eu prefiro me identificar como lésbica. Eu não quero relativizar e não tenho a menor intenção de fazer isso, certo? Politicamente, eu me declararia lésbica. Agora, pessoalmente, conversando com você, eu não sei dar um nomezinho, porque existem tantas sutilezas aí, nesse processo.

L. M.: Eugênia, uma das questões que sempre me impressionou nas suas entrevistas é sua fala a respeito da lesbianidade. Como aparece na entrevista que você deu sobre o filme “Cássia”⁷².

M. E.: Teve uma coisa que eu não sei se eu me arrependo. Eu não sei direito, mas é uma coisa que me traz um questionamento hoje assim, a posteriori. Na época que a Cássia morreu eu fui demandada né, por vários grupos de militantes para fazer, falar, para me manifestar, e naquele momento, até por uma questão de estratégia, porque eu estava passando por um processo judicial de guarda do Francisco, eu meio que tentei apagar esse lado homossexual e elevar o lado da maternidade, entendeu? Então naquele momento eu recusei alguns convites, eu fui um pouco restritiva com essas pessoas. E isso não é legal. Hoje eu fico me perguntando se eu não poderia ter sido um pouco mais ousada, um pouco mais corajosa. Mas é que naquele momento, para mim, a questão da guarda do Francisco era a questão maior. Eu não ia fazer nada que pudesse prejudicar aquilo naquele momento. Eu me lembro de escolher um pouco as entrevistas. Eu fui na Hebe [Camargo, apresentadora], porque ela era uma querida. Onde dava para eu ir e falar da questão da maternidade eu ia. Mas quando eu percebia, que era uma coisa que ia me levar mais para o lado da militância, eu preferia evitar. Hoje eu fico pensando se eu não fui um pouco covarde.

⁷² Aqui, nos referimos à entrevista de Maria Eugênia Martins e Paulo Henrique Fontenelle, diretor do filme *Cássia* (2015). A entrevista foi feita pela Trip TV e publicada na página do YouTube em 11 de março de 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kt2AN-UnqJA>. Acesso em: 19 fev. 2021.

L. M.: Com relação à guarda do Francisco, você diz que não foi uma jurisprudência. Você e o avô do Francisco entraram num acordo. Como foi isso?

M. E.: Isso, por exemplo, a escola do Francisco foi tão fantástica nesse momento da minha vida. Porque eu pedi a guarda do Francisco. Entrei com o pedido de guarda e o avô dele também. Ela [Cássia] morreu em dezembro de 2001. Em 2002 a gente entrou com o pedido logo no começo do ano. Eu entrei logo com o pedido de guarda provisória e ganhei,⁷³ e aí depois uma sequência é... um desdobramento normal. E o [Altair] Eller entrou também, o avô dele [de Francisco] entrou também com o pedido de guarda. Pois bem, o quê que a justiça faz nesses casos? Antes do juiz dar uma decisão ele faz uma audiência de conciliação com as partes. Nessa audiência de conciliação vai estar o juiz, o representante do Ministério Público, as duas partes com seus representantes legais e a criança. Então, nós entramos todos na sala, conversamos com o juiz, depois, saímos todos, e ele ficou só com o Francisco, o advogado, a representante do Ministério Público que conversou longamente com o Francisco. Ele tinha nove anos. Foi até aflitivo demais, porque aquela conversa não acabava: 30, 40 minutos e aquele menino lá dentro. Eu comecei a suar frio. Depois ele chama todo mundo de novo e tenta fazer uma conciliação. É sempre assim, não foi só no meu caso. A justiça sempre tenta uma audiência de conciliação antes do juiz ter que tomar uma decisão entre uma ou outra parte. Quando a gente voltou o juiz se mostrou na fala dele. Muito tentado a me dar a guarda, pela fala dele, a gente já entendeu, depois dessa conversa com o Francisco. O advogado do Eller, ao perceber isso, abriu mão. Quando o advogado do Eller percebeu que era causa perdida, por toda aquela conjuntura que estava ali, ele desistiu. Então não houve nenhum segmento. Por que o que estava acontecendo? A diretora do CEAT estava ali como minha testemunha, a psicóloga que nos atendeu, que era uma excelente pessoa, excelente mediadora, também estava lá. Essa psicóloga já nos atendia quando a Cássia ainda era viva. Todas estavam lá para dar o testemunho de que eu era muito

⁷³ Na época, a professora da Faculdade de Direito da PUC-SP, Silvia Pimentel (2002) publicou na Folha de São Paulo uma importante matéria, cujo título interrogava se, em havendo morte de um/uma cônjuge homossexual, seria certo dar a guarda do filho/a para o/a outro/companheiro/a. O título da matéria já assinalava a resposta afirmativa de que seria “uma questão de justiça”. A matéria registou que pela primeira vez no país, o judiciário se manifestava a respeito da guarda de criança a favor da companheira da mãe biológica, representando “um avanço significativo a liminar concedida em relação à guarda provisória do filho de Cássia Eller a Maria Eugênia, que com ela conviveu durante 14 anos” (PIMENTEL, 2002, p. 1).

presente na vida do Francisco, que eu participava. As testemunhas não foram arroladas. Não teve a necessidade do segmento ali dos procedimentos, porque uma das partes retirou o pedido. Então quando aconteceu isso, o que sobrou ali foi uma negociação de visitas. Quais seriam os direitos do avô, então, já que a guarda seria minha. Quais seriam os direitos? Como é que iríamos fazer? O avô morava em Fortaleza, o Francisco aqui. Então, como se daria? Tudo isso ficou muito “acertadinho”. Ele viria aqui na primeira vez e eu levaria o Francisco alternadamente na casa dele. E no final das contas, como ele não veio nessa primeira visita, eu também fiquei desobrigada de cumprir as outras. Uma das coisas que eu fiz questão é que ele viesse a primeira vez. E aí foi tudo caminhando. Eu, sinceramente, penso que eu estava muito bem guardada naquela época, assim as energias muito... eu agradeço muito até hoje. Eu hoje tenho dúvidas de que se essa situação se passasse hoje, se o desfecho teria sido o mesmo. A gente está vivendo um período de retrocesso, careta, tem uns monstros aí.

L. M.: Você possuía documento legal que lhe garantia os direitos em relação ao Francisco?

M. E.: O que eu recebi logo de cara que era um documento oficial, foi a guarda provisória. Imediatamente à morte da Cássia, ainda em Brasília, eu estava lá. Lá mesmo eu já entrei no dia seguinte com o pedido de guarda provisória. E ela foi concedida. Mas eu tive problemas, porque isso foi concedido, mas demorou o que, talvez um mês. Os trâmites na justiça nunca são rápidos. Esse mês eu fiquei descoberta. Então eu fiz uma viagem com o Francisco. O Eller estava meio que naquela guerra comigo. Aí teve um negócio de polícia federal. Os primeiros dias foram quentes. Eu tive um problema sim, mas que foi logo contornado, porque eu ganhei essa guarda provisória. Então eu andava com esse papel na mão. Com um documento meu, o papel da guarda, certidão de nascimento do Francisco e isso me garantia até a decisão da guarda definitiva, que saiu em outubro. Então de janeiro de 2002 até outubro de 2002 eu tinha esse documento que me assegurava a guarda provisória.

L. M.: Você teve medo de perder o Francisco?

M. E.: Ah... vou te falar, o maior sentimento com a morte da Cássia, imediato, foi medo. Medo, um frio na barriga, um medo da vida [emoção da entrevistada e também da pesquisadora]. Já estava difícil para mim entender aquilo ali e ainda ter

que conviver com o buraco do Francisco, porque eu também tinha que dar conta... foi tudo muito confuso. E toda essa história de guarda, as entrevistas. Foi um período muito tumultuado. Mas eu tive muito apoio da minha família, e principalmente, o que foi importantíssimo para o Francisco, foi o apoio dos amigos da escola. O quê que aconteceu? Nós nos conhecemos [referindo-se aos vínculos que se estabelecem entre mães e pais das crianças na escola]. Quando a criança tem essa idade, aquilo que você falou, a participação das mães nos processos é muito grande. E a gente acaba fazendo uma rede de amizades de mães, porque você manda hoje o Joãozinho para cá, amanhã eu mando o Francisco para você. É até uma maneira de você ter um descanso. A gente se ajuda muito quando as crianças estão nessa idade. Então o que que aconteceu? Teve uma amiga que eu fiz, uma pessoa queridíssima, que é madrinha dele, inclusive, que foi para Brasília. Largou os filhos dela aqui no Rio de Janeiro com o marido e foi para Brasília. Me pegou lá, me trouxe para o Rio, porque eu tinha que pegar aqui o documento de guarda provisória com o Juiz. Daqui ela me levou para casa de praia dela em Iriri no Espírito Santo, que nós frequentávamos. O Francisco adorava ir para lá. Porque é uma praia pequenininha, boa para as crianças e eles ficavam muito livres. Fomos para casa dela. Imediatamente vários pais levaram os seus filhos para esta casa. Isso é a escola do Francisco, entendeu? Nossa, meus olhos até enchem de lágrimas quando penso nisso [Eugênia se emociona]. Então, assim, tem pessoas, mães naquela escola, que eu não tenho nem palavras para agradecer. Porque, assim, me protegeram, protegeram ele demais. Quando eu vi estava lá em Iriri aquele mar de crianças. Eram umas doze crianças! As crianças tinham oito, nove anos, estavam todas ainda muito dependentes dos pais. Então não foram sozinhas, os pais ajudaram.

L. M.: Quero perguntar sobre o apoio da escola durante o processo da guarda do Francisco. A escola ajudou durante o processo? Havia outros familiares das crianças da escola do Francisco naquele momento?

M. E.: Olha só, eu me lembro exatamente de um dos pais [referindo-se ao dia da audiência para guarda definitiva], pai de uma menina que era muito amiguinha deles, e aí é engraçado, que nessa época, eles ficam muito menino/menino e menina/menina. Mas ele tinha essa menina que era superamiga. E que o pai também era uma graça, adorava o Chicão. Ele foi para lá [fórum] com a filha dele. Levou joguinhos, ele ficou jogando joguinhos com o Francisco. Nem me lembro o quê, mas

era coisa de cartas, baralho. Ele, a filha dele, ficaram lá distraíndo o Chicão daquela situação tensa. Eles [familiares de alunas/os e equipe de profissionais da escola] ajudaram em todos os sentidos, formalmente. Todas as declarações e tudo o que eu precisei de documentação, de apoio nesta situação. “Pode ser minha testemunha?” “Claro!”. Os pais ajudaram neste sentido. Foram no fórum, levaram coisinhas para os seus filhos brincarem com o Chicão. Vou te falar, não tem preço a maneira como ele foi recebido na escola depois. Porque na verdade todas aquelas crianças ficaram um pouco órfãs. A Cássia tinha aquela coisa, ela era uma graça de pessoa. Ela ia na escola, sabe aquelas [situações] dos pais irem na escola falar das suas profissões? A Cássia ia lá, cantava para todo mundo. As crianças eram apaixonadas por ela! A Cássia chegava na escola e era uma festa! Então, na verdade, todo mundo ficou meio órfão ali, sabe? Foi muita mobilização, foi uma coisa muito linda! Muito, muito, muito, a gente foi muito cercado de muito carinho!

L. M.: Vocês frequentavam a escola juntas?

M. E.: Nós duas íamos. Às vezes juntas, na maioria das vezes juntas. Quando ela não estava no Rio, eu ia sozinha, porque a Cássia viajava muito. Mas, sempre que ela estava no Rio, ela fazia questão de ir também.

L. M.: Eugênia, para a escola, era evidente que o Chicão tinha duas mães?

M. E.: Era! Pô, isso é ótimo [risos]! Primeira reunião da escola, aquela primeira reunião. Vamos lá, vamos conhecer as professoras. Aquela primeira reunião que tem para conhecer o programa para o ano. Fomos nós duas! Se ela estava no Rio, ela sempre ia comigo. Íamos as duas. Se ela não estava, eu ia sozinha. Mas ela estava nessa época. Fomos as duas na primeira reunião. Chegamos lá, eu muito virginiana com minha pastinha, com todos os documentos do Francisco, bloquinho, canetinha... [risos] e a Cássia lá do meu lado. Foi ótimo! Fomos super bem recebidas. Nossa escolha pelo CEAT também se deu um pouco por isso. Porque nós sabíamos que o CEAT era uma escola inclusiva e que tinha um pouco essa áurea de ser uma escola menos tradicional. A escolha pelo CEAT é muito engraçada. Tem um amigo meu, com quem eu morei em Brasília. Lá quando eu fazia medicina, quando eu saí da casa da minha tia. A gente foi morar no mesmo apartamento, eu e esse garoto. Morei com ele anos e ele é meu amigo até hoje. Uma pessoa maravilhosa! Ele veio aqui em casa, um pouco antes da gente matricular o Francisco na escola e nós estávamos

conversando com ele [sobre] onde matricular o Francisco. Não sabíamos direito ainda como iríamos fazer [referindo-se a ela e Cássia quando da escolha da escola para Francisco]. Aí ele falou para mim: “não tem outra escola para vocês além do CEAT!”. Aí ele falou dessa característica super inclusiva, é uma cooperativa de professores, eles têm todo um esquema pouco tradicional. “Eu acho que vocês deviam ir lá e dar uma olhada. Eu acho a cara de vocês a escola!”. A gente já tinha algumas referências, e aí, quando a gente foi lá, nos apaixonamos totalmente.

L. M.: Antes do CEAT, houve um episódio na educação infantil com o Francisco?

M. E.: Antes de vir para cá, nós morávamos em Ipanema. Francisco começou a vida escolar dele numa creche dessas bem pequenininha, que é aquela coisinha, quase um bebê ainda. Ele ficou um ano nessa creche. Aí tinha essa escolinha lá perto de casa, que era uma escola que era pouco a nossa cara. Porque era uma escola muito preocupada com a questão da *performance*. Que eu acho isso uma loucura, porque eles são muito pequeninhos. Mas era uma escola que tinha uma fama muito boa. Aí eu resolvi matricular. Por que não? Vamos tentar! Aí botamos o Francisco na escola, mas era uma escola bem burguesa mesmo. Eu me lembro de reuniões que eu só via *mocassim*, que é meio uniforme da classe média carioca Ipanema! Não tinha nenhuma identificação. Não fez amigos ali. Mas eu gostava muito das professoras, não tinha problema nenhum. Acontece que o Francisco tinha dois grandes amigos e nós saíamos todos os dias e íamos para a pracinha Nossa Senhora da Paz. Era tipo um... eles complementavam o dia ali na praça, corriam e se acabavam ali. Depois cada um ia para sua casa. Um desses pais, de um desses meninos, cuja mãe eu encontrava na pracinha todos os dias, tinha uma relação ali, mas eu jamais imaginei uma coisa dessas. Reclamou que o menino deles chegou em casa dizendo que o Francisco tinha dado um beijo nele. Isso tinha preocupado o pai, obviamente porque o Francisco é filho de uma sapatão. Então provavelmente está querendo levar o filho dele para o caminho da viadice [sic]. Ele ficou muito preocupado com isso. E aí fez uma reclamação na escola e a reação da escola foi magnífica, eu jamais esperava isso. Porque eles convocaram todas as mães para uma reunião. A coordenadora passou um esporro na mulher. A mãe até tirou o filho da escola. Os dois filhos, porque ela tinha dois filhos na escola, e tirou depois disso. Porque falaram que aquilo não fazia sentido, que as crianças eram pequenas, que aquela loucura estava na cabeça

dos pais. Eles realmente deram um corte assim, fulminante! Depois eu fiquei sabendo que essa escola foi criada por uma americana que morou numa época no Brasil e ela era sapatão. É uma visão errada de que a família vai influenciar a sexualidade de alguém. Se fosse assim, uma família heterossexual nunca teria um filho homossexual. O modelo é uma discussão burra! Carece de lógica.

L. M.: Eugênia, como você se tornou mãe?

M. E.: No momento em que a Cássia disse para mim que estava grávida, eu me tornei mãe! Eu me apaixonei por aquela ideia, naquele momento eu me tornei mãe. A Cássia tinha essa coisa de ser mãe, eu não tinha muito não. Sabe essa ansiedade da mulher, da maternidade? Eu não tinha muito. Ela sempre dizia “eu quero ser mãe, quero ser mãe!”. E tanto quis que foi! E foi engraçado porque, essa história é boa [risos]. Final de ano, cada uma foi para casa de suas respectivas mães, para o Natal. E ela foi direto de uma turnê para a casa da mãe dela, em Belo Horizonte, e eu saí daqui do Rio e fui para casa da minha mãe, no interior de Minas [Minas Gerais]. E a Cássia sempre foi a rainha do bom humor, aquela pessoa que tudo está bem comigo, independente do que está acontecendo, ela estava sempre bem. Nunca vi a Cássia reclamar de nada, estava tudo certo sempre. De repente, a Cássia começa me ligar num mau humor, mas muito mal-humorada. Tudo era uma confusão e ela falava assim comigo no telefone e eu falava: “Gente, quem é essa pessoa? Quem é essa mulher que eu não estou reconhecendo essa mulher?” [risos]. Eu falei: “Cássia, você está muito engraçada, você está muito diferente!”. Aí quando chegou no Rio, que a gente se encontrou, eu sentei com ela e falei assim: “Não, você me conta essa história que está acontecendo porque você não é mesma pessoa. O que houve? O que aconteceu?”. Aí ela me contou. Estava atrasada a menstruação e aí ela me falou: “Olha, eu tive relação com o Tavinho e a minha menstruação atrasou, eu acho que estou grávida!”. Eu falei: “Então vamos fazer um teste imediatamente, vamos confirmar”. Aí fomos na farmácia, compramos o teste de gravidez e ela estava gravidíssima! [risos]. E eu amei! Assim, é uma coisa que eu não sei explicar. Não tem explicação racional. Eu simplesmente fiquei muito feliz, muito feliz com a gravidez dela.

L. M.: Você acompanhou toda a gestação?

M. E.: Toda. Fizemos todo o pré-natal juntas, fui a todas as consultas com ela. Só não assisti o parto porque a mãe dela veio de Belo Horizonte e fez muita questão e eu sou essa pessoa que não, eu abro mão, não gosto de ficar brigando! E aí a Nanci [mãe de Cássia] é enfermeira né, ela é auxiliar de enfermagem. Ela tinha mais autoridade do que eu e tal... aí ela assistiu o parto. Mas assim, o pré-natal todo, tudo. Eu só não fiquei na sala de parto. Eu estava lá, eu o vi no mesmo instante em que ele nasceu.

L. M.: A Cássia amamentou?

M. E.: A Cássia amamentou até os três anos.

L. M.: Existe uma diferença entre a mãe que gera e a que não gerou? Você sempre se sentiu mãe?

M. E.: Sempre me senti mãe. Sempre me portei como mãe. E eu acho que é por isso que o Francisco é tão tranquilo. Nunca teve uma coisa dúbia no nosso comportamento. Acho que, por isso que para ele, ficou uma coisa tão natural. Ele realmente, verdadeiramente, não sentiu essas diferenças de biológico ou não. E assim, essa coisa, por exemplo, de como vai chamar uma mãe e a outra, quando ele nasceu a gente morava no Recreio dos Bandeirantes [bairro RJ], num prédio super gostosinho e tal, e o porteiro do prédio, a mulher dele tinha tido um bebê na época do Chicão, eles tinham mais ou menos a mesma idade. O Francisco era um mês mais velho, talvez. E o menino começou a chamar a mãe dele, quando começou a falar, de “mãinha”, porque a mãe era nordestina. E o Francisco resolveu a vida dele assim, a Cássia era a mãe e eu era a mãinha. Ele olhou “Ah, tem uma ‘mãinha’ também, então pronto, minha vida está resolvida!” [risos].

L. M.: Que aspectos correspondem a ser mãe? Existem características para ser mãe?

M. E.: Eu não sei. Eu posso dizer para você da minha experiência de ser mãe. Não posso falar dessa coisa da mãe universal. Que eu acho que não existe uma regra. Mas assim, o que que eu sinto sendo mãe do Francisco? Eu sinto uma coisa que desde o momento em que ele entrou na minha vida, desde esse momento em que eu soube da gravidez da Cássia e que a gente começou a circular entorno desse ser, eu

sinto que a minha alegria eu não carrego. Eu não carrego toda minha alegria, minha felicidade, meu bem-estar mais. Tem uma parte que está na mão dele. E isso não é por que ele quer não, é por que é assim! Então eu posso estar bem. Estou estruturada. Está tudo bem. Mas se ele não estiver bem eu não vou estar bem. Então, eu acho que, fundamentalmente, ser mãe para mim é isso, é você estar sempre ligada. Hoje, por exemplo, ele vai fazer um *show* né, então eu tenho amigas enlouquecidas que querem que eu vá de qualquer jeito nesse *show*. Mas eu não quero ir, não quero ficar me emocionando. Estou meio frágil com essa coisa da pressão [pressão arterial]. E porque também, assim como era quando eu assistia os *shows* da Cássia, eu me divirto pouco, porque eu fico muito tensa. Se o microfone falha, ou se eu vejo uma crítica que não é muito legal de alguém que fala do meu lado, ou se ele erra uma letra de música, tudo isso é angustiante para mim. Então, assim, não é uma coisa muito prazerosa para mim, como não era nos *shows* da Cássia, exatamente a mesma coisa. Eu estava sempre muito mais preocupada como se você estivesse trabalhando. Eu adoro, eu gosto muito de ver os *shows* dele e vou, mas hoje, por exemplo, eu vou me dar o direito de não ir, eu vou ficar tensa.

L. M.: Existe diferença entre ser uma mãe lésbica e uma mãe que é heterossexual?

E. M.: Não. Eu acho que assim, talvez possa ter uma preocupação por essa pressão da sociedade de querer mostrar que o fato da criança estar exposta a uma família homossexual não necessariamente vai gerar um filho homossexual. Eu tenho uma amiga, que meio que, fez uma psicanálise comigo por conta disso. Por que Chicão? Por que que a gente botou esse apelido nele? Por que essa necessidade? Eu não tinha pensado nisso. Mas fez sentido quando ela falou para mim. Talvez por essa pressão entendeu? Mas assim, se foi, foi uma coisa inconsciente.

L. M.: Para reafirmar a masculinidade?

M. E.: Não fiz isso conscientemente de jeito nenhum. Mas quando ela falou isso para mim, pode ser que tenha sido motivado. Por que um bebezinho daquele, tão fofucho, Chicão! Um bebê lindo, saudável, forte, sempre muito guloso, um fofo. Ele sempre foi lindo. Ele não teve aquela fase ruim. Ah, pré-adolescente, nariz inchado, espinha, nada disso! Ele sempre foi lindo.

L. M.: Eugênia, existe diferença entre ser mãe na certidão de nascimento, ou não?

M. E.: Não. Eu sempre me movimentei com a certidão dele. O que a moça no cartório nos falou quando a gente foi registrar o Francisco, que eu fui com a Cássia no cartório, ela disse o seguinte pra mim: “Vocês têm o direito de colocar o nome do pai”, porque antes não podia. Antes, só o pai, podia colocar o nome na certidão de nascimento. Se a mãe fosse registrar o filho, ela não podia colocar o nome do pai, só se o pai declarasse. Então, na época, essa legislação tinha mudado e a mãe podia declarar o nome do pai na certidão de nascimento, e o pai que conteste depois, se ele não concordar com aquela paternidade⁷⁴. E ela perguntou e insistiu: “vocês não querem colocar o nome do pai?”. E a gente disse que não. Porque era uma situação delicada. Porque o Tavinho tinha uma outra família. Tinha acabado de ter uma neném [sic], era tudo muito coberto ainda. A mídia tinha uma história diferente que a Cássia tinha contado, um percussionista baiano. E porque também a gente não tinha nenhuma pretensão. Porque também essa coisa de nome na certidão. Essa coisa da burocracia do cartório, isso aí acaba definindo direitos de herança. É uma coisa muito complicada, tudo isso. E a gente estava longe de querer implicar a família do Tavinho em qualquer coisa desse tipo. A gente deixou muito claro que a gente não queria nada. Mas confesso para você que isso é um incômodo na vida de qualquer cidadão, de qualquer pessoa. Essa coisa de uma certidão de nascimento com um “x” no nome do pai. E que eu acho que é bastante comum no Brasil. Agora, o fofo do Francisco, disse para mim numa determinada ocasião, tem talvez uns seis meses, que queria botar o meu sobrenome no nome dele [risos]. Aí eu disse para ele que achava a coisa mais linda do mundo e que eu amava ele por isso. Mas expliquei para ele que era uma coisa complicada. Não é uma coisa facinha, a gente vai lá no juiz e põe o meu sobrenome no seu nome. Tem uma burocracia. Mas vamos lá. É um fofo, que coisa linda!

⁷⁴ Eugênia se refere à Lei 8560/92, de 29 de dezembro de 1992 (BRASIL, 1992), que regulamentou o anúncio da paternidade proferida pela mãe no registro de nascimento da criança. Com a maternidade estabelecida, o pai seria notificado para dar veracidade ou não, sobre a paternidade. Apesar da mudança, a lei continuava prevalecendo os direitos dos homens em detrimento das mulheres. Em 2015, a Lei 13.112/15, permitiu às mães registrarem suas/seus filhas/os no cartório já a partir do nascimento (BRASIL, 2015). Denominada de “O nome do pai”, uma vez declarado pela mãe “o nome do pai” no registro civil da criança, não requer prova ou presunção da paternidade.

L. M.: No Brasil, você e a Cássia foram pioneiras na visibilidade sobre maternidade lésbica, o que abriu importante espaço para a discussão a respeito. Você pensa nisso?

M. E.: Mas isso foi uma coisa que eu disse muito em entrevistas depois da morte dela. Ela, mesmo depois de morta, ela continuou fazendo muita coisa. Essa questão do Francisco, por exemplo né, ela me deixou o Francisco. Ela fez tudo tão direitinho quando eu penso agora. Porque eu me lembro que uma das provas que a gente levou também para o processo, que não foi necessário, por aquela questão da conciliação que eu te falei, foi uma fita de uma entrevista que ela deu para a [revista] *Marie Claire*⁷⁵ em que ela dizia, textualmente, que tinha muita preocupação com o Francisco, porque se alguma coisa acontecesse com ela, ela queria que ele ficasse comigo, mas ela tinha dúvida se a justiça brasileira ia permitir. Então, isso aí foi uma coisa que me ajudou muito, porque foi uma fita gravada, a *Marie Claire* cedeu essa fita para a gente, para o meu advogado, porque era a voz da Cássia falando aquilo, é muito mais forte do que a palavra escrita. Me ajudou muito também nessa época, a aparência física não estereotipada. Porque as pessoas têm uma visão da homossexualidade também muito em cima de estereótipos. E aí uma coisa [a performatividade feminina] que quebra põe uma dúvida na cabeça das pessoas. Faz as pessoas se questionarem. E olha só, eu não estou fazendo a defesa desse tipo de aparência ou comportamento não! Eu só estou dizendo que isso de uma certa forma me ajudou nesta época. Ajuda um pouco a desfazer essa coisa. Uma coisa que eu achei muito importante naquela época é ajudar a desfazer essa coisa da homossexualidade como um local da sacanagem, do sexo. Que as pessoas precisavam entender que existem famílias, que é uma relação de afeto. Não é uma suruba. Porque essa é a ideia que as pessoas têm, de uma relação muito voltada para a sexualidade, e não é, necessariamente, assim.

⁷⁵ Maria Eugênia faz referência à entrevista que Cássia Eller concedeu à Revista Marie Claire, São Paulo: Editora Globo, edição 127, out. 2001. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML372675-1740-1,00.html>. Acesso em: 19 fev. 2021.

L. M.: Na sua opinião, ser mãe ao mesmo tempo ser lésbica, rompe com o modelo de família padrão?

M. E.: É isso, porque quando as pessoas pensam em homossexualidade, as pessoas pensam em sexo. As pessoas pensam sempre numa relação, predominantemente, sexual, e não é isso, sabe, é família. É família! É uma relação de afeto, de pessoas que resolveram dividir a vida, se ajudarem, como qualquer casal.

L. M.: O que pode significar para a escola, ter uma criança que possui duas mães?

M. E.: Então, aí eu acho que a escolha da escola é fundamental. Que é aquilo que eu disse para você; primeira reunião de pais, eu e a Cássia. E a gente se sentiu acolhida. Eu não tive o menor constrangimento. Em nenhum momento eu senti olhares, eu senti completamente à vontade naquele espaço e me coloquei. Esse acolhimento dos adultos isso é uma coisa que passa para as crianças, essa naturalidade como você trata a questão. Quando eu chegava para levar o Francisco na escola com a Cássia, não tinha “oh” e “ah”, não tinha ninguém apontando o dedo. Então, eu acho que é uma oportunidade para a escola também, de passar essa maneira de tratar as relações homossexuais, com a naturalidade, que elas merecem. E isso a escola do Francisco fez muito legal. O tempo todo, a mesma naturalidade com que a gente teve em casa com ele, ele sentiu na escola também. Por isso eu acho que ele é um cara tão tranquilo e que se coloca tão bem, porque ele teve essa coisa tranquila tanto no ambiente familiar, quanto no ambiente escolar, que é muito importante. Porque tem aquela coisa do *bullying*: “ah, filho de duas mães”. Não, isso não acontece lá!

L. M.: O fato de a Cássia ser uma cantora famosa ajudou na visibilidade da maternidade lésbica na escola? Seria diferente se fossem mães não conhecidas?

M. E.: Essa fala do Francisco, quando ele diz que a visibilidade da mãe ajudou muito, responde à sua pergunta. Eu acho que sim, essa coisa da Cássia ser uma pessoa pública e querida, as pessoas têm uma certa simpatia e o Chico também. O Chico também despertou muito carinho nas pessoas. Primeiro, tem aquela sapatão, que depois virou aquela mãe linda! Com aquele bebê lindo, aquela mulher linda! Depois, ela morre e as pessoas ficaram todas muito mobilizadas com aquela criança também. Então o Francisco, ele tem um carinho que é dedicado a ele. Ele tem uma

tendência a achar que todo o carinho que ele recebe, é em função da mãe. E ele está equivocado. Existe um carinho que é focado nele, porque as pessoas acompanharam essa trajetória o tempo todo de uma certa forma pela mídia. Todo mundo tem muita curiosidade para saber o quê que foi que deu daquela criança? Que perdeu a mãe, que era filho de duas mulheres? O Francisco sempre despertou muito essa curiosidade, mas eu vejo que tem uma coisa carinhosa. Não é uma curiosidade ruim não. Na época da guarda, era lindo isso! Eu ia, por exemplo, fazer a compra no supermercado e aí a tiazinha do caixa, falava: “Não filha, vai dar tudo certo!”. As pessoas me paravam na rua: jovens, velhos, foi muito legal. Eu sentia muito carinho, uma energia muito boa! E eu acho que tudo isso acaba influenciando a justiça também. O que eu te falei, o advogado do Eller quando sentiu que o juiz estava inclinado, porque o juiz deixou claro isso, na fala dele, ele voltou atrás. Esse juiz depois deu até uma declaração, falou assim: “Imagina se eu decido contra a Eugênia, eu ia apanhar quando eu chegasse em casa!”. Então você percebe que essa movimentação, ela acaba influenciando até mesmo na justiça. Uma pessoa que não tem a visibilidade da Cássia, ela não ia ter nenhum desses apoios. Me incomodava um pouco na época que as pessoas começaram a falar de jurisprudência. Eu gostava de deixar isso muito claro. Não houve uma decisão judicial a meu favor, que é diferente. A justiça brasileira se posicionou a favor da Maria Eugênia, não foi bem isso. Porque jurisprudência é isso. É quando tem uma decisão e outros juízes vão seguir porque houve um caso semelhante. Mas obviamente que é isso que você falou, é toda a coisa da visibilidade da maternidade lésbica, que era uma coisa que o Brasil não tinha ainda.

L. M.: Havia dia das mães e dia dos pais na escola do Francisco? O que você pensa sobre essas comemorações na escola?

M. E.: Sim. Tinha. Nunca pensei muito sobre isso e não tenho assim uma opinião formada. Podemos fazer aqui algumas considerações. Sinceramente, nunca foi uma coisa que me incomodou. Como essa situação nossa era muito dada, ele chegava em casa com dois presentinhos, um para a mãe e outro pra “mãinha”. A nossa dificuldade era o dia dos pais, porque na época a questão da paternidade do Francisco ainda era um buraco. Estava tudo muito agudo, hoje não. Hoje ele já tem uma relação ótima. Já encontrou com o irmão. Já conheceu irmãos, tios, já esteve com avós em São Paulo. Então isso com o tempo se diluiu graças a Deus, fez um

bem danado para ele. Então eu me lembro de ter alguma dificuldade com o Francisco no dia dos pais. A gente ficava, assim, meio preocupadas com ele, um certo desconforto. Com o dia das mães não, o dia das mães era só alegria! Ele tinha duas, que ótimo! [risos]. Sempre vieram dois presentinhos maravilhosos! Agora não sei te dizer se a escola deveria abolir essas ocasiões. Ou deveria fazer assim, dia da família. Que fosse uma coisa que incluísse diversas situações diferentes. Para você ver como isso é lindo, ele não mora mais aqui, mas domingo passado ele veio passar o dia dos pães [dia dos pais] comigo! Fizemos *rhoque*, passamos o dia aqui! Existem maneiras mais bacanas de você apresentar esse prato tradicional [datas comemorativas] que é o que a escola do Francisco faz. Lá tem dia dos pais e dia das mães. Mas no dia das mães, se são duas mães, as duas mães ganham presente.

L. M.: Desde o nosso primeiro contato, você já pontuou numa frase que uma das melhores coisas que aconteceu na sua vida de mãe, foi ter escola acolhedora para o Francisco.

M. E.: Foi, porque isso se mostrou muito bom ao longo da vida dele, principalmente no episódio da morte da mãe. A gente teve muito, muito apoio dos professores, dos pais dos alunos, do corpo todo da escola. Todo mundo tinha muito carinho por ele. A escola é muito legal. Quando eu falo para você que o *bullying* não acontece lá, mentira! Não é que o *bullying* não aconteça. Mas a maneira como a escola lida com aquilo é muito legal! Eu me lembro por exemplo, teve uma época que entrou um menino novo na escola e a turminha, Francisco sempre foi da turminha da pesada, levado para burro né? Ele juntou uma turminha e meio que agrediu o garoto, era o primeiro dia do garoto. Foram meio agressivos com o garoto, não bateram, mas teve uma coisa de uma recepção que não foi boa, coisa de criança. Pronto, no dia seguinte fomos todos convocados, e era cartinha de desculpa para a mãe, para o amigo. E virou um dos melhores amigos do Francisco. E a mãe dele uma das minhas melhores amigas! Então é isso, o CEAT tem essa maneira de lidar com os conflitos, com o *bullying* que é muito legal! Era um rosário de desculpas e cartinhas e encontros. Muito bom!

L. M.: Você tem uma música que representa sua maternidade, sua família, vocês três?

M. E.: Olha, vou te dizer que tem uma música muito especial para mim, mas eu não teria nem como te mostrar porque foi assim que aconteceu... O Francisco tem um tempo que está dizendo para mim que quer sair já tem um tempo [morar sozinho]. Ele está conversando isso comigo, que está procurando e tal. Mas, de repente, num domingo ele virou para mim e falou assim: “mãe, eu vou hoje!”. Eu tomei aquele susto né, rapidamente me refiz e falei “então tá”, “então eu vou fazer um almoço e tal, pra gente se despedir hoje”. E aí eu fui para a cozinha e ele ficou aqui com o violãozinho dele no sofá tocando e, de repente, ele começou a cantar uma música e eu dando uma de durona né: “Está tudo certo, estou muito bem por você estar indo. Estamos lindos. Que ótimo que você vai, é isso mesmo. Você tem que ir, sua independência, sua autonomia”. Aí estou ali na cozinha, ele começou a cantar, mas era uma música assim, ele fez para mim, para a ocasião. E era coisa: “Minha mãe Maria, mesmo que eu tenha que ir, mesmo que eu tenha que machucar, eu tenho que partir...”. Olha, eu só sei que eu fui segurando a onda ali na cozinha [risos] e de repente eu comecei a chorar... [risos].... Então tem essa música, que eu ganhei de presente do meu filho que é linda, mas ele nunca gravou⁷⁶, então eu não tenho como te mostrar.

L. M.: A música 1º de julho⁷⁷, foi feita para o Francisco?

M. E.: Para a Cássia, em função da maternidade. A Cássia e o Renato [Russo, cantor], eles tiveram um empresário em comum numa época. A Cássia trabalhou com o Rafael Borges, que foi o empresário da Legião Urbana até o Renato morrer. Então teve uma época, essa coisa de empresário, meio que faz uma ponte, “Ah, Renato faz uma música aí pra Cássia, que ela vai gravar um disco novo”. Como era artista do mesmo empresário, ele falou e o Renato veio com a “1º de julho”.

L. M.: É bonito saber que você entende que o Francisco precisa ir também.

M. E.: São sensações, são sentimentos contraditórios. É óbvio que eu sinto muita falta dele, é óbvio que eu adorava ter ele aqui comigo. Ele é um menino adorável. Por outro lado, eu tenho um orgulho muito grande de ver que ele está indo,

⁷⁶ Chico Chico gravou a música em 2020 chamada “Mãe” com a qual abrimos esta subseção.

⁷⁷ A letra e clipe da música podem ser localizados em <https://www.letras.mus.br/cassia-eller/76842/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

está bem. Ele me diverte muito com essas coisas dos R\$ 20,00⁷⁸ da conta [risos]. É uma coisa que me dá uma satisfação muito grande, uma sensação de dever cumprido. Eu tenho um menino que está na vida, que tá crescendo, amadurecendo. São emoções contraditórias. Eu sinto muita falta dele! Sinto mesmo, mas ao mesmo tempo, eu entendo que é um movimento natural da vida. E que é bom para ele, ele está felicíssimo, isso por si só já faz minha cabeça.

L. M.: É a primeira vez que ele sai de casa?

M. E.: Não, não é a primeira vez. Ele fez uma primeira tentativa quando ele passou na UFF [Universidade Federal Fluminense], que ele quis morar em Niterói. A gente alugou uma quitinete e ele foi morar com um amigo. Mas acabou não dando muito certo porque esse amigo, não era tão amigo. Não era exatamente aquilo que ele estava sonhando quando ele pensou em sair de casa. Ele ficou mais ou menos um ano enrolando, está aqui, está ali, está aqui, está ali, e acabou entregando o apartamento e voltando. Agora não, agora ele foi para uma casa em Santa Teresa [bairro do RJ], que ele mora com outras pessoas. E ele está morando com um grande parceiro dele, que é compositor também. Então ele está o tempo todo trabalhando com esse menino, ao mesmo tempo, ele está amadurecendo muito nestas questões, coisas práticas e chatas da vida de qualquer ser humano adulto, que é o cartão, a taxa que você paga, o comprovante de residência. Tudo isso que eu acabava um pouco resolvendo para ele aqui, de uma maneira ou de outra. É momento de muito aprendizado, de amadurecimento, eu acho isso lindo, tenho muito orgulho! Tenho essa tristezinha, mas você sabe que agora a gente de uma certa forma tem uma convivência de mais qualidade. Porque quando ele estava morando aqui, ele está ali, eu estou aqui [apontando para dois espaços diferentes, porém, próximos]. Cada um tem o seu interesse. Ele vai ver uma coisa, eu outra. Eu trabalho, os nossos horários não são muito compatíveis. A gente acabava convivendo pouco, agora não. Agora ele vem para o dia dos “pães”, ele passa o dia aqui comigo, a gente conversa muito. Eu estou bem, eu fiquei bem com essa saída dele.

⁷⁸ Eugênia se referiu a um comentário que fez antes da gravação da entrevista, de que Francisco teria reclamado das taxas de administração da conta bancária.

L. M.: Sobre o controle. O controle dos amores, das relações, das pessoas. Sempre me chamou atenção nas entrevistas, seu respeito pela liberdade de escolha. É isso?

M. E.: O controle é uma ilusão, não é? Esse controle é uma ilusão muito... eu nunca tive a ilusão de controlar ninguém, eu nem me controlo às vezes [risos].

L. M.: Tem alguma coisa que você gostaria de falar, algo que eu não perguntei?

M. E.: Olha só, eu só queria te dizer o seguinte: eu amo o CEAT, amo de paixão mesmo. Amo as pessoas que eu conheci lá, entre mães, as crianças, os funcionários todos. Eu tenho um orgulho daquela escola! É aquilo que eu te falei, eu acho que a gente estava muito abençoada no dia que a gente fez essa escolha. Eu sou muito fã daquela escola.

L. M.: Eugênia, as escolas não serão identificadas na pesquisa conforme consta no projeto aprovado pelo Conselho de Ética. Mas, você gostaria que eu fizesse referência (identificação) ao CEAT?

M. E.: Eu adoraria que você fizesse. Porque eles merecem muito. Eu peço para você fazer uma referência explícita, eles merecem muito.

L. M.: Eugênia, muito obrigada!

2.3 COMPROMISSO COM O ENGAJAMENTO: SENTIDOS E EXPERIÊNCIAS EM/PARA FAMÍLIA(S)

Ao aceitarem o convite para integrar a tessitura deste trabalho, as mães LésBi se comprometem com a tarefa de fazer do ambiente escolar, um lugar mais equânime para todas as crianças. Cada uma das treze mães, representa uma resposta ao chamado para contribuir com as instituições educacionais “[...] de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade

cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade” como nos lembra bell hooks⁷⁹ (2017, p. 50).

Reconhecendo que nós, educadoras/es somos convocadas e convocados a refletir as diferentes realidades sociais e as experiências familiares de nossas/os alunas/os, que a seguir apresentamos as mães e suas/seus filhas/os com o intuito de conhecer essas múltiplas vozes que celebram suas escolhas, suas dificuldades e suas alegrias. Hooks (2017, p. 57) adverte que para construirmos uma pedagogia que, de fato, seja transformadora, é preciso perguntar: “Quem fala? Quem ouve? E por quê?”. Só assim contribuiremos para uma prática pedagógica crítica e comprometida com a comunidade.

⁷⁹ bell hooks, pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora, professora e intelectual negra, é professora de inglês no City College de Nova York. Costuma assinar seu pseudônimo com letras minúsculas em referência ao movimento transgressor à única forma padrão de produção de conhecimento da academia. É considerada como uma das pensadoras mais influentes do feminismo negro.



Figura 8 – Família Aline, Ametista e Berilo

Fonte: Arquivo da autora. Foto cedida pela família com autorização para publicação nesta tese (2021).

2.3.1 Aline

Aline tem 32 anos e foi o primeiro contato que obtive por meio do grupo de *WhatsApp* das/os doutorandas/os da minha turma. Entrei em contato com ela que se prontificou de imediato a participar da pesquisa. Disse que estava passando por um momento em que, motivada pela atual noiva, percebeu que deveria participar mais ativamente das questões de representatividade e autoafirmação da lesbianidade. Marcamos a entrevista para uma tarde de domingo no campus da UFJF.

Aline tem uma filha com 11 anos e um filho com 08 anos de idade, ambos de relacionamentos heterossexuais anteriores. Conta que desde a adolescência já se percebia como lésbica, mas a família não aceitava, e a pressão familiar, sobretudo de sua mãe, a levaram a ter dois casamentos dentro da norma social esperada. No momento da entrevista, seu filho estava presente. Andando de patins pelo campus, a cada momento passava para o contato visual e verbal da mãe. Atualmente, assumiu um relacionamento com outra mulher, estão noivas e cria sua filha e seu filho, sozinha. Assegura que a educação escolar é o que existe de maior valor para ela e ele, e por isso, seu empenho no trabalho se justifica para garantir que tenham educação de qualidade.

Aline é mãe da Ametista com 11 anos e do Berilo com 08. Estudam em escolas privadas diferentes e são bolsistas. A escola da Ametista é confessional e Aline não conseguiu encontrar espaço para falar da sua sexualidade. Já na escola do Berilo, afirmou sua lesbianidade, por se sentir segura e acolhida pela equipe de ensino. Aline narra que sua filha e seu filho gostam da noiva e que a relação entre as crianças e a noiva é muito boa “Eles gostam demais dela. Eles nunca estiveram tão felizes. Ela só acrescenta na relação com os meus filhos” (ALINE).



Figura 9 – Família Natália e Rubi

Fonte: Arquivo da autora. Foto cedida pela família com autorização para publicação nesta tese (2021).

2.3.2 Natália

Consegui reverter o processo [adoção] depois de três anos e consegui a habilitação. Quando fui habilitada, o processo foi rápido. Não havia restrição no meu perfil. Aí o Gaspar chegou em 15 dias. O Gaspar faleceu. Escolhi dar um tempo para viver o luto. Depois de um tempo, veio a Rubi (Natália).

Natália tem 32 anos e foi a segunda entrevista a ser realizada. Nos encontramos em uma sala da UFJF e ali demos início a sua narrativa. É funcionária pública federal, participa de maneira ativa do sindicato das/os trabalhadoras/es e também do movimento feminista 8 M, criado em 2017. Natália conta que sempre quis ser mãe e que esse desejo pela maternidade teve início logo após ter terminado a graduação e começado a trabalhar. Apesar de ainda considerar a fertilização, sua primeira escolha foi a via da adoção.

Após passar pelo trâmite legal para a adoção na Vara da Infância e ter sido aprovada em todas as etapas, a psicóloga (que é o último parecer a ser emitido) atestou Natália como inapta. Além de indeferir, suspendeu por três anos a possibilidade de retomar as etapas do processo de adoção. Nas palavras de Natália,

Além de me indeferir, me suspendeu por três anos da possibilidade de retomar os estudos [curso de preparação psicossocial e jurídica]. Ela [psicóloga] dava o laudo todo favorável, **mas no final ela dizia que sentia um incômodo pela ausência de um parceiro** (NATÁLIA, grifo nosso).

Na época, Natália fez um desabafo em sua rede social sobre o que tinha ocorrido e associou a negativa de seu processo de adoção com o machismo, alegando que, o pior machismo, é aquele que nós não vemos. Sua postagem teve grande repercussão nacional e foi intimada a comparecer em audiência pública com a juíza. A audiência tomou uma grande repercussão e ficou lotada, pessoas amigas, familiares, profissionais do sindicato e a mídia estavam presentes. Esse fato aconteceu no ano de 2013 e teve, por meio do movimento realizado por Natália, grande potência política:

Na época eu era solteira, aí ela [juíza] falou que Juiz de Fora já tinha concedido adoção para um casal de mulheres lésbicas e que tinha

sido um despreparo da equipe e se comprometeu a refazer os estudos. Que eu tinha que refazer os estudos, pois os estudos só valem por dois anos. **Mas a condição era que eu retirasse o post do Facebook.** Na época, nem questioneei, pois queria tanto que concordei, assinei o termo de compromisso (NATÁLIA, grifo nosso).

A experiência da maternidade pela via da adoção, narrada e vivida por essa mãe lésbica, nos mostra que a maternidade LésBi possui especificidades relacionadas ao preconceito e violência de gênero, somadas à orientação sexual. Ser mulher e lésbica são categorias que carregam dupla imbricação de violência de gênero. Na prática, se por um lado são mulheres, a heteronormatividade social implica na presença de um homem, para autenticar o direito à adoção, mesmo constando na legislação (BRASIL, 2019) que todas as pessoas no Brasil, a partir de 18 anos de idade têm direito à adoção, independente se são solteiras ou não. Neste caso, a mulher solteira apresenta para a sociedade estruturada pelo poder patriarcal, como não apta para se responsabilizar pela criança. Por outro lado, a lésbica representa a figura que rejeita o poder patriarcal, pois seu desejo, não está direcionado por e para os homens, e ao mesmo tempo, coloca em crise normatizações socialmente construídas pela heterossexualidade compulsória, desestabilizando a naturalização da maternidade, e conseqüentemente, da família nuclear.

Natália é mãe da Rubi que tem 04 anos e atualmente precisa lidar com outras imbricações na escola em que a filha estuda. Rubi possui microcefalia, é negra, filha adotiva de duas mães que se separaram e possuem guarda compartilhada. Rubi também é aluna bolsista da escola. Natália narra sobre sua interação com a escola de Rubi, desde a entrada e saída nos horários em que ela ou a ex-esposa acompanham a filha, até as estratégias de diálogo com a equipe pedagógica e demais familiares das crianças da escola.



Figura 10 – Família Camila, Raphaela e Safira

Fonte: Arquivo da autora. Foto cedida pela família com autorização para publicação nesta tese (2021).

2.3.3 Camila e Raphaela

Camila tem 33 anos e Raphaela 34. Elas foram indicadas por uma artista da cidade de Juiz de Fora/MG, compondo a terceira entrevista do campo. Possuem união estável há 11 anos e são mães de Safira com 03 anos de idade. A entrevista com o casal teve início em uma praça de alimentação pela manhã, e por volta do meio dia, quando anunciei que passaríamos a falar sobre a escola, o casal pediu, então, que retomássemos no final da tarde porque a escola é de suma importância e gostariam de ter tempo hábil para expressarem a respeito. Retomamos em um café da cidade e na ocasião tive oportunidade de conhecer a filha do casal e observar sua interação com as duas mães.

Camila e Raphaela planejaram a concepção da maternidade e utilizaram as Novas Tecnologias de Reprodução Assistida (NTR). Decidiram juntas que Camila geraria o bebê e ao mesmo tempo, as duas fizeram estimulação hormonal para fecundação ovariana com acompanhamento médico. A técnica escolhida por elas foi mista, fizeram a fertilização *in vitro* (FIV) com recepção do óvulo da parceira (ROPA). Os óvulos das duas foram fecundados e os dois embriões inseminados em Camila. Apenas um deles se desenvolveu e o casal narra que não sabe qual dos embriões é que resultou hoje na pequena Safira:

Na verdade, a gente não sabe qual se desenvolveu, mas a Safira é a Camila de novo, é muito parecida fisicamente. Eu considero inviável que ela seja minha filha biológica. Tenho 99% de certeza que foi um óvulo da Camila. Poderia ser um óvulo meu, mas fisicamente é indiscutível, porque elas se parecem muito (Raphaela).

Quando a gestação se confirmou, o casal entrou com um pedido na justiça de dupla maternidade com tutela antecipada para que Raphaela fosse reconhecida como mãe legal antes mesmo de Safira nascer, o que garantiria que o registro de nascimento fosse feito no nome das duas mães. Porém, a decisão saiu 06 meses depois do nascimento de Safira. Durante esses seis meses, ela ficou registrada apenas no nome da Camila. Na época, ainda não havia o provimento nº 52 do CNJ/2016 (BRASIL, 2016) que concedeu e regulamentou a dupla maternidade na certidão de nascimento e o provimento nº 63 do CNJ/2017 (BRASIL, 2017) que instituiu modelos únicos de nascimentos e regulamentou o registro para filiação por

reprodução assistida. Duas importantes mudanças que asseguram casais homossexuais para registrarem a dupla filiação. Desse modo, tiveram que realizar um amplo movimento para garantir o registro da Safira com a dupla maternidade. Como o processo demorou, quando saiu o resultado a Safira já havia nascido e tiveram que atualizar toda a documentação, que precisou ser modificada, para retificação do documento civil, “A gente tentou se antecipar, se preparar, mas a velocidade da justiça não foi de acordo” (Raphaela).

A trajetória percorrida por esse casal para o reconhecimento legal da dupla maternidade demonstra a importância em ver reconhecido o parentesco das duas mães com a filha. Raphaela se emocionou durante a entrevista quando narrou o momento em que pegou a certidão de nascimento da filha ainda no hospital e que nela só constava o nome de Camila como mãe.

Para além do acompanhamento durante toda a gestação, desde o planejamento, aos medicamentos e exames médicos que as duas tiveram que passar, e também, por toda questão jurídica que compõe o levantamento dos recursos feitos pelas NTR, visitas e entrevistas com especialistas, as mães lésbicas e bissexuais passam por uma série de inseguranças para conseguir a legalidade do documento formal. Como observa Amorim, para além da subjetividade do afeto, o reconhecimento legal da maternidade afere “[...] um sentido novo da família, que agora entra de fato para a teia genealógica legal e estatal que confere um sentido de pertencimento familiar, mas também de cidadania” (AMORIM, 2018, p. 333). Essa preocupação foi citada por Raphaela:

Eu tinha muito medo, apesar de a gente não ter nenhum problema na família, com a minha família e com a família dela [Camila] em relação à aceitação do nosso relacionamento. Eu tinha muito receio de como a minha família ia enxergar isso. **Principalmente porque eu não ia ser a que ia gerar**, se esse fato ia ser relevante para o meu pai, mãe, irmão, tio, **se iam considerar a criança da família ou não**. Essas coisas iam passando na cabeça. Nunca conversei com ninguém deles sobre isso (RAPHAELA, grifo nosso).

Mesmo fazendo parte de todo o processo da gestação, o medo de não ser reconhecida, legalmente como mãe, que descreve Raphaela, pelo fato de que não gerou a filha e o desejo de que a família a considerasse como descendente legítima, é uma constante para os casais de mulheres que decidem pela maternidade. O *status*

de pertencimento do que de fato é ser mãe, pode ser entendido pelo que Virginie Descoutures⁸⁰ (2010, p. 204) chama de *mères à part entière* (mães completas) que segundo a autora, reside em dois níveis inter-relacionados com a norma heteronormativa que são: o jurídico, que também é social, porque confere o *status* de mãe legítima/legal perante a sociedade, e o da intimidade, que por sua vez, estão sujeitas ao modelo heterossexual de família, o “[...] que implica a proibição de duas mães do mesmo sexo, ao mesmo tempo em que lembra a ordem dos gêneros e sua ‘complementaridade necessária’” (DESCOUTURES, 2010, p. 204)⁸¹.

Entretanto do mesmo modo que a dupla maternidade conferida pelo estatuto jurídico exerce influência sobre o que é ser uma “mãe de pleno direito” (DESCOUTURES, 2010) e desse modo legitima seu papel e lugar de mãe na sociedade, é na esfera íntima, na relação entre o casal e sua/seu(s) filha/o(s) que o *status* de mãe é conferido. De seu próprio modo, as relações estabelecidas entre as mães LésBi e sua/seu(s) filha/os(s) “podem contrariar (ou apoiar) a lógica heterossexista e abrir o empoderamento do sentimento de legitimidade, por exemplo, quando a “mãe não estatutária” é nomeada e designada como “mãe” por seu filho” (DESCOUTURES, 2010, p. 204). Para além da certidão de nascimento, é no interior da família, que as relações de afeto e cuidado se fortalecem e o sentimento de parentesco é conferido pela/o(s) filha/o(s) às mães que não possuem o registro legal, como as relações maternas estabelecidas pelas mães entrevistadas que veremos nesta pesquisa.

⁸⁰ Virginie Descoutures é professora-pesquisadora do departamento de sociologia da Universidade de Galatasary em Istambul e membro do laboratório CRESPPA-GTM (CRNS-Université Paris VIII). É coautora da obra “O gênero nas Ciências Sociais. Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour” (2014) traduzido no Brasil pelas editoras UNESP e UNB.

⁸¹ [...] qui implique l'interdit de deux mères du même sexe en même temps qu'il les rappelle à l'ordre des sexes et de leur “nécessaire complémentarité” (DESCOUTURES, 2010, p. 204).



Figura 11 – Família Raquel, Célia, Citrino e Âmbar

Fonte: Arquivo da autora. Foto cedida pela família com autorização para publicação nesta tese (2021).

2.3.4 Raquel e Célia

Raquel e Célia estão juntas há 02 anos. Raquel tem 33 anos, atuou na área de mecânica e comércio de motos e Célia tem 52 anos e é militar da reserva. Me receberam em casa junto com os gêmeos Citrino e Âmbar com 05 anos de idade. Raquel é mãe biológica dos gêmeos. Antes de conhecer Célia, foi casada com uma mulher por 10 anos e nutriram juntas o sonho de terem filhas/os. Ao ficar viúva, Raquel resolveu realizar o projeto de maternidade através das NTR. Procurou uma clínica de fertilização e teve os gêmeos. Quando conheceu Célia, as crianças tinham 03 anos de idade. No primeiro encontro, Célia conheceu os meninos. Elas se casaram no civil e entraram com pedido de filiação socioafetiva para que Célia pudesse ter o nome na certidão de nascimento das crianças, assim como, atribuir-lhes seu sobrenome.

Neste caso, Raquel e Célia conseguiram averbar diretamente no cartório o novo registro civil dos gêmeos em 2018, que agora passa a constar na certidão os nomes das duas mães e o sobrenome de Célia para Raquel. Conquista importante das lutas dos movimentos sociais, sobretudo LGBTs, que conquistaram em 2013 a resolução nº 175 CNJ/2013 (BRASIL, 2013) que regulamentou a união civil para os casais homossexuais e provimento nº 63 do CNJ/2017 (BRASIL, 2017), ambos mencionados anteriormente. Embora diferente de Camila e Raphaela que precisaram percorrer um caminho com orientação jurídica para o reconhecimento da dupla maternidade, Raquel e Célia tiveram que recorrer à rede de amigas, no momento da alteração da certidão de registro civil dos gêmeos, porque o cartório, se recusou a atribuir o sobrenome de Célia para os filhos. Assim elas contam:

Eu fiquei muito triste com a fala da moça do cartório de que não poderia colocar o sobrenome da Célia nas crianças. Aí nós sentamos lá [cartório], ficamos tristes e pensamos que teríamos que entrar na justiça, mas não é assim. Foi quando ligamos para nossa amiga que já tinha feito o mesmo processo e ela ligou para o cartório [que fez os documentos] e o cartório ligou pra lá e disse que poderia sim, tem direito e poderia colocar. E aí na mesma hora uma mulher lá, que é chefe do cartório, chegou e disse: 'O delas aí está autorizado, pode botar o sobrenome'. E aí aquilo ali pra gente... essa daí [Célia] danou a chorar lá dentro do cartório que nem uma louca [risos] (Raquel).

Uma conquista enorme! (Célia).

O relato da dificuldade do casal para o registro do sobrenome de Célia nas crianças, representa a dificuldade que as mães LésBi passam, para ver garantidas e efetivadas as conquistas que asseguram a dupla maternidade. Embora tenha resolução, os processos são extenuantes e os espaços públicos “[...] não parecem fazer parte da realidade cotidiana dos casais que se sentem testados, julgados e avaliados. Esse trajeto envolve engajamento emocional e também financeiro do casal [...]” (AMORIM, 2018, p. 335). Por outro lado, a rede de proteção da qual as mulheres lésbicas e bissexuais tecem umas com as outras, funciona como um movimento de ajuda mútua e de formação pedagógica dos direitos, e desta forma, auxilia com que se faça valer as normativas jurídicas e outras situações relevantes às suas famílias lesboparentais. Célia e Raquel, por exemplo, mantêm um grupo de mães que são lésbicas e, pelo menos uma vez por mês, se reúnem juntamente com suas/seus filhas/os para confraternizar e assim, as crianças estreitam laços umas com as outras, garantindo existência e rede de afeto de suas famílias, uma vez que, na escola e outros espaços sociais, por conta da heteronormatividade compulsória e o modelo nuclear de família, não representam a configuração das crianças que possuem duas mães.



Figura 12 – Família Bella, Mel e Lazúli

Fonte: Arquivo da autora. Foto cedida pela família com autorização para publicação nesta tese (2021).

2.3.5 Bella e Mel

A gente é obrigada a escutar umas coisas que a gente pensa: “Meu Deus do Céu”. Eles [Vara da Infância] ainda não sabem muito bem lidar com a gente, isso aí é fato. Toda hora remete, por exemplo, “é como se fosse um pai” e eu falei: Não gente, não tem pai! (Bella).

Neste relato, Bella se reporta a uma das falas que ouviram durante o processo de adoção da filha do casal no curso preparatório. Mesmo assinalando que a psicóloga da Vara da Infância disse a elas que não existia preconceito e que todas as mães e todos os pais seriam tratadas/os com igualdade, a centralidade do discurso está baseada na família nuclear. Esse despreparo para lidar com as mães LésBi também foi relatado no processo de adoção da Natália.

Bella tem 31 anos e Mel 36, estão casadas há 07 anos e no momento da entrevista estavam no processo de guarda provisória da filha Lazúli com 07 anos. A entrevista aconteceu em BH no espaço reservado para o café do hotel em que eu estava hospedada. O casal narrou a dificuldade e o tempo que demorou para conseguir entrar na fila de adoção. Entraram com a documentação em novembro de 2016, depois de 1 ano e 2 meses é que conseguiram entrar para a fila. Fizeram os cursos, receberam as visitas com as especialistas e em 2018, Lazúli chegou. Durante o processo tiveram o apoio e ajuda de uma amiga advogada, que monitorava os documentos, o que fez com que elas adiantassem as documentações solicitadas com antecedência.

Bella e Mel relatam que a filha Lazúli entrou para a adoção com 6 anos de idade junto com seu irmão biológico. As experiências que a Vara da Infância fez com outros casais para a adoção conjunta entre ela e seu irmão não deram certo. Lazúli era sempre devolvida com a justificativa de que ela demanda muita atenção. Não funcionou porque Lazúli demanda muita atenção. Elas narram que o processo de adaptação e de cuidados com a filha está sendo iniciado desde a escola até as questões próprias com o relacionamento afetivo. Trocaram-na de escola para que pudesse iniciar junto com a nova família, novos contatos com a educação escolar. Bella e Mel se preocupam em apresentar para a filha que não existe brinquedo de menina e de menino porque Lazúli trouxe impresso as marcas do binarismo de gênero. No início, questionava a relação afetiva das mães e dizia que “mulher com mulher” não poderiam ser um casal. As mães participam de Movimento Social LGBT na igreja

católica (Pastoral LGBT) e o contato da filha com outros casais tem ajudado na representação da sua família, conforme explica Mel:

E ela já conheceu também outras crianças que são filhos de duas mães. E tudo isso, todo esse cuidado que é um cuidado que hoje a gente tem de mostrar que o binarismo de gênero faz mal, que não tem coisa de menino e coisa de menina e que uma criança de 07 anos foi criada assim... Mas com pouco tempo de convivência com a Lazúli, ela já aprendeu a respeitar tantas diferenças que isso pra gente é uma vitória e uma prova que mostra que a criança não é preconceituosa, que o preconceito é construído e pode ser desconstruído.

O cuidado que esse casal expressa em cultivar para a filha valores a respeito das diferenças humanas e do reconhecimento dessas diferenças como possibilidades de existência, reverbera na forma como a própria Lazúli passa a se perceber na sociedade. Um exemplo disso é a relação afirmativa que agora ela está fazendo com a escola. As mães relatam que ela não sabia ler e escrever e que havia uma relação ruim com a aprendizagem. Após a mudança, Lazúli se alfabetizou e está estabelecendo relação mais positiva com a educação escolar.

Sobre visibilidade, é importante ressaltar que Bella foi indicada por Raphaela. Quando faziam graduação, Bella era caloura de Raphaela, e apesar de nunca terem conversado, quando Raphaela assumiu a lesbianidade e passou a postar fotos e reportagens sobre a maternidade lésbica em sua página em uma rede social na internet, Bella entrou em contato para lhe contar que era bissexual e que gostaria de ser mãe. Quando a lesbianidade é afirmada publicamente contribui para a existência e visibilidade afirmativa de outras mulheres. A maternidade lésbica e bissexual contribui para repensarmos os variados modos de constituir famílias. Ao descobrir que Raphaela era lésbica e mãe, Bella entra em contato e fortalece sua afirmação político afetiva e sexual. Ao indicar Bella para contribuir com a pesquisa, elas tecem uma rede, não apenas de proteção, mas também, de afirmação política.



Figura 13 – Família Janaina, Clébea e Rutilo

Fonte: Arquivo da autora. Foto cedida pela família com autorização para publicação nesta tese (2021).

2.3.6 Janaina e Clébea

A entrevista com Janaina, 39 anos, também aconteceu em Belo Horizonte/MG. O contato com ela foi intermediado por uma ativista LGBT de Minas Gerais. Quando nos falamos pela primeira vez ao telefone, Janaina assinalou, que gostaria que sua noiva também participasse, porque apesar de não residirem na mesma casa, Clébea 40 anos, representa o papel de mãe na vida de seu filho Rutilo com 10 anos de idade. Na hora marcada, Janaina, Clébea e Rutilo, me esperavam na residência da família, em um bairro de BH. Quando entrei na casa da família, fui surpreendida com o preparo e convite para o almoço. O filho Rutilo estava ansioso porque sabia que uma pesquisadora iria lá para entrevistar suas duas mães. Ao final da entrevista, conversei com ele com autorização delas.

Janaina contou que seu filho é fruto de uma relação sexual com um amigo. Ela queria ser mãe e assumir a produção independente. Porém, o pai assiste e é presente na vida do filho, que considera Clébea, também como mãe. Em constante emoção e troca de carinhos entre o casal, Janaina e Clébea contaram as diversas experiências a respeito da maternidade e da relação que possuem com o filho. Janaina participou do movimento lésbico feminista em BH e atribui seus posicionamentos críticos em relação à visibilidade lésbica a partir desse engajamento. Clébea narra que se tornou mãe no momento em que conheceu Rutilo, na época ele tinha 1 ano e 9 meses de idade. Lembra quando ele começou a falar e ensaiava dizer o nome dela, “eu participei de um momento, de uma fase na vida dele que foi incrível” (Clébea).

O casal enfatiza durante a entrevista que a educação escolar é o principal objetivo e preocupação delas como mães. Estão sempre atentas ao que acontece na vida escolar do filho e de que maneira a escola lida com a pluralidade existente em seu contexto. Janaina faz questão de explicitar momentos em que precisou ser enfática em relação à lesbofobia e garantia de direitos. Ao mesmo tempo, considera que a escola do filho sempre pautou o respeito às famílias em suas reuniões pedagógicas e comemorações festivas.



Figura 14 – Ilustração representando a família Aline Cristina, Laís e Esmeralda
Fonte: Revista AzMinas (2020).

2.3.7 Aline Cristina e Laís

Acho importante falar. Eu falo para ser respeitada (Aline Cristina).

Recebi pelo celular uma mensagem de texto de Raphaela e Camila perguntando se ainda estava entrevistando mães LésBi. Elas conheceram e comentaram sobre a pesquisa com Aline Cristina de 25 anos e Laís de 29 que solicitaram participar e contribuir com a investigação. Na data marcada, fui ao salão de beleza, local indicado por elas para a realização da entrevista. Ao chegar no local, fui recebida por elas e pela filha Esmeralda de 07 anos de idade. Aline Cristina é mãe biológica de Esmeralda. Foi mãe na adolescência com 17 anos. Ela conta que a família é evangélica de uma igreja ortodoxa e a mãe pressionava para que ela tivesse relacionamento heterossexual, “minha mãe falava que sapatão não queria na casa dela”. Foi então que em uma festa, conheceu o pai de sua filha. Quando soube que estava grávida eles já haviam terminado o namoro. Ela tentou retomar depois que soube da gravidez, mas percebeu que não adiantaria seguir no relacionamento somente por conta da gestação.

No início disse que teve muito medo da filha sofrer preconceito por ela ser lésbica, e que por algum tempo, tentou esconder da filha sua orientação sexual. Seu primeiro relacionamento assumido publicamente com uma mulher está sendo com a Laís, estão juntas há 03 anos. Laís é reconhecida e se reconhece como mãe por Esmeralda, embora não possuindo o registro da dupla maternidade, Laís relata ser esse o próximo passo a ser realizado pela família.

A entrevista se deu na sala de espera do salão de beleza que é de propriedade do casal. As narrativas foram ditas mediante a entrada e saída de clientes e era possível perceber a felicidade do casal e da filha, em contribuir com a história da família.

Aline Cristina e Laís formam um casal de lésbicas inter-racial e no depoimento das duas, o racismo tem sido violência mais eminente que a orientação sexual. Relataram episódios em que passaram pelo racismo e a dificuldade emocional que sentiram em ter de lidar com situações de assédio com a Esmeralda. Sobre a escola, o casal é enfático em dizer que ainda possui dificuldade em lidar com a existência das

famílias que são compostas por mães que são lésbicas. Esmeralda estuda em escola pública e as mães alegam que, até o presente momento, não tiveram que passar por nenhuma situação de constrangimento ou de violência por conta da formação familiar. Mas, relatam que gostariam de saber o posicionamento da escola, porque o silêncio não transforma o espaço escolar em um local seguro. Aline Cristina argumenta que:

Eu sinto um ambiente hostil, apesar de a gente nunca ter vivido nada, eu sempre entro lá quando estamos juntas esperando alguma coisa, sempre com um pé atrás. Porque a gente não se sente em casa, **não se sente abraçada pela escola**. Eu sinto que a Esmeralda está indo bem na escola, a professora é ótima, mas o ano que vem quando mudar de professora não sabemos como vai ser, porque não é uma coisa da escola. **Não estamos pedindo para a escola colocar uma bandeira LGBT na porta**. Mas que seja uma coisa clara. **A escola finge que não vê. Não tem uma relação aberta. É indiferente. Mas em compensação não está protegendo se a discriminação acontecer**. Toda vez que eu entro na escola, eu já entro esperando alguém falar alguma coisa, uma criança ou um pai, mãe. Nunca aconteceu, mas a gente está sempre esperando. **E a gente não sabe como a escola vai reagir a isso. Se a gente soubesse qual a reação da escola, a gente entraria segura. Pois saberíamos que a escola não toleraria isso** (ALINE CRISTINA, grifo nosso).

Sobre o silêncio da escola, tema que será abordado na próxima seção, a falta de trabalho pedagógico que possa representar a pluralidade das famílias existentes no contexto escolar, foi destacado pelas 13 mães entrevistadas até o momento. Cada uma delas, a seu modo, relata que não sabe como a escola se manifestaria caso acontecesse situações de preconceitos e violências contra suas/seus filhas/os por terem uma configuração familiar formada por duas mães.

Na argumentação de Aline Cristina, pode-se notar expressa a preocupação de não saber o que a escola pensa a respeito da sua família. Esse saber o que a escola pensa pode ser compreendido pela necessidade de representação, de ter da escola o respaldo necessário, que garanta minimamente que a/o(s) filha/o(s) não serão invisibilizadas/os e/ou motivo de julgamentos. O “saber o que esperar” da escola é condição primeira do atendimento educacional institucionalizado, pois, cabe à escola demonstrar às famílias como lidam com a adversidade, as diferenças e a pluralidade.

O relato de Aline Cristina nos leva a compreender o que Audre Lorde⁸² (2019) considera como enfraquecimento das discussões feministas, qualquer pauta que não considere a diferença de raça, sexualidade, classe e geração. Para a autora, os diferentes feminismos se fortalecem, exatamente, a partir dessas considerações interligadas entre o que é pessoal e o que é político. Desse modo, o silêncio a respeito das famílias LésBi pode ser compreendido como uma forma de opressão caracterizado pela socialização, pelo temor “[...] às nossas próprias necessidades de linguagem e definição, e enquanto a gente espera em silêncio por aquele luxo final do destemor, o peso do silêncio vai terminar nos engasgando” (LORDE, 2019, p. 55).

Tendo apresentado as interlocutoras da pesquisa e as primeiras impressões sobre suas narrativas, sobre as maternidades lésbicas e a escola, consideramos ser importante mapear como os estudos feministas e as/os pesquisadoras/es da área de gênero e sexualidades em interface com a educação, redefiniram os laços familiares e o conceito da maternidade. Por isso, na próxima seção, alicerçamos a investigação com suporte da contextualização histórica sobre as maternidades lésbicas e bissexuais a partir da perspectiva feminista.

⁸² Audrey Geraldine Lorde (1934-1992) foi uma escritora caribenha-americana, feminista, mulherista, lésbica e ativista dos direitos civis. Um dos seus esforços mais notáveis foi o seu trabalho militante com as mulheres afro-alemãs na década de 1980.

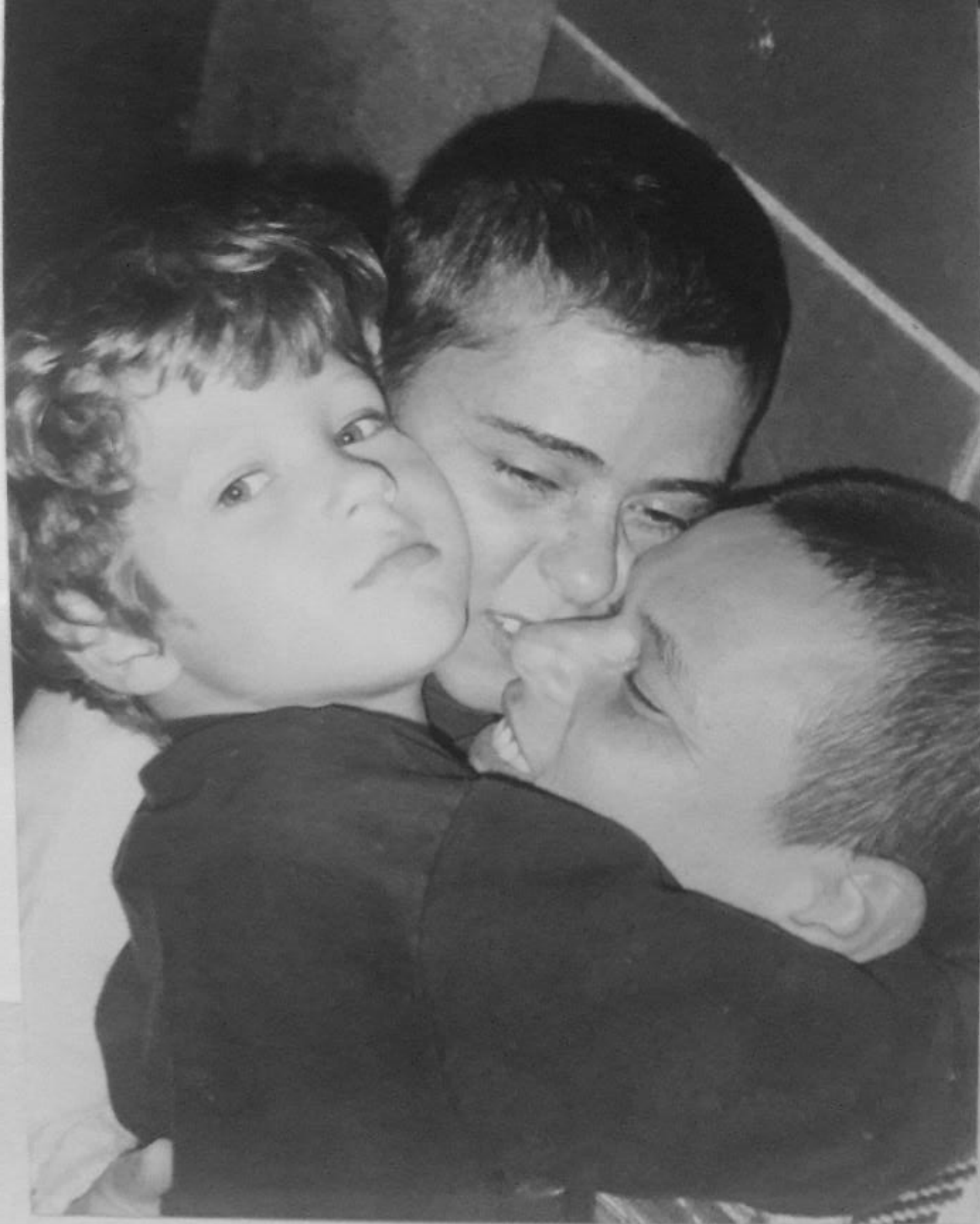


Figura 15 – Chicão e suas mães

Fonte: Arquivo da autora. Foto cedida pela família com autorização para publicação nesta tese (2021).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: O DEBATE SOBRE A MATERNIDADE LÉSBICA E BISSEXUAL EM PERSPECTIVA FEMINISTA

São sobretudo as interpelações das feministas racializadas e/ou proletárias e/ou lésbicas que devem, a meu ver, ser ouvidas e estudadas, se desejamos produzir uma teoria e uma prática úteis à transformação social radical mais do que nunca necessária (FALQUET, 2008, p. 122).

Jules Falquet (2008) parte da hipótese de que as variadas formas de opressões são imbricadas a partir da divisão do trabalho que delega às mulheres a responsabilidade pelo trabalho e manutenção dos membros da família. Para a autora, o trabalho considerado feminino altera as relações de sexo, raça e classe, pois a reprodução está ligada com o trabalho doméstico que é regido pelo Estado e amparado em um sistema político heterossexual. Logo, para conquistarmos uma ciência impulsionada pela transformação social, as vozes das lésbicas e mulheres bissexuais devem ser consideradas. Assim, nesta seção, serão apresentadas a contextualização histórica de pesquisas endereçadas ao tema desta tese e o levantamento bibliográfico que juntos, adensam o *corpus* bibliográfico deste estudo.

O debate sobre a família e a homossexualidade passou a ser pautado nos estudos acadêmicos a partir da década de 1990 com a obra etnográfica da americana Kath Weston⁸³, publicada em 1991 e intitulada: *Families We Choose: lesbians, gays, Kinship* que é passível de ser traduzida como: “Famílias Nós Escolhemos: lésbicas, gays, parentesco”. A etnografia realizada por Kath Weston (1991) no contexto da comunidade LGBT em São Francisco, contrapõe o modelo de família baseado apenas na construção biológica e apresenta novas formações familiares estruturadas pelos vínculos afetivos da colaboração mútua, mesmo sem reconhecimento legal dos vínculos de parentesco. Este trabalho é considerado pioneiro na reivindicação de um modelo familiar que não remetia sua formação na reprodução biológica e nem nos vínculos legais de filiação. A maternidade lésbica continuava não sendo visível e muito menos estudada, a família que Weston (1991) pesquisou foi “baseada na rede de

⁸³ Kath Weston é professora associada de antropologia – Arizona State University West em Phoenix.

atendimento e solidariedade mútua”, quase sempre entre adultos, e não ligados por casamento ou filiação. De acordo com Imaz (2015, p. 300, tradução nossa),⁸⁴

[...] a família de que ela falou e que alegou Weston é baseada na rede de atendimento e solidariedade mútua, quase sempre entre adultos, e não ligados por casamento ou filiação. A maternidade lésbica continuou a ser um oxímoro, como denunciado por Lewin (1994), isto é, uma contradição entre os termos, uma oposição irreconciliável. Por um lado, pela obviedade que mulheres que não fizeram sexo com homens não poderiam ter filhos, a lesbianidade como uma opção sexual [sic] implicava renunciar à maternidade.

A maternidade lésbica e bissexual continuava a ser estabelecida pela heterossexualidade como convicção, ou seja, a lesbianidade como orientação sexual implicava na renúncia da maternidade. Ser lésbica e ser mãe eram identidades consideradas opostas e respectivamente excludentes. Imaz observa que neste momento, ser lésbica e ser mãe correspondia a premissa de julgamento das identidades como opostas, onde,

[...] a primeira hedonista e egocêntrica; a segunda responsável, comprometida e altruísta. Se concebia impossível a possibilidade de conjugar ambos os termos, porque a homossexualidade e a maternidade responderiam aos estereótipos e realidades encontradas (IMAZ, 2015, p. 300, tradução nossa).⁸⁵

Outro trabalho pioneiro sobre maternidades lésbicas foi realizado pela antropóloga Ellen Lewin⁸⁶ (1994). A estudiosa iniciou a pesquisa de campo em 1977, quando conheceu uma mãe que perdeu a custódia de todos os três filhos no início da década de 1950 nos Estados Unidos, depois que seu ex-marido relatou para a polícia

⁸⁴ [...] la familia de la que hablaba y que reivindicaba Weston es aquella basada en la red de cuidados y solidaridad mutua, casi siempre entre adultos, y no vinculados por matrimonio, ni filiación. La maternidad lesbiana continuaba siendo un oxímoron, tal y como denunciaba Lewin (1994), es decir, una contradicción entre los términos, una oposición irreconciliable. Por una parte, por la obviedad de que las mujeres que no tenían relaciones sexuales con los hombres no podían tener hijos, el lesbianismo como opción sexual llevaba implícita la renuncia a la maternidade (IMAZ, 2015, p. 300).

⁸⁵ [...] la primera hedonista y egocéntrica; la segunda responsable, comprometida y altruísta. Se concebía imposible la posibilidad de conjugar ambos términos pues homosexualidad y maternidad respondían a estereótipos y realidades encontradas (IMAZ, 2015, p. 300).

⁸⁶ Ellen Lewin é antropóloga e professora na Faculdade de Artes Liberais e Ciências da Universidade de Iowa, no departamento de Estudos sobre Gênero e Sexualidade da Mulher. Suas pesquisas se concentram nas áreas que envolvem maternidade, sexualidade e reprodução, baseando-se na antropologia feminista.

que ela estava “dormindo com uma mulher” (LEWIN, 1994). A autora relata que a polícia invadiu a residência e prendeu sua amiga e a companheira dela, e removeu as crianças para a adoção, onde permaneceram por vários anos. Essa mãe relatada por Lewin (1994, p. 163, tradução nossa)⁸⁷ conseguiu reverter a custódia depois que o ex-marido faleceu e, assim, recuperou a custódia de seus filhos “[...] e isso somente depois de conseguir convencer o tribunal de que o episódio lésbico representara uma ‘fase’ que agora tinha terminado”. De acordo com a autora, a história desta mãe, foi o contexto que deu início à sua pesquisa e que culminou na obra: *Lesbian Mothers: Accounts of Gender in American Culture*, passível de traduzir em: “Mães Lésbicas: Relato de Gênero na Cultura Americana”.

A autora, que nas primeiras frases do seu livro se auto afirma lésbica, explica que a motivação para seu trabalho era contrapor o argumento utilizado pela justiça americana, de que ser lésbica, era justificativa e motivo de denúncia argumentativa para retirada da tutela de filhas e filhos das mulheres divorciadas, quando estas iniciavam uma nova relação conjugal com outras mulheres. Na Espanha, Elixabete Imaz (2015) assinala que as influências dos debates anglo-saxões passam a incidir sobre a maternidade lésbica a partir do ano 2000 quando a Homoparentalidade é colocada como possibilidade. Nas palavras da autora:

Surge simultaneamente a preocupação pela posição da mãe ‘não jurídica’, isto é, a mãe que não concebeu nem deu à luz e é desprovida de elo jurídico [...] que se refletirá na agenda coletiva do LGTB e em suas reivindicações em torno de questões como a Lei do Casamento Homossexual (IMAZ, 2015, p. 300, tradução nossa)⁸⁸.

De acordo com a autora, surge neste momento da história, a preocupação com a posição da mãe, que não possui registro legal da criança, a chamada “mãe não jurídica”, que é “aquela que por não haver concebido nem dado à luz está desprovida de vínculo jurídico” (IMAZ, 2015, p. 300, tradução nossa)⁸⁹.

⁸⁷ [...] and this only after managing to convince the court that the lesbian episode had represented a “phase” that had now ended (LEWIN, 1994, 163).

⁸⁸ Surge simultaneamente la preocupación por la posición de la madre “no jurídica”, es decir aquella que por no haber concebido ni dado a luz está desprovista de vínculo jurídico [...] lo que se reflejará en la agenda de colectivos LGTB y en sus reivindicaciones en torno a cuestiones como la Ley de Matrimonio Homossexual (IMAZ, 2015, p. 300).

⁸⁹ [...] la que por no haber concebido ni dado a luz carece de vínculo jurídico (IMAZ, 2015, p. 300).

No entanto, o reconhecimento de uma configuração familiar, que não a nuclear, despertou estudos que pudessem conhecer suas especificidades. A autora adverte que apesar de existir grande número de estudos que se preocupam em conhecer o processo de socialização das crianças e comprovar “[...] a capacidade que podem ter estas famílias de orientar ou não seus filhos em direção a uma opção sexual [sic] ou em outros casos, observar o desenvolvimento da pessoa nesse tipo de contexto familiar” (IMAZ, 2015, p. 300-301, tradução nossa)⁹⁰.

A autora acrescenta (o que entendemos ser ponto alto deste doutoramento), que a ausência na família da configuração binária feita de pai-mãe; marido-esposa, pode ser considerada como a base da matriz do paradigma das relações de gênero na sociedade ocidental. Uma vez ausente, este par binário, para as crianças na socialização familiar, a experiência dessas crianças na presença de duas mães e ausência do pai na coabitação diária, revela potente oportunidade de reconhecimento das múltiplas formas de configurações familiares (IMAZ, 2015).

No contexto espanhol, várias diferenças legislativas colocaram em vantagem o direito às famílias e suas multiplicidades. A saber, a lei de reprodução assistida de 1998, permite a inseminação artificial e *in vitro*, independente do estado civil das mulheres. A lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 2005, em que o presidente do governo espanhol Luis Rodrigues Zapatero sancionou, que o princípio de legalidade do casamento, deveria ser igual para casais heterossexuais e homossexuais, incluindo o direito de filiação. As lésbicas, assim como as mulheres heterossexuais, têm direito à inseminação artificial pelo Sistema Público de Saúde, o que significa abrir espaço com garantia de políticas públicas,

[...] na medida em que abre para casamentos femininos o direito de recorrer à inseminação em saúde pública – como já existia para casamentos heterossexuais com problemas de fertilidade – e também porque estabelece Comissão Nacional de Reprodução Humana (CNRH) como órgão especializado e assessoria para novos dilemas que exigem modificações na lei (IMAZ, 2015, p. 303, tradução nossa)⁹¹.

⁹⁰ [...] la capacidad que puedan tener estas familias de orientar o no a sus hijos hacia una opción homosexual o en otros casos a observar el desarrollo adecuado de la persona en ese tipo de contexto familiar [...] (IMAZ, 2015, p. 300-301).

⁹¹ [...] la medida en que abre para los matrimonios femeninos el derecho a recurrir a la inseminación artificial en la Sanidad Pública – tal y como existía ya para los matrimonios

Com essa modificação legal, no caso espanhol, a possibilidade do procedimento de reprodução assistida pela ROPA passa a ser cientificamente legalizada nas conjugalidades lésbicas. Utilizando-se do argumento de que, como no caso de infertilidade nas relações heterossexuais, é permitido o recebimento de gametas nas relações lésbicas, e sendo assim, o recebimento do óvulo da parceira fica igualmente assegurado. Um exemplo da afirmação do princípio de igualdade jurídica entre os casamentos, o que possibilitou avanços legais para a maternidade lésbica na Espanha.

Na França, a socióloga Virginie Descoutures publicou sua tese de doutoramento em livro intitulado *Les Mères Lesbiennes* (2010), passível de ser traduzida em: “As mães lésbicas”. Virginie Descoutures entrevistou 24 casais de mulheres que possuem filhas/os na região metropolitana de Paris, totalizando 48 entrevistadas. Durante o trabalho de campo, a autora fez o exercício de compreender as atividades diárias dessas mulheres no cotidiano público e privado. Participaram da pesquisa quatro tipos de famílias:

- Famílias adotivas;
- Famílias coparentais;
- Famílias com reprodução assistida e
- Famílias recompostas.

Desde a introdução desta obra, a autora concentra, de modo teórico, o levantamento e apontamento sobre as transformações sócio históricas da “família”. Apresenta, de que maneira a diversificação das configurações familiares aconteceu durante a segunda metade do século XX na França, com a desestabilização do casamento e pelo papel desempenhado pelos Movimentos Sociais de emancipação dos indivíduos, sobretudo os feminismos. Assim, Descoutures (2010) nos leva a compreender, de início, uma redefinição de laços familiares e sociais, como o conceito da maternidade. A autora enfatiza que os usos diferenciados do termo “maternidade” podem ser entendidos de maneiras diferentes do significado psicológico e

heterossexuales con problemas de fecundidad – y también porque establece a la Comisión Nacional de Reproducción Humana (CNRH) como órgano experto y consultivo para nuevos dilemas que precisaran modificaciones a la ley” (IMAZ, 2015, p. 303).

psicanalítico, como principalmente o teor social que foi muito utilizado por sociólogos e etnólogos desde a década de 1990 para nomear novas formas de família.

A primeira seção intitulada de *L'homoparentalité et les transformations de la famille contemporaine* (DESCOUTURES, 2010, p. 11, tradução nossa)⁹² se coloca ao serviço teórico de traçar as transformações da família contemporânea. A homoparentalidade como categoria sociológica surge no final dos anos 1970, junto com a categoria da monoparentalidade. De modo a exemplificar como as sexualidades destoantes da norma heterossexista possuem pesos sociais diferentes, cita Nadine Lefaucheur para exemplificar as diferenças existentes nas categorias para um contexto favorável a mesma causa:

[...] legitimidade de distinções baseadas na moral sexual e conjugal, conhecida como tradicional, através da padronização, estatística e jurídica, de práticas até então consideradas desviantes. [...] Este enfraquecimento do estado civil como critério de distinção e 'consideração' dos agregados familiares foi acompanhado por um crescente reconhecimento pelo direito social do critério da situação de fato (DESCOUTURES, 2010, p. 11, tradução nossa).⁹³

Para a autora, a categoria da homoparentalidade não é inteiramente única, mas principalmente, uma categoria que é atravessada por outras questões de visibilidade, entre elas, o senso demográfico que passa a trazer para a visibilidade, casais do mesmo sexo. Fazendo comparação, a autora pontua que uma única pessoa criando uma criança é menos “mal vista” que uma família homoafetiva. Isso se dá por ser uma sociedade treinada no patriarcado com a hegemonia heterossexual, sendo outras formas de sexualidade desviantes, baseadas nas práticas morais e sexuais (DESCOUTURES, 2010).

Para compreender a emergência da família homoparental é necessária a restituição do contexto geral da família contemporânea. A este exemplo, Virginie Descoutures (2010) cita o sociólogo e antropólogo Émile Durkheim, ao relacionar que a família conjugal nos faz sermos apegados à família, pois somos ligados à figura de

⁹² A homoparentalidade e as transformações da família contemporânea (DESCOUTURES, 2010, p. 11).

⁹³ [...] légitimité des distinctions fondées sur la morale sexuelle et conjugale dite traditionnelle par la normalisation, statistique et légale, de pratiques jusqu'alors considérées comme desviantes. [...] Cet affaiblissement du statut matrimonial comme critère de distinction et de “considération” des ménages allait de pair avec une prise en compte croissante par le droit social du critère de la situation de fait (DESCOUTURES, 2010, p. 11).

nosso pai, nossa mãe e nossas/os filhas/os e que esse “apego” de que falou vem do sentimento de infância que surgiu com a intimidade progressiva da família a partir de 1750, tornando o matrimônio modelo de referência.

Descoutures (2010) divide a história social da família em dois momentos: o primeiro período, datado do fim do século XIX até os anos de 1960, como um período que coincide com o casamento como instituição social baseado nas relações. Três modelos formam um modelo de referência pouco contestado durante esse período: O amor no casamento; a divisão estreita do trabalho entre homem e mulher (público x privado) e a atenção voltada à criança, a sua saúde e a sua educação (DESCOUTURES, 2010). O segundo período, a partir dos anos 1970, é levado a cabo pelos Movimentos Sociais de emancipação dos indivíduos, “[...] notavelmente das mulheres, mas também como veremos, dos gays e lésbicas” (DESCOUTURES, 2010, p. 12, tradução nossa)⁹⁴.

Para a socióloga, não podemos esquecer que o movimento de libertação para as mulheres foi fundado em grande medida, pelas lésbicas. A autora marca que três elementos formaram o modelo de referência indiscutível do modelo de família baseado como clássico neste período: o amor romântico idealizado pelo casamento, a divisão sexual do trabalho entre mulheres e homens, e a atenção oferecida à criança para sua saúde e educação. Desta forma, no segundo período a família contemporânea do século XX “[...] também chamada de ‘relacional’, é caracterizada por uma desestabilização do casamento possibilitada pelo divórcio por consentimento mútuo em 1975” (DESCOUTURES, 2010, p. 12, tradução nossa)⁹⁵.

De acordo com Virginie Descoutures (2010), estas mudanças radicais na sociedade acompanhadas pelo aumento do desemprego e da precariedade, é que vão perturbar o esquema da chamada família “clássica” estável e fundada sobre o matrimônio. Ambos produzidos e acompanhados da multiplicação e diversificação das configurações familiares, em termos de uma instituição baseada no casamento entre a mãe e o pai (homem e mulher) que vivem juntos com suas/seus filhas/os (modelo nuclear). Desde 1972, a lei francesa reconhece que filhas/os nascidas/os de pais e

⁹⁴ [...] notamment celui des femmes mais aussi, on le verra, celui des gays et des lesbiennes (DESCOUTURES, 2010, p. 12).

⁹⁵ [...] aussi qualifiée de “relationelle”, se caractérise en conséquence par une déstabilisation du mariage rendue possible grâce au divorce par consentement mutuel en 1975 (DESCOUTURES, 2010, p. 12).

mães não-legítimas/os podem ser explicitamente reconhecidas/os pelas/os mesmas/os.

A autora destaca, ainda, que a família contemporânea da segunda metade do século XX, e também chamada de “relacional”, se caracteriza na França em conformidade com a desestabilização do casamento por meio da possibilidade e legalidade que o divórcio em 1975, o que provocou reações em determinados setores sociais, principalmente a igreja, que denominaram estas mudanças de “crise da família” ou “fim da família”. Na verdade, observa a autora, o que ocorreu foi o fim de um modelo único e dominante, mas não o fim da instituição familiar que existe. Para Descoutures (2010), o que mudou foi a naturalização e a forma desse “elo”, acarretando alguns contratempos que são igualmente benéficos para a emancipação dos indivíduos.

A tese da ‘família da vida real’ apoia a ideia de que o que cria mudança na ‘família’ não está tão ligado à estrutura familiar quanto à natureza das relações entre seus membros e, portanto, a possibilidade de invenção de novas formas familiares. No entanto, esta última perspectiva não é compartilhada por unanimidade, alguns pesquisadores acreditam que as mudanças observadas são em grande parte ilusórias, porque em outras culturas encontramos formas comparáveis de famílias [...] (DESCOUTURES, 2010, p. 13, tradução nossa).⁹⁶

De acordo com a autora, e também é o que propomos como objetivos a serem discutidos neste trabalho, o conceito de família possui transformações diversas. São construções e formas múltiplas de se constituir famílias, que marcam o progresso das uniões familiares, por outras fixações, que não apenas a biológica. Essas transformações não marcam o fim da instituição familiar, “[...] pelo contrário, pode ser que, nesse poder inventivo, a mente humana tenha concebido, desde muito cedo, e espalhado sobre a mesa quase todas as modalidades da instituição familiar”

⁹⁶ La thèse de la “famille relationnelle” soutient l’idée selon laquelle ce qui crée du changement dans “la famille” n’est pas tant lié à la structure familiale en tant que telle qu’à la nature des relations entre ses membres et postule donc la possibilité d’invention de nouvelles formes familiales. Or, cette dernière perspective n’est pas partagée unanimement, certain.e.s chercheur.e.s estiment que les changements observés sont en grande partie illusoires parce que dans d’autres cultures on trouve des formes comparables de familles [...] (DESCOUTURES, 2010, p. 13).

(DESCOUTURES, 2010, p. 12-13, tradução nossa)⁹⁷. Temos, portanto, a partir deste princípio de evolução nas famílias, um circuito de escolhas possíveis, que são resultados dos movimentos que fazemos de diferentes modos dentro dos limites de uma rede familiar que almejamos ou traçamos, de acordo com os laços de parentesco.

Ao apresentar os resultados de sua pesquisa na França, Descoutures (2010) desenvolveu os elementos sociais e jurídicos que caracterizam o quadro heteronormativo ao qual as famílias homoparentais são, em certa medida, submetidas. De início, escreve sobre a heteronormatividade como fato/verdade social, citando importante artigo de Monique Wittig⁹⁸ *La pensée straight* (1980). O PACS na França (1999), que define as regras entre cônjuges, porém, não define família e, em particular, não permite estabelecer vínculo jurídico entre a mãe “não estatutária” e a criança, pois na França, a delegação de autoridade parental, foi de fato, excepcionalmente, permitida para casais do mesmo gênero, porém o estatuto legal é conferido apenas para a mãe comprovadamente biológica. Naquele momento, Descoutures (2010) alertava para essa restrição como crucial peso de invisibilidade sobre a maternidade lésbica, compartilhada em comum responsabilidade entre duas mães. Na França, em caso de morte da mãe legal, a não estatutária não possui o direito de ficar com a criança, visto que pela lei francesa, apenas uma mãe tem direito legal sobre a/o filha/o, como mencionado anteriormente. Entretanto, em 2013 essa situação mudou com a promulgação da lei do *Mariage Pour Tous*⁹⁹, possibilitando amplo debate sobre o casamento e também a adoção por LGBTs, como observou a pesquisadora Mônica Fortuna Pontes¹⁰⁰:

⁹⁷ [...] au contraire que, dans sa puissance inventive, l'esprit humain eût très tôt conçu et étalé sur la table presque toutes les modalités de l'institution familiale (DESCOUTURES, 2010, p. 13).

⁹⁸ Monique Wittig (1935-2003), escritora, poetiza e militante lésbica, feminista, nasceu em Dannemarie na França, estudou na Universidade de Paris. Entre suas produções estão: *L'Opoponax* (novela, 1964), *Les Guerrillères* (novela, 1969), *Le Corps Lesbien* (poesia, 1973), *Le Voyage sans fin* (teatro), *La Pensée Straight* (ensaio, 1978) e *One is not Born a Woman* (1980). Informações retiradas do artigo “*O Feminismo-Lesbiano em Monique Wittig*” de autoria da professora e feminista lésbica Patrícia Lessa (2007).

⁹⁹ Casamento para todas/os.

¹⁰⁰ Mônica Fortuna Pontes é doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2019). Doutorado sanduiche na Université Paris 8, Vincennes-Saint-Denis, Paris, França. Mestre em Psicologia (Psicologia Clínica) pela PUC-RJ. Possui graduação em Psicologia pela PUC-RJ. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras (GEPsID).

A referida lei foi promulgada apesar da forte oposição de membros da Igreja Católica, representantes do judaísmo e do islã e de alguns/algumas psicanalistas. Esses/as opositores/as tentaram alarmar a opinião pública sobre o que consideravam um atentado maior à família. Aqueles/as que eram favoráveis ao projeto de lei se apoiaram no princípio da igualdade de todos perante a instituição do casamento civil, na necessidade de se trazer uma verdadeira proteção jurídica aos/às filhos/as de famílias homoparentais [...] (PONTES, 2019, p. 15).

Como citado por Pontes, o *Mariage Pour Tous* causou inúmeros debates na França com forte apelo de grupos religiosos/os e conservadoras/es que alegavam (ainda alegam), que a união formada pela população LGBT e garantida por leis, é um atentado à família nuclear. Por outro lado, com a aprovação do *Mariage Pour Tous* houve abertura para o reconhecimento entre casais do mesmo gênero marcando um passo importante, não apenas para a sociedade francesa, mas principalmente, para a ampliação desse debate em outros países sobre igualdade para todas as pessoas perante a Lei.

Para Pontes, as manifestações adversas à aprovação da lei do *Mariage Pour Tous* atingiram de maneira acentuada os casais LGBTs e, principalmente, as mães e pais lésbicas e *gays*, reacendendo o conceito de violência a que esses grupos são expostos socialmente. A existência e o direito de se relacionarem afetivamente com seus pares na forma de invisibilidade, na unidade íntima domiciliar “[...] sem pleitearem igualdade de direitos” (PONTES, 2019, p. 98). Nesse aspecto, algumas famílias internalizam uma espécie de “quadro heteronormativo” (DESCOUTURES, 2010) em seus discursos e em suas práticas relacionadas ao projeto e ao trabalho da maternidade.

Por outro lado, as mães lésbicas colocam estratégias de visibilidade, composição e também resistência ao modelo heteronormativo, por meio da encenação da vida familiar, da visibilidade da escola e do frágil reconhecimento pela instituição. Inúmeras ações no cotidiano, na reivindicação do desejo de quererem ser mães, como as outras, aparece numa configuração, onde o modelo dominante é integrado como uma realidade circundante, sem que essas mulheres sejam, necessariamente, submetidas à norma heterossexual. Para Descoutures (2010), o casamento entre lésbicas que possuem filhas/os é subversivo do ponto de vista sociológico porque questiona a norma e, mesmo sem serem necessariamente ativistas. Essas mães contribuem coletivamente, tanto para sua identidade íntima,

como também à causa homossexual em geral, pois são oposição e resistência ao modelo heteronormativo. A socióloga analisa que o quadro heteronormativo impregnado em toda nossa sociedade é concebido e gestado,

Para além do interesse puramente natalista, que podemos ver claramente que nunca foi ameaçado nas várias sociedades que aderiram a um lugar mais legítimo para as relações homossexuais, o heterossexismo parece garantir ao indivíduo do sexo masculino que consente domínio do mundo social, desde que ele concorde em provar, desde tenra idade e firmemente ao longo da vida, uma demonstração exigente e exaustiva a longo prazo [...] (DESCOUTURES, 2010, p. 61-62, tradução nossa).¹⁰¹

No segundo eixo da obra de Virginie Descoutures (2010), ela trabalha com a expressão denominada de: *Une expérience de la parentalité*, possível de ser traduzida em: “Uma experiência da parentalidade”. A autora descreve as atividades do casal de lésbicas em sua vida conjugal cotidiana, particularmente na distribuição das atividades domésticas e, principalmente, no exercício da maternidade para o enfrentamento de questões jurídicas para além do vínculo maternal. Descoutures (2010) levanta questões sobre como e quando se torna uma mãe? A partir da experiência realizada pelas mães e de qual maneira cada uma delas tornou-se mãe, conseguimos construir, um importante dado, que será apresentado sobre quais significados a maternidade pode intuir, dependendo das diferentes posições sociais e afetivas percebidas por cada casal. A essa e outras questões próprias da pesquisa da autora, inseriram respostas colhidas no campo com seus objetivos investigativos. Primeiro, ela mostra a relação entre as cônjuges, o reajuste e a possível desestabilização com a chegada de uma criança. Não apenas apresenta como essas mulheres vivem no dia a dia, mas também permite, destacar a busca pela legitimidade “*vis-à-vis*” da pesquisadora (e da sociedade), por meio de um discurso sobre a especificidade dos casais de lésbicas (sentimento do amor como base na unidade familiar, a apresentação do casal como harmoniosa, o desejo pela formação e viver em/da família).

¹⁰¹ Au-delà e l'intérêt purement nataliste, dont on voit bien qu'il n'a jamais été menacé dans les diverses sociétés qui accordaient une place plus légitime aux relations homosexuelles, l'hétérosexisme semble garantir à l'individu masculin qui y consent la maîtrise du monde social, à condition qu'il accepte de prouver dès son plus jeune âge, et pendant toute sa vie, démonstration exigeante et épuisante à la longue [...] (DESCOUTURES, 2010, p. 61-62).

Com a chegada de uma criança, muitas vezes, se interrompem relações pré-estabelecidas que essas mulheres mantinham com a sociedade. Enquanto não possuíam filhas/os, muitas lésbicas permaneciam sem assumir a lesbianidade para não se exporem a observações lesbofóbicas. Mas, com uma criança, essa estratégia torna-se mais complexa. Esse é, também, um dos eixos desta pesquisa, pois as narrativas das mães entrevistadas, produzem enunciados que correspondem momentos distintos entre assumir-se ou não lésbica. As treze participantes entrevistadas narraram que ao passo que tiveram filhas/os o significado de assumir-se lésbica e bissexual, modificou também as relações sociais com as escolas das crianças, filhas e filhos dessa conjugação familiar, como podemos observar nos enunciados produzidos por Raphaela e Mel:

Durante a minha formação, a falta de representatividade em todos os contextos de televisão, de convívio, a minha família inteira até primos de terceiro grau, aquela família tradicional grande com muitos primos e primas eu sou a primeira homossexual assumida da família de primeiro e segundo grau. De terceiro grau, tem uma outra menina mais nova do que eu que também é lésbica. A dificuldade de encontrar informação. Quantos casais que tem na gente uma inspiração, uma representação! A gente precisa multiplicar a informação, ampliar os espaços, contribuir pra políticas públicas na área de educação. Eu acredito que uma escola preparada para receber famílias como as nossas ela vai ser melhor para todas as outras crianças. O ambiente vai ser respeitoso para todas as crianças. (RAPHAELA).

A maioria das vezes eu que vou buscar a Lazúli. Então as crianças falam: 'olha a mãe da Lazúli!'. Aí outro dia vai a Bella e as crianças perguntam quem é ela? E a professora responde que também é a mãe da Lazúli (MEL).

Por estas narrativas, podemos observar que a presença das famílias compostas pelas mães lésbicas e bissexuais modifica o espaço escolar, ampliando o debate sobre a diversidade de famílias existentes nas escolas. Ao informarem à escola da especificidade de sua configuração familiar, essas mães transformam em visíveis suas relações e, na maioria das entrevistadas, a equipe de ensino demonstrou praticar o reconhecimento das famílias compostas por duas mães, ainda que frágil, com preconceitos velados, especialmente no que diz respeito à segunda mãe. A presença dessas famílias coloca em debate na escola, a existência de suas configurações. Portanto, se a chegada de uma criança escancara a existência da

relação afetiva entre duas mulheres, a entrada na escola formaliza essa unidade familiar e convoca outras pessoas a participarem dessa família.

As competências e habilidades maternas, bem como a discussão entre ser mãe legal ou não, estarão sempre presentes na vida dessas famílias. Descoutures (2010), descreve sobre as mães que estão em conjugalidade lésbica com responsabilidades com as/os filhas/os, porém não possuem legalização, denominadas de “mães não estatutárias”¹⁰². Para este trabalho, adotamos pesquisa recente sobre o tema e denominaremos as mães que não possuem o registro na certidão de nascimento das crianças de “mãe social” (PONTES, 2019, p. 81). A dificuldade de não lugar dessas mães no ambiente familiar é, para Descoutures (2010), uma maneira de apreender sobre os laços do afeto e do cuidado com as famílias constituídas por mães lésbicas e também, uma forma de compreender outro elemento, que responde por mais ou menos conformidade dessas mulheres à norma, que é a do registro legal da ordem normativa em filiação. A lei francesa reconhece apenas a filiação baseada na diferença de gênero, uma criança só pode ter uma mãe e um pai reconhecidos legalmente.

Assim, nomear essas mulheres como ‘mães não estatutárias’ não significa que em determinados momentos elas não possam manter um status social das mães, por exemplo, através do possível reconhecimento da instituição escolar ou do trabalho parental diário realizado; o reconhecimento desse status também está em um nível mais íntimo, em função da face- a- face com a outra genitora, a mãe legal (DESCOUTURES, 2010, p. 205, tradução nossa).¹⁰³

Desta maneira, a mãe social representa tanto quanto seu papel maternal conjunto com suas/seus filhas/os na vida cotidiana, elas não são descartadas de seu trabalho de mãe. Perante a legalidade ainda possuem dificuldade em se posicionar, principalmente em não ter definido seu lugar social, que nem é a mãe legal da criança e nem o pai (DESCOUTURES, 2010). A importante contribuição sobre a sociologia da família na França que nos traz o trabalho da socióloga possui, o respeito pelas

¹⁰² *Les Mères Non Statutaires* (DESCOUTURES, 2010, p. 203).

¹⁰³ Ainsi, nommer ces femmes “mères non statutaires” ne veut pas dire qu’à certains moments elles ne puissent détenir un statut social de mères, par exemple au travers de l’éventuelle reconnaissance de l’institution scolaire ou le travail parental effectué au quotidien; la reconnaissance de ce statut se fait également à un niveau plus intime, en fonction et vis-à-vis de l’autre parente, la mère légale (DESCOUTURES, 2010, p. 205).

liberdades individuais, a vida em família das mulheres lésbicas e, mais particularmente, o exercício da sexualidade feminina.

A obra focaliza, também, os medos de diferença e perda de controle social, em que mães lésbicas rompem com o lugar privilegiado do patriarcado com experiências indelévels. O trabalho da autora foi considerado inédito naquele momento na França¹⁰⁴. É importante ressaltar que temos contribuições recentes a respeito do tema, cuja centralidade das pesquisas sobre maternidades lésbicas tiveram como objeto de estudos aproximações entre o Brasil e a França (AMORIM, 2018; PONTES, 2019). Tais trabalhos lançam luzes para transformar a *doxa* heteronormativa, contribuindo para compreendermos as famílias constituídas por mulheres lésbicas e bissexuais. Tais estudos unem o que o senso comum e as normas sociais separaram: a lesbianidade percebida socialmente como uma transgressão da ordem de gênero e a maternidade como um dos pilares mais importantes desta ordem e da hierarquia dos gêneros e das sexualidades (DESCOUTURES, 2010).

Cabe ressaltarmos, que as obras de referência que embasam o desenvolvimento deste trabalho, nos apresentam pistas do campo, das metodologias realizadas, assinalam discussões e conceitos fundamentando as aproximações teóricas sobre o tema, como o casamento entre mulheres ter a garantia de direitos legais por ser a instituição que melhor protege os casais quando do reconhecimento social. Ademais, dizer que mulheres lésbicas amam mulheres e podem legalmente possuir filhas/os e constituírem suas próprias famílias, desloca, literalmente, a rampa do patriarcado para dizer que o argumento “natureza” também foi e é utilizado para legitimar diferenças entre brancas/os e negras/os e também entre homens e mulheres, igualmente é utilizado para demarcar diferenças de acesso e proteção legal para os casais heterossexuais. Do mesmo modo, que o matrimônio possa também ser direito garantido de proteção legal para os casais bissexuais, transexuais, homossexuais e lésbicas, dissolvendo o argumento da naturalização, pois as diferenças são sociais e (re)construídas ao longo de toda a vida. Assim, veremos a seguir, como as/os autoras/es têm dedicado suas produções científicas, a tecer territórios, e apontar caminhos possíveis, anunciando que não andamos sozinhas/os.

¹⁰⁴ Durante a leitura do livro, selecionamos reportagens e resenhas críticas sobre a obra. Autoras como Laëticia Stauffer (2010), Frédérique Giraud (2010) e o jornal Le Monde (2012) entre outros, trazem o trabalho com mães lésbicas de Virginie Descoutures como pioneiro na sociologia da família na França.



3.1 A LITERATURA SOBRE MATERNIDADE LÉSBICA E BISSEXUAL: MAPEANDO UM TERRITÓRIO DE AFETOS E DIREITOS

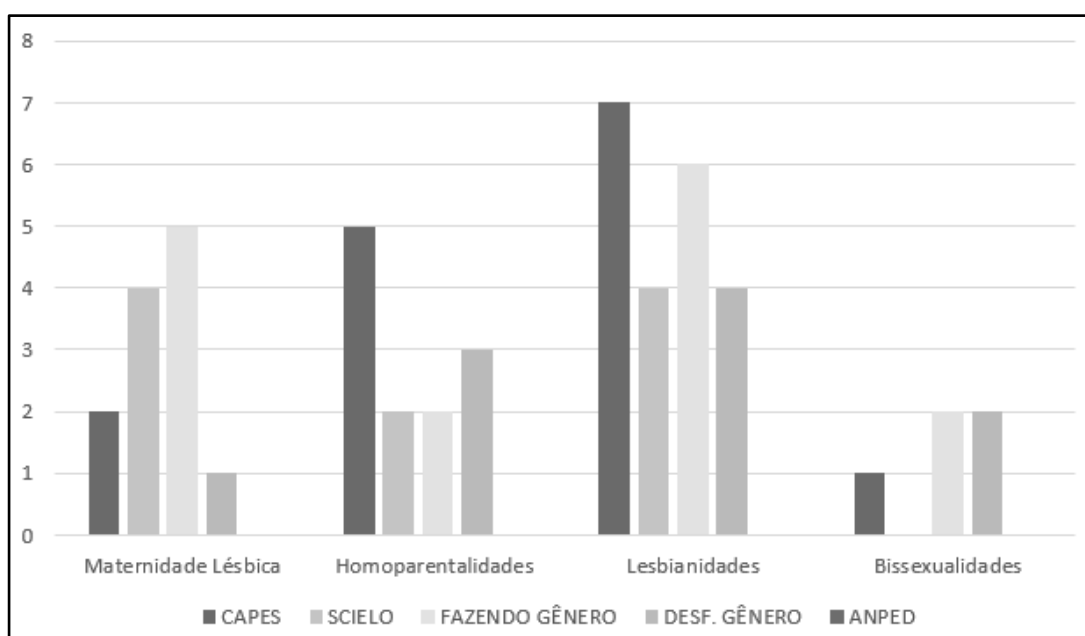
Vimos, anteriormente, o desenvolvimento das famílias constituídas por mães lésbicas e bissexuais e as legislações pertinentes ao tema nos países americano (WESTON, 1991; LEWIN, 1994), espanhol (IMAZ, 2015) e francês (DESCOUTURES, 2010). Por último, o trabalho de Virginie Descoutures (2010) apontou o casamento igualitário entre pessoas do mesmo sexo como possibilidades de efetivação da maternidade pelas lésbicas na França. Como também vimos no trabalho da pesquisadora espanhola Elixabete Imaz (2015) que a legislação tomada como princípio igualitário para casais heterossexuais e homossexuais auxiliou na legitimidade da reprodução assistida para lésbicas e bissexuais.

Tomaremos como ponto de partida, a aprovação da Resolução 175/2013 em 14 de maio 2013 pelo CNJ, quando da regularização da união estável em casamento para pessoas de mesmo gênero (BRASIL, 2013). Portanto, partimos do levantamento bibliográfico com a data marco de 2013 a 2018, buscando por produções acadêmicas que mencionam a temática de pesquisa que tecemos sobre a maternidade lésbica e bissexual em contexto escolar.

Trata-se de uma busca por publicações, e por autoras/es, que dialogam com o objeto da investigação, desenvolvido neste doutorado e que possui como questão principal “as narrativas de mães lésbicas e bissexuais, sobre a educação escolar de suas/seus filhas/os”. Para tanto, realizamos buscas em três plataformas com datas de março de 2013 a 2018: CAPES, ANPED, SciELO e Anais de dois eventos internacionais: Fazendo Gênero e Desfazendo Gênero. Essas plataformas e os eventos, serão descritos adiante no texto.

Do volume de 750 (setecentos e cinquenta) trabalhos encontrados nas plataformas mencionadas, selecionamos os textos produzidos no campo que predominaram, em suas abordagens, os estudos sobre gênero e que trazem as lésbicas e mulheres bissexuais como objetivos de suas pesquisas. Os critérios utilizados foram as palavras-chave como meio de busca e os anos de 2013 a 2018 como data inicial e final, respectivamente. As palavras-chave que elencamos para seguir o processo do levantamento foram: *maternidade lésbica; lesbianidade e bissexualidade; parentalidade e escola; lésbicas e escola*. Conforme gráfico:

Gráfico 1 – Publicações que serão adotadas no trabalho: 2013-2018¹⁰⁵



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A fim de adensar o debate proposto, o levantamento bibliográfico teve como objetivo a coleta de referenciais teóricos que contribuiriam no aprofundamento da questão de pesquisa. Como procedimento de coleta, utilizamos quatro filtros que

¹⁰⁵ Não foram encontrados na biblioteca *online* da Anped trabalhos com as expressões de busca indicadas no gráfico. No entanto, quatro trabalhos foram selecionados num primeiro momento por abordarem gênero e sexualidade na escola. Desses, selecionamos um trabalho que analisa os resultados de pesquisas sobre políticas públicas em gênero e sexualidade no campo da educação, que pode ser conferido no quadro 4.

auxiliaram na inclusão e exclusão do material encontrado. Para a seleção dos achados, com o levantamento bibliográfico, foi realizado o seguinte procedimento:

- 1) leitura dos títulos dos trabalhos encontrados;
- 2) leitura dos resumos e palavras-chave;
- 3) leitura da introdução e conclusão e
- 4) leitura completa dos 51 (cinquenta e um) trabalhos selecionados que são relativos à temática de pesquisa, mediante protocolo de levantamento sistemático da revisão bibliográfica, o qual será minuciosamente descrito na próxima seção.

O ano de 2013, como período histórico escolhido, contempla conquista pública nacional de garantia de direitos e reconhecimento das uniões homoafetivas no Brasil. A jurista Maria Berenice Dias¹⁰⁶ (2014, p. 197) descreve que o casamento “[...] limitado à ideia de procriação e, por consequência, à heterossexualidade do casal, não permitia que se inserissem as uniões homoafetivas no âmbito do Direito das Famílias”. Porém, o não reconhecimento legal, não alterava o fato de que as uniões de pessoas do mesmo sexo existissem. O casamento regimentado de forma clássica, não conseguia mais manter o privilégio da heterossexualidade o que não sustentava mais a “repersonalização do Direito das Famílias”. Era preciso garantir:

[...] o exercício da **autonomia privada** (garantia dos direitos individuais) e de **autonomia pública** (respeito como sujeitos iguais na atuação pública, sem redução de status jurídico de nenhuma espécie por conta de suas diferenças); **de liberdade** (na escolha da forma de proteção jurídica ao seu afeto) e **igualdade** (acesso às mesmas proteções que um casal homossexual dispõe), exercitando o constitucional princípio da **dignidade da pessoa humana** (DIAS, 2014, p. 197, grifo da autora).

Essa data marco é importante porque, uma vez, que o casamento significa, organizar dentro da legalidade uma série de direitos fundamentais que são provenientes da dignidade humana, como direito à liberdade, à igualdade, ao exercício da intimidade e ao livre desenvolvimento da personalidade, ele também é legitimador

¹⁰⁶ Maria Berenice Dias é jurista, advogada e ex-magistrada brasileira, desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM).

das relações afetivas, e pode ser acionado, ou não, pelas lésbicas e mulheres bissexuais que desejarem garantir, ao nível da lei, sua conjugação familiar. Por isso, de acordo com Berenice Dias (2014), não existem impedimentos para que uma relação entre duas pessoas, sejam dois homens, duas mulheres, e/ou transexuais, seja vista como uma relação afetiva baseada no compromisso e no respeito mútuo. Desta forma, “negar a possibilidade de que este relacionamento constitua uma família, implica grave violação dos direitos fundamentais” (DIAS, 2014, p. 197) e que proibir o casamento entre pessoas do mesmo sexo incorre em violências como homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia.

A constituição tem como vértice o respeito à dignidade da pessoa humana e os princípios da liberdade e da igualdade, o que autoriza as uniões homoafetivas serem inseridas no âmbito de proteção estatal como entidades familiares. Admitir o acesso ao casamento reflete o direito dos homossexuais de serem tratados com igual consideração pelo ordenamento jurídico. A modelação sexual do casamento é livre e personalizadasmente feita por cada casal, no contexto e na privacidade da comunhão de vida que lhe é inerente (DIAS, 2014, p. 197).

Ao passo que a Constituição da República Federal do Brasil de 1998 define a família como instituição familiar e reserva ao casamento especial proteção, mães lésbicas e bissexuais, têm a possibilidade de assegurar tratamento e igual consideração jurídica para suas/seus filhas/os, garantindo políticas públicas, e contribuindo, para o fortalecimento e a (re)existência da democracia. A esse respeito, Maria Berenice Dias (2014) alega, que atualmente, não existe qualquer fundamento jurídico que seja capaz de conferir ao matrimônio normatividade excludente para união entre a população LGBT, e deixa explícito, em forma de lei, que a heterossexualidade não é condição única para o casamento. Para ela, foi demolida “[...] a última barreira – meramente formal – para a democratização do acesso ao casamento no Brasil” (DIAS, 2014, p. 199).

Desta forma, compreendemos que a ciência é socialmente situada e, sendo assim, militância e elaboração científica são partes que compõem – ou deveriam compor –, o escopo de trabalhos produzidos sobre as relações de gênero em diálogo com os feminismos. No entanto, as teorias *per si*, podem não dar conta de toda dimensão histórica, social e subjetiva da realidade vivida pelas mães que são lésbicas ou bissexuais. Por serem lésbicas ou bissexuais, passam por diferentes e adicionais

violências, imbricações de vulnerabilidade. Entre outras intersecções, destacamos os nós existentes por serem mulheres, por rejeitarem o privilégio heterossexual, e ainda assim, serem mães.

Por essa razão, nos fundamentamos em Maria Cecilia de Souza Minayo¹⁰⁷ (2012, p. 17) ao afirmar que o trabalho, ora apresentado, baseia sua “[...] eficácia na prática científica, pois ao ‘recortar’ determinado aspecto significativo da realidade, o observa, e, a partir dele, busca suas interconexões sistemáticas com o contexto e com a realidade”. Nesse caso, vale ressaltar, apropriando do que a autora descreve sobre metodologia qualitativa, que pesquisar maternidade lésbica e bissexual é, sobretudo, tornar visível a história dessas famílias, conhecer suas práticas, tornando evidente que a teoria não pode prescindir da potente existência das mulheres lésbicas e bissexuais.

O apagamento da existência lésbica é, muitas vezes, embasado pela violência do silêncio. A lesbianidade não se resume apenas ao ato de descrever sua prática ou defini-la. Mas é, principalmente, examinar como os relacionamentos afetivo e sexual entre mulheres acrescenta para e nas relações sociais. Para Tania Navarro Swain¹⁰⁸ (2000), saber como as lésbicas são citadas ou silenciadas no decorrer da história nos diz muito sobre como essa história foi e é contada.

É disto que se trata esta pesquisa: não possibilitar o apagamento e o que representa a vida vivida das lésbicas e bissexuais. É mapear sua existência, assim como a de suas/seus filhas/os. A maternidade lésbica lança luzes a todas as formas de ser família, pois representatividade, vem antes da visibilidade. Representar é conferir visibilidade. Cumpre assinalar, que o marco histórico inicial, escolhido por nós, se dá pela relevância em reunir, de maneira localizada, o que foi produzido no Brasil sobre a tríade: lesbianidade/ maternidade/ educação no período de cinco anos. Nesse sentido, como obra de referência, o trabalho da pesquisadora lésbica e feminista

¹⁰⁷ Maria Cecilia de Souza Minayo possui graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduação em Ciências Sociais - City University of New York, mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz.

¹⁰⁸ Tania Navarro Swain é professora da Universidade de Brasília possui doutorado em Sociétés Latino-américaines - Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) e mestrado em História da América Latina - Université de Paris X, Nanterre. Graduação em Curso de História- Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Suas áreas de atuação e pesquisa: epistemologia feminista, sexualidade, gênero, história das mulheres, teoria e metodologia da história.

Zuleide Paiva da Silva¹⁰⁹ (2016), que em sua tese de doutorado realizou importante linha do tempo recuperando a história das Organizações Lésbicas da Bahia. Seu trabalho se constituiu num esforço que visibiliza a história dos movimentos de lésbicas na Bahia. Ao realizar o mapeamento da existência política e organizada das lésbicas, esse potente trabalho marca e registra também, a linha do tempo das organizações lésbicas no Brasil.

O movimento registrado por Silva (2016) nos conta a luta contra a lesbofobia fora e dentro das organizações, até mesmo do próprio movimento LGBT, desde 1979. A pesquisadora traça essencial terreno sobre o corpo, ações e vida política e militante das lésbicas. Seu estudo pontuou e “lesbianizou”, quase quatro décadas de história, luta e auto-organização lésbica feminista, não apenas na Bahia, mas também, por todo território brasileiro.

O termo “lesbianizar” pode ser visto perpassando toda a tese da autora, porém, a segunda seção, em específico, o conceitua (SILVA, 2016, p. 74-99). E esse conceito transformado em ação é exatamente a justificativa do nosso trabalho. Embora o proposto pela referida autora, não seja maternidades lésbicas, elas também estão, de algum modo, representadas no trabalho da pesquisadora, que também é mãe. A autora afirma que existe uma lacuna nas pesquisas e “[...] na produção bibliográfica sobre a lesbianidade” (SILVA, 2016, p. 35), portanto assegura, e com ela concordamos, que lesbianizar a ciência é um ato político e, ao mesmo tempo, questionador dos saberes institucionalizados. Nas palavras da autora:

Lesbianizar a ciência é ato político de questionamento do saber instituído, é ato/criação de um pensar/produzir conhecimento desde o lugar da outra de si mesma, isto é, do lugar da lésbica, alguém que escapou do segundo sexo, uma pessoa de um terceiro tipo. Essa perspectiva tenciona o paradigma da igualdade, nega o sistema binário que fomenta a produção do conhecimento e amplia as possibilidades de ser do humano, pois se há pessoa de um terceiro tipo, haverá de ter tantos outros. Assim sendo, para lesbianizar a ciência faz-se necessário o reconhecimento de que as lésbicas não

¹⁰⁹ Zuleide Paiva da Silva é graduada em Biblioteconomia, é professora Adjunto da Universidade do Estado da Bahia, doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia e mestrado acadêmico em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA). Atualmente coordena o DIADORIM - Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade. É ativista da Liga Brasileira de Lésbica (LBL).

pertencem todas ao segundo sexo, de que não são todas mulheres (SILVA; ARAÚJO, 2013, p. 255-256 *apud* SILVA, 2016, p. 77).

Estudar a maternidade lésbica e bissexual por meio das narrativas das mães no Brasil, como estratégia metodológica, pode contribuir para o exercício de garantia democrática para crianças filhas e filhos dessas conjugalidades. Ao lado disso, esta tese se propõe a elencar as concepções construídas socialmente sobre a maternidade e garantia de direitos e visibilidade com as lutas travadas pelos movimentos feministas desde a década de 1960.

Vimos anteriormente a contextualização da maternidade no campo das lutas feministas e vimos também que existe um profundo apagamento das maternidades lésbicas e bissexuais. As famílias compostas por mulheres lésbicas e bissexuais podem revelar uma trama que desloca os padrões pré-estabelecidos na relação escolar com as famílias das/os alunas/os. Logo, como objetivo central desta investigação, almejamos saber o que nos contam as mães lésbicas e bissexuais sobre os espaços escolares de suas/seus filhas/os, e de que maneira, a narrativa dessas mães, pode contribuir na construção de uma educação não sexista, não racista e não LGBTfóbica.

Ao lado disso, ao conhecermos as narrativas dessas mães, pretendemos tecer e visibilizar a militância política feminista como ferramenta que amplia as possibilidades de fortalecimento das maternidades LésBi. Silva (2016), nos ensina que lesbianizar é uma forma de organização para o enfrentamento e também superação da naturalização da norma pré-estabelecida da heterossexualidade e, sendo assim, lesbianizar a ciência “[...] é reconhecer que as lésbicas estão à margem do sistema econômico, político e social da heterossexualidade e gerar pensamento e movimento que promovam a autonomia das lésbicas [...]” (SILVA, 2016, p. 105).

Falquet (2009) afirma que não é possível separar as lésbicas da história e da cultura, ou seja, as práticas sexuais e amorosas entre mulheres existiram – existem – nas mais diversas culturas. E como é possível não encontrarmos nos registros da história da maternidade, as mães lésbicas e bissexuais? De acordo com a autora, as estátuas míticas da Índia pré-védica, e a lesbianidade expressada em primeira pessoa de Safo na ilha de Lesbos, são evidências potentes da participação das lésbicas e mulheres bissexuais na história. Do mesmo modo, Audre Lorde (2019, p. 135) alerta:

É uma arrogância particularmente acadêmica iniciar qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas muitas diferenças, sem uma contribuição significativa de mulheres pobres, de mulheres negras e do Terceiro Mundo, e de lésbicas.

A crítica de Lorde (2019) exprime que o apagamento das contribuições nas produções acadêmicas e feministas sobre a cultura, cria uma lacuna na produção de conhecimentos e uma negação das necessárias diferenças existentes entre as mulheres ao longo da história. Ao apagamento e silenciamento das lésbicas das narrativas, Falquet (2009) assevera que o sistema do pensamento androcêntrico sempre colocou a lesbianidade no lugar do não permitido ou do mito, como o exemplo, das Amazonas que foram erguidas como símbolo, mas estão fora da história. A autora considera que as lésbicas foram escondidas das narrativas históricas e esse apagamento da existência lésbica remonta sobre todas (lésbicas e bissexuais) uma figura disforme que na maior parte “[...] dos casos, as práticas são tanto condenadas como negadas nas culturas patriarcais. Dessa forma, são pouco estudadas e frequentemente deformadas” (FALQUET, 2009, p. 122). Na figura 16, temos a imagem da estátua “Amazona Ferida”, que tem sido associada ao escultor Policleteo da Grécia Antiga.

Figura 16 – Estátua da Amazonas Ferida



Fonte: Ribeiro Jr. (2021).

A Estátua de uma amazona ferida data dos séculos I-II d.C. É importante observar que a figura da Amazona, que representa uma guerreira, está com um dos braços mutilados e, apesar disso, é retratada com certa serenidade como se não sofresse ou sentisse dor. Essa premissa, de que os corpos das mulheres são fortes suficientes para aguentar o sofrimento e sensíveis demais para a produção da ciência, pode ser compreendida como uma tecnologia do modelo patriarcal, usada para perpetuar as variadas formas de opressões historicamente impostas pela estrutura machista. Assim, o medo alimentado sob a característica da fragilidade “[...] nos mantém dóceis e leais e obedientes, definidas pelos outros, e nos leva a aceitar várias facetas de nossa opressão por sermos mulheres” (LORDE, 2019, p. 72).

Além de assegurar a existência e contribuição das lésbicas e mulheres bissexuais para e na produção de ciência, nesta pesquisa, importamo-nos como os movimentos sociais, sobretudo o movimento LGBT, incorporam as especificidades das lésbicas e mulheres bissexuais, como categorias genéricas do termo homossexualidade, o que não é. Enquanto o termo homossexualidade se refere “[...] a um conjunto de práticas sexuais, afetivas, entre duas ou mais pessoas do mesmo sexo” (FALQUET, 2009, p. 123), o termo lesbianidade é uma identidade que reivindica posicionamento político nas condições de trabalho e garantia de direitos, além da existência lésbica do amor afetivo e sexual entre mulheres.

Assim como o termo gay, ‘homossexualidade’ possui o inconveniente de colocar no mesmo plano as opções dos homens e das mulheres, pois os homens e as mulheres que vivem essas escolhas são estruturalmente situados(as) em espaços bastante diferentes no sistema patriarcal (FALQUET, 2009, p. 123).

No sentido político, a lesbianidade desestabiliza a estrutura dominante patriarcal. Como movimento social, o movimento lésbico surge no final dos anos 1960, no mundo ocidental, e traz em seu aspecto político, uma atmosfera revolucionária que, vinculado à segunda onda do feminismo e junto ao movimento homossexual, representa uma ruptura estrutural na hegemonia do sistema dominante e evoca a revolução cultural, ao criticar o machismo, a misógina e a estrutura patriarcal falocêntrica (FALQUET, 2009).

Desse modo, partimos das expressões de apagamento e invisibilidade das produções lésbicas especificadas pelas autoras (FALQUET, 2009; SILVA, 2016), para

pautar esta pesquisa de doutoramento, que tem como marco histórico, o reconhecimento do casamento homossexual em 2013, por meio da resolução do CNJ, que regularizou e converteu a união estável em casamento. De acordo com Regina Facchini¹¹⁰, Marcelo Daniliauskas e Ana Cláudia Pilon¹¹¹ (2013, p. 164), esse reconhecimento da união estável pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ampliou a interpretação jurídica, “[...] possibilitando, cada vez mais, a multiplicação de decisões judiciais locais reconhecedoras dos direitos ao casamento e à adoção”. Ao lado disso, tais conquistas foram e continuam sendo significados legítimos para todas as pessoas, em especial, as que pautam suas relações de afeto e sexualidade diferentes da matriz heterossexual, como fazem as lésbicas e mulheres bissexuais, “sua existência representam a desestabilização e o caos na ordem ‘natural’ e ‘divina’ da heterossexualidade [...]” (NAVARRO-SWAIN, 2000, p. 13).

Assim sendo, apresentaremos o resultado do levantamento bibliográfico, situando as áreas e pesquisadoras/es que dedicaram e se dedicam a traçar suas pesquisas no Brasil, pelo viés da lesbianidade, bissexualidade e maternidade, em interface com a educação. Foi realizado um trabalho de busca bibliográfica para unitermos conhecimento dos trabalhos que adotam a temática da maternidade lésbica e educação escolar. A seguir, apresentamos as/os autoras/es e suas contribuições a partir da análise e revisão do escopo teórico encontrado no levantamento bibliográfico.

3.2 PONTO DE PARTIDA HISTÓRICO E TEÓRICO: MATERNIDADE LÉSBICA E BISSEXUAL NO BRASIL (2013-2018)

O objetivo deste levantamento é realizar uma busca sistemática das publicações feitas no Brasil entre 2013 e 2018 que abordam a maternidade lésbica e bissexual considerando as expressões chave de busca: *Maternidade Lésbica*;

¹¹⁰ Regina Facchini é graduada em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestre em Antropologia Social e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e professora permanente do Programa de Doutorado em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, todos na UNICAMP.

¹¹¹ Ana Cláudia Pilon é bacharela e licenciada em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia e Sociologia, pela Unicamp. Pós-graduanda do Programa de Aprimoramento Profissional no curso Ciências Sociais em Saúde (UNICAMP). Tem interesse nos campos de gênero e sexualidade, bem como nas áreas de educação e saúde coletiva.

Lesbianidade e Bissexualidade; Parentalidade e Escola; Lésbicas e Escola. A relevância em realizar o levantamento da produção possui duplo propósito de contextualização:

- 1) conhecer e mapear as produções realizadas por diferentes áreas que possuem como protagonistas de seus trabalhos, as lésbicas e mulheres bissexuais e suas experiências com a maternidade.
- 2) a urgência em se estabelecer pontos de referências que consideram especificamente a prática entre as famílias compostas por mães lésbicas e bissexuais e a instituição escolar, a partir da perspectiva entre os processos de socialização e educação.

Optou-se por utilizar a metodologia de revisão sistemática da bibliografia, método científico para a busca e análise de publicações em uma área determinada da ciência, que auxilia na condução do levantamento de uma grande quantidade de artigos, teses e dissertações. Ela permite um levantamento mais rigoroso das publicações dentro de um tema singular. “A revisão sistemática é reconhecida por ser metódica, transparente e ser replicável” (CONFORTO; AMARAL; SILVA, 2011, p. 1). Permite que o levantamento seja elaborado com uma melhor definição das buscas, baseando-se na “aplicação de métodos com maior rigor científico, podendo alcançar melhores resultados [...]” (CONFORTO; AMARAL; SILVA, 2011, p. 1). A revisão sistemática da bibliográfica propicia a organização de um planejamento de busca com protocolo de revisão por meio de palavras-chave¹¹², encontrando publicações que tenham maior relação com o objeto pretendido.

Ao utilizarmos os descritores: *Maternidade Lésbica; Lesbianidade e Bissexualidade; Parentalidade e Escola; Lésbicas e Escola*, encontramos um volume de 750 trabalhos em torno da população LGBT, principalmente no que se refere à saúde, pois a “[...] ampliação da visibilidade social das homossexualidades no Brasil se dá, num primeiro momento, em meados dos anos 1980, por ocasião da epidemia do HIV/AIDS” (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013, p. 163). Ademais, quando optamos pela busca ampla com o termo “homossexualidade”, encontramos as

¹¹² Nas pesquisas sistemáticas o conjunto de caracteres de uma finita sequência de busca a partir de um conjunto do alfabeto, são chamados de *strings* (CONFORTO; AMARAL; SILVA, 2011). Nesta pesquisa chamaremos doravante de palavras-chave.

lésbicas e mulheres bissexuais na descrição da sigla LGBT, ao que parece ser invisibilidade e não representatividade da lesbianidade e bissexualidade feminina. Como exposto anteriormente, desprestigia a característica política que o termo lésbica defende, mesmo em literaturas que contemplam as relações de gênero consideradas fora da norma heterossexual. Em vista disso, optou-se pela busca sistematizada, com palavras diretas, e que se relacionam com este estudo.

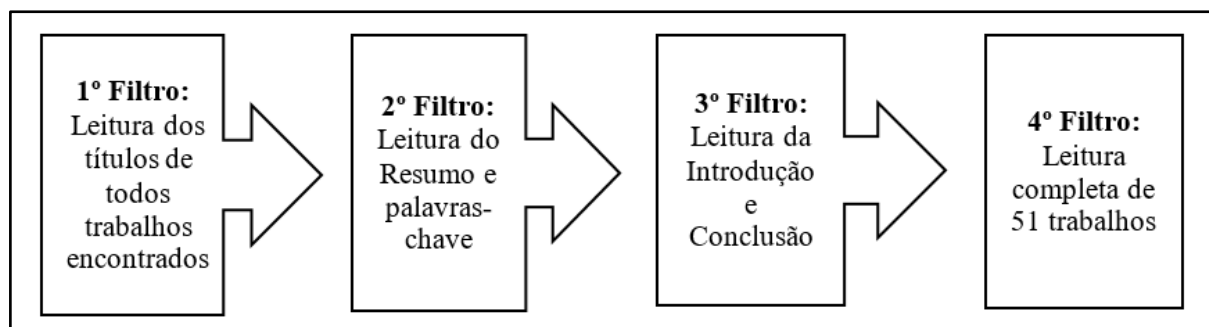
Dessa forma, o levantamento bibliográfico e a análise e leitura das obras selecionadas a partir dele, fundamenta o problema, a justificativa e os objetivos da pesquisa, influenciando, principalmente, na metodologia a ser utilizada. Tal metodologia representa parte fundamental para este desenvolvimento, pois oferece maior entendimento durante a sistematização dos dados. Como assinala Minayo (2012, p. 18), uma teoria é feita de argumentações compostas, ou seja, “[...] ela é um discurso sistemático que orienta o olhar sobre o problema em pauta, a obtenção de dados e a análise dos mesmos”.

Além de ser um procedimento ético de responsabilidade com as investigações anteriores, tal procedimento contribui para a revisão de pesquisas apresentadas, propondo novas interpretações sobre o campo das famílias. Além de questionar antigos pressupostos, nos oferece a dimensão da análise e divisão dos dados sobre o que foi, e o que, atualmente, está sendo produzido, nos apresenta autoras/es que se aproximam (ou não) da nossa perspectiva teórica. Portanto, a leitura com profundidade do que foi produzido na área “[...] fundamenta nosso caminho do pensamento e da prática teórica além de constituir o plano interpretativo para nossas indagações de pesquisa” (MINAYO, 2012, p. 19). Apesar de se tratar de um estudo de natureza qualitativa, ao buscar e selecionar trabalhos publicados sobre maternidade lésbica e bissexual, desenvolvemos também, uma planilha com dados quantitativos para melhor explicitar o levantamento bibliográfico realizado.

Como protocolo de revisão bibliográfica, foram realizadas buscas em três plataformas de dados e nos anais de dois seminários internacionais: A *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero e Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Serão inclusos todos os trabalhos que tiverem relação com a maternidade lésbica e bissexual, família e educação, no período entre

2013 e 2018. A inclusão ou exclusão das publicações encontradas seguiu o seguinte protocolo:

Figura 17 – Palavras-chave: Maternidade Lésbica; Lesbianidade e Bissexualidade; Parentalidade e Escola; Lésbicas e Escola



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Em investigação desenvolvida entre julho/2017 e março/2018, foram encontrados 750 títulos – entre artigos, trabalhos publicados em anais de eventos, dissertações de mestrado e teses de doutorado – nas plataformas e seminários utilizados¹¹³ que divulgam pesquisas sobre gênero, sexualidade, educação e feminismos. Ao tomar por base os 750 resultados encontrados, seguindo o protocolo de revisão bibliográfica, refinamos a busca e chegamos ao volume dos trabalhos que retornaram nas plataformas investigadas. Com a aplicação do intervalo de 2013 a 2018, encontramos 443 publicações na CAPES, 157 artigos no SciELO, 80 na ANPED, 70 nos anais do Fazendo Gênero e Desfazendo Gênero (2013, 2015 e 2017)¹¹⁴. Essas informações estão elencadas na tabela 3:

¹¹³ Assinalamos que este levantamento ocorreu com a data marco específica de 2013 a 2018 e que as plataformas de busca utilizadas foram: CAPES; ANPED; SciELO; Fazendo Gênero e Desfazendo Gênero. Outra especificidade a ser assinalada deste estudo é a aplicação dos operadores booleanos (*AND*, *OR*, *NOT*) e de trincagem (*) para combinação e refinamento durante as buscas.

¹¹⁴ O 3º Seminário Internacional Desfazendo Gênero foi realizado em 2017 e até o momento da elaboração deste levantamento os anais ainda não estavam disponíveis.

Tabela 3 – Quantitativo de trabalhos encontrados durante o levantamento: 1ª coleta de dados

	Base de Dados	Produções
1	CAPES	443
2	ANPED	80
3	SciELO	157
4	ANAIS	70
	TOTAL	750

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

De posse do primeiro levantamento, foram lidos os títulos dos 750¹¹⁵ trabalhos, e desses, 586 foram excluídos. Passamos para a leitura dos 164 resumos e palavras-chave e foram escolhidos 79 trabalhos para leitura da introdução e conclusão. Dessa forma, foram selecionadas 51 publicações que lidas na íntegra, estão incorporadas no escopo teórico desta tese. Dessas produções acadêmicas, 12 são dissertações de mestrado, 3 são teses de doutorado e 36 somam-se a publicações em anais de eventos e artigos científicos.

3.3 MATERNIDADE LÉSBICA E BISSEXUAL NO BRASIL (2013-2018): SÍNTESE DOS RESULTADOS

Desse levantamento inicial, algumas observações foram significativas para a pesquisa em questão, cujo tema principal, são as narrativas de mães lésbicas e mulheres bissexuais sobre a educação escolar de suas/seus filhas/os. A exemplo, a ANPED, que congrega professoras/es e estudantes que são vinculadas/os a programas de Pós-graduação em educação stricto sensu e que possui como objetivo “fortalecer e promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação” (ANPED, 2012).

¹¹⁵ Encontramos 28 trabalhos repetidos desse total.

Nessa plataforma, encontramos um único trabalho, as autoras Bianca Salazar Guizzo¹¹⁶ e Jane Felipe¹¹⁷ (2015), versam sobre avanços políticos relacionados a políticas públicas em gênero e sexualidade em interface com a educação. A discussão traz, que existe uma vigilância dentro dos espaços escolares, não somente, no controle das condutas de alunas/os, como também, do direcionamento da sexualidade prescrita pela ciência biológica. O quadro a seguir, informa,

Quadro 4 – Publicação identificada na plataforma da ANPED

Publicação	Tipo	Área	Ano	Local
GUIZZO, Bianca Salazar; FELIPE, Jane. Avanços e retrocessos em políticas públicas contemporâneas relacionadas a gênero e sexualidade: entrelaces com a educação.	Artigo	Educação	2015	UFSC Florianópolis

Fonte: ANPED (2018)

Conduzindo o protocolo de revisão sistemática, na plataforma *Scielo* com as expressões temáticas de busca descritas anteriormente, foram encontradas dez publicações, das quais, quatro versam sobre maternidade lésbica, a saber: Tânia

¹¹⁶ Bianca Salazar Guizzo é pesquisadora e professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil (PPGEDU/ULBRA). Possui doutorado e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É integrante do Grupo de Estudos de Educação Infantil e Infâncias (GEIN) e do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), ambos vinculados à UFRGS.

¹¹⁷ Jane Felipe de Souza é professora titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui graduação e Licenciatura Plena em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense - Niterói/RJ, doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integra o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) e o Grupo de Estudos em Educação Infantil e Infâncias (GEIN) sendo uma de suas fundadoras, além de participar do Núcleo de Estudos Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades (NUDES) da UERJ/FEBF.

Cristina dos Santos Machado¹¹⁸ (2014); Aline Nogueira de Lira¹¹⁹; Normanda Araujo de Moraes¹²⁰ e Georges Boris (2016a, 2016b), Carine Valéria Mendes dos Santos¹²¹ e Isabel Cristina Gomes¹²² (2016), e duas sobre famílias homoparentais, dos autores Tarnovski (2013) e Coitinho Filho (2017).

Encontramos também, três trabalhos que tratam das representações e identidades lésbicas, das autorias de: Ramayana Lira¹²³ (2013), Eduardo Mattio (2015) e de Natalia Cabanillas¹²⁴ (2016) e, também, um trabalho sobre práticas pedagógicas, relações de gênero e educação de autoria de Daniela Auad¹²⁵ e Luciano Corsino (2018).

¹¹⁸ Tânia Cristina dos Santos Machado é socióloga e professora de Sociologia da Universidade do Minho, Portugal. Mestre em Sociologia e doutorado em andamento. Pesquisa sobre as famílias e sexualidades não normativas, o caso das lésbicas portuguesas no contexto das políticas para a igualdade e as representações das mães lésbicas sobre a maternidade lésbica e estratégias de gestão da identidade maternal deteriorada.

¹¹⁹ Aline Nogueira de Lira é doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Atualmente é Docente da Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza. Integrante do Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos: Casais, Famílias e Comunidade (LESPLEXOS), no qual desenvolve pesquisas relacionadas às Famílias constituídas por casais do mesmo sexo e resiliência.

¹²⁰ Normanda Araujo de Moraes possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPG) da Universidade de Fortaleza e coordena o Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos: casais, família e comunidade (Lesplexos).

¹²¹ Carine Valéria Mendes dos Santos é doutora e mestre em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas. Tem experiência nas áreas de clínica, hospitalar, escolar e ensino. Atualmente é professora pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

¹²² Isabel Cristina Gomes possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo, mestrado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo e doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e Coordenadora do Laboratório de Casal e Família: Clínica e Estudos Psicossociais.

¹²³ Ramayana Lira de Sousa é professora da Universidade do Sul de Santa Catarina. Realizou estágio pós-doutoral na University of Leeds, Inglaterra onde desenvolveu pesquisa sobre o realismo afeto no cinema brasileiro. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (1996), mestrado em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado com pesquisa em cinema pela mesma instituição. É Pesquisadora Permanente do Instituto de Estudos de Gênero (UFSC).

¹²⁴ Natalia Cabanillas é professora Adjunta no Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, Ceará. Doutora em Sociologia pela Universidade Nacional de Brasília. Professora em História pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Argentina. As áreas de interesse na pesquisa são: relações de gênero e raça; movimentos de mulheres na África do Sul; violência de gênero e memória na África do Sul post apartheid. Feminismos interseccionais e pensamento pós e decolonial.

¹²⁵ Daniela Auad tem mestrado e doutorado pela Universidade de São Paulo, na Faculdade de Educação. Atualmente, é Professora Permanente Programa de Pós-graduação em

No quadro 5 estão detalhadas outras informações das publicações organizadas em ordem cronológica decrescente.

Quadro 5 – Publicações da Plataforma Scielo

	Publicação	Tipo	Área	Ano	Local
1.	COITINHO FILHO, Ricardo Andrade. Sob o “melhor interesse”! : o ‘homoafetivo’ e a criança nos processos de adoção	Artigo	Psicologia	2017	Universidade Federal Fluminense Niterói
2.	LIRA, Aline Nogueira de; MORAIS, Normanda Araujo de; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. Concepções e modos de viver em família : a perspectiva de mulheres lésbicas que têm filhos	Artigo	Psicologia	2016	Universidade de Brasília Brasília
3.	CABANILLAS, Natalia. Normalizar la existencia lesbiana	Artigo	Não consta	2016	Universidade de Brasília Brasília
4.	SANTOS, Carine Valéria Mendes dos; GOMES, Isabel Cristina. The L Word : discussões em torno da parentalidade lésbica	Artigo	Psicologia	2016	Universidade de Brasília Brasília
5.	LIRA, Aline Nogueira de; MORAIS, Normanda Araujo de; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. (In)visibilidade da vivência homoparental feminina : entre preconceitos e superações	Artigo	Psicologia	2016	Universidade de Fortaleza Fortaleza

Educação da Universidade Federal de São Carlos, campus de Sorocaba, na Linha de Pesquisa Educação, Comunidade e Movimentos Sociais, assim como é também docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. É líder e fundadora, ao lado da Profa. Dra. Cláudia Regina Lahni, do Flores Raras: Educação, Comunicação e Feminismos, Grupo de Estudos e Pesquisas que, tanto na Universidade quanto no âmbito de variados Movimentos Sociais, desenvolve atividades de docência, pesquisa, extensão, debate, ocupação, resistência e transformação.

Publicação		Tipo	Área	Ano	Local
6.	MATTIO, Eduardo. Cómo ser lesbiana(s) : el legado de Monique Wittig en disputa	Artigo	Filosofia	2015	Universidad Nacional de Córdoba Córdoba
7.	MACHADO, Tânia Cristina. Duas mulheres (não) é igual a um homem e uma mulher : representações de médicos e juízes acerca da maternidade lésbica medicamente assistida	Artigo	Sociologia	2014	Universidade de Lisboa Lisboa
8.	AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano. Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física escolar	Artigo	Educação	2017	Florianópolis
9.	LIRA, Ramayana. Meta(na)morfoses lésbicas em Cassandra Rios	Artigo	Não consta	2013	Florianópolis
10.	TARNOVSKI, Flávio Luiz. Parentalidade e gênero em famílias homoparentais francesas	Artigo	Antropologia	2013	Universidade Estadual de Campinas Campinas

Fonte: Scielo (2018)

Analisando o quadro, podemos ter uma dimensão de proximidades e distanciamentos com a proposta desta tese. Cabe ressaltar que o trabalho de Daniela Auad e Luciano Corsino (2018) apresenta as interseccionalidades existentes no campo escolar “[...] que possibilitam o questionamento das dissimetrias baseadas em gênero, raça, orientação sexual e classe” (AUAD; CORSINO, 2018, p. 10).

Também se deu a revisão da literatura com as categorias temáticas relacionadas à questão de pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Encontramos doze dissertações de mestrado e três teses de doutorado que corresponderam no momento das buscas aos unitermos elencados. Como trata-se de conclusões de pesquisas *stricto-sensu*, as áreas de concentração de tais trabalhos nos chamam a atenção, pois a despeito do tema, é relevante saber quais áreas estão produzindo materiais científicos que tratam da temática lesbianidade e bissexualidade. Dessa forma, encontramos dois trabalhos na área da Educação, cinco em Psicologia,

dois em Antropologia Social, dois nos Estudos Inter/Multidisciplinar, um trabalho em cada uma das seguintes áreas: Ciências Sociais, Política Pública, Medicina e Serviço Social.

Como procedimento detalhado das teses e dissertações encontradas, o tema Maternidade Lésbica foi abordado em dois trabalhos: um, no mestrado de Psicologia de Daniele Andrade da Silva¹²⁶ (2013), e outro, no mestrado em Antropologia da pesquisadora Anna Carolina Horstmann Amorim (2013).

Da busca com a palavra-chave “parentalidade e escola” retornaram cinco trabalhos que discorrem sobre esse tema. Na área de Psicologia um total de três dissertações de mestrado com as/os seguintes autoras/es respectivamente: Larissa Bergamo Zanardo¹²⁷ (2014), Eliana Sandra Rosito¹²⁸ (2013), e Pedro Borges Neto (2016). Com a mesma palavra-chave “parentalidade e escola” uma dissertação de mestrado em Medicina de autoria de Camila Vitule Brito de Souza¹²⁹ (2014), e uma dissertação em Ciências Sociais, de Ricardo Coitinho Filho (2014).

As palavras-chave “*Lésbica e Escola*” retornaram duas produções em Educação: uma de autoria de Patricia Daniela Maciel¹³⁰ (2014), e outra, de Ana Carolina Magalhaes Fortes¹³¹ (2013).

Com os descritores “*Lesbianidade e Bissexualidade*”, chegamos à quantidade de dez estudos que se preocuparam em investigar lesbianidades e movimentos

¹²⁶ Daniele Andrade da Silva é doutora e mestra em Psicologia Social, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui graduação plena em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Principal área de interesse: Psicologia Social, especialmente assuntos relacionados a gênero, a sexualidades, homoparentalidades, maternidade, segurança pública e socioeducação.

¹²⁷ Larissa Bergamo Zanardo possui Bacharelado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Formação de Psicólogo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e mestrado em Psicologia na linha de pesquisa subjetividade e saúde coletiva na mesma instituição.

¹²⁸ Eliana Sandra Rosito é psicóloga, mestre em Psicologia Clínica e Hospitalar do Núcleo de Psicossomática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹²⁹ Camila Vitule Brito de Souza possui graduação e licenciatura em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É mestre em Ciências pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de São Paulo. Estuda parentalidade, família e sexualidade.

¹³⁰ Patricia Daniela Maciel é pedagoga no Instituto Federal do Paraná. Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora na área de Educação, Gênero e Lesbianidade.

¹³¹ Ana Carolina Magalhaes Fortes possui graduação em Direito pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Membro do Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Corpo e Gênero (SEXGEN). Professora do curso Bacharelado em Direito na Faculdade Estácio de Teresina desde 2016.

sociais. Três desses estudos são Inter/Multidisciplinares, cujas autorias são de: Gilberta Santos Soares¹³² (2016), Anderson Fontes Passos Guimarães (2013), e Zuleide Silva (2016), já referenciada neste texto.

As demais pesquisas que retornaram com as palavras-chave “Lesbianidade e Bissexualidade” foram: um estudo na área da Antropologia Social, realizado por Tanieli de Moraes Guimarães Silva¹³³ (2015), um nas Políticas Públicas de autoria de Núbia Carla Campos¹³⁴ (2014), e o último, um estudo na área de Psicologia realizado por Marianna Barbosa Almeida¹³⁵ (2015).

O próximo quadro, apresenta uma visão geral dos trabalhos mencionados, trazendo informações complementares pela ordem cronológica decrescente do ano de produção e por ordem alfabética.

Quadro 6 – Produções identificadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

	Publicação	Tipo	Área	Ano	Local
1.	BORGES NETO, Pedro Pinheiro. Família e homoparentalidade : o que pensam as crianças?	Mestrado	Psicologia	2016	Universidade Federal de Pernambuco Recife
2.	SILVA, Zuleide Paiva da. “Sapatão não é bagunça” : estudo das organizações lésbicas da Bahia	Doutorado	Multidisciplinar	2016	Universidade Federal da Bahia Salvador.

¹³² Gilberta Santos Soares é graduada em psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba, com formação em psicologia social pela Universidade Federal da Paraíba. Possui mestrado em sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Atuou no movimento feminista da Paraíba e do Brasil e é sócia fundadora da Organização não governamental Cunhã Coletivo Feminista/PB.

¹³³ Tanieli de Moraes Guimarães Silva possui graduação em Psicologia e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é servidora efetiva da Escola Nacional de Administração Pública com o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais na Coordenação Geral de Pós-Graduação Stricto Sensu.

¹³⁴ Núbia Carla Campos é mestra pelo Programa de Políticas Públicas e Formação Humana - UERJ. Possui graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

¹³⁵ Marianna Barbosa Almeida é mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, com ênfase em Saúde Pública e Coletiva.

	Publicação	Tipo	Área	Ano	Local
3.	SOARES, Gilberta Santos. Sapatos tem sexo?: metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil.	Doutorado	Interdisciplinar	2016	UFBA Salvador
4.	ALMEIDA, Marianna Barbosa. Bissexualidades femininas: repertórios entre jogos de (in)visibilidade.	Mestrado	Psicologia	2015	UFPE Recife
5.	SILVA, Tanieli de Moraes Guimarães. “Você tem que ficar manobrando as coisas”: lesbianidades, violências cotidianas e possibilidades de resistência.	Mestrado	Antropologia Social	2015	Universidade Federal de Goiás Goiânia
6.	CAMPOS, Nubia Carla. As lesbianidades como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001.	Mestrado	Políticas Públicas	2014	Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro
7.	COITINHO FILHO, Ricardo Andrade. “Que ousadia é essa?: a adoção ‘homoafetiva’ e seus múltiplos sentidos”.	Mestrado	Ciências Sociais	2014	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Rio de Janeiro
8.	MACIEL, Patrícia Daniela. Lésbicas e professoras: modos de viver o gênero na docência.	Doutorado	Educação	2014	Universidade Federal de Pelotas Pelotas
9.	SOUZA, Camila Vitule Brito de. Casais de mesmo sexo, parentalidade e novas tecnologias reprodutivas.	Mestrado	Medicina	2014	USP São Paulo
10.	ZANARDO, Larissa Bergamo. Laços de afeto: as homoparentalidades pela via da adoção.	Mestrado	Psicologia	2014	UNESP Assis

Publicação	Tipo	Área	Ano	Local
11. AMORIM, Anna Carolina Horstmann. “Nós já somos uma família, só faltam os filhos” : maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil.	Mestrado	Antropologia Social	2013	UFSC Florianópolis
12. FORTES, Ana Carolina Magalhães. A escola e a educação não escolar : experiências da mulher lésbica afrodescendente.	Mestrado	Educação	2013	Universidade Federal do Piauí Teresina
13. GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos. “Uma lésbica é uma mulher?” : vozes e silêncios.	Mestrado	Estudos Interdisciplinares	2013	Universidade Federal da Bahia Salvador
14. ROSITO, Eliana Sandra. Casal homoafetivo e a conjugalidade : um estudo sobre pesquisas realizadas.	Mestrado	Psicologia	2013	PUC-SP São Paulo
15. SILVA, Daniele Andrade da. “Enfim mães!” : da experiência da reprodução assistida à experiência da maternidade lésbica.	Mestrado	Psicologia	2013	Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro

Fonte: CAPES (2018).

Seguindo o levantamento de produções que contemplam trabalhos a respeito das lésbicas e mulheres bissexuais e suas famílias, foi feito o levantamento de todos os artigos publicados nos anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero e Seminário Internacional Desfazendo Gênero dentro do período de cinco anos. O primeiro, Seminário Internacional Fazendo Gênero, teve sua edição inicial em 1994 e, depois de três edições bienais¹³⁶, o quarto encontro ampliou seu alcance nos estudos de gênero e feminismos, tornando-se então, um encontro internacional. O segundo, Seminário Internacional Desfazendo Gênero, teve sua primeira edição em 2013 e tem

¹³⁶ Para saber mais sobre o Seminário Internacional Fazendo Gênero acessar http://www.fazendogenero.ufsc.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=581.

como objetivo, possibilitar um espaço que sirva de interlocução entre pesquisadoras/es, ativistas e estudantes que estejam interessadas/os nos estudos *Queer* em conexão com os estudos pós-coloniais. Para o referido estudo, investigamos os anais do Fazendo Gênero nos anos de 2013 e 2017, e do Desfazendo Gênero nas edições de 2013 e 2015 e tomamos por base o levantamento de 25 trabalhos.

Com o unitermo Maternidade, encontramos quatro publicações no Fazendo Gênero. Destas, duas versam sobre a naturalização da maternidade construída enquanto prática social de enunciados. A primeira publicação, foi produzida por Arthur Leonardo Costa Novo (2017), e a segunda, é de autoria das autoras chilenas Margarita Iglesias Saldaña¹³⁷, Monica Perla Kimelman¹³⁸ e Cigala Peirano Iglesias¹³⁹ (2017). A professora e pesquisadora Tânia Maria Gomes da Silva¹⁴⁰ (2017), discutiu neste seminário, a relação entre a maternidade e o envelhecimento. Dos quatro trabalhos encontrados com o unitermo maternidade, um alinha à maternidade lésbica feminista com os significados produzidos pela escola (AUAD; MOCHI, 2017).

A respeito do uso de tecnologias de reprodução e maternidade lésbica, encontramos três trabalhos, que além de trazer informação sobre as tecnologias assistidas, revelam o universo dos casais de lésbicas e suas idealizações com a maternidade e o desejo de construir suas próprias famílias, seja por meio da tecnologia de reprodução ou pela via da adoção. Este importante debate foi

¹³⁷ Margarita Iglesias Saldaña é professora Associado na Facultad de Filosofía y Humanidades, da Universidad De Chile. Licenciada em Filosofia da Universidad de Chile e mestrado pela Universidad De Paris Vii Rene De Cartes.

¹³⁸ Monica Perla Kimelman Jakobus é médica psiquiatra, professora Associado do Departamento Sul de Psiquiatria e Saúde Mental, Faculdade de Medicina da Universidad De Chile.

¹³⁹ Cigala Peirano Iglesias possui graduação em Psicologia pela Universidad De Chile e mestrado em Psicologia da infância e da adolescência pela PARIS 8 VINCENNES A SAINT-DENIS e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁴⁰ Tânia Maria Gomes da Silva possui doutorado e pós-doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná. Mestra em História pelas Universidades Estaduais de Maringá/Londrina. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde da Universidade Cesumar (Unicesumar) em Maringá, Paraná.

apresentado por Camila Vitule¹⁴¹, Marcia Thereza Couto¹⁴² e Rosana Machin¹⁴³ (2013); Anna Carolina Amorim e Melissa Barbieri de Oliveira¹⁴⁴ (2013), e o trabalho de Claudete Camargo Pereira Basaglia¹⁴⁵ (2017).

O unitermo de busca “Lesbianidade e Bissexualidade” retornou oito trabalhos nos anais do Fazendo Gênero. Destes, três figuram sobre militância e organizações lésbicas feministas, a saber: Zuleide Silva (2013, 2017) e Júlia Francisca Gomes Simões Moita¹⁴⁶ em co-autoria com Fabrício Vilela (2017), dois artigos consideram a afetividade e as contribuições da poética lésbica para o rompimento de padrões hegemônicos e foram submetidos por Danielly Christina de Souza Mezzari¹⁴⁷ e Leonardo Souza (2017); e por Ariana Mara da Silva¹⁴⁸ e Laila Andresa Cavalcante

¹⁴¹ Camila Vitule já foi apresentada com o nome de Camila Vitule Brito de Souza.

¹⁴² Marcia Thereza Couto Falcão é professora Associada do Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, mestrado em Antropologia e doutorado em Sociologia pela mesma universidade. Pós-doutorado e Livre Docência pela Universidade de São Paulo.

¹⁴³ Rosana Machin Barbosa possui graduação em Ciências Sociais, mestrado e doutorado em Sociologia, todos pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP. Realizou pós-doutorado na University of London.

¹⁴⁴ Melissa Barbieri de Oliveira é doutora em Ciências Humanas pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração Estudos de Gênero. Mestre em Ciências Jurídico Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal. Advogada e professora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Francisco Beltrão, Paraná. Também atua como pesquisadora, membro do NIGS - Núcleo de Identidade Gênero e Subjetividade da UFSC.

¹⁴⁵ Claudete Camargo Pereira Basaglia possui licenciatura em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, especialização e mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Campus de Araraquara. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero de Araraquara (NEGAr).

¹⁴⁶ Júlia Francisca Gomes Simões Moita possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. É professora assistente da Universidade Federal de Uberlândia (Campus Pontal).

¹⁴⁷ Danielly Christina de Souza Mezzari é graduada em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO-PR). Mestra em Psicologia Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e doutoranda em Psicologia Social pela mesma Universidade e integrante do grupo de pesquisa: Coletivo Psicologias e Culturas Queer (Psicuqueer).

¹⁴⁸ Ariana Mara da Silva é doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Bacharela em Relações Internacionais e Comercio Exterior pela Universidade de Ribeirão Preto. Bacharela em História - América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino Americana. Mestra em Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher pela Universidade Federal da Bahia. Membro da Feminaria Musical - grupo de pesquisa e experimentos sonoros.

Rosa¹⁴⁹ (2017). Especificamente sobre a bissexualidade feminina encontramos dois trabalhos: um apresenta os discursos e as elaborações conceituais produzidos por esse tema escrito por Maria Leão de Aquino Silveira¹⁵⁰ (2017), e o outro, a partir da perspectiva da comunicação, discute o lugar sub-representado de lésbicas, bissexuais, transexuais e negras na mídia apresentado por Cláudia Regina Lahni¹⁵¹; Rafaela Cristiano Dornellas¹⁵² e Daniela Auad (2017). Por último, uma pesquisadora lésbica, Mariana Soares Pires Melo¹⁵³ (2017), relata como se sente ao pesquisar violências LGBTs.

Os próximos quadros (7 e 8) trazem duas informações complementares importantes para o mapeamento da produção científica feminista-lesbiana. A primeira, é o tipo de trabalhos submetidos no evento, e segunda, é a instituição de ensino superior (IES) de origem que as autoras e os autores pertencem, podendo assim, vislumbrarmos os lócus regionais de maior evidência.

¹⁴⁹ Laila Andresa Cavalcante Rosa é musicista, compositora, cantora, instrumentista e pesquisadora pernambucana. Graduada em Licenciatura em Música pela Universidade Federal de Pernambuco, é mestre e doutora em Música - etnomusicologia pela Universidade Federal da Bahia. É coordenadora da Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros que desenvolve, entre outros temas, pesquisas sobre epistemologias feministas em música no Brasil.

¹⁵⁰ Maria Leão de Aquino Silveira é graduada em Ciências Sociais Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestra e doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁵¹ Cláudia Regina Lahni fez pós-doutorado em Comunicação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, doutorado e mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. É Professora Associada IV da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. É líder do Flores Raras – Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos (FACED-UFJF-CNPq).

¹⁵² Rafaela Cristiano Dornellas é graduanda em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos (Flores Raras). Com interesse em pesquisa nas áreas de comunicação, relações de gênero, cidadania, educomunicação, sexualidades e indústria cultural.

¹⁵³ Mariana Soares Pires Melo é doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista de doutorado Sanduíche pela CAPES na George Washington University, Estados Unidos. Atua nas áreas de violência, gênero e sexualidade. Pesquisadora do Grupo de Relações Afetivas e Violência (GRAV).

Quadro 7 – Produções identificadas nos anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero (2013 e 2017)

	Publicação	Tipo	Ano	IES de origem
1	AMORIM, Anna Carolina Horstmann; OLIVEIRA, Melissa Barbieri de. Dupla maternidade : conexões entre antropologia e direito	Artigo	2013	UFSC UNIOESTE
2	SILVA, Zuleide da. LBL-BA : rede sem cabeça, pulsante, comunicante, toda pensante?	Artigo	2013	UNEB
3	VITULE, Camila; COUTO, Márcia Thereza; MACHIN, Rosana. A ROPA em questão : opção pelos laços biológicos e legalização do vínculo filial entre casais de lésbicas	Artigo	2013	USP
4	AUAD, Daniela; MOCHI, Luciene Celina Cristina. Lesbianidades na escola : o que é preciso aprender para poder ensinar as crianças filhas de mães lésbicas?	Artigo	2017	UFJF
5	BASAGLIA, Claudete Camargo Pereira. Maternidades lésbicas : conexões e desconexões político-sociais	Artigo	2017	UNESP
6	LAHNI, Cláudia Regina; DORNELLAS, Rafaela Cristiano; AUAD, Daniela. Lésbicas, bissexuais, transexuais e negras na prisão : direito à comunicação e feminismo interseccional, em uma análise de Orange is The New Black.	Artigo	2017	UFJF
7	MELO, Mariana Soares Pires. Ser LGBT e pesquisar LGBT's : questões teórico-metodológicas para uma pesquisadora lésbica	Artigo	2017	UFPB
8	MEZZARI, Danielly Christina de Souza; SOUZA, Leonardo Lemos de. Amores e Lesbianidades	Artigo	2017	UNESP

	Publicação	Tipo	Ano	IES de origem
9	MOITA, Júlia; VILELA, Fabrício Marçal. Quem nos escuta?: existência lésbica e “lugar de fala” na teoria feminista	Artigo	2017	UFRN
10	NOVO, Arthur Leonardo Costa. “Mães pela diversidade”: as políticas da parentalidade em um grupo ativista de mães e pais de pessoas LGBT	Artigo	2017	UFRN
11	SALDAÑA, Margarita Iglesias; KIMELMAN, Mónica; IGLESIAS, Cigala Periano. Aproximaciones a las nuevas posibilidades de maternidades y parentalidades	Artigo	2017	Universidad de Chile UFSC
12	SILVA, Ariana Mara da; ROSA, Laila. Reflexões feministas e o rap das lésbicas negras latino-americanas	Artigo	2017	UFBA
13	SILVA, Tânia Maria Gomes da. O envelhecimento e a ressignificação da maternidade e da maternagem	Artigo	2017	Unicesumar/ PR
14	SILVA, Zuleide Paiva da. Grupo palavra de mulher lésbica: “uma escola para projetar lésbicas”	Artigo	2017	UNEB
15	SILVEIRA, Maria Leão de Aquino. Mulheres e noções sobre bissexualidade	Artigo	2017	UERJ

Fonte: Seminário Internacional Fazendo Gênero (2013) e Seminário Internacional Fazendo Gênero; Women's Worlds Congress (2017).

No Seminário Desfazendo Gênero, o unitermo lesbianidade, apareceu nas propostas de quatro trabalhos que tratam dos processos de violências que incidem sobre as identidades lésbicas, de autoria de: Elitânia Costa¹⁵⁴ (2013), Hídalía Fernandes Cunha Cordeiro¹⁵⁵ (2013) e Mariana Melo (2013), já referenciada. Um

¹⁵⁴ Elitânia Costa é graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (2016). Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Ceará - UFC.

¹⁵⁵ Hídalía Fernandes Cunha Cordeiro é educadora, doutoranda em Literatura e Cultura pela UFBA; mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB na linha de pesquisa: Educação, memória, processos civilizatórios e pluralidade cultural.

deles, trata da vulnerabilidade da mulher negra. Ana Carolina Magalhães Fortes, já referenciada, em parceria com Pâmela Laurentina Sampaio Reis¹⁵⁶ (2013) discorrem, com propriedade, sobre a especificidade dessa demanda.

A busca pela palavra-chave “maternidade”, nos anais do Desfazendo Gênero, retornou uma publicação que evidencia o controle do corpo das mulheres pelo Estado e as representações da maternidade apresentado por Martha Ysis Ribeiro Cabral¹⁵⁷ (2013).

Sobre a temática homoparentalidade e recursos de tecnologia, como também a formação da família contemporânea, retornaram três trabalhos: o primeiro apresentado por Allyne Evellyn Freitas Gomes¹⁵⁸ e Alessandra Ramos Castanha¹⁵⁹ (2013); o segundo, foi escrito pela ótica de pesquisadoras que atuam na área do Direito: Renata Bernardes¹⁶⁰, Bruna Camilo de Souza Lima e Silva¹⁶¹ e Júlia Somberg Alves¹⁶² (2013); e o terceiro trabalho é de autoria das psicólogas Gladys Cristina Rosa Di Cianni¹⁶³ e Patricia Porchat¹⁶⁴ (2013).

¹⁵⁶ Pâmela Laurentina Sampaio Reis possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí, mestrado em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí. Atualmente é Professora do Ensino Superior e Pesquisadora vinculada aos Grupos de Pesquisa: Sexualidades, Corpo e Gênero (SEXGEN) (UFPA) e Comunicação e Gênero – ComGênero (UESPI).

¹⁵⁷ Martha Ysis Ribeiro Cabral é mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba. Integra o grupo de pesquisa Cidadania e Direitos Humanos, da Universidade Federal da Paraíba. Atua como pesquisadora na Anis - Instituto de Bioética. É uma das fundadoras do Bruta Flor, onde é coordenadora jurídica.

¹⁵⁸ Allyne Evellyn Freitas Gomes é professora universitária, mestre em Psicologia UFPE. Psicanalista clínica. Psicopedagoga. Graduada em Psicologia.

¹⁵⁹ Alessandra Ramos Castanha possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco, mestrado em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba e doutorado (Psicologia) pela Universidade de São Paulo (USP- Ribeirão Preto). É professora adjunto da Universidade Federal de Pernambuco.

¹⁶⁰ Renata Bernardes é graduanda em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, membro do Projeto de Extensão Diverso – Direitos e Diversidades.

¹⁶¹ Bruna Camilo de Souza Lima e Silva é doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia UFMG. Mestre em Ciência Política pela UFMG. Bacharel em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero – DIVERSO UFMG.

¹⁶² Júlia Somberg Alves é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais com período de mobilidade realizado na Université Paris 1 - Pantheon Sorbonne. Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

¹⁶³ Gladys Cristina Rosa Di Cianni é graduada em Psicologia pela Universidade Paulista.

¹⁶⁴ Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen é psicóloga e professora na UNESP de Bauru. Tem mestrado e doutorado em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Seu pós-doutorado foi realizado na Université Paris Diderot (Paris 7). É pesquisadora do Núcleo de Direitos Humanos e Saúde da População LGBT (NUDHES).

Nestes anais do evento, constatamos dois trabalhos que possuem o diálogo a respeito da auto-organização de lésbicas e mulheres bissexuais de autoria de Zuleide Silva e Amelia Tereza Santa Rosa Maraux¹⁶⁵ (2015) e práticas identitárias e sexuais da bissexualidade Ariana Oliveira Alves¹⁶⁶; Laís Godoi Lopes¹⁶⁷ (2015).

Quadro 8 – Produções identificadas do Seminário Internacional Desfazendo Gênero (2013 e 2015)

	Publicação	Tipo	Ano	IES de origem
1.	CABRAL, Martha Ysis Ribeiro. Maternidade compulsória do nascituro: quando o Estado interfere no ser e na autonomia do corpo da mulher	Resumo	2013	UEPB
2.	CIANNI, Gladys Cristina Rosa di; PORCHAT, Patrícia. Relações homoparentais e adoção no Brasil: um caminho em construção	Resumo	2013	UNIP UNESP
3.	COSTA, Elitânia. Lésbica feminista como resistência e intervenção política numa perspectiva foucaultiana	Resumo	2013	UEC

¹⁶⁵ Amelia Tereza Santa Rosa Maraux possui graduação em Ciências Sociais pela UFBA e mestrado em História pela PUC-SP. Doutoranda em Difusão do Conhecimento pelo Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento/UFBA. Vem atuando no movimento feminista e de lésbicas na Bahia, articulando projetos institucionais em parceria com os movimentos sociais de mulheres e LGBT.

¹⁶⁶ Ariana Oliveira Alves é doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (PPGCS/Unicamp) e integrante do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. É mestra em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/Unicamp).

¹⁶⁷ Laís Godoi Lopes é professora efetiva da Universidade do Estado de Minas Gerais. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atua principalmente nos seguintes temas: direito civil, família e gênero.

	Publicação	Tipo	Ano	IES de origem
4.	ALVES, Ariana Oliveira; LOPES, Laís. Práticas identitárias e sexuais dissidentes: o “dispositivo do armário” na perspectiva do tratamento social da bissexualidade	Resumo expandido	2015	UFMG
5.	BERNARDES, Renata; SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima e; ALVES, Júlia Somberg. Homoparentalidade: o desafio de se constituir uma Família	Resumo expandido	2015	UFMG
6.	CORDEIRO, Hídalga Fernandes Cunha. Escrita de Cidinha da Silva: breves notas sobre as narrativas lésbicas	Resumo expandido	2015	UFBA
7.	FORTES, Ana Carolina Magalhães; REIS, Pâmela Laurentina Sampaio. Mulher lésbica negra: vulnerabilidades e demandas específicas	Resumo expandido	2015	UFPI
8.	GOMES, Allyne Evellyn Freitas; CASTANHA, Alessandra. Família(s) e homoparentalidade: representações sociais dos estudantes de direito e psicologia	Resumo expandido	2015	Faculdade Duarte Coelho – PE UFPE
9.	MELO, Mariana Soares Pires. Algumas vivências lésbicas: entre silêncios, segredos e possíveis subversões	Resumo expandido	2015	UFPA
10.	SILVA, Zuleide Paiva de; MARAUX, Amélia Tereza Santa Rosa. ENLESBI em cena: auto-organização de lésbicas e mulheres bissexuais na Bahia.	Resumo expandido	2015	UNEB

Fonte: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO (2013, 2015).

Ao concluir o levantamento, dispomos de uma tabela que exemplifica o total de publicações selecionadas para leitura na íntegra em cada plataforma pesquisada:

Tabela 4 – Trabalhos selecionados para leitura na íntegra

	Base de dados online	Quantidade
1	CAPEB	15
2	ANPED	1
3	SciELO	10
4	ANAI	25
TOTAL		51

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Em posse deste mapeamento, devemos ressaltar que os trabalhos selecionados são frutos de processos sociais e políticos, e que a investigação é necessária “[...] para compreendermos o contexto em que se inserem e constituem os estudos sobre sexualidade no Brasil” (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013, p. 172).

Precisamos, contudo, assinalar que os resultados dos trabalhos nas plataformas de busca, retornaram em número superior para pesquisas sobre homossexualidade masculina e no entorno da propagação e dos financiamentos para o combate à epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS). Um grande número de produções é endereçado às homossexualidades basicamente para itens relacionados à saúde LGBT.

A ampliação da visibilidade social das homossexualidades no Brasil se dá, num primeiro momento, em meados dos anos 1980, por ocasião da epidemia do HIV/AIDS. A partir da emergência de uma ‘resposta coletiva’ à epidemia – que envolve, em grande medida, ativistas dos primeiros grupos homossexuais –, se constituem as primeiras políticas públicas brasileiras a se voltarem para homens que fazem sexo com homens (HSH), no início dos anos 1990. Nesse mesmo período, observa-se um crescimento e o espraiamento pelo país do movimento hoje conhecido como LGBT (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013, p. 163).

Essa visibilidade direcionada para os homens homossexuais ganhou expressão nos anos de 1990, o que prossegue por meio do debate público das pesquisas científicas e pela luta do movimento LGBT, pois a epidemia do HIV/AIDS, marcou esse campo naquele momento. Essa data marca também, no Brasil, o início

dos estudos que preveem as relações de gênero e assimetrias direcionadas para mulheres em detrimento da nossa sociedade patriarcal. A busca por projetos de lei e por representações na mídia e nos movimentos sociais em busca de informações, cuidados e atendimento à saúde, foi e continua sendo legítima. Contudo, este trabalho se propõe a pensar sobre as desigualdades prevaletentes, entre mulheres e homens que, também se estendem dentro do movimento LGBT, reverberando em trabalhos diminutos, ou apagamentos da existência e especificidade das lésbicas e mulheres bissexuais, como pontuado em pesquisa recente: “[...] estes estudos quase sempre incluem as lésbicas na categoria homossexual” (SILVA, 2016, p. 78).

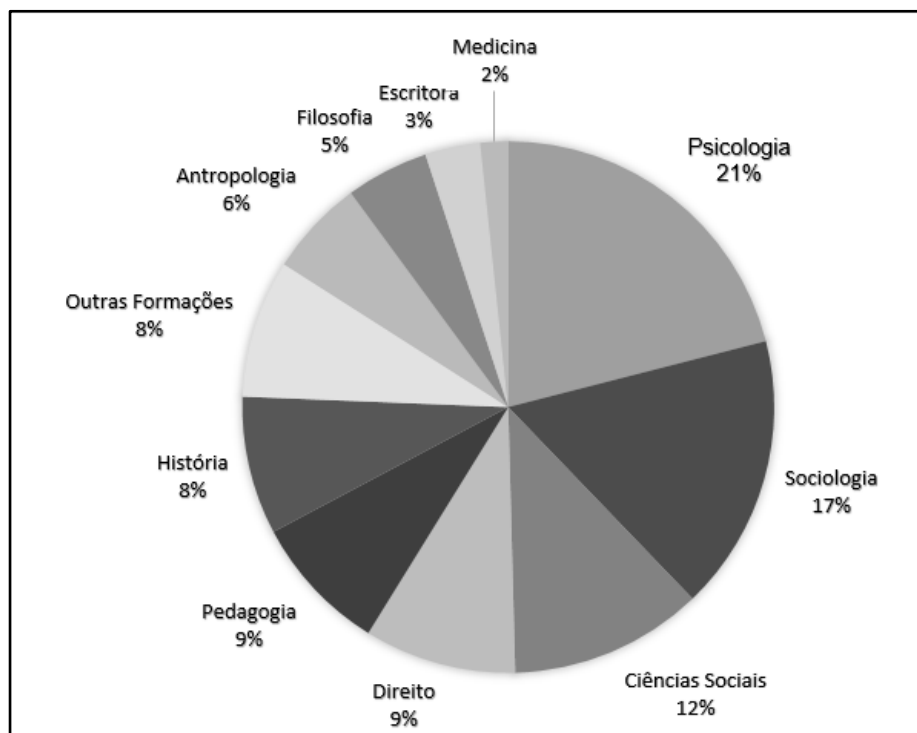
A respeito do apagamento das lésbicas e mulheres bissexuais, ou, do uso da lesbianidade e da bissexualidade como coadjuvantes no cenário teórico que tecem autoras e autores sobre as relações de gênero, concordamos com Adrienne Rich (2010, p. 22) ao que ela, assim se refere:

Qualquer teoria ou criação cultural/política que trate a existência lésbica como um fenômeno marginal ou menos ‘natural’, como mera ‘preferência sexual’, como uma imagem espelhada de uma relação heterossexual ou de uma relação homossexual masculina seria, portanto, profundamente frágil, independentemente de qualquer contribuição que ainda tenha.

Desta forma, confirmamos a necessidade de pesquisas contemplando as lésbicas e mulheres bissexuais. Pesquisas que estudem e visibilizem as lésbicas e mulheres bissexuais em suas singularidades, como respeito e garantia de políticas públicas.

Em face desse dado, surgem novas inquietações. Entre elas, uma que merece destaque é: “quem são elas?”. A bandeira científica, como fruto das lutas sociais, é empunhada por quem? Para dar voz a esse pensamento, visibilidade e mapeamento às diferentes áreas que se debruçam nesta temática, elaboramos o gráfico 2 com a formação das pesquisadoras elencadas nesta tese.

Gráfico 2 – Quem são elas: gráfico das autoras referências



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para a realização deste estudo, tivemos o suporte de 170 referências, entre essas, 71,17% são mulheres. Para alcançar um olhar mais adiante, apoiamo-nos aos ombros de 121 mulheres que vivenciaram e vivenciam a luta, que produziram e produzem história e ciência. Precisamos evidenciar e colocar no *front*, as narrativas e histórias das lésbicas e das mulheres bissexuais, contadas sobre seus próprios cotidianos, suas práticas, suas pesquisas e suas famílias.

Este gráfico, pode ser nos limites deste texto, uma ilustração panorâmica, pois não se configura em um dos objetivos da tese, contudo, é um dado que pode servir de inspiração para outras pesquisas que ampliam a discussão dessa temática. É notória a expressividade das formações nas áreas das humanas, mas é pertinente observar que diferentes áreas estão dando corpus à luta e ao movimento. Não é mérito de uma única área. É outro paradigma que a sociedade aos poucos vai superando: estudar o movimento LGBT e o movimento feminista, é para todas e todos.

Retomando o objeto de estudo desta pesquisa de doutoramento, a instituição escolar é local onde os sentidos precisam estar afiados para que as múltiplas formas de constituição das pessoas e, conseqüentemente, das famílias sejam ouvidas e

assistidas no cotidiano escolar. Ao discutir esse assunto, Eliane Cavalleiro (2017) traz em seu texto a reflexão a de Paulo Freire, e achamos pertinente chamá-lo, também, para este diálogo.

Se a educação não transforma sozinha a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opinião é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção (FREIRE, 2000, p. 67).

Por essas sábias palavras podemos fazer a análise de que devemos recuperar o que nos é caro no processo ensino-aprendizagem, que são as escolhas que podem garantir uma educação mais justa no atendimento às múltiplas formas de se constituir família e de viver os laços do afeto, do cuidado e proteção. Para além da gratuidade, uma escola sustentada na qualidade necessita possuir seus alicerces na condução socializadora. Essa condução é basilar na preservação e exercício do respeito para todas as crianças e, em especial, para todas as pessoas que nela estejam de alguma forma relacionadas.

A equidade que prevê a justiça da qual nos ensinou Paulo Freire, direciona nosso trabalho no sentido de perceber a escola, como espaço de produção de conhecimentos e validação, por meio do respeito às existências e experiências vividas, por nossas crianças, no contexto da educação. Sabemos que uma escola não começa e termina nas demarcações físicas como muros e portões de entrada e saída. Entendemos o cotidiano escolar como um forte espaço socializador capaz de transformar, não apenas o pensamento, mas principalmente, os modos de sentir-se socializada/o e assim, representada/o.

Por socialização escolar e a necessidade de representação afirmativa para as crianças e suas famílias compostas por mães lésbicas e bissexuais, nos valem da análise de socialização escolar feita por Eliane Cavalleiro (2017). Em sua obra “Do silêncio do lar ao silêncio escolar – racismo, preconceito e discriminação na educação infantil”, revela vasto escopo sobre os silenciamentos na escola e nas famílias a respeito de comportamentos e atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação às crianças negras. A pesquisadora descreve o silêncio como forma que atravessa os conflitos na sociedade e, ao mesmo tempo, sustenta atitudes de preconceitos e

discriminações no espaço escolar. A respeito dos silenciamentos para com as crianças negras assevera:

De modo silencioso ocorrem situações, no espaço escolar, que podem influenciar a socialização das crianças, mostrando-lhes diferentes lugares para pessoas brancas e negras. A escola oferece aos alunos, brancos e negros, oportunidades diferentes para se sentirem aceitos, respeitados e positivamente participantes da sociedade brasileira (CAVALLEIRO, 2017, p. 98).

Os diferentes lugares para as crianças negras mencionados pela autora nos ajudam a compreender também os diferentes lugares que as famílias que não são constituídas pelo ordenamento da matriz heterossexual ocupam no contexto escolar. Se por um lado, a educação é compreendida como um processo socializador em que as pessoas possuem acesso aos conhecimentos produzidos historicamente e podem se apropriar desses conhecimentos, como verdades absolutas, por outro, ao se apropriarem das “verdades” (re)produzidas pela escola, iniciam o processo de exercício de sua cidadania. Daí a relevância de abordarmos os temas sobre as relações de gênero e sexualidades nas escolas, pois são assuntos que permeiam o contexto escolar. De acordo com Cavalleiro (2017), a educação representa um ato político que auxiliará na construção de pessoas conformadas ou não com a realidade em que pautam suas vidas. A esse processo social, gestado por meio da escola, a autora propõe o seguinte questionamento: “Se a educação é um processo social, qual seria a relação entre a aprendizagem de preconceitos, atitudes discriminatórias e a produção escolar de cidadãos?” (CAVALLEIRO, 2017, p. 21).

Para este momento, implica compreendermos e discutirmos sobre a responsabilidade social da educação. Mesmo que em seu trabalho a autora não aborde a socialização das crianças filhas/os de mães lésbicas e bissexuais, contribui na produção de sentidos sobre como a “[...] socialização torna possível à criança a compreensão do mundo por meio das experiências vividas, ocorrendo paulatinamente a necessária interiorização das regras afirmadas pela sociedade” (CAVALLEIRO, 2017, p. 16).

Diante disso, a escola como território, em que múltiplas identidades coexistem diariamente, pode insistir na investida da demarcação binária das crianças e conjuntamente, das famílias. O que, com efeito, usa a diferença para marcar o que se considera “certo” e “errado” nos modos de ser família, incidindo numa espécie de

(re)produção da heterossexualidade como única possível. Com as representações da família nuclear, tendo o homem branco, heterossexual, como norma, automaticamente, coloca-se à margem, outras conjugalidades familiares, o que significa exclusão, violação dos direitos e, no caso das mães lésbicas e bissexuais, lesbobifobia.

Todavia, a instituição escolar exerce uma ação polarizadora por meio de mecanismos de classificação, disposição e categorização com relação aos processos socializadores na formação das crianças. Esse mecanismo segmentado pode ser traduzido de modo que “[...] cada indivíduo socializado em nossa cultura poderá internalizar representações preconceituosas a respeito desse grupo sem se dar conta disso, ou até mesmo se dando conta por acreditar ser o mais correto” (CAVALLEIRO, 2017, p. 20).

No entanto, a consequência em se estabelecer crenças relacionadas aos modos de se constituir famílias pela escola, é que pode perfazer uma concepção de estratégias que discriminam e estigmatizam as crianças que possuem duas mães. A respeito do estigma, Erving Goffman (2013, p. 10) lembra que o termo foi criado pelos gregos para se referirem a “[...] alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava”. Assim, eram demarcados: “[...] os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos”.

No contexto escolar, a afirmação propositiva das diferentes composições familiares, concorre para o desenvolvimento do respeito e da valorização, não apenas das famílias das mães lésbicas e bissexuais. Mas, sobretudo, garante o respeito e valorização a todas as famílias, sejam elas compostas por casais do mesmo gênero, como também as famílias formadas por conjugações heterossexuais.

As maternidades lésbicas ou bissexuais são maternidades que se realizam no encadeamento de uma ação conjunta, em que as duas mulheres envolvidas decidem ser mães, seja por reprodução assistida, seja por decisão de constituir a vida familiar com uma companheira e sua/seu(s) filha/o(s) (recomposição), pela via da adoção ou até mesmo pela coparentalidade. Essas famílias desconstruem o modelo herdado de família e maternidade, descentralizando o parentesco binário e biologizante de que família, para ser considerada legítima, tem que compor a tríade: mãe, pai e filhas/os.

Sublinhamos que os feminismos, os estudos com base nas relações de gênero, novas perspectivas legais e tecnológicas, recriam e lançam luzes sobre o parentesco (FONSECA, 2008). São, portanto, bases para a sociedade repensar sua história. Mas sobretudo, a história das lésbicas e mulheres bissexuais precisa entrar/estar nessa conta. Atentamos para o fato de as contribuições nessa área serem imprescindíveis, pois em tempos de “elitismos” e “disputas”, no cenário das teorias e espaços de formação democrática, como as universidades, por exemplo, corre-se o risco de que as histórias e historicidade das mulheres lésbicas e bissexuais continuem a existir no silêncio.



Figura 18 – Maria Eugênia e Chicão

Fonte: Arquivo da autora. Fotografia do álbum de Cássia Eller e Maria Eugênia em 19/08/2018.

4 MATERNIDADES LÉSBICAS NA ESCOLA: O RABISCO COMO RESPOSTA PARA UMA PEDAGOGIA ENGAJADA

A presente seção, debate de que maneira as mães presentes nesta pesquisa respondem às dificuldades encontradas nas escolas de suas filhas/os. Serão apresentadas as experiências vividas por elas e as crianças no ambiente escolar em interface com a base teórica do trabalho. De diferentes maneiras, as mães narram como lutam pela visibilidade de suas famílias no contexto escolar, e como as professoras são aliadas nesse processo de mediação, entre elas e a comunidade escolar. Serão apresentadas as respostas dessas famílias perante os documentos formais como as fichas de matrículas e reuniões escolares e também as contradições encontradas durante a trajetória do trabalho de campo.

O propósito desta seção é tecer considerações sobre a conjuntura que compõe a pesquisa, e debater como as mães atuam, ativamente, para a desconstrução hegemônica das relações familiares na escola.



4.1 RABISCAR BEM RABISCADO: NÃO SE POSICIONAR, JÁ É UM POSICIONAMENTO

Tinha duas fichas: uma para a escola integrada que ela estuda de manhã e à tarde, e uma para a matrícula. Enquanto a menina preenchia da matrícula, eu preenchia da escola integrada, e eu fui naturalmente. Tinha o nome da mãe em cima e eu preenchi o meu. E no (lugar) do nome do pai eu rabisquei e pus mãe! Rasurei e coloquei mãe! Rabisquei, claro! (MEL)

Os cotidianos escolares são repletos de signos que identificam lugares, previamente determinados na sociedade, com o intuito de manter certa ordem no ambiente escolar. Neste sentido, Louro (2014) assevera que na escola existe uma divisão, entre aquilo que é considerado conhecimento, e o que não é, por meio do currículo, dividindo também, os grupos sociais que são incluídos ou excluídos. A organização do espaço físico da escola, a disposição dos artefatos como móveis, acomodação das carteiras nas salas de aulas, filas, uniformes, datas comemorativas e formulários, são frutos de um processo de reprodução que, orientado pelos currículos, ensina sobre controle dos comportamentos e atribui classificações que (re) produzem desigualdades entre as/os alunas/os. Esses mecanismos pedagógicos e curriculares são vinculados a processos sociais que afetam a produção dos saberes e práticas pedagógicas que provocam um conjunto regulatório do gênero e das sexualidades. A escola é um espaço que produz, de acordo com Rogério Diniz Junqueira (2013, p. 482) “[...] um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade natural e legítima de expressão”.

Assim, a narrativa de Mel, interlocutora desta pesquisa, representa o cotidiano escolar vivenciado pelas mães lésbicas e bissexuais com a padronização dos documentos escolares, por exemplo, as fichas de matrículas e formulários de cadastro das famílias responsáveis pela criança na escola. Durante o trabalho de campo, a palavra “rabisco” apareceu nas narrativas de 11 das 13 mães entrevistadas, o que chamou nossa atenção em forma de pergunta: o que elas estão querendo dizer? A resposta para esse questionamento foi ganhando forma à medida que avançávamos na trajetória do campo, o que provocou nossa atenção, a partir dos enunciados evocados pelas interlocutoras. Nas pesquisas em ciências humanas, as/os interlocutoras/es falam com as/os pesquisadoras/res, emitem enunciados que podem não ser previstos quando iniciarmos a interação com o campo. Como nos explica Amorim (2004, p. 96), “[...] o ser humano passa a vida a construir mensagens a partir de mensagens; face ao discurso humano, podemos muitas vezes nos perguntar: ‘Mas afinal, de que ele está falando?’”. Cabe ressaltar, que a linguagem supõe a/o outra/o. Busca o movimento da contrapalavra sob forma de diálogo, pois a *outra* pessoa é um ser humano que, imersa/o no mundo, dialoga, cria e expõe suas próprias impressões e, sendo assim, “Não há linguagem sem que haja um outro a quem eu falo e que é ele o próprio falante/respondente; também não linguagem sem a possibilidade de falar

do que um outro disse” (AMORIM, 2004, p. 97). Portanto, durante as entrevistas, as mães indicavam a dificuldade de serem percebidas, enquanto mães das crianças, visto que na maioria dos casos, apenas uma das mães era legitimada por meio dos artefatos legais da escola. No enunciado de Mel, rabiscar o nome do pai e escrever o nome da mãe na ficha de matrícula, implica em seu posicionamento perante a escola, para tornar legítima a sua maternidade. Assim como Mel, outras mães falaram a respeito da ficha de matrícula:

Começa desde o dia da matrícula, a ficha de matrícula que precisa preencher que é pai e mãe. Vai desde o ‘conselho de pais’ e não ‘conselho de família’; ‘senhores Pais’ do comunicado. São coisas que mostram que a escola não está preparada. Se fosse um ou outro profissional, mas é uma coisa organizacional da escola. Falta iniciativa da escola em modificar qualquer coisa, é uma postura da escola. No mínimo ela escolheu rejeitar a ideia, ou se omitir, e não se posicionar, já é um posicionamento (CAMILA).

A narrativa de Camila sobre os documentos escolares fixados no binômio “pai e mãe” demonstra, que as famílias, não apenas percebem a invisibilidade de suas configurações familiares, como também, compreendem que a escola utiliza ferramentas orgânicas de exclusão, uma vez que não adéqua os materiais organizacionais de acordo com a realidade da comunidade escolar que possui. Portanto, se por um lado “[...] admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; [...]” (LOURO, 2014, p. 89), admitimos também, que as diferentes identidades que se encontram no espaço escolar são produzidas por meio de relações de desigualdades. Quando Camila narra que falta iniciativa por parte da escola em “modificar” os documentos padronizados, chama nossa atenção sobre o papel da escola com o compromisso de responder uma sociedade dividida, e que possui, cotidianamente, participação e/ou omissão com a tarefa de responder responsivamente aos conflitos sociais. A esse respeito, a autora observa que a escola é uma prática política,

[...] isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (LOURO, 2014, p. 90).

Isto posto, o “rabisco” que essas mães produzem nos formulários e fichas de matrículas de suas/seus filhas/os é uma ferramenta potencializadora que busca dar uma resposta para a escola sobre a existência de suas famílias, como podemos observar em outras narrativas que apareceram durante o campo:

Em geral não só na escola, mas tudo o que eu preencho relacionado à Safira eu sempre faço questão de riscar nome do pai, **rabiscar bem rabiscado**. Rasurar aquela ficha maravilhosa e escrever mãe! Faço questão! No mínimo alguém tem que olhar e se incomodar com aquilo (RAPHAELA).

Agora falei no ano passado, esse ano e estou vendo que vou ter que falar novamente. Ano que vem, as fichas da matrícula, a agenda, é tudo mãe e pai que vem. É até uma piada interna nossa, quem vai ser o pai esse ano? (risos). **A gente corta, faz um risco bem feio e escreve mãe de caneta**. Esse ano a coordenadora administrativa nos chamou e falou que é porque é congregação, é confessional e a sede é em São Paulo, já vem pronto e que já informou para a congregação, pediram para atualizar a ficha. Mas esse ano veio a mesma coisa de novo. Na agenda a mesma coisa, não vem responsável, filiação, **vem nome do pai e nome da mãe** (NATÁLIA).

Eu como mãe e ela como pai. Preenchemos mãe e pai. **Ela rabiscou onde estava pai ela rabiscou. Ela foi e rabiscou onde estava pai entendeu**, aí escreveu mãe e botou o nome dela (RAQUEL).

Ela precisa ler o nosso nome lá porque aí ela para com essa coisa do tipo assim, eu tenho outra mãe. Ela precisa disso, tanto que tem uns dois meses pra cá, que ela começou a falar o nosso nome, porque eu passei a ensinar o sobrenome para ela. E esses dias nós estávamos brincando de uber e eu era o motorista eu perguntei para onde estávamos indo e ela falou que eu estava indo para rua... e deu o meu sobrenome. Eu falei: ‘da onde você tirou isso?’ e ela respondeu: ‘porque meu nome vai ser esse...’ e falou o nome todo dela. Então até para ela faz diferença (BELLA).

Vale ressaltar, que a Lazúli é filha do casal Mel e Bella e que a adotaram quando ela tinha sete anos de idade. A narrativa de Bella sobre a importância de a filha entender que possui duas mães e que agora ela tem o sobrenome delas faz parte do processo de filiação e acomodação da criança que chega pela via da adoção. Uma vez que a escola reconhece essa família, passa a contribuir para que Lazúli também reconheça a nova formação familiar da qual está pertencente. E é exatamente por isso que dizemos que uma pedagogia é engajada quando a educação é exercida como prática da liberdade, promovendo ações que vão além do modelo binário de gênero, que transcende os estigmas e que dialoga com as constantes transformações

na sociedade. A pedagogia engajada é a tradução da prática como exercício para a liberdade. Tal conceito, descrito pela professora e teórica feminista bell hooks (2017) afirma que a escola precisa se movimentar no sentido de promover ações de liberdade, de desconstrução do velho, do cartesiano, da lógica binária, do certo ou errado, dos estigmas, dos rótulos, do “normal” e do “anormal”. Uma pedagogia engajada é uma pedagogia de transformação, de abertura para o novo, para o vir a ser constante, que seja capaz de responder aos desafios contemporâneos para além do currículo.

A respeito da identificação e do reconhecimento dos nomes das duas mães nos documentos escolares, Raphaela observa a importância que tem os movimentos feitos pelas famílias LésBi para romper com os preconceitos existentes para com as maternidades lésbicas. Ela diz que aprendeu que se reconhecer fortalece o enfrentamento pelo qual passa em uma sociedade formatada pelo viés da heterossexualidade. Raphaela lembra que quando foi possível para ela se reconhecer enquanto lésbica, o modo como ela lidava com os preconceitos também mudaram: “Tem uma coisa que eu aprendi depois de muitos anos de terapia e foi antes da Safira, que a partir do momento que você se aceita, se identifica, se tranquiliza, encontra sua paz. O problema passa a ser dos outros” (RAPHAELA). Em nossa análise, compreendemos que o que foi descrito por ela pode ser atribuído para a escola no que diz respeito às fichas e documentos escolares. A partir do momento em que as instituições de ensino passam a contemplar os nomes das duas mães no campo da filiação, auxiliam no reconhecimento por parte da escola, da família daquela criança, o que contribuirá para o desenvolvimento sócio educacional.

Do mesmo modo, é possível encontrarmos na narrativa de Natália, que o casal passa a discutir todos os anos: quem será a mãe que estará como “pai” na matrícula da filha? Para além do desgaste emocional que tal ação pode gerar, essa situação narrada pelas interlocutoras nos mostra o quanto a escola necessita repensar suas práticas para além dos currículos e a partir de seus instrumentos legais. Ao dizer que **“A gente corta, faz um risco bem feio e escreve mãe de caneta”** (NATÁLIA, grifo nosso), essa mãe está respondendo responsivamente à escola por meio da resistência e demarcação do que podemos chamar de incoerência, uma vez que a criança, não possui um pai e sim duas mães, devidamente legalizadas nos documentos da filha. Cabe também ressaltarmos, que a resposta da escola à essa família de que os documentos vêm prontos da mantenedora e por isso a dificuldade

em mudá-los, pode nos dizer sobre como a forma discursiva e escrita se atualiza ou não, cada vez em que são escolhidas as categorias de palavras visto que “[...] é nas relações de gênero que se encontra a mais importante dimensão discursiva da questão do poder” (AMORIM, 2004, p. 121).

Segundo Junqueira (2013), o espaço da escola é cerceado pela produção e reprodução de parâmetros da heteronormatividade, que dispõe de um conjunto de valores, práticas e enunciados discursivos que instituem a heterossexualidade como única manifestação possível da sexualidade. Para o autor, há nos espaços escolares um verdadeiro arsenal comprometido com a regulação da sexualidade e o gênero e essas “[...] disposições heteronormativas se voltam a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade: a centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero [...]” (JUNQUEIRA, 2013, p. 483). A esse respeito, perguntamos às mães durante as entrevistas o que pode significar a presença de mães lésbicas na escola. E se a presença das crianças que possuem mães lésbicas e bissexuais pode modificar o ambiente escolar. Camila responde que já fez várias tentativas de participar do conselho de mães e pais da escola da filha, não obtendo êxito:

O que pode e o que realmente significa. Porque o que pode é uma possibilidade muito grande de poder discutir o assunto, de estar inserido no cotidiano das crianças, uma família com duas mães e que essa família está fazendo parte da rotina da escola e que isso pode ser trabalhado com as crianças tanto pequenas como maiores. De que é normal e tudo bem enfim abrir um espaço de visibilidade e discussão. O que de fato acontece é que essa discussão não é aberta, não aproveitam dessa oportunidade, como se não houvesse uma família com duas mães (na escola). Como se todas as famílias fossem iguais e aí não existe a possibilidade desse diálogo. Na escola que a Safira estuda o nosso contato em primeira instância é com a professora, nas outras instâncias, conselho pedagógico, conselho diretor. Então para nós está muito tranquilo nessa primeira instância. Ela trata nossa família como uma família de duas mães, a gente sempre se sentiu muito respeitada por ela, só que a gente vê coisas na escola que não foi aberto ainda essa possibilidade de diálogo e isso é ruim. O que a gente achou que fosse uma janela para ampliar a discussão, e a gente se mostrou o tempo todo disponível para isso, mas não aconteceu. Ela estuda na Escola XX¹⁶⁸ é privada. Ela existe em Juiz de Fora há trinta e três anos, vai até o final do ensino fundamental e tem planos de abrir o Ensino Médio. São trezentos alunos na escola, a gestão da escola é feita por uma associação de pais. Os pais, alguns que são responsáveis pela diretoria da escola e aí fica meio restrito a essa

¹⁶⁸ Nome da escola omitido pelas questões éticas da pesquisa.

associação. **As nossas tentativas de fazer parte do conselho de pais eles deixaram, mas você não tem voz. Você pode, porque a proposta é que todo mundo pode, mas acaba que você não consegue fazer muito.** Tentei fazer parte da comissão de inclusão e diversidade, mas acabou que a comissão era só comissão de inclusão, não tinha nada de diversidade e o primeiro semestre todo, todas as reuniões que eu fui, as reuniões eram quinzenais, só era discutida inclusão de crianças com deficiências cognitivas leves. Era só um TDH leve, autismo leve. Inclusão superficial. **Em alguns momentos eu insisti sobre a diversidade, mas eu vi que não ia adiantar [...].** Desisti, era perda de tempo. A gente parou de querer ser parte da comunidade, para ser apenas consumidora do produto que eles oferecem que é a pedagogia, a sala de aula com os professores e alunos. A gente já mudou a nossa visão da escola, com relação a nossa participação. **É lamentável e decepcionante** (CAMILA).

O relato de Camila sobre as tentativas de fazer parte do conselho escolar, de poder auxiliar nos debates sobre diversidade e a negação por parte da escola em estabelecer esse diálogo com a família, nos auxilia a pensar sobre o quanto as instâncias pedagógicas ainda possuem dificuldade em trazer para as reuniões, o debate sobre as relações de gênero e sexualidades. É possível destacarmos que quando Camila nos conta do movimento feito para participar do conselho e da observação de que sua “voz” era silenciada, a escola passa a ser de fato um “produto” a ser consumido, pois a relação parece ser estabelecida, apenas com o saber curricular, uma vez que, na “[...] escola, indivíduos que escapam da sequência heteronormativa e não conseguem se ocultar, arriscam-se a serem postos à margem das preocupações centrais de uma educação supostamente para todos(as)” (JUNQUEIRA, 2013, p. 485).

É imprescindível discutirmos sobre a contribuição dialógica que as escolas possuem na relação com as famílias das crianças. Se as escolas passarem a dedicar à problematização das práticas pedagógicas no sentido de repensar os sistemas de valores assimétricos baseados no binarismo de gênero que possui a heterossexualidade como norma, certamente estaríamos diante de uma educação capaz de enfrentar as violências existentes na sociedade de maneira mais equânime e justa. Uma escola que percebe nas diferenças um caminho para a pluralidade da existência humana e que recebe com visibilidade as crianças que possuem mães lésbicas e bissexuais, poderá se constituir em uma escola melhor para todas as famílias da comunidade escolar.

Louro (1997), considera que os sentidos precisam estar atentos quando nos referimos sobre as diferentes formas de constituição dos sujeitos inseridas/os nos cotidianos escolares. Para a autora, “O olhar precisa esquadrihar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; [...]” (LOURO, 1997, p. 59). Os espaços escolares não são percebidos do mesmo modo por crianças e adultos. Dependendo das experiências individuais, cada uma e cada um, compreende o tempo-espaço da escola de maneira distinta e, exatamente por isso, as práticas sociais são aprendidas e interiorizadas. A seguir, apresentaremos as narrativas das mães que exprimem suas percepções sobre como as escolas estão lidando com a existência de suas famílias.

A escola não está interessada em mudar, para acolher novas configurações familiares, atrás do escudo de que não está discriminando ninguém e de fato não existe uma discriminação ativa. Se aproveita para invisibilizar a questão. A gente não é igual a todo mundo e não quer ser tratada como todo mundo! Não quer ser tratada como melhor e nem pior do que ninguém. **Nossa família é diferente e tem que ser tratada com as nossas diferenças, assim como outras famílias. A gente não é um casal que demonstra o afeto em público de andar abraçada, de mãos dadas, mas quanto a gente está mais estressada com a escola, a gente faz questão de ir buscar a Safira de mãos dadas, nas festinhas da escola estar bem juntas e abraçadas. Porque eu tenho certeza que a não ser na sala da Safira, como a gente tem uma sobrinha lá também, os mais próximos da Safira, 90% da escola não faz ideia de que existe uma família homoafetiva lá dentro.** Não houve preocupação nenhuma de mudar nenhuma conduta da escola. Ela entrou nessa escola esse ano. E a gente está num momento de muito questionamento da escola (RAPHAELA).

Eles até evitam pensar no assunto. Só que por isso é tão importante a nossa presença, **acho que só quando a gente chega eles são obrigados a pensar em alguma coisa, que eles ainda não tinham pensado.** O pensamento é muito incipiente, vou mudar a ficha de matrícula e pronto! **Eles não pensam no currículo, na sala de aula, trabalhar a questão de sexualidade, rever essas formas de entender as famílias. E o mais importante, eu estou bem resolvida como mulher lésbica. Tenho muito bem resolvida minha questão familiar e aí eles ficam parece que querendo me agradar: ‘olha como a gente faz isso, vamos falar na congregação para mudar a ficha’. Mas eles não querem discutir com a comunidade escolar, que é quem mais precisa enxergar isso, aprender.** Eles não falam desse assunto. A professora da Rubi ganhou neném em junho e agora tem uma substituta. Fui deixar a Rubi na segunda-feira e ela chorou muito e a professora substituta falou bem baixinho: **‘ela fez isso com a outra também’** (ex-esposa e mãe de Rubi). Não quero ser injusta,

mas não sei se ela falou ‘a **outra**’ baixinho por causa da Rubi. Não deu para entender. A coordenadora administrativa parece mais preparada para lidar com a questão, do que a coordenadora pedagógica. Não que a administrativa não tenha que ter, mas a gente espera mais da pedagógica (NATÁLIA).

Teve um episódio que eu não gostei que é a formatura deles que vai ser dia 18 de dezembro e a diretora me chamou para saber quem que ia colocar o anel neles. **Se nós somos casadas, se eles têm duas mães, não tinha que fazer essa pergunta para mim, lógico que sou eu e ela.** E isso foi uma coisa que a escola para mim pecou eu não gostei. Eu acho que não tinha que ter sido feita essa pergunta para mim. Eu falei que sou eu e a Célia que somos as mães, então vai nós duas (RAQUEL).

Na escola em que eu trabalho é zero de preparação. Na escola em que eu trabalho eu ouvi na sala dos professores que ali não havia filhos de casal gay não (MEL).

Nós não nos sentimos nem abraçadas e nem rejeitadas. É como se fosse indiferente. A nossa preocupação não é conosco, nós somos muito bem resolvidas, **é pelas crianças que ainda estão se formando.** Os professores precisam de formação nessa área (ALINE CRISTINA).

Por meio desses relatos conseguimos compreender que as mães LésBi compreendem o significado político que a visibilidade de suas famílias estabelece na produção de sentidos do cotidiano escolar. Quando Raphaela relata que para demonstrar a existência do relacionamento entre ela e Camila na escola da filha elas fazem questão de demonstrar afeto em público, entrar na escola de mãos dadas, se abraçarem, estão dando para a escola uma resposta de que assim como os preconceitos são ensinados, a existência das famílias compostas por duas mães e, conseqüentemente, a pluralidade das configurações familiares, também podem ser aprendidas por meio das instituições de ensino. No enunciado da Natália, a “*outra*” é usada para nomear sua ex-esposa e mãe de sua filha, denotando certa censura para enunciar a palavra “mãe”. Essa “*outra*” percebida na voz da professora, pode ser analisada por meio das escolhas que atravessam a escola quando se trata de temas relacionados às relações de gênero e sexualidades. Assim, se a escola é local privilegiado do saber,

Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a **preferir**. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores ‘bons’ e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e

como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas **habilidades** e não outras... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença (LOURO, 1997, p. 61, grifo da autora).

Encontramos ação nas narrativas de nossas interlocutoras e apesar dos diferentes contextos escolares, públicos e privados, de pertencerem a classes econômicas e de escolaridades diferentes, elas se posicionam ativamente na escola de suas/seus filhas/os. Elas se envolvem nas aprendizagens que são possibilitadas ou não pela escola, respondendo de modo responsivo às assimetrias que percebem no tratamento com suas/seus filhas. Essas mães reagem ativamente ao contexto escolar por meio da linguagem expressa em suas vozes e por meio de suas ações. Ao dizer que não se sentem “nem abraçadas e nem rejeitadas” pela escola, Aline Cristina demarca que o lugar da indiferença e do silêncio, não servem para a representação de sua família, ao contrário, percebe que a construção de uma sociedade mais justa e equânime, depende da formação apropriada para as crianças, perpassando pela formação continuada para professoras/es. Do mesmo modo, Mel aponta que na escola em que trabalha o relato das/os docentes é da inexistência naquele contexto escolar, de famílias homoafetivas e, embora de escolas diferentes, Raquel afirma que as duas mães dos gêmeos irão à formatura e lhes entregarão o anel, pois são as responsáveis pelos filhos. Uma vez que a escola escolhe como “ritual” a entrega de um anel durante a formatura das crianças para o pai e a mãe, também deve considerar que no caso da família delas, essa cerimônia contemplará também, a dupla maternidade.

Pretendemos demonstrar que as/os educadoras/es precisam reconhecer as fronteiras que moldaram um modelo único de família e o modo como esse modelo de família nuclear, que corresponde ao pai, mãe e filhas/os, é comemorado na escola e nas salas de aulas. A presença das mães lésbicas e bissexuais e de suas/seus filhas/os na escola convoca a todas/os para reconhecer e ensinar sobre a livre expressão dos corpos e das sexualidades humanas, “Quando nós, como educadores, deixamos que nossa pedagogia seja radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo, podemos dar aos alunos a educação que desejam e merecem” (HOOKS, 2017, p. 63).

No próximo tópico, faremos a análise sobre a figura da professora na perspectiva das mães e como as/os docentes contribuem para a legitimação das

maternidades lésbicas e bissexuais nos contextos escolares. As interlocutoras assinalam que o tratamento dado pelas/os professoras/es de suas/seus filhas/os constitui possibilidades para a construção de uma pedagogia engajada.

4.2 EXPERIÊNCIA/SENTIDO: QUANDO DUAS MÃES ESTÃO PRESENTES NA ESCOLA E ALI A PROFESSORA NÃO FALA MAIS “OS PAIS” PORQUE AGORA A ESCOLA POSSUI DUAS MÃES, ESSA FAMÍLIA EXISTE

Quando iniciamos uma pesquisa em ciências humanas, partimos de uma pergunta que nos direcionará durante a trajetória traçada no campo. As/os pesquisadoras/es possuem, de maneira geral, suposta previsibilidade do que poderá ser encontrado durante o trabalho de pesquisa, visto que, a partir da questão problematizadora, ou seja, do desconhecido enquanto objeto de pesquisa, temos uma afirmação da própria possibilidade desse objeto (AMORIM, 2004). Assim, buscamos acessar, na perspectiva desta tese, as narrativas das mães lésbicas e bissexuais sobre a escola de suas/seus filhas/os. Importa-nos saber, como as mães lésbicas e bissexuais estabelecem diálogos com as escolas e de que maneira as famílias de crianças que possuem mães lésbicas e bissexuais são acolhidas e representadas por essas instituições de ensino?

Por meio dos resultados obtidos durante o mestrado e já descritos na introdução desta tese, a escola (re)produz de maneira modular, a família nuclear, atribuindo valores em relação ao desempenho escolar das/os alunas/os de acordo com a formação familiar delas/es, e silencia em relação às múltiplas formas de configurações familiares, que estão presentes nos contextos escolares (MOCHI, 2016). Como ideia inicial, pressupomos que as vozes das mães LésBi poderiam caracterizar queixas em relação às escolas, e conseqüentemente, sobre as/os professoras/es de suas/seus filhas/os. Porém, durante a pesquisa de campo, “[...] os encontros inesperados acontecem. Esses encontros colocam em jogo, justamente, a possibilidade de mudança de estrada ou de rumo, e nisto reside, ao nosso ver, o aspecto mais interessante desse cronotopo” (AMORIM, 2004, p. 223).

Tão logo tivemos o contato com a primeira mãe entrevistada, as narrativas sobre a importância das professoras para a mediação entre escola e as famílias, apareceram de modo sucessivo. E, ainda que se pese que a estrada continuou, a

direção foi modificada. Ao contrário do que supomos, as mães relataram que as professoras de suas/seus filhas/os são profissionais fundamentais na vida das crianças, e que, na maioria dos casos, são as professoras que promovem a visibilidade afirmativa da presença delas e de suas crianças na escola. Esse movimento feito pelas docentes, de acordo com as narrativas das mães, acontece durante as reuniões escolares, nas salas de aula, nas festas e também na intervenção com as demais famílias e crianças das escolas. Desse modo, como explica Marília Amorim (2004, p. 224), entre o campo e a estrada existe uma diferença fundamental, pois diferente do campo, “A estrada é aberta e, apesar da existência de um traçado e de um sentido, ela é infinita nas suas possibilidades de bifurcação, de desvio e de retorno”. O campo é um espaço que, ainda que pode ser aberto e em diferentes territórios geográficos, possui contornos e acabamentos de acordo com os objetivos da pesquisa e, singularmente, do que surge no encontro com as/os falantes/respondentes.

As narrativas produzidas pelas interlocutoras apontam para a valorização da profissão docente frente às desigualdades (re)produzidas nos ambientes educativos, permitindo compreender que as/os professoras/es são fundamentais para o desenvolvimento de uma educação comprometida e retificadora ao enfrentamento das LGBTTFobias. As palavras produzem sentidos, projetam realidades e são potentes mecanismos de subjetivação. Jorge Larrosa (2002), observa o comprometimento por parte das/os docentes com a prática pedagógica crítica e política sobre as desigualdades sociais e esse, de acordo com o autor, deve ser o exercício de uma educação atenta para a produção das experiências e dos sentidos.

A seguir, apresentaremos algumas das contribuições das interlocutoras sobre a importância da professora para a socialização das crianças:

A gente deu sorte com a professora. A postura da professora foi bem próxima do que a gente esperava. Por exemplo, no início do ano a professora fez questão de perguntar pra gente como tratávamos a questão do pai. O que a gente falava para a Safira, caso ela perguntasse. O que ela deveria falar se alguma criança perguntasse. Ela sempre teve essa preocupação e mostrou que a nossa chegada era uma oportunidade muito boa para o crescimento da escola e que a gente tinha muito a contribuir. A gente foi ficando feliz e se empolgando com o que poderíamos contribuir e no final das contas a escola enquanto instituição não estava querendo receber essa contribuição, lidar com esse assunto e tem inclusive uma postura de invisibilização (CAMILA).

Mas hoje na escola que a Safira está, a única facilidade que eu vejo é essa; o acesso a professora e a sorte que a gente deu de ter encontrado uma professora sensata (RAPHAELA).

Diante das perspectivas narradas podemos observar que as mães encontram apoio na figura das professoras. Quando Camila e Raphaela relatam que a professora se preocupou em perguntar como elas gostariam que o assunto sobre o pai fosse abordado, mostra que o cuidado com as mães pode ser expressado por meio do diálogo com as famílias e essa ação é propositiva e necessária para a construção de uma escola mais justa e que compreende as diferenças existentes em seus cotidianos escolares. Essas narrativas expressam que as mães, por meio da professora, sentiram que a chegada delas na escola seria uma oportunidade para contribuir com o desenvolvimento não só da filha, mas para toda a comunidade escolar. A perspectiva da família de que a escola atenderá com igualdade suas crianças modifica outros medos que permeiam a vida das mães lésbicas e bissexuais, por exemplo: a rejeição social, o sentimento de não adequação de suas famílias, os preconceitos que suas/seus filhas/os possam sofrer de outras crianças, a discriminação, entre outras situações, que pode excluir ou ofender. Quando a escola, acolhe com respeito as famílias lesboparentais, assume um lugar de importância no enfrentamento das desigualdades que os padrões da heterossexualidade exigem.

Ela conversa conosco, nos trata como mães da Esmeralda. É uma iniciativa dela e não orientação da escola. Eu acredito que do mesmo jeito que nós tivemos sorte, muitos casais não têm essa mesma sorte de encontrar uma professora que tenha empatia (ALINE CRISTINA).

Eu acho que as professoras estão gostando muito da gente (risos). Mas é porque elas veem o seguinte, nós duas estamos igualmente engajadas na educação da Lazúli. Então assim, a gente é por uma questão da adoção também a gente não deixa a professora passar a mão na cabeça dela. Então a gente tá na escola tipo, toda semana, entendeu? A gente fala com a professora, a gente manda bilhete para a professora, a gente vai para a reunião, quando outra professora pergunta quem que é a mãe da Lazúli e a gente levanta as mãos juntas, todo mundo olha e a gente fica com aquela cara assim (risos) (BELLA).

E, ainda que a escola continue a reproduzir esses padrões hegemônicos, as professoras demonstraram estar atentas às demandas familiares das crianças, como podemos analisar nas falas da Aline Cristina e também da Bella. As duas disseram

que se sentem valorizadas pelas professoras pelo cuidado e atenção com os bilhetes, comparecimento nas reuniões, atenção aos chamados das professoras. É possível perceber que existe incentivo por parte dessas professoras na participação das famílias, e em contrapartida, as mães se sentem bem-vindas ao ambiente escolar. Analisamos que essa experiência positiva, que relatam as mães sobre a atenção das professoras para com suas famílias, é uma resposta, uma contrapalavra que provoca sentidos no cotidiano escolar. As palavras evocam respostas capazes de transformar comportamentos pré-determinados em uma lógica centrada na heterossexualidade presumida em possibilidades de existências que não cabem na teorização desses conceitos. As palavras, e também, a ausência delas, podem construir sentidos e ao mesmo tempo, denotar sem-sentido certos dogmas existentes (re)produzidos socialmente, em especial nos contextos escolares.

Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente 'raciocinar' ou 'calcular' ou 'argumentar', como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso (LARROSA, 2002, p. 21).

Em educação, tanto a palavra escrita quanto a falada, possuem um significado genuíno, porque uma das funções primárias da escola é a práxis reflexiva, ou seja, a experiência repleta de sentidos. Com a linguagem, denominamos quem somos, o que queremos, o que fazemos, o que sentimos e o que percebemos. Quando as professoras falam sobre as famílias das crianças estão dando um lugar a essas mães dentro da experiência cotidiana da escola, por isso, chamamos a atenção para o fato da relevância da formação docente para o atendimento às diversidades existentes na escola. A formação continuada para professoras/es a respeito das relações de gênero e sexualidade continuam centrais para o atendimento às famílias que fogem da formação nuclear. Não foi objetivo desta tese saber se as professoras que aparecem nos relatos das mães possuem formação docente na área dos estudos de gênero e

sexualidades, porém, concordamos que esse é um ponto chave a ser ainda mais discutido e elencando nos trabalhos sobre formação docente no Brasil.

Outra observação que foi possível analisarmos sobre o acolhimento por parte da escola e que apareceu nas narrativas das interlocutoras é a diferença encontrada na escola pública e na privada. Das 10 crianças¹⁶⁹, oito são de escolas privadas e duas de escolas públicas, sendo essas duas, que trouxeram uma participação mais efetiva da escola para com suas famílias. Perguntei para as interlocutoras se elas já passaram alguma dificuldade com a escola ou as crianças, por conta da orientação sexual delas e as respostas das mães que possuem as crianças na escola pública foi:

A gente foi muito bem recebida [na escola] e eu acho também que a gente teve uma postura com a educação da Lazúli eu acho que isso é muito forte e acho que isso facilitou até o nosso contato. Então assim, **a diretora me vê na rua e me para pra falar comigo. A professora vê a gente de longe e dá tchau** então eu acho que assim, elas ficaram mais aliviadas de ter alguém que se preocupou com a educação do que mais um aluno que vai chegar lá e elas vão mandar bilhete e não vai resolver nada. Então assim, eu acho que elas gostaram bastante inclusive da gente (BELL).

Não. Mas foi legal no dia das mães. Ou toda vez que tem alguma coisa para alguém que gosta, ela sempre traz para duas! E lá no início ela falava quando era presente do dia das mães, ela falava eu preciso de dois presentes, porque eu tenho duas mães. E agora não precisa falar mais, a própria professora já sabe. É um reconhecimento, é um orgulho, é importante! Inclusive quando ela chegou falando que a professora estava explicando sobre as famílias. Nós acreditamos que boa parte do que ela falou é porque a Esmeralda está ali. Graças a Deus nunca tivemos nenhum problema por causa da nossa orientação sexual (ALINE CRISTINA).

É possível notar que apesar das dificuldades encontradas no que se refere à visibilidade das maternidades LésBi presentes na escola, essas duas famílias notam que há uma abertura para o diálogo, para a inclusão das crianças que possuem duas mães. Em relação à ficha de matrícula, Aline Cristina disse que: “A ficha de matrícula tem os nomes de nós duas; mãe um e mãe dois. O pessoal da matrícula fez a ficha com mãe um e mãe dois. A ficha não tem nome do pai, nada dele”. Esses aspectos apontados nas falas das mães demonstram que essas duas escolas estão atentas para essas crianças e para quem são suas famílias. A família e a escola são duas

¹⁶⁹ Neste número contemplamos Chicão que frequentou somente escola privada durante sua infância.

instituições com maior relevância para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. E mesmo que as atribuições sejam distintas entre essas instituições, a família e a escola, essa relação deve ser pautada na colaboração entre ambas. De acordo com a professora Silvia Helena Vieira Cruz¹⁷⁰ (2016, p. 18), “[...] na educação das crianças, incluindo os bebês, a interação com as famílias tem se tornado muito presente e, nos últimos anos, passou a receber atenção como um tema importante da prática pedagógica”. Por isso, as mães relatam que a escola ainda necessita repensar suas práticas pedagógicas no que se refere às famílias das crianças, por exemplo, as questões relacionadas à classe, raça, gênero e sexualidades. Natália percebe que esses temas não são abordados como deveriam e que espera que a escola possa ser um espaço de felicidade para a filha:

Questão racial, para mim, é o que mais pega. É o que fica mais evidente, porque a maior parte das crianças da escola é branca. E também não tem nos livros que eles indicam nenhuma criança negra. Dos 15 livros indicados nenhuma criança negra. Numa reunião que teve de um projeto de comer frutas, beber suco, eles falaram: ‘nós falamos com as meninas para elas comerem bastante frutas para o cabelo crescer e ficar igual de princesa’. **Um monte de besteira numa frase só: princesa, menina, cabelo. O cabelo da Rubi é crespo.** Eu não acho que é direcionado de uma criança de um jeito e de outra não, é impresso em tudo. O que ela a vê já expressa. Eu ainda fico pensando que as coisas estão mudando. Que as coisas hoje são melhores do que já **foi e espero sinceramente que a Rubi tenha uma experiência escolar feliz.** Eu sei que ela pode enfrentar muitas coisas. Até porque pra Rubi é muita coisa: negra, filha adotiva de duas mães, tem deficiência. **Ela tem um monte de coisas para lidar. Ainda assim eu espero que a escola seja um espaço de crescimento e felicidade para ela.** (Natália)

Nessa fala, ficam nítidas as marcações que a escola pode ou não fazer na vida das crianças, sobretudo em relação aos temas presentes ou inexistentes nos currículos escolares. Larrosa (2002, p. 21) diz que existe uma luta não só pelas palavras, mas principalmente, pelo controle, pelos significados e “[...] pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras”. O que se diz, como diz e o que não é dito no ambiente escolar a respeito das diferentes

¹⁷⁰ Silvia Helena Vieira Cruz possui graduação em Psicologia, mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano e também doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. É professora titular da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Infantil.

conjugações familiares, são mais do que meramente palavras, são escolhas e escolhas são *atos*, ações. Por essa razão, as escolas possuem condições de fazer a mediação entre as aprendizagens, o conhecimento elaborado e a vida vivida pelas/os alunas/os no cotidiano escolar.

4.3 SER MÃE E AO MESMO TEMPO SER LÉSBICA E BISSEXUAL ROMPE COM O MODELO DE FAMÍLIA PADRÃO?: MATERNIDADES LÉSBICAS E BISSEXUAIS EM PERSPECTIVA FEMINISTA

As relações de poder se organizam na figura centralizada do “pai”, o que inicia na vida privada e se estende linearmente até a vida pública, organizando tanto no aspecto social quanto no aspecto cultural a vida das mulheres sob o exercício da maternidade, e a quem ela é endereçada com maior peso e comprometimento. A construção social e cultural da maternidade é, portanto, uma questão centralizada no gênero e produzida como dispositivo intocável do poder sexual dos homens sobre o corpo das mulheres. A socióloga Raewyn Connell¹⁷¹ (2016) afirma a necessidade de pensar a categoria “gênero” e suas significações em termos globais, para compreendermos como do Norte ao Sul, “[...] o imperialismo global não deixou nenhuma cultura intacta, nem mesmo a própria cultura imperialista” (CONNEL, 2016, p. 25).

A Escola Anglo-Americana, que baseia seus estudos na “Teoria do Objeto”, possui como representante dessa abordagem, a psicanalista Nancy Chodorow¹⁷² (1990). A autora argumenta que as mulheres são as responsáveis pela maternação na maioria das sociedades, o que equivale dizer que as mulheres são responsáveis

¹⁷¹ Raewyn Connell é professora emérita na Universidade de Sydney, Austrália. É pesquisadora, socióloga nos campos de estudo em gênero e sexualidade. Faz parte de um grupo de pesquisadora e pesquisadores que se atentam para a necessidade das pesquisas que apontam a centralidade do período colonial no desenvolvimento geopolítico das teorias sobre gênero.

¹⁷² A americana Nancy Julia Chodorow é feminista, psicanalista e professora de sociologia na Universidade da Califórnia-Berkeley. Suas contribuições no campo sociológico e da psicanálise possuem grande referência nos estudos sobre gênero, feminismos e maternidade. Entre suas publicações estão as seguintes obras: *A reprodução da Maternidade* (1978), *Feminismo e Teoria Psicanalítica* (1991), *Feminilidades, Masculinidades e Sexualidades – Freud e Além* (1994). Para esta tese, estamos utilizando como obra de referência “A reprodução da maternidade” que na tradução para o Brasil ficou: “Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher” ([1978] 1990).

diretas pelo cuidado com a criança, dedicando maior tempo aos bebês e às crianças do que os homens, especialmente no desenvolvimento dos vínculos iniciais do desenvolvimento afetivo dos bebês. Ela analisa a maternidade como um elemento universal durável da divisão sexual do trabalho, e afirma que, “Embora os pais e outros homens empreguem quantidades variáveis de tempo com bebês e filhos, o pai raramente é o primeiro responsável pela criança” (CHODOROW, 1990, p. 17), o que significa maior dedicação de tempo e, conseqüentemente, maiores atribuições para as mulheres se dedicarem ao trabalho remunerado, à formação intelectual, cultural e ao gerenciamento de emancipação e ocupação dos espaços públicos. Essa afirmação, constatada no passado e na contemporaneidade, vigorou em desvantagem para as atribuições das mulheres, especialmente às mães, em relação aos homens/pais, quer seja em suas atividades cotidianas privadas, como maior tempo de lazer, quer seja nas atividades públicas.

Nancy Chodorow (1990) compreende que ainda que as mães biológicas não se dediquem aos cuidados iniciais com as crianças, outras mulheres, e não homens, se ocuparão dessa função primária e significativa do lugar da “mãe”. Às mulheres de diferentes classes, raças e idades, forçosamente ou por meio de salários, é atribuída a função do cuidado, atividade predominantemente destinada às mulheres. Ainda com transformações sociais no mercado de trabalho, “as mulheres sempre cuidaram de crianças, em geral como mães em famílias e às vezes como trabalhadoras em centros de assistência à infância, como domésticas pagas ou como escravas” (CHODOROW, 1990, p. 17).

A existência de uma conexão socialmente construída entre a capacidade socialmente biológica das mulheres em reproduzir e amamentar, atrelada à sua responsabilidade pelos cuidados com as crianças, prolonga, desta forma, esse cuidado “maternal” na infância, tornando a maternação uma evidência na vida das mulheres. Como consequência, as desigualdades na responsabilização pelos cuidados com as/os filhas/os são uma questão normatizada e gerenciada pelos poderes do estado e da igreja.

Ser mãe, portanto, não é só dar à luz um filho – é ser uma pessoa que socializa e cuida. É ser o principal responsável ou cuidador. Então perguntamos: por que mães mulheres? Por que o homem não pode desempenhar sempre todas essas atividades próprias dos cuidados paternos e maternos? [...] A função materna das mulheres tem profundos efeitos nas suas vidas, na ideologia sobre elas, na

reprodução da masculinidade e desigualdade dos sexos, **e na reprodução de determinadas formas de trabalho**. As mulheres como mães são agentes decisivos na esfera da reprodução social (CHODOROW, 1990, p. 28, grifo nosso).

Analisar a construção social da maternidade como um dos elementos universais duráveis da divisão sexual do trabalho é dar-se a compreender a reprodução histórica das assimetrias e desigualdades nas relações de gênero, que pode ser configurada pelas práticas sociais. Joan Scott (1989), define gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos masculino e feminino, operando de forma primeira na significação das relações de poder. A relação existente entre as modalidades intrínsecas que relacionam gênero e poder não se dá de maneiras explícitas, porém, coexistem e formam a dimensão que define a organização antagônica entre igualdade e desigualdade cuja “[...] estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino” (SCOTT, 1989, p. 27).

A maternidade é vista como um fator naturalizado para as mulheres, uma diferença baseada no binarismo biológico dos sexos e também de raça, para legitimar a opressão e desigualdades entre mulheres e homens. Chodorow (1990) afirma que necessitamos questionar constantemente todos os pressupostos que utilizam argumentos baseados nas diferenças morfológicas nos corpos das mulheres e dos homens que influenciam nas nossas experiências tanto físicas quanto sociais “[...] de acordo com os quais são atribuídos os papéis das pessoas na divisão do trabalho por sexos e sua admissão num mundo diferenciado por gêneros” (CHODOROW, 1990, p. 31). O pressuposto do que parece ser universal é também da ordem do instinto e aquilo que é instintual ou que apresenta elementos desta natureza, tem caráter inevitável e imutável, por exemplo, a amamentação e o amor maternal como sendo ações intrínsecas a todas as mulheres.

As sociólogas Françoise Collin¹⁷³ e Françoise Laborie¹⁷⁴ (2009), no texto sobre a história social da maternidade, na obra “Dicionário Crítico do feminismo” (COLLIN; LABORIE, 2009), situam que diferentes trabalhos sobre a maternidade e a história da criança têm nos auxiliado a compreender, desde da década de 1970, a história social da maternidade e dos valores dominantes perpetrados pela dualidade nos papéis de mulheres e homens sobre as responsabilidades para com as crianças.

Ao ressituar a história para abarcarmos como os comportamentos em relação à maternidade foram gestados socialmente, conseguimos constatar o “nó” desigual destinado às mulheres. O estatuto atribuído à maternidade constitui num tensionamento “[...] que atravessa a história dos movimentos feministas, mas também a de numerosas mulheres, que se encontram diante de contradições frequentemente insuperáveis” (COLLIN; LABORIE, 2009, p. 133). As autoras explicam que a constituição da maternidade tem valoração específica, pois envolve o poder de gerar a vida e, assim, estabelece a tensão e a contradição, as quais já mencionamos anteriormente, entre exigir direitos políticos e direitos sociais, uma vez que a maternidade é uma das fortes fontes de opressão destinadas às mulheres.

A maternidade constitui, ao mesmo tempo, uma especificidade valorizada – o poder de gerar a vida –, uma função social em nome da qual reivindica direitos políticos ou direitos sociais, e uma das fontes da opressão. Operadora de divisões, ela estrutura as oposições teóricas das feministas (COLLIN; LABORIE, 2009, p. 133).

As pesquisadoras assinalam que a história da maternidade é parte de uma construção social e que, a partir do século XVIII, tanto a aristocracia quanto a burguesia utilizaram as “amas de leite”, delegando a elas, o ofício do cuidado para com as crianças. Ao realizarem este movimento de dar visibilidade à transposição dos cuidados iniciais com a maternidade, possibilitaram as pistas necessárias para repensarmos o amor materno como gratuito, voluntário e inato às mulheres. Com isso “[...] o fenômeno se generalizou, no século XVIII a todas as camadas sociais urbanas”

¹⁷³ Françoise Collin é filósofa, professora em diversas instituições universitárias, em Bruxelas e Paris. Fundadora e redatora da revista *Les Cahiers du GRIF* (1973-1996) e participante do comitê científico do *Cahiers du Genre* e do conselho internacional de *Recherches féministes* na Universidade do Québec.

¹⁷⁴ Françoise Laborie é socióloga e foi membro do *Genre et Rapport Sociaux* (GERS). Suas pesquisas abordam “os desafios sociais ligados ao desenvolvimento das tecnologias da reprodução humana” e “técnicas e gênero”.

(COLLIN; LABORIE, 2009, p. 133). É exatamente neste ponto que autoras assinalaram que existe um conflito entre os trabalhos de Catherine Fouquet e Yvonne Knibielher (1977) e a filósofa Elizabeth Badinter (1985). O conflito apontando se dá em relação ao estatuto do amor materno. Fouquet e Knibielher (1977) alegam que a entrega das crianças para as amas de leite teve relação com a classe a que pertenciam essas mulheres, o que não significaria, necessariamente, desinteresse ou falta de amor materno.

Elizabeth Badinter (1985), no entanto, observa que se por um lado é possível admitir que a entrega da criança à ama de leite seja “uma prova de amor” para algumas mães, o mesmo não poderia ser aplicado para todas elas. Nesta época o alto índice de mortalidade infantil acontecia justamente com as crianças que estavam sob os cuidados das amas, e dizer que este fato era desconhecido por essas mães, seria um tanto quanto ingênuo, pois a maioria dessas mulheres residia nas mesmas cidades. Alegar que não sabiam das mortes infantis era o mesmo que anular a experiência dessas mulheres ou das mulheres mais próximas. A filósofa nos conta que ao admitirem os serviços de outras mulheres para cuidar de suas/seus filhas/os e aceitar o fato de se separem por um longo período (em torno de 4 a 5 anos), teriam essas mães, outras explicações.

Dizer que as mães não sabiam, dizer que os costumes eram outros e que todas acreditavam agir no melhor interesse da criança, não será querer eximi-las a qualquer preço de um ‘pecado’ insuportável: o desinteresse pelo filho? Ora, todo o problema resume-se nisso. Aos olhos de muitos, não amar um filho é o crime inexplicável. E quem procura mostrar que esse amor não é indefectível é imediatamente suspeito de ser um insensato, ou um acusador injusto das mulheres do passado, ou ainda de interpretar propósitos e comportamentos em função de valores atuais. Numa palavra, de não fazer caso do rigor científico que proibiria inferir, com base em comportamentos, a existência ou a inexistência de um sentimento. É, porém, reveladora a constatação de que se é **proibido inferir a ausência de amor materno em tal ou qual caso, em compensação não é proibido postular-se implicitamente a existência e a constância desse mesmo amor** (BADINTER, 1985, p. 12, grifo nosso).

Desta forma, a partir da metade do século XVIII, importante mudança ideológica expressada por Rousseau e reproduzida até nos dias de hoje, tornou-se lema de um novo tipo de mulher: a boa mãe! Embutido neste ideário da mulher ser boa mãe, o surgimento de um novo valor, o amor materno. No final do século XIX, as feministas

na Europa buscaram garantir “[...] bem-estar e proteção social às mães, e o reconhecimento da maternidade como uma função social que o Estado deve proteger” (COLLIN; LABORIE, 2009, p. 134). Com o papel das mulheres centrado nos cuidados com as/os filhas/os e o dos homens no espaço privado, implicou trabalho e dedicação relacional e pessoal, ou seja, o exercício da atividade maternal.

Desta forma, nos Estados Unidos com o início do período capitalista e da industrialização, a idealização da figura materna tida como “mãe moral” (CHODOROW, 1990), centralizava nas mulheres burguesas, as características ideais da boa mãe. Definidas pelo argumento do sexismo biológico que cria a cultura de que as mulheres são por natureza educadoras, cuidadoras, sensíveis e, conseqüentemente, modelos morais para suas filhas, filhos e maridos. O atributo universal da mãe moral foi difundido através da sociedade ocidental, regimentando o significado da família nuclear para as mulheres de todas as classes, passando a ser responsáveis pela alimentação, apoio aos maridos e manutenção da casa (CHODOROW, 1990).

Apesar de diferentes posicionamentos entre as feministas, o argumento da maternidade como valor foi amplamente utilizado para a obtenção de novos direitos. Na França, o movimento feminista denominado “maternalista” foi “[...] fundado na ideia de que a atividade materna e o trabalho doméstico são um verdadeiro trabalho que merece ser subvencionado pelo Estado” (COLLIN; LABORIE, 2009, p. 134). As autoras pontuam que, se por um lado a reivindicação de um Estado-mãe (1885-1910) serviria de auxílio e proteção para as crianças, por outro, na mesma época as francesas reivindicavam o celibato, o amor livre e a escolha livre da maternidade. Após a Primeira Guerra Mundial (1918) as feministas esperavam obter o direito ao voto, em recompensa aos bons serviços prestados durante o conflito. O que não aconteceu, como podemos atentar nas palavras das autoras:

Entre as duas guerras mundiais, o retorno das mães ao lar e a estigmatização daquelas que trabalham tornam-se objeto de campanhas visando a promoção de uma política natalista (Sohn *in* Duby e Perrot, 1992). As feministas recusam que, em nome da maternidade, as mulheres sejam impedidas de trabalhar, quando representam 36% da população ativa, e das quais dois terços têm família para sustentar, todavia, em 1920 e 1923, a adoção de leis contra a propaganda anticoncepcional e o aborto provocado não acarreta, salvo exceções notáveis aquelas que lutavam pela livre maternidade, senão poucas críticas da parte das feministas. Na

década de 1930, diversas iniciativas, como reconhecimento oficial da jornada das mães, a criação de instituições (Alto Comitê da População, em que nenhuma feminista foi convidada a participar e que esteve na origem do Código da Família), a aprovação de leis (criação de licença-maternidade, de abonos familiares e do salário único), reforçam a política natalista do Estado [...] (COLLIN; LABORIE, 2009, p. 135).

A maternidade tornou-se então, a partir da Segunda Guerra Mundial, o único destino possível para as mulheres, que para gerenciar essa “glorificação” da maternidade, tiveram o espaço privado do lar como lugar possível de permanência e atuação. Badinter na obra “O conflito: a mulher e a mãe” (2011), elege também o período do pós-guerra como especialmente válido para a maternidade ser recolocada em discussão, assim como suas relações com os homens. No início da década de 1970, com a crise econômica incidindo sobre o trabalho público e as mulheres sem visibilidade no status social, e muito menos, com independência financeira, estas voltam a ocupar-se do lar e dos cuidados com as crianças. Com o contexto de crise material e econômica, a naturalização da “essência e instinto materno” ganham força como papel exclusivo das mulheres.

Portanto, surgem três novas manifestações distintas nesse período: a ecologia, as ciências do comportamento e o feminismo essencialista. Esses discursos se alinham na produção e convocação do “retorno à natureza” das mulheres, conclamando que, enquanto mamíferas e sob o peso da biologização, as mães seriam responsáveis por, não apenas, nutrir suas crias de alimento (leite) mas, principalmente, dos cuidados com a saúde desde as primeiras horas de vida da criança.

O pós-guerra foi marcado por trinta anos de um culturalismo triunfante. Ele chegou mesmo a encontrar, em certos países da Europa, o reforço de uma ideologia marxista combativa. A época era de voluntarismo e de desejo de libertação dos determinismos naturais e sociais. Assim como Descartes em seu tempo, esperava-se que o homem se tornasse ‘senhor e dono da natureza’, bem como de seu destino. Acreditava-se no progresso infinito das ciências e das técnicas, que deveria nos trazer liberdade e bem-estar, em lugar da felicidade, como no século XVIII. Em resumo, estávamos em uma época conquistadora durante a qual as mulheres aproveitaram para questionar sua situação, identidade e relações com os homens (BADINTER, 2011, p. 41).

O movimento feminista de liberação das mulheres nessa década empenhava-se em buscar mudanças necessárias para reivindicar a maternidade não desejada. A contracepção oral a partir de 1967 concede às mulheres a possibilidade de controlar a gravidez e isso significava autonomia em escolher ter um bebê ou não. Entretanto, Françoise Collin e Françoise Laborie (2009, p. 135, grifo nosso) descrevem que a principal bandeira de luta do movimento feminista pós 1968 era:

[...] **'teremos as crianças que quisermos, se quisermos'** e **'Nosso corpo nos pertence'** – testemunham a vontade coletiva de que a maternidade dependia da liberdade de decisão da mulher. Contudo, a legalização do aborto não resolve o problema daquelas que, tendo ou desejando filhos, recusam a contradição entre sua vontade de autonomia e seu desejo de assumir a maternidade no sentido escolhido por elas [...].

As pesquisadoras afirmam que mesmo com os modernos métodos de contracepção, a autonomia e o desejo por decidir pela maternidade ainda estavam atrelados ao acesso a essa contracepção, o que instalou, desde então, um novo regime de maternidade. Compreendemos que, a partir da década de 1970, a luta do movimento feminista, para além da legalização do aborto, consiste em recusar a definição das mulheres apenas pela ótica da maternidade. Esta concepção sociológica da maternidade, centrada na responsabilização das mulheres pela reprodução, é ainda fator atual de discussões amplas em que o Estado e a Igreja denotam o gerenciamento e a criminalização das mulheres em relação ao aborto. Na Argentina, as “[...] convicções religiosas se impuseram ao direito das mulheres de decidir sobre seu próprio corpo [...] apesar do fato de que a cada minuto e meio uma mulher aborta no país” (CENTENERA; MOLINA, 2018, p. 1). No ano passado, em 11 de dezembro de 2020, a Argentina aprovou a legalização do aborto nas primeiras 14 semanas de gestação.

No Brasil, a campanha “Nem presa, nem morta”, organizada por diferentes coletivos feministas, contou com o apoio de mulheres autônomas e intelectuais, que se reuniram e uniram forças para a ampliação do debate sobre a descriminalização do aborto até a 12ª semana. O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou audiências públicas no mês de agosto de 2018 para que representantes da sociedade se manifestassem. As audiências públicas sobre a descriminalização do aborto no Brasil são parte de ação protocolada no STF. Atualmente no país, o aborto é permitido em

apenas três situações: quando a gravidez apresenta risco de morte materna; em caso de gravidez decorrente de estupro; e, por fim, quando o feto é anencefálico. A antropóloga e pesquisadora Débora Diniz¹⁷⁵ afirma que o STF precisa julgar a descriminalização do aborto por se tratar do código penal que é anterior à Constituição brasileira de 1998, sendo que uma “[...] das funções da suprema corte, diz ela, é fazer a revisão constitucional de práticas legislativas que ferem os direitos fundamentais” (SCORCE, 2018, p. 1).

Simone Beauvoir¹⁷⁶, em 1949, ano da primeira publicação da obra “O segundo sexo”, já considerava o aborto um “crime de classe”, referindo-se ao termo “crime” para o que acontecia com as mulheres operárias e camponesas. Geralmente as práticas anticoncepcionais eram muito mais divulgadas entre a burguesia. Segundo dados estatísticos da época, dois terços das mulheres que abortavam na França eram casadas.

[...] há na França anualmente número igual de abortos e de nascimentos. É um fenômeno tão expandido que cumpre considerá-lo como um dos riscos normalmente implicados na condição feminina. O código obstina-se, entretanto, a fazer dele um delito: exige que essa operação delicada seja executada clandestinamente. Nada mais absurdo do que os argumentos invocados contra a legislação do aborto (BEAUVOIR, 2009, p. 646).

Beauvoir (2009, p. 649) analisa que a mesma mulher tida como pecaminosa, de traços desprezíveis para a sociedade cristã porque havia abortado, era também a mãe boa, responsável e magnífica, “que embala nos braços dois anjos louros: a mesma mulher”. Essa contradição entre a mãe boa e a mãe má descrita por Beauvoir, penaliza em maior severidade as mulheres que estão sujeitas a recorrerem a métodos clandestinos, muitas vezes com conselhos e instrumentos usados por outras mulheres, multiplicando os perigos e aumentando os riscos de vida para essas mulheres. Além da intensa dor física, o sentimento de angústia e de abjeção. Essa contrariedade também pode ser percebida nas falas das interlocutoras. Questionadas,

¹⁷⁵ Débora Diniz é docente da Universidade de Brasília e pesquisadora da Anis – Instituto de Bioética. Membro do *Advisory Committee do Global Doctors for Choice/Brasil*. Uma das pesquisadoras mais importantes sobre o aborto no Brasil.

¹⁷⁶ A feminista francesa Simone de Beauvoir é uma das mais representativas escritoras e ativista política do feminismo e teoria social francesa. Uma de suas obras mais estudadas e referenciadas em todo mundo é “O segundo sexo”, lançada originalmente em 1949 no período pós-guerra.

se ser mãe, e ao mesmo tempo, lésbica e bissexual romperia com o modelo de família padrão elas responderam de forma contraditória:

Rompe, porque é uma configuração familiar nova, como outras configurações existentes. Mas se você parar para analisar, a nossa família, por exemplo, independente da sexualidade, pessoa A, com pessoa B com uma filha C de três anos, renda, casa, estilo de vida, a gente praticamente é a família tradicional mineira! É uma família como qualquer outra. Não tem nada de diferente, não sobrou e não faltou nada na nossa vida que nos fez chegar até aqui. A gente chegou até aqui porque a gente é como qualquer outra pessoa. Não é por alguma coisa que faltou ou sobrou na nossa formação que definiu a nossa sexualidade (RAPHA).

Eu penso diferente. Eu não consigo conceber o conceito de família tradicional, família normal. Eu sou filha de pais separados. Quando eles se separaram eu tinha três anos e eu já morei com a minha mãe, minha mãe teve que dividir o apartamento com uma outra amiga. Eu já morei com a minha avó, porque a minha mãe precisou mudar de cidade, pra estudar. Já morei com a minha mãe e o meu padrasto, também já morei com minha mãe, meu padrasto e meu irmão, morei com a Raphaela e com a Raphaela e a minha filha. Eu tive diversas configurações de lar, de pessoas dentro de casa e eu nunca senti como se eu não tivesse dentro de uma família. Eu tinha o meu pai, que morava em outra cidade e eu passava as férias na casa da minha tia. Eu via meu pai sempre enfim, eu nunca achei que eu não tivesse uma família tradicional. Eu sempre tive uma família. Para mim, família é família! Não importa as pessoas que estejam dentro de casa. Família padrão é uma família que esteja dentro de casa, pelo menos foi a minha experiência. Se bem que não. Pois meu pai é minha família e não morava dentro de casa. Mas é onde tem amor e os adultos cuidam das crianças, se sintam seguras com as suas necessidades atendidas. Quando eu estudava num colégio no interior de São Paulo de pessoas conservadoras, eu conseguia entender que eles consideravam a minha família diferente, porque o meu padrasto é japonês e eu não tenho nenhum traço oriental. Ele tinha um cabelo muito comprido e ia me buscar na escola e as pessoas viam que ele não era meu pai, às vezes perguntavam quem ele era e eu falava que era o namorado da minha mãe. Eu cresci sem uma família 'padrão', mas que no final das contas era uma família padrão. Falar para mim que eu não tenho uma família padrão, é surreal. Família não padrão é onde há traição, brigas (CAMILA).

Total. Muito eu acho que vai dos papéis do que é ser mãe acho que vai disso. Acho que rompe completamente porque não tem como manter esse padrão até porque, por exemplo, eu não sei ser pai eu sei ser mãe. E o que eu conheço de paternidade e maternidade eu não queria ser igual o meu pai. Não que meu pai tenha sido um pai ruim, mas meu pai era do tipo assim: 'vai lá então com a sua mãe!'. E eu vejo muito isso hoje assim, e isso é muito engraçado porque se você para 5 minutos para refletir se vê como que isso é forte assim. Às vezes a Lazúli está brincando e ela pede assim: 'cadê a Mel?' e eu falo: 'fala comigo!' e ela pede a Mel e eu percebo que é como quando

eu era criança que quando eu pedia a mãe, tinha que ser a mãe. Isso às vezes aparece assim, só que na conjuntura geral é assim. É que ela sabe que eu vou pegar no pé dela, entendeu? Porque eu sou mais chata que a Mel para essas coisas (BELLA).

Eu acho até que a gente tenta não sair do padrão. A gente menos mas a gente conhece outros casais que tentam manter esse padrão né, de hétero que é o masculino e o feminino o tal papai e mamãe e meio que se escondem né nesses papéis assim. É mais no fundo no fundo não dá para você ser igual porque não é. Não tem como a gente ter um modelo de família homoafetiva igual as pessoas hétero. Não tem como porque simplesmente não há esse papel definido porque mesmo que mais masculina que a mulher seja ela é mulher. A não ser que seja uma pessoa trans e aí estamos entrando em outra situação. É o tipo de relação que a gente constrói mesmo e eu acho mesmo assim que o que a gente conhece como pai e mãe hétero né, como pais héteros, a gente tem uma visão muito machista do que é ser pai e muito machista do que é ser mãe também. Lá em casa, por exemplo, meus pais são artistas e mexeram com arte o tempo todo. Lá na minha casa viado e sapatão eram mato e aí quando eu me assumi foi um caos. Entende que não é porque, você que olha de fora fala assim, nossa eles são super liberais. São porcaria nenhuma! São com os filhos dos outros. E aí as pessoas falam: 'O seu pai é um super pai, eu queria ter um pai como o seu'. Não! O meu pai tem os mesmos defeitos que o seu meu querido, o mesmo. Porque ele foi criado da mesma forma que o seu (MEL).

Em seu artigo “Maternidade e Feminismo: diálogos com as ciências sociais” (2001), a professora e pesquisadora Lucila Scavone¹⁷⁷ considera que a obra de Simone de Beauvoir foi decisiva para provocar o questionamento da maternidade como função social das mães. Para Scavone (2001) a obra de Beauvoir deslocou o determinismo biológico da maternidade, que passou a ser percebida não como designo “natural” para as mulheres, mas a partir de uma construção social do ideário da maternidade, que centraliza o lugar das mulheres nas esferas da família e da sociedade, ocasionando e fortalecendo o sistema de opressão x dominação de um sexo sobre o outro. Assim, a contrariedade encontrada nas vozes das mães sobre suas famílias romperem, ou não, com a família nuclear, demonstra que a maternidade pode ser percebida e experimentada de diversos modos a partir das experiências

¹⁷⁷ Lucila Scavone possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Sociologia Política e Antropologia da A L - Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 e doutorado em Curso das Sociedades Latino Americanas - Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3. Professora titular e livre-docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia das Relações de Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: Gênero, Feminismos, Sexualidades e Maternidade.

vividas por cada uma das mães. Ao passo que algumas dizem que rompem porque se trata de uma família que não possui a figura do pai como central, outras mães alegam que seus afazeres, responsabilidades diárias para com as crianças e a família não difere das outras famílias denominadas nucleares. A crítica feminista considerou que a experiência da maternidade é um elemento fundamental para explicarmos os sistemas de dominação de um gênero sobre outro, pois “[...] o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – determinava a ausência das mulheres no espaço público” (SCAVONE, 2001, p. 138-139).

Atualmente, as mulheres ocupam os espaços públicos e reivindicam ao mesmo tempo, o direito à maternidade e o exercício de sua sexualidade. Scavone (2001), descreve que o conceito de maternidade foi dividido em três momentos na história do feminismo: um primeiro momento em que ser mãe seria ao mesmo tempo aceitar a submissão que confinaria as mulheres a uma ideia de “bio-classe” (SCAVONE, 2001, p. 139), sendo a recusa a um caminho para a emancipação feminina. O segundo momento em que a maternidade “[...] passa a ser considerada como um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam” (SCAVONE, 2001, p. 140). E, por último, um terceiro momento, que compreende que o que determina a posição de opressão vivenciada pelas mulheres, não se dá no fator biológico da maternidade, mas sim, “[...] as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade” (SCAVONE, 2001, p. 141).

A definição teórica pela qual passou e passa a maternidade é resultado das construções sociais e não biológicas. A maternidade é composta de contradições, transformações e também conservações. Para Scavone (2001), a maternidade revela que o sistema de dominação dos homens sobre as mulheres só pode ser analisado mediante o entendimento das construções sociais. Nas palavras da autora,

[...] a reflexão feminista muito contribuiu para a compreensão do fenômeno social da maternidade dentro ou fora da família, ultrapassando – mediante a utilização do conceito de gênero – as interpretações sociológicas que, a partir das décadas de 1960 e 1970, buscavam a origem das diferenças sociais entre os sexos na linha bio-determinista. Ou, ainda, àquelas que, a exemplo da ‘teoria dos papéis’ parsoniana, atribuíam à mulher um **papel expressivo** dentro da família (pois ela exprimiria melhor a vida afetiva da mesma) e ao homem um **papel instrumental** (de ligação à sociedade e de provedor dos bens da família), possibilitando-nos pensar a maternidade como

parte deste papel, o que contribuiria para o **funcionamento do sistema social** (SCAVONE, 2001, p. 142, grifo da autora).

Compreender as relações de gênero a partir da perspectiva feminista, concedeu às mulheres a adoção da maternidade por diferentes prismas, como o ideal da efetivação feminina que possui na experiência materna seu símbolo de poder, mas ao mesmo tempo, possibilitou compreender de que forma as opressões acontecem a partir da maternidade. Tais significados são estruturados de acordo com os acionamentos sociais que ocorrem cotidianamente na vida das mulheres que são mães, por exemplo, a exigência da educação escolar na presença e figura da mãe na educação das/os filhas/os, o apelo da bancada parlamentar cristã pelo “estatuto da família”. Porém, estado, igreja e escola, requerem e evidenciam um tipo modelo de mãe: heterossexual, casada e com dedicação total à prole. Portanto, se existe, por um lado, o “apelo” para a figura da mãe, por outro existe opressão dessa figura. Maternidades que são acionadas dependendo dos momentos em que estas significações forem solicitadas. Natália expõe que as diferenças entre as mães lésbicas e as mães que são heterossexuais estão atreladas para além da escola, em uma sociedade que é fixada no padrão heteronormativo.

Eu acho que a gente enfrenta desafios que as mães hétero não enfrentam. A gente tem que lidar com questões do dia pela vida inteira. Que as mães hétero talvez nem pensam que existam essas questões. Mas aí não é a maternidade. É a relação da gente com o resto do mundo e de como a gente vai fortalecer nossa criança para lidar com tudo isso e como protegê-la ou dar as armas para ela poder se proteger. A gente tem que comprar umas brigas, mas eu acho que a questão não é a maternidade, mas tudo o que está nesse em torno (NATÁLIA).

Ainda de acordo com a Natália, a presença das maternidades lésbicas e bissexuais na escola rompem com o modelo da família padrão, porque colocam em xeque, a família centralizada na figura do homem:

Rompe sim. Primeiro pela ausência da figura do homem na centralidade das relações. Por exemplo, a Rubi tem duas mães, ela fala que tem duas mães, ela fala que gosta de ter duas mães, quando saímos as três juntas ela abraça as duas. Mas quando é para ela fazer um desenho de uma família, ela fala mamãe, papai e filhinho. Aí a gente conversa: ‘mas e a sua família? Ah eu tenho duas mães!’ Aí a gente fala: ‘desenhe a sua família’ ela desenha duas mães e ela. Mas

se falar família, ela vai direto desenhar pai, mãe e filho! Acho que é muito da escola, mas não só da escola. Ela vê o resto da família que é composta por casais. Mas eu acho que é mais a escola. Ela vê aqueles casais hétero. Não sei onde a Rubi incorporou esse padrão de família. Fico em dúvida se foi na extensão da família ou se foi no colégio. Por exemplo: os livros didáticos, nenhum deles tem a discussão sobre raça e nem sobre sexualidade. Pois há tanta coisa boa produzida para esta idade. É sempre aquelas mesmas coisas, padrão! A gente mostra em casa, a biblioteca infantil do sindicato que é maravilhosa. Ela não questiona, porque ela naturaliza o seu próprio modelo familiar. Mas de alguma forma quando ela é perguntada sobre família, ela vai direto no pai, mãe e filho. Não sei quando se deu isso e como! Tem dois meses que ela me disse que queria conhecer outra criança que tem duas mães e eu fiquei até assustada, porque eu não pensei que ela já tivesse essa elaboração toda.

A figura da mulher-mãe é concebida socialmente como parte integralizadora da organização familiar e como símbolo construído histórica e culturalmente diante de uma política institucionalizada, que é a família nuclear. O advento das NTR possibilitou às mulheres maior controle sobre seus corpos, o que incidiu, diretamente, na escolha em gerar ou não filhas/os, com quem e quando. A partir da reflexão sobre as relações de gênero, a maternidade por meio das tecnologias reprodutivas e também contraceptivas passou a constituir um novo significado, ao que Lucila Scavone (2001) lembra: devemos sempre ponderar essas possibilidades para as mulheres sob a ótica da classe.

A maternidade, do ponto de vista do poder, é sempre um privilégio de classe, de gênero e raça. Ser mãe ainda é ter de se responsabilizar mais que os homens-pais, o que afeta diretamente no desenvolvimento das atividades e ocupações públicas pelas mulheres. O resultado dessa conta, fica com saldo discrepante para menos, em políticas públicas emancipatórias, condições igualitárias de cargos, carreira e salários além do exercício da diferenciação entre os gêneros, gerando variadas violências para as mulheres como, e principalmente, a não autonomia e gerenciamento de seus próprios corpos.

De seu próprio modo, “[...] além dos motivos psicológicos, socioeconômicos, que fazem as mulheres adiarem, adiantarem, aceitarem ou recusarem a maternidade, ou ainda, dos valores ideológicos e políticos que alimentam o ideal de sua realização” (SCAVONE, 2001, p. 149), o significado social da maternidade sempre estará indexado, o que significa dizer que, apesar das transformações e do imperialismo global, o exercício da maternidade compromete, significativamente, a vida das

mulheres, revelando, sem nenhuma dúvida, que a maternidade é uma categoria política integralizada do patriarcado que “[...] **ainda separa as mulheres socialmente dos homens** e pode até legitimar, em determinados contextos, a dominação masculina” (SCAVONE, 2001, p. 150, grifo nosso).

Seguindo nessa direção, na próxima seção abordaremos sobre as maternidades lésbicas e bissexuais como conceito político a partir da intersecção das lutas dos movimentos sociais. O texto colabora para identificar de que maneira a maternidade foi pautada historicamente pelos movimentos de lésbicas e bissexuais, movimento LGBT e movimento feminista.



Figura 19 – Maternidade em um sorriso

Fonte: Arquivo da autora. Fotografia do álbum de Cássia Eller e Maria Eugênia em 19/08/2018.

5 A VIDA É UM ATO: MOVIMENTOS SOCIAIS E GARANTIAS DE DIREITOS PARA AS MATERNIDADES LÉSBICAS E BISEXUAIS

Para as mulheres, a necessidade e o desejo de cuidarem umas das outras não são patológicos, mas redentores, e é nesse saber que o nosso verdadeiro poder é redescoberto. É essa conexão real que é tão temida pelo mundo patriarcal. Somente em uma estrutura patriarcal é que a maternidade é o único poder social disponível para as mulheres (LORDE, 2019, p. 136).

O Movimento Feminista a partir do século XX abriu as possibilidades para o questionamento das antigas estruturas de poder e antigos regimes que consistiam na naturalização do corpo biológico atribuído de significados e assimetrias para mulheres e homens. Há mais de meio século, a maternidade passou a ser discutida como um direito de escolha e de planejamento. O “controle de natalidade”, disponibilizado inicialmente nos Estados Unidos, em 1960, marcou o campo da reprodução, condição fundamental para as lutas feministas avançarem em garantias de direitos, tanto no âmbito privado, como na esfera pública, conferindo autonomia feminina nos meios de reprodução, o que possibilitou, o desmembramento entre o exercício da sexualidade e a procriação.

Debater a maternidade é determinante para as vidas das mulheres, sendo a maternidade fundamental a todos os feminismos, por que parte da concepção de que tudo o que antecede e sucede à maternidade, tem relação direta com o gênero. As lutas que os diferentes feminismos pautaram (pautam) transformaram em evidência as práticas de dominação e os mecanismos de assujeitamento modulados pela divisão sexual do trabalho, com desvantajosa atribuição nos cuidados com as/os filhas/os para as mulheres.

Desta forma, a presente seção tem por objetivo debater a maternidade lésbica e bissexual como conceito *político* a partir da intersecção das lutas dos movimentos sociais e da intersecção das categorias de classe, raça, gênero e sexualidade. Como assevera Lorde (2019) na epígrafe desta seção, as relações afetivas entre as mulheres pode ser uma potência de enfrentamento ao patriarcado e vale ressaltar, que essa “potência” não está restrita às mulheres lésbicas e bissexuais, mas para

todas as mulheres que reconhecem que não há hierarquias de opressões (LORDE, 2019).

Para tanto, o texto colabora para identificar de que maneira a maternidade foi pautada historicamente pelos movimentos de lésbicas e bissexuais, movimento LGBT e movimento feminista e caminha na direção de compreender a maneira como a maternidade foi abordada no interior desses movimentos sociais. Ao lado disso, serão exploradas as políticas públicas que respaldam os direitos existentes no Brasil para as maternidades lésbicas e bissexuais referentes à adoção, casamento civil e do registro de dupla maternidade (BRASIL, 2016; 2019).

O texto versará por meio de uma breve introdução histórica que contextualiza as construções sociais e culturais em torno da maternidade e da representação social das mulheres centradas na função procriadora e acerca da maternidade lésbica e bissexual como direito e garantia de políticas públicas.



5.1 BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO LÉSBICA E BISSEXUAL NO BRASIL

Quando o corpo da mulher lésbica é colocado em posição de protagonismo, sua legitimidade e direito de existir como tal podem ser reafirmados (MARRA, 2018, Capa da Revista Cult).

A epígrafe de abertura desta subseção, da artista mineira Jade Marra,¹⁷⁸ retrata a importância da representatividade político e afetiva das lésbicas e bissexuais. Um

¹⁷⁸ Jade Marra é graduanda em Artes Plásticas pela Escola Guignard – UEMG, reside em Belo Horizonte/MG. Seus temas de trabalho versam entre a potência existente na posição das

de seus quadros foi estampado como capa na edição da revista Cult no mês de junho de 2018 que comemorava “Os 40 anos do movimento LGBT no Brasil: o desejo de transformação e uma revolução política por fazer”. Trazer a imagem de mulheres lésbicas na capa de uma edição que se propõe a relatar um dossiê sobre os 40 anos de militância LGBT no Brasil é de suma importância porque retira as lésbicas e bissexuais apenas como “letras” representadas na sigla LGBT.

Figura 20 – Capa da Revista Cult



Fonte: Cult (2018).

mulheres na sociedade contemporânea e a possibilidade de subversão do que foi construído socialmente sobre o corpo feminino. Para conhecer mais sobre o trabalho da artista, navegue por sua página no endereço: <https://cargocollective.com/jademarra>

Do *slogan* à prática política de existência e militância, temos uma história de lutas por demandas específicas que recaem sobre as categorias das mulheres lésbicas e bissexuais. É de suma importância nos posicionarmos como protagonistas, sobretudo, nos espaços políticos e acadêmicos de representatividade, assim como nos movimentos sociais. As lésbicas e bissexuais encontraram [ainda encontram] dificuldades em ver legitimadas suas lutas e suas especificidades por serem mulheres, lésbicas e bissexuais, dentro do movimento LGBT. A luta por espaço e representação é parte da resistência política e ativista que teve no Brasil seu início em 1979, quando passaram a participar do primeiro grupo de ativismo homossexual no Brasil, o Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS/SP). A pesquisadora Marisa Fernandes¹⁷⁹ (2018) afirma que:

Passados apenas três meses de atividades com os gays, perceberam atitudes machistas e discriminatórias desses companheiros de militância. Influenciadas pelo feminismo, elas sabiam que suas especificidades como mulheres – e não apenas como homossexuais femininas – geravam dupla discriminação (FERNANDES, 2018, p. 28).

A maioria das/os frequentadoras/es do grupo era do sexo masculino e os temas das reuniões versavam prioritariamente sobre as questões enfrentadas pelos gays, distanciando-se, das demandas vividas pelas lésbicas e bissexuais que, nesse primeiro momento, participavam das reuniões do grupo. Desta forma, as mulheres LésBi passaram a construir suas próprias pautas a partir da percepção de que sendo mulheres, lésbicas e feministas, não poderiam apenas compor o grupo SOMOS e, assim, iniciaram atuação política e de militância com um subgrupo chamado, num primeiro momento, de Grupo Lésbico Feminista (LF) de 1979 a 1981 e, num segundo momento, Ação Lésbica Feminista (GALF), que teve duração de 1981 a 1989 com o intuito de se posicionar com independência no enfrentamento do poder masculino, seja este poder heterossexual ou homossexual. A tese de doutoramento da pesquisadora Zuleide Paiva da Silva, dedicada ao levantamento das organizações lésbicas na Bahia (2016), aponta por meio de extensa pesquisa, o LF como sendo a primeira organização lésbica do Brasil que pautava a “[...] identidade lésbica através de ação coletiva que se dá fora e no âmbito da política institucional, nas lutas globais

¹⁷⁹ Marisa Fernandes é mestra em História Social pela USP e pesquisadora do Coletivo de Feministas Lésbicas.

pelo fim da discriminação por orientação sexual e pelo fim da violência contra as mulheres” (SILVA, 2016, p. 175).

No ano de 1979, em uma reunião geral do SOMOS, as lésbicas e bissexuais do LF tornaram públicas as suas principais reivindicações, que versavam sobre machismo, misoginia e falta de representação da identidade lésbica e bissexual. Apresentaram ainda, o desejo em buscar aliança com o movimento feminista. Nessa reunião, as lésbicas e mulheres bissexuais foram hostilizadas. Suas reivindicações foram classificadas como “histeria” pela grande maioria de participantes gays, marcando assim, o rompimento definitivo com o grupo (SILVA, 2016; FERNANDES, 2018). No período de aproximadamente um ano (1979-1980), o LF participou das coordenações do II e III Congresso da Mulher Paulista, efetivando sua primeira aparição pública como movimento organizado:

Nesses congressos, as lésbicas defendiam que as mulheres lutassem pelo direito ao prazer e à sua sexualidade; que rompessem como círculo de opressão e subordinação masculina que não aceitava o desejo da mulher e que tomassem conhecimento de que heterossexualidade era imposta a todas as mulheres como a única sexualidade ‘normal’ (FERNANDES, 2018, p. 29).

Essa atuação e visibilidade LésBi com a nítida e expressiva intenção de discutir orientação sexual nos anos 1980, atingiram também algumas mulheres do movimento feminista que não se identificavam com as pautas sobre lesbianidade e temiam que o movimento fosse associado com as “sapatonas”. Entretanto, a presença das lésbicas e bissexuais dentro do movimento feminista atingiu em cheio a discussão sobre sexualidade, principalmente das mulheres da classe baixa. A falsa crença de que as mulheres, em situação economicamente desfavorecida, não estavam interessadas em discutir política, sexualidade e economia, foi desmontada e ampliada para a discussão sobre contraceptivos. Na época, o intuito era apenas de controle populacional e posteriormente, passou para uma discussão mais ampla do direito de eleger quando se ter filhas/os e com quem as mulheres queriam estar na intimidade.

O território brasileiro estava sob a ditadura militar que se impôs no Brasil com o golpe de 1964 e persistiu até 1985. A sexualidade foi brutalmente perseguida pelos militares e a liberdade de expressão tornava-se um espaço perigoso e controlado, principalmente, pela censura da imprensa. Durante esse regime autoritário, havia rondas policiais com o intuito de prender e torturar lésbicas, gays e travestis, toda e

qualquer sexualidade que não fosse identificada pela representação da figura do homem/branco/europeu/heterossexual. Havia uma prática em nome da higienização que acometeu aproximadamente 1,5 mil pessoas na cidade de São Paulo, conforme registros da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014).

Foi exatamente nesse contexto político que surge o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), publicação mensal, produzida por intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo e que vigorava como primeiro veículo de comunicação homossexual no Brasil que, além de denunciar a LGBTfobia¹⁸⁰ e o extermínio das lésbicas, travestis e homossexuais masculinos, era um meio de comunicação e afirmação da identidade homossexual. Com a adoção de uma postura de denúncia, pautavam a homossexualidade como afirmação da identidade, promovendo ação contrária à ridicularização e estigmatização feitas pela imprensa comum na época. A força do jornal *Lampião da Esquina* teve expressiva contribuição para divulgação e convocação das pessoas que iniciavam no país movimentos contra a repressão política da ditadura e funcionava também como meio de comunicação entre lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

No trabalho intitulado “Griôs sapatonas brasileiras e Lampião da Esquina”, da historiadora Ariana Mara da Silva¹⁸¹ (2015), temos as 37 edições do jornal analisadas com intuito de verificar a representação das identidades lésbicas negras no Lampião da Esquina. Ariana Silva (2015) apresenta as críticas e o movimento realizado, principalmente, nas seções do jornal destinadas e nomeadas de “Opinião” e “Cartas na Mesa”, onde interlocutoras/es escreviam ao jornal, questionando e criticando o Lampião da Esquina, pela ausência de representatividade feminina e lésbica nas edições do jornal.

¹⁸⁰ A LGBTfobia pode ser definida com preconceito, hostilidade, violência física, emocional e social, podendo ocasionar a morte de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais. Para acessar mais ver Relatório de 2017 feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) (Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018).

¹⁸¹ Ariana Mara da Silva, é bacharel em História - América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA (2016). Atualmente bolsista da CAPES no Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia – NEIM/UFBA e membra da Feminaria Musical – grupo de pesquisa e experimentos sonoros, atuando principalmente nos seguintes temas: mulheres negras, rap, lesbianidade, análise de discurso, feminismos, América Latina e representação.

Depois de um ano de publicações do Lampião e de intensa cobrança por parte da militância e das leitoras que se correspondiam com o periódico, em maio de 1979, em sua 12ª edição e comemoração do 1º ano de aniversário do jornal, o “Amor entre Mulheres (elas dizem onde, quando, como e porquê)”, sai como capa e com reportagem utilizando 5 das suas 20 páginas sobre lesbianidade e escrito por mulheres lésbicas. Pela primeira vez no território brasileiro, a lesbianidade é estampada em uma manchete de jornal como tema de destaque e de maneira afirmativa para a existência do amor entre mulheres.

Figura 21: Lesbianidade na capa do jornal Lampião da Esquina



Fonte: Capa do jornal Lampião da Esquina, n. 12, 1979.

Se por um lado, os editores do *Lampião da Esquina* finalmente atenderam às reivindicações do LF, por outro, não escaparam da coragem denunciadora das ativistas lésbicas. Com o título “A quem interessar possa”, escreveram:

Apesar de, durante muito tempo, termos apenas uma carta de memória para algum dia mandar ao jornal; Apesar de, durante muito tempo, termos apenas comprado o também nosso jornal – e tentado divulgá-lo entre os mais próximos; Apesar de, durante muito tempo, termos adiado o desejo de encontrar algumas mulheres para conversar sobre nós; Apesar do nosso medo, receio de nos expor. Há pesar de nossa ausência num veículo de discussão, de debate e de circulação de ideias de uma questão sempre restrita às páginas policiais – ou, quando tratada ‘seriamente’, sempre etiquetada de secundária (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 7).

O texto elaborado, transpassado das repressões latentes da ditadura militar, da estrutura patriarcal dominante que oprime e subloca a figura da mulher em detrimento do machismo, escreveram em forma de diálogo, expressando o resultado de amplos debates e reflexões sobre as intersecções entre classe, raça, gênero e orientação sexual, demarcando o espaço político e afetivo da existência lésbica e bissexual. Temas que são discutidos atualmente, como as categorias de análise, já se faziam presentes no trabalho das ativistas do LF. No texto *Nós [também] estamos aí*, registram que após um ano de existência do jornal é a primeira vez que as lésbicas se reuniram para escrever juntas e contribuir de maneira expressiva, em linguagem direta elas disseram:

Nós estamos chegando atrasadas e não apenas porque o *Lampião* tem um ano, já anda, fala muita coisa, balbucia outro tanto. Nós estamos atrasadas porque existimos, mas sempre abdicamos de existir (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 7).

Assim como anunciamos no início deste texto, a importância de se ter representado o trabalho de uma artista lésbica na capa de um dossiê em 2018, ter a representação lésbica e bissexual na publicação do *Lampião* no final dos anos 1970 confere demarcação política e de existência das sexualidades femininas. A existência lésbica que nos ensinou Adrienne Rich (2010) possui o alcance que ultrapassa os limites da presença histórica das lésbicas e cria simultaneamente, um *continuum* de significados dessa existência. O “*continuum* lésbico” (RICH, 2010) inclui um conjunto

de ações da realidade vivida pelas mulheres lésbicas e bissexuais ao longo da história, desenvolvidas por meio das experiências. Na medida em que os registros dessas identificações passam a fazer parte da vida das mulheres, impulsionam o enfrentamento e reconhecimento das variadas opressões que cerceiam a liberdade, a criatividade e a autonomia de todas as mulheres.

Desse modo, compreendemos que o desenvolvimento de ligações de identificação, o estabelecimento de redes de apoio, militância pública e ações cotidianas entre lésbicas e mulheres bissexuais, são movimentos fortalecedores que rompem com a heterossexualidade pré-determinada e, ao fazerem isso, proporciona autonomia e emancipação. O *continuum* lésbico que nos ensina Rich (2010, p. 19), reexamina as categorias das relações de gênero, pois ao examinarmos “[...] a heterossexualidade dada como natural, também conseguimos transformá-las”. Ao olharmos pelo viés da história, das experiências que identificam as mulheres, ampliamos e compartilhamos, por meio do vínculo, “uma vida interior mais rica, um vínculo contra a tirania masculina, o dar e receber de apoio prático e político [...]” (RICH, 2010, p. 36).

Portanto, com a publicação e aparição pública realizada na edição nº 12 de 1979, o jornal *Lampião* marca um fundante momento histórico de ativismo lésbico no Brasil, que teve como consequência, celebrar a lesbianidade e, assim, as múltiplas sexualidades femininas, para além das definições limitadas que caracterizam as lésbicas e bissexuais em constante não-lugar.

Pela primeira vez na história deste país, um grupo de mulheres se reúne para falar e escrever acerca de sua homossexualidade. Aquelas mulheres sempre esquecidas, negadas e renegadas, exatamente por não se submeterem aos papéis que a sociedade machista impõe como seus papéis naturais, no mês consagrado por essa mesma sociedade à função ‘sublime’ da mulher, pedem a palavra e descem o verbo. É a primeira vez, sim senhora. Pode procurar em toda a sua memória, pode consultar o que e a quem você quiser. Os jornais e movimentos feministas no Brasil nunca tocaram no assunto. A formulação mais avançada das feministas, que está na Carta dos Direitos de Mulher, diz que a sexualidade feminina não deve ser vista apenas como a serviço da reprodução. Quer dizer: nos comporta, mas não refresca muito (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 7).

A crítica à maternidade e ao casamento heterossexual como destinos para todas as mulheres é realizada ao mencionarem que a reportagem chega de maneira

oportuna no mês de maio, ressaltando a importância de discutir e refletir lesbianidade no mês que exalta, ambas naturalizadas, a figura da mãe e da noiva: “Nesse mês de tanta exaltação, nós viemos mostrar a nossa feição pública” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 7). Após essa publicação, em 17 de maio de 1980, as ativistas do LF rompem definitivamente com o SOMOS, compreendendo a necessidade de se reunirem em grupo específico para a militância lésbica feminista, composto apenas por mulheres para discutirem especificidades de suas existências, tornando pública a autonomia do grupo que passa a ser denominado de Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF).

Atuando dentro de espaços que frequentavam, como o Ferro's Bar, em São Paulo, panfletavam folhetos com informações e conscientização contra a discriminação e violência que lésbicas e bissexuais sofriam, como tortura e extorsão, comandadas pelo delegado Richetti¹⁸² que perseguia as lésbicas em bares e locais que elas frequentavam sobre a acusação de “sapatonas”. Ocorrências de repressão eram enfrentadas com militância e atuação das ativistas do GALF, entre elas destacam-se Miriam Martinho e Rosely Roth, ambas militantes fundadoras e atuantes à frente dos grupos LF e depois GALF. Numa resposta propositiva de resistência, o jornal lésbico feminista *ChanacomChana* foi publicado em edição única e por iniciativa do GALF em 1981 permanecendo em formato de boletim até 1987.

¹⁸² O delegado José Wilson Richetti comandou a área central da cidade de São Paulo (1976-1982). “Essas “rondas” comandadas por José Wilson Richetti, chefe da Seccional de Polícia da Zona Centro desde maio de 1980, tinham por objetivo “limpar” a área central da presença de prostitutas, travestis e homossexuais. O método utilizado pelas forças de segurança era realizar batidas policiais em locais frequentados pelas pessoas LGBT, especialmente as travestis, que eram levadas “para averiguação” às dependências policiais, tendo por fundamentos legais a contravenção penal de vadiagem e a prisão cautelar prevista no Código de Processo Penal de 1941, então em vigor. Segundo consta de declaração do delegado à imprensa, de 300 a 500 pessoas eram levadas por dia para delegacias” (BRASIL, 2014, p. 307).

mulheres lésbicas a partir da circulação de publicações periódicas que conectavam leitoras e escritoras na imprensa lésbica brasileira. A necessidade de material contendo legitimidade e visibilidade lésbica e bissexual, construía redes que uniam tanto as ativistas como também proporcionava o contato entre as leitoras por meio de correspondências entre elas. A antropóloga identificou que por meio da correspondência com outras mulheres que se interessavam sexual, afetiva e politicamente com outras mulheres, “[...] o dispositivo do ‘armário’ pode ser pensado como produtor de relações” (AGUIAR, 2017, p. 12).

O trabalho da pesquisadora Patrícia Lessa¹⁸⁴ (2007) que tem como título “Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)”, recupera as representações sociais presentes nos discursos e nas ações veiculadas e divulgadas nos materiais elaborados por grupos de militância lésbica feminista no Brasil. Segundo Lessa (2007), o título ou nome do boletim *ChanacomChana* expressou a dimensão política e revolucionária desde o início, uma provocação social que tem por estratégia “[...] se fazer ouvir em um contexto que as rejeita, exigindo, dessa forma, seu lugar de fala nesse espaço social. Nessa superfície discursiva, as matrizes são a criatividade e a diversidade” (LESSA, 2007, p. 104). A produção da primeira edição do *ChanacomChana* foi realizada por um conselho editorial que contava com “Fanny, Maria Serrath e Teca e teve a colaboração de Maria Carneiro da Cunha e de Nair Benedito. Sua estrutura era de quatro folhas” (LESSA, 2007, p. 105). Trouxe na capa a foto da cantora Ângela Ro Ro, e a chamada de sua entrevista com o seguinte título: “Não me envolvam, eu me envolvo”. Essa primeira edição lésbica no Brasil, contou ainda, com textos de Maria Carneiro da Cunha com a matéria “Quem tem medo de Virgínia Woolf?” e texto de Miriam Martinho sobre o “Exercício de liberdade” (LESSA, 2007).

Em 23 de junho de 1983, as militantes do GALF foram proibidas pelos proprietários do Ferro’s Bar de vender os boletins *ChanacomChana* no estabelecimento. Foram expulsas e impedidas de entrar no bar, que até então, era um dos lugares de maior sociabilidade das lésbicas em São Paulo. No dia 19 de agosto, organizado pelo GALF e coordenado por Rosely Roth, invadiram o Ferro’s Bar com

dissertação de mestrado “Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira”.

¹⁸⁴ Patrícia Lessa é docente na Universidade Estadual de Maringá. Graduada em Educação Física (UFPEL-RS), doutora em História (UnB-DF) e Pós-doutorado em Letras (UFF-RJ).

apoio de feministas, gays, defensores dos direitos humanos e com pressão política e repercussão na imprensa, conseguiram o direito de comercializar e divulgar o boletim *ChanacomChana*. Esse ato político de visibilidade lésbica ficou conhecido como o *Stonewall* brasileiro, sendo comparado com o bar que foi invadido pela polícia em 1969 em Nova York e que se tornou um marco para o movimento LGBT nos Estados Unidos (LESSA, 2007; FERNANDES, 2018). O dia 19 de agosto tornou-se marco do orgulho lésbico, ao lado do dia 29 de agosto, dia da visibilidade lésbica, data escolhida a partir do I Seminário Nacional de Lésbicas realizado em 1996 (LESSA; 2007; CAMPOS, 2014; BACCI, 2016; SILVA, 2016; AGUIAR, 2017).

Em 1987 o boletim *ChanacomChana* passou a ser denominado de *Um Outro Olhar* (UOO), produzido também pelo GALF, em São Paulo, e com linha editorial política e experiências cotidianas, socialização, saúde e educação das lésbicas. A mudança de título representou, não uma mudança ou transformação no conteúdo, mas na organização do grupo, com a intenção de ampliar “[...] informações para o público das lesbianas, abrangendo ao máximo o território brasileiro por intermédio da distribuição via correio para as suas assinantes” (LESSA, 2007, p. 122).

A busca por visibilidade e por pautas representativas dentro do movimento LGBT continuou por meio do recurso da mídia alternativa, sobretudo jornais, boletins, panfletos, que impulsionaram as lutas lésbicas e feministas e também nos eventos de participação política. Zuleide Silva (2016) assinala que no VI Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) realizado em 1992 com lideranças da Rede Um Outro Olhar, as militantes lésbicas exigiram paridade e visibilidade no movimento LGBT.

Depois do dia 29 de agosto de 1996, data de realização do 1º SENALE, abriu-se um leque de possibilidades para as lésbicas organizadas, pois este Seminário evidenciou que as questões das lésbicas careciam de um espaço próprio onde elas teriam voz e força para deliberar sobre suas necessidades, sem estarem atreladas ao movimento homossexual ou ao movimento feminista protagonizado por mulheres heterossexuais (SILVA, 2016, p. 215).

Na ocasião, a identidade lésbica foi pautada como identidade política de visibilidade, e não mais o uso do termo “mulheres homossexuais” para referir-se às lésbicas. Com a auto-organização lésbica fortalecida, acontece no dia 29 de agosto de 1996 o I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) no Rio de Janeiro. Patrícia Lessa (2007) evidencia a importância desse momento político que retirou do

anonimato as lésbicas e que no V SENALE que aconteceu em São Paulo, já com o advento da tecnologia em iniciada expansão, cria-se “[...] um grupo de discussão na internet, para fortalecer a união entre as participantes oriundas de diferentes regiões do Brasil e, portanto, separadas por uma imensa extensão territorial” (LESSA, 2007, p. 22).

Como desdobramentos nas construções realizadas desde então pelo SENALE, temos a Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, que é realizada sempre no sábado que antecede a Parada LGBT de São Paulo e que, neste ano de 2018, teve sua XVI edição. A construção do campo político e de afirmação lésbica e bissexual no Brasil se deu [ainda em constante ação] com enfrentamentos, lutas e posicionamentos políticos e afetivos das militantes lésbicas e bissexuais, na construção de um território, cuja identidade seja de afirmação, existência e respeito à lesbianidade. Não podemos deixar de registrar a importância da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), movimento social nacional que teve seu início no ano de 2003 durante o III Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre/RS (SILVA, 2016).

Desta forma, a LBL se estrutura como potente organização em rede que se estabelece em todo território nacional por meio dos grupos de lésbicas e bissexuais, ativistas organizadas e autônomas que participam e constroem juntas o SENALE e também por múltiplas ações políticas de visibilidade e afirmação no interior dos estados brasileiros, realizando debates, eventos culturais e ocupando espaços políticos e decisivos de representatividade em órgãos públicos para o desenvolvimento de políticas públicas para a população LGBT. Zuleide Silva (2016, p. 298) assinala que o contexto de apagamento e de violência da lesbianidade e também da bissexualidade, vão “[...] além dos limites internos dos movimentos LGBT e feministas protagonizados por mulheres heterossexuais, pois é fruto do machismo e da lesbofobia que estruturam a sociedade”.

Silva (2016), assinala que a criação da LBL perpassa a exclusão, misoginia e não representatividade das especificidades das mulheres lésbicas e bissexuais dentro dos variados movimentos sociais. A LBL é resultado da soma de mais de duas décadas dos movimentos realizados pelas lésbicas que resultou em “[...] resistência e compartilhamento de uma concepção de mundo forjada pela intersecção de gênero, raça, sexualidade e classe na qual a solidariedade é elemento estruturante dos processos de empoderamento” (SILVA, 2016, p. 298).

5.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A MATERNIDADE LÉSBICA E BISSEXUAL COMO GARANTIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Sabemos mais sobre o ar que respiramos, os mares que viajamos, do que sobre a natureza e o significado da maternidade (RICH, 1981, p. 13).

Para o sociólogo Manuel Castells (2013), os movimentos sociais são ações coletivas realizadas por determinados grupos, cujo resultado, tanto em caso de vitória, quanto de fracasso, transforma valores preexistentes nas instituições e principalmente na sociedade. Os movimentos sociais denunciam o escárnio a que os ideais democráticos são submetidos, por falta de políticas públicas capazes de garantir o respeito e seguridade social a todas as pessoas. Existe um modo educativo nas práticas que se desenvolvem a partir da participação social nos movimentos e ações coletivas, capaz de proporcionar emancipação e garantia de políticas públicas em diversas frentes da sociedade civil.

Para Maria da Glória Gohn¹⁸⁵ (2011) uma das principais premissas sobre movimentos sociais consiste em que são “[...] fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social” (GOHN, 2011, p. 333). Sendo assim, as redes de articulações tecidas pelos movimentos sociais estabelecem o questionamento sobre a conjuntura política que afeta as práticas cotidianas na ordem econômica e sociocultural da vida das pessoas.

Os movimentos sociais são ações coletivas que viabilizam diferentes formas de organização popular com o objetivo de expressar e reivindicar suas demandas (GOHN, 2011). Eles atuam com diferentes estratégias, que vão de denúncias e ações diretas, como manifestações em forma de passeatas, marchas, negociações a atos de desobediência civil (GOHN, 2011). De acordo com Castells (2013) os movimentos sociais, que atuam em rede, reconstróem a esfera pública e transformam o espaço de autonomia que é tecido na interação entre certas localidades e redes, “[...] fazendo

¹⁸⁵ Maria da Glória Gohn é doutora em Ciência Política pela USP e realizou pós-doutorado pela New School University, N. York. Professora titular aposentada da Fac. Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professora Visitante Sênior da Universidade Federal do ABC (UFABC). Foi professora visitante da Universidade de Madri, e da Universidade de Córdoba/Argentina. É membro do Nominations Committee da LASA – Latin American Studies Association (2015-2017) e do board de coordenação do Comitê “Social Movements and Social Classes” da Associação Internacional de Sociologia (ISA).

experiências com as tomadas de decisão com base em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana” (CASTELLS, 2013, p. 31). Para este estudo, analisaremos historicamente como a maternidade foi abordada pelos movimentos de lésbicas e bissexuais, movimento feminista e movimento LGBT, tornando possível, políticas públicas, que garantem os processos de parentesco, assegurando a existência das maternidades lésbicas e bissexuais como demanda social.

O movimento feminista surge como coletivo de lutas por demandas das mulheres a partir da segunda metade do século XIX. O que caracterizou o movimento feminista desde o princípio, foi o reconhecimento da opressão sistemática nas relações entre homens e mulheres e a certeza de que havia uma possibilidade de transformação social, pois a opressão não é natural, mas sim, inscrita principalmente pela misoginia e pela divisão sexual e social do trabalho. O movimento feminista é distinguido por duas ondas históricas. A primeira, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, que lutou pela igualdade jurídica numa ação coletiva pelo direito ao voto e participação política, denominada historicamente de “sufragista”. A segunda onda a partir dos anos 1960, que passa a reivindicar creche, direitos como licença maternidade, a luta pelo direito reprodutivo, direito ao aborto e ao divórcio (COLLIN; LABORIE, 2009).

A partir da segunda metade do século XX, na América do Norte e na Europa, o movimento feminista passa a questionar a naturalização da maternidade e as ações conservadoras que defendiam a família centrada na figura do pai. Nesse contexto, a maternidade passa a ter um novo significado para as feministas a partir da década de 1970, que influenciadas pelas teorias psicanalíticas, e estabelecendo maior diálogo com as ciências sociais, passam a pensar a maternidade como um empoderamento e a considerar o protagonismo das mulheres na capacidade gestacional (SCAVONE, 2001).

Em *Of woman born* Adrienne Rich (1981) busca contrapor teorias culturalmente gestadas no controle e institucionalização da maternidade. Assim como Chodorow (1990) e Badinter (1985), a teoria de Rich (1981) desmistifica as interpretações psicanalíticas sob uma perspectiva feminista, interpretando o controle e o caráter essencialista que imprimiram ao papel da mãe ideal em nossas sociedades, fixadas entre a “[...] decepção, poder e ternura numa mesma figura centralizada na mulher, nós carregamos a impressão dessa experiência para a vida, até para a nossa morte”

(RICH, 1981, p. 12). No entanto, afirma que o patriarcado manipula a verdade absoluta de que toda vida humana em nosso planeta tem origem em uma mulher.

A falta de produções científicas que nos ajudem a compreender melhor a nossa socialização e as formas de opressões perpetradas na nossa vida e no nosso corpo, dificulta percebermos a utilização ideológica da teoria psicanalítica na figura conservadora da maternidade. Rich (2010) afirma que o patriarcado tem medo da força que uma mulher pode ter ao conhecer sua própria vida, e exatamente por isso, o esforço pela defesa da cultura patriarcal conservadora em torno da maternidade, expressamente refletida e reproduzida pela “heterossexualidade compulsória”.

Em 1974 em Seattle nos Estados Unidos, um grupo de lésbicas e mulheres bissexuais se uniram e criaram o Fundo de Defesa Nacional das Mães Lésbicas (LMNDF) para dar apoio às mães lésbicas que lutavam na justiça pela custódia de suas/seus filhas/os. Na época, mulheres que se divorciavam e constituíam relação afetiva-sexual com outras mulheres, eram denunciadas por seus ex-maridos na corte americana que, na grande maioria dos casos, retiravam delas a guarda das crianças e até mesmo o direito de visitá-las¹⁸⁶. O movimento realizado pelo LMDF, organizou discussões e informações para mães lésbicas e bissexuais, assistência jurídica, passeatas e distribuição de panfletos, além de uma progressiva campanha popular denominada “adote uma mãe” para a captação de recursos financeiros a serem oferecidos às mães lésbicas que necessitavam dessa ajuda.

A obra *Lesbian/Woman* das autoras norte americanas Del Martin e Phyllis Lyon¹⁸⁷ ([1972]1991) sem tradução para o português, retrata a dupla imbricação de ser mulher e ao mesmo tempo lésbica nos Estados Unidos em 1972. A obra reflete as diferenças existentes entre ser um homem gay e uma mulher lésbica, assim como o

¹⁸⁶ Acesso das informações em: <http://outhistory.org/exhibits/show/lmndf/lmndf> e <https://www.frameline.org/distribution/distribution-catalog/distribution-film-index/moms-apple-pie-the-heart-of-the-lesbian-mothers-custody-movement> Acessos em: 11 ago. 2018.

¹⁸⁷ Del Martin e Phyllis Lyon eram casadas e atuavam no movimento lésbico feminista dos Estados Unidos. Em 1955, Martin e Lyon e outras seis mulheres lésbicas fundaram a *Daughters of Bilitis* (DOB), a primeira organização lésbica nacional dos Estados Unidos. A organização buscava um espaço seguro para a socialização entre as lésbicas. Em outubro de 1956 lançaram o primeiro jornal de notícias chamado: “*The Ladder*”. Objetivando o fortalecimento de informações entre as lésbicas. Casaram em 16 de junho de 2008, em São Francisco, pouco antes da morte de Martin, em agosto de 2008. As informações podem ser acessadas em: http://www.foundsf.org/index.php?title=Daughters_of_Bilitis.

“mito e realidade” sobre as lésbicas e “Lésbicas também são mães” (MARTIN; LYON, 1991, p. 131).

A visibilidade lésbica é descrita no livro como preocupação e principal objetivo da obra, onde desde a primeira página, a palavra “Lesbianidade” é escrita em letras maiúsculas, chamando a atenção para a visibilidade e especificidades lésbicas. Assim como encontramos nas obras de Rich (1981; 2010), Martin e Lyon (1991) também assinalam que a falta de pesquisas acadêmicas sobre maternidade e lesbianidade no campo científico pode ser atribuída à ausência de representação lésbica/bissexual de pesquisadoras mulheres à frente das produções científicas, assim como ao exercício da sociedade centrada na heterossexualidade e no domínio patriarcal à frente das pesquisas.

Outra análise feita pelas autoras e também pelas militantes lésbicas brasileiras como descrito na seção anterior, é em relação a existência do machismo e misoginia frequentemente vigentes dentro do movimento LGBT, onde as lésbicas e bissexuais ficam no *slogan* do acrograma e as pautas do movimento acabam por prevalecer, majoritariamente, as demandas da homossexualidade masculina. Considerando que o texto é de 1991 e que já avançamos nas pautas do movimento LGBT, a citação a seguir é importante para entendermos que muitas coisas ainda permanecem em relação aos estereótipos construídos socialmente em relação às lésbicas e às mulheres bissexuais. Especialmente no Brasil, com a chegada da extrema direita ao poder no ano de 2018, impactando as produções científicas em ciências humanas nos estudos sobre gênero e sexualidade, por meio de cortes de verbas nas universidades públicas e também nos ataques incentivados através das redes sociais, ocasionando enorme retrocesso por parte de políticas públicas que visem a diminuição desses preconceitos.

A falta de pesquisa e conhecimento científico sobre a Lésbica deve-se a vários fatores. Por natureza, a Lésbica é uma criatura camaleônica, tendo aprendido por sua própria proteção a encobrir. Ela não é, portanto, facilmente estudada. A maioria dos pesquisadores são homens interessados principalmente no enigma da homossexualidade masculina. Eles são menos propensos a levar a homossexualidade feminina a sério, e quando eles decidem realizar um estudo sobre as Lésbicas, eles encontram uma grande resistência dessas mulheres,

porque eles são homens (MARTIN; LYON, 1991, p. 7, tradução nossa)¹⁸⁸.

Uma das primeiras ações dos movimentos de lésbicas e bissexuais nos Estados Unidos foi a de garantir assistência jurídica, apoio e informações para a sociedade sobre a maternidade lésbica. Martin e Lyon (1991) assinalam a indisposição da sociedade heterossexista em respeitar e acolher as mães lésbicas, negando sua existência, e delegando a guarda de suas/seus filhas/os aos cuidados do Estado, ou de pais, que não tinham condições de ofertar ambiente seguro e responsável para as crianças. As autoras afirmam que a lesbianidade foi tratada como doença no passado e os desdobramentos desse não-lugar são veiculados e assentados na sociedade contemporânea. Para Martin e Lyon (1991) o desrespeito se estabelece na falsa suposição de que, como lésbicas, as mães não poderiam suprir, adequadamente, as necessidades de suas/seus filhas/os, e apenas o argumento da heterossexualidade de seus ex-maridos, já era o suficiente, para receberem a guarda das/dos filhas/os, independentemente, de estarem aptos para serem responsáveis como pais. Para as autoras, “O ônus está sobre a mãe, e o rótulo ‘Lésbica’ é o suficiente para negar a ela seus filhos” (MARTIN; LYON, 1991, p. 132, tradução nossa)¹⁸⁹.

O documentário *Lesbian Mother* (1972) dirigido pela brasileira Rita Moreira¹⁹⁰ em parceria com sua companheira e também cineasta Norma Bahia, faz parte de uma trilogia de documentários lésbicos feministas realizados por elas nos anos 1970, período em que Rita Moreira estudou na *New School for Social Research*, em Nova Iorque. A aproximação que tiveram com o movimento *Women Liberation Movement*¹⁹¹

¹⁸⁸ “The lack of research and scientific knowledge on the Lesbian is due to a number of factors. By nature the Lesbian is a chameleon creature, having learned for her own protection to cover up. She is, therefore, not easily studied. Most researchers are men who are interested primarily in the enigma of male homosexuality. They are less likely to take the female homosexual seriously, and when they do *decide to conduct a study on Lesbians, they find a great resistance from these women, because they are men*” (MARTIN; LYON, 1991, p. 7).

¹⁸⁹ “*The onus is on the mother, and the label ‘Lesbian’ is enough to deny her her children*” (MARTIN; LYON, 1991, p. 132).

¹⁹⁰ Rita Moreira é escritora, diretora e roteirista, publicou dois livros de poesia pela Editora Martins (Maria Morta em Mim e A Hora do Maior Amor). Foi redatora na Editora Abril e tradutora. Mudou-se para Nova York (1972) onde se formou em vídeo-documentário (*New School for Social Research*).

¹⁹¹ Movimento de libertação feminina que atuou entre os anos de 1960 e 1970 nos Estados Unidos. Sua principal reivindicação era a autonomia das mulheres sobre seus corpos, o

influenciou a realização dos documentários, que refletiam o ativismo lésbico e feminista de que participavam. O filme *Lesbian Mother* apresenta o depoimento de mães lésbicas que assumiram juntas a maternidade de suas/seus filhas/os e aponta a difícil luta pela custódia desencadeada pela ação de seus ex-maridos. No início do documentário, Rita Moreira entrevista pessoas comuns que passavam pelas ruas de New York para saber a opinião das pessoas sobre a maternidade lésbica. Entre o discurso lesbofóbico dos transeuntes, depoimentos das mães lésbicas sobre a violência que enfrentam e cenas de afeto e amor entre mulheres são exibidos ao som da cantora Nina Simone.¹⁹²

Embora a maternidade lésbica e bissexual ainda permaneça de maneira implícita no movimento LGBT, as possibilidades legais sobre reprodução assistida, adoção, casamento e reconhecimento da filiação homoparental, são conquistas do engajamento político e da organização LGBT que, desde 1970, no Brasil, tem atuado em diversas frentes e conquistado importantes avanços na garantia de direitos e políticas públicas para as famílias homoparentais. De acordo com Regina Facchini¹⁹³ (2009, p. 151) o movimento LGBT tem representado para além das múltiplas demandas e do significativo aumento da visibilidade social, uma crescente história de “[...] apropriação e da disputa coletiva de sentido em torno de categorias que foram (e ainda são, muitas vezes) utilizadas para agregar estigma e sofrimento à vida de sujeitos [...]”. Facchini (2009) assinala que, se por um lado, conquistamos inúmeros avanços na formalização de programas governamentais e de notoriedade no debate público, por outro, muitos desafios ainda estão por serem enfrentados.

As pautas LGBTs conquistaram avanços no Brasil por decisões favoráveis ao princípio de igualdade jurídica pelo STF, e não de decisões do Congresso Nacional, que, teoricamente, seria responsável por aprovações legislativas que garantam o desenvolvimento da democracia. Ao contrário, projetos de lei que representam a população LGBT, bem como os avanços das NTR e a descriminalização do aborto,

fim da opressão feminina e o direito ao amor livre. Maiores informações acessar: <https://www.bl.uk/sisterhood/articles/activism-and-the-womens-liberati-on-movement>.

¹⁹² Eunice Kathleen Waymon, conhecida pelo nome artístico Nina Simone foi uma pianista, cantora, compositora e ativista pelos direitos civis dos negros norte-americanos.

¹⁹³ Graduada em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestre em Antropologia Social e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e professora permanente do Programa de Doutorado em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, todos na UNICAMP.

são pautas amplamente barradas pela bancada conservadora do Congresso Nacional.

As discussões pautadas pelo movimento LGBT sobre os direitos das conjugalidades homossexuais conquistaram em 2011, através do STF, o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, denominada de “união homoafetiva”. Em 2013, o CNJ (Resolução 175/2013, em 14/05/2013) aprovou a regularização da união estável em casamento civil, e dois anos depois, o STF equiparou a união estável e o casamento civil, assegurando o direito de herança para uniões homoafetivas (BRASIL, 2013). João Silvério Trevisan aponta que após a aprovação do CNJ, os casamentos homoafetivos aumentaram de 3.701 em 2013 para 5.614 em 2015. Mesmo antes da decisão do CNJ, “[...] os Tribunais de Justiça de vários estados já haviam editado norma para os cartórios acolherem as solicitações de casamento homoafetivo” (TREVISAN, 2018, p. 40).

A partir do entendimento da igualdade jurídica na aprovação do casamento entre pessoas LGBTs, o STF se baseou nas leis de 2011 e 2013 compreendendo que, o conceito de família, inclui a união entre pessoas do mesmo sexo e a adoção passa pelo princípio do melhor interesse para a criança, baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), que não estabelece nenhuma discriminação a respeito da orientação sexual ou identidade de gênero das/os adotantes. O art. 42, parágrafo 2º do ECA estabelece: “Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família” (BRASIL, 2010). Sendo assim, a adoção passa a ser compreendida como fundamento de ordem constitucional, ao que Maria Berenice Dias¹⁹⁴ assinala que é impossível excluir o direito à adoção para lésbicas, bissexuais, transexuais, gays e pessoas intersexuais, “[...] sob pena de infringir-se o mais sagrado cânone do respeito à dignidade humana, que se sintetiza, no princípio da igualdade e na vedação de tratamento discriminatório de qualquer ordem” (DIAS, 2014, p. 206).

Encontramos no trabalho da antropóloga Anna Amorim (2018), que pesquisou maternidades lésbicas pela via das NTRs comparando as legislações existentes no Brasil e na França, que o reconhecimento da maternidade por duas mães e o sentimento de pertencimento familiar, não são construções realizadas apenas no

¹⁹⁴ Maria Berenice Dias é advogada, foi desembargadora e atua como vice-presidenta do Instituto Nacional de Direito de Família (IBDFAM).

âmbito jurídico, mas este é fundamental para confirmar, no contexto das famílias formadas por duas mães, que essas famílias existem. A respeito dos avanços conquistados nos direitos das conjugalidades homossexuais, afirma a relevância dessas decisões feitas também por uma política brasileira, que na época, estava preocupada com as demandas sociais que tivemos no Brasil antes do golpe de 2016:

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou pela aprovação da união estável entre pessoas do mesmo sexo, estendendo à estes casais (diferentemente do que confere o PACS francês) os direitos assegurados aos casais heterossexuais, tais como: o direito à adoção, pensões, herança fiscal, imposto de renda, segurança social, benefícios de saúde, imigração, propriedade conjunta e recurso à tecnologias reprodutivas. Abriu-se um caminho efetivo para que casais formados por pessoas do mesmo sexo acessassem tais procedimentos e concretizassem seus projetos familiares e de filiação. Destaco que esta aprovação do STF é marco para os direitos LGBT no Brasil e vem na esteira do florescimento de uma agenda governamental preocupada com os direitos desta população durante as duas gestões 2003-2010 da presidência de Luís Inácio Lula da Silva (AMORIM, 2018, p. 150).

O estabelecimento e reconhecimento jurídico dos vínculos entre mães lésbicas e bissexuais e suas/seus filhas/os nascidas/os por meio das NTRs passa a ser garantido pelo assentimento da dupla filiação. Aprovada pelo CNJ em março de 2016 o provimento nº 52/2016, possibilitando, dessa forma, o registro civil em cartório da dupla maternidade e/ou paternidade. Com a mudança no provimento, o direito a obter a dupla maternidade foi explicitamente garantido, não precisando as mães lésbicas ou bissexuais recorrerem a processos judiciais para garantir a filiação de suas/seus filhas/os registradas/os no nome das duas mães. O reconhecimento da dupla maternidade ou paternidade é obrigatória e realizada em todos os cartórios de registro civil no território brasileiro. O Art. 1º da resolução prevê:

Art. 1º. O assento de nascimento dos filhos havidos por assistida, será inscrito no livro 'A', independentemente de prévia observada a legislação em vigor, no que for pertinente, mediante o comparecimento de ambos os pais, seja o casal heteroafetivo ou homoafetivo, munidos da documentação exigida por este provimento.

§ 1º. Se os pais forem casados ou conviverem em união estável, poderá somente um deles comparecer no ato de registro, desde que apresentado o termo referido no art. 2º. § 1º. inciso III deste Provimento.

§ 2º. Nas hipóteses de filhos de casais homoafetivos, o assento de nascimento deverá ser adequado para que constem os nomes dos

ascendentes, sem haver qualquer distinção quanto à ascendência paterna ou materna (BRASIL, 2016).

O registro civil das crianças nascidas por NTR, realizado diretamente nos cartórios, simboliza um marco importante no Brasil sobre a dimensão do parentesco ao estabelecer a dupla maternidade no registro de nascimento das crianças, concede o reconhecimento jurídico da família, essencial para matrícula escolar, internamento e/ou procedimentos de relacionados à saúde, autorização para viagens e entre outros conceitos legais, estabelece proteção estatal, que “[...] deve ser garantido pelo Estado, em nome dos mandamentos constitucionais da liberdade, da igualdade, da autonomia, da não discriminação e, por óbvio, da dignidade da pessoa e da proteção integral da criança” (DIAS, 2014, p. 204). Contudo, as lutas pela garantia de direitos para as famílias lesboparentais continuam de forma mais intensa, as conquistas são ameaçadas diariamente pela volta do fascismo histórico perpetrado pela política bolsonarista que age de forma violenta contra a população Lésbicas, gays, bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo. Assexuais (LGBTTQIA+).



Figura 23 – Maternidade em um olhar

Fonte: Arquivo da autora. Fotografia do álbum de Cássia Eller e Maria Eugênia em 19/08/2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando penso na minha vida de estudante, lembro-me vivamente dos rostos, gestos e hábitos de todos os professores e professoras que me orientaram, que me ofereceram a oportunidade de sentir alegria no aprendizado, que fizeram da sala de aula um espaço de pensamento crítico, que transformaram o intercâmbio de informações e ideias numa espécie de êxtase (HOOKS, 2017, p. 266).

A experiência sobre a escola relatada por hooks (2017) nos remete às memórias que temos sobre nossa vida como estudantes. Lembramos das/os professoras/es que, de alguma forma, marcaram nossa formação, pois a escola se constitui como o lugar privilegiado do saber, do exercício, do cuidado, da atenção em um espaço-tempo de formação contínua. Como alunas/os, exercitamos o saber a partir da mediação docente, mas o saber não se resume apenas aos conteúdos curriculares. Os gestos, as expressões corporais, a linguagem falada ou silenciada, são aprendizagens apreendidas também no tempo e no espaço da escola.

A profissão docente representa “[...] a continuidade de um caminho no qual posso continuar a expandir os mundos que habito, colaborando na ampliação daqueles habitados pelos alunos com os quais interajo” (LARROSA, 2018, p. 104). Porém, o espaço da escola, não é o único lugar na vida das crianças, em que a expansão das experiências e a produção de sentidos se dão. A família é também lugar de afirmação da existência e embora tenham funções distintas, essas duas instituições, escola e família, ocupam papel fundamental no desenvolvimento humano. As/os alunas/os possuem outros significados e vivências que são evocados por meio das interações e subjetividades distintas das elaborações proporcionadas pelas instituições escolares. E é, exatamente, no encontro proporcionado pelas diferenças, que a aprendizagem genuína acontece.

A sala de aula é espaço do pensamento crítico, da alegria de aprender, do intercâmbio de ideias (HOOKS, 2017). Por meio da educação, conseguimos compreender as contradições existentes na sociedade e a elas atribuímos outros significados, atentando para que as relações humanas sejam mais democráticas e menos desiguais. Por isso, entendemos que a relação “família e escola” representam um caminho possível para a transformação dos preconceitos existentes no contexto

escolar, mediante práticas pedagógicas reflexivas, que considerem as diferenças, não a partir das assimetrias, mas como possibilidades de produção de sentidos sobre experiências vividas pelas crianças e suas famílias.

Dada a relevância que a relação “famílias e escola” é parte constitutiva da educação, este estudo buscou conhecer, como as maternidades lésbicas e bissexuais são percebidas no contexto escolar, e de que maneira o exercício da socialização vai sendo reconstruído no interior da escola com a presença dessas famílias, que são compostas por duas mães. Para tanto, problematizamos: de que maneira as mães que são lésbicas ou bissexuais identificam a existência de suas famílias a partir dos sentidos provocados por elas e suas/seus filhas/os na escola? Para responder essa questão, convidamos as mães a contribuírem com suas narrativas sobre a escola de suas/seus filhas/os. As treze participantes deste estudo foram selecionadas por meio do método “Bola de Neve” ou “*Snowball Sampling*” (BALDIN, 2011; VINUTO, 2014).

Como ponto de partida, elencamos a discussão com base na naturalização da maternidade, que possui a heterossexualidade como resultado presumido para todas as mulheres, especialmente, as que desejam ou são mães. Desse modo, nossa intenção foi a de compreender se as mulheres que são mães e ao mesmo tempo lésbicas ou bissexuais, tensionam esse “lugar” predeterminado na nossa sociedade ocidental. O *corpus* bibliográfico foi composto pela epistemologia lésbico-feminista (WITTIG, 1980; RICH, 1981, 2010, 2017; SCOTT, 1989, 2005; LESSA, 2007; FALQUET, 2008, 2009, 2012; BEAUVOIR, 2009; RUBIN, 2017; HOOKS, 2017; LORDE, 2019), obras de referência que versam sobre a maternidade (CHODOROW, 1980; BADINTER, 1985, 2011), concatenando com as teses, dissertações e publicações científicas que foram adensadas nesta tese.

Seguimos nossa análise dispondo das múltiplas vozes das mães lésbicas e bissexuais sobre as experiências vividas com as escolas de suas/seus filhas/os, ancoradas na abordagem bakhtiniana de que “O objeto das ciências humanas é o ser expressivo e falante” (BAKHTIN, 2011, p. 395), e por essa razão, os enunciados produzidos pelas participantes da pesquisa, são ilimitados de sentidos e significados, podendo contribuir para pesquisas futuras que tenham como base, a relação das famílias lesboparentais e o campo da educação.

Foi possível identificar, ao cumprir os objetivos da pesquisa, que os debates sobre as maternidades lésbicas e bissexuais em interface com a educação escolar, configurou em tema fundamental a ser debruçado por aquelas/es que intentam por

práticas educativas mais equânimes para as/os alunas/os e suas famílias e todas/os que estão, direta ou indiretamente, inseridas/os no processo educativo institucionalizado. Embora percebemos que o efetivo exercício dos direitos de (para) cidadania, podem ser construídos e (re)construídos no interior das escolas, com a presença das crianças que possuem famílias lesboparentais, encontramos nas narrativas das mães, que a escola ainda permanece um local permeado por ações fixadas no binarismo de gênero, que tem como modelo familiar, o pai, a mãe e as/os filhas/os.

Tal assertiva, relatada pelas interlocutoras e descritas por nós, pode ser encontrada na segunda sessão deste estudo que demonstra os caminhos percorridos no campo e a dificuldade em encontrar mães que aceitassem participar da pesquisa. Após a primeira mãe ser entrevistada, uma rede de mães foram surgindo com interesse de participação, alegando interesse em falar, enunciar sobre suas experiências com as escolas de suas/seus filhas/os. O mesmo aconteceu com a entrevista de referência, Maria Eugênia, esposa da cantora Cássia Eller, que afirmou ter aceitado, quando soube que o objetivo da pesquisa era relacionado com as maternidades lésbicas e bissexuais e a educação escolar.

Nessa direção, arriscamos concluir que dois eixos se entrelaçam e juntos, respondem a contribuição facultada por esta tese: a confiança na educação como condição fundamental para a superação das desigualdades sociais e o desejo de contribuir por uma escola que seja capaz de se atualizar no presente. As narrativas das mães confirmam o espaço escolar como lugar do pensamento crítico, da apropriação dos conhecimentos elaborados e, ao mesmo tempo, ensejam práticas de escolarização mais equânimes. Desse modo, foi possível percebermos que essas mães se encaminham ao encontro da escola, se colocam em diálogo, a fim de compartilhar atitudes responsivas, que transformem a invisibilidade e os preconceitos vivenciados por suas famílias no ambiente escolar, em estratégias potentes de socialização e aprendizagem com e a partir das identidades plurais.

Vale assinalar, que essas evidências partem da análise dos enunciados das interlocutoras interpretados a partir da do pensamento de Bakhtin (2011, p. 297) de que os discursos são atualizados no presente e cada “enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo: ele os rejeita, confirma, completa baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo, os leva em conta”.

Na terceira seção, discorremos sobre o debate da maternidade lésbica e bissexual em perspectiva feminista considerando as construções dos diferentes movimentos sociais, sobretudo o movimento feminista e as organizações lésbicas e de mulheres bissexuais, que tensionam a naturalização da maternidade e fortalecem as maternidades das mulheres lésbicas e bissexuais, sem que essas mulheres, precisem escolher entre o exercício da lesbianidade/bissexualidade e o desejo de ser mães e constituir família. Ainda na terceira seção, destacamos que é no campo dos movimentos sociais que se institui o papel da maternidade lésbica e bissexual, não em dissociação dessas categorias, mas na ação afirmativa dessas identidades. Conhecer as narrativas das mães lésbicas e bissexuais em relação às escolas de suas/seus filhas/os, nos possibilitou concluir que a existência dessas famílias estabelece múltiplos significados no interior das escolas, dos modos de socialização e de democracia, não só para as mães que são lésbicas ou bissexuais e suas crianças, mas especialmente, para as outras configurações familiares que de algum modo, não são contempladas pelo modelo hegemônico da família nuclear.

A despeito da linguagem ser dinâmica, as “falantes” (BAKHTIN, 2011), com suas vivências, emoções, e conhecimentos próprios, compõe enunciados que retratam coletivamente um amplo diálogo sobre as maternidades lésbicas e bissexuais que não iniciam e nem terminam com as mães que participaram deste estudo. Ao contrário, do mesmo modo que as respostas verbalizadas não são circunscritas exclusivamente às pesquisadoras, essas vozes interrogam as instituições sociais, sobretudo a escola, acerca dos marcadores hierarquizados dos gêneros e das sexualidades.

Embora a presença das mães LésBi e suas/seus filhas/os na escola promovam movimento de visibilidade das maternidades lésbicas e bissexuais por meio das interações com as professoras, com as/os alunas/os e a comunidade escolar, foi possível perceber também, que as mães que possuem filhas/os nas escolas públicas, dispõem de maior abertura ao diálogo sobre suas famílias, do que as mães das quais as crianças frequentam as unidades de ensino privadas, como descrito na quarta seção.

Consideramos que esse fato pode se dar pelas estratégias democráticas de participação das/os professoras/es e demais funcionárias/os da escola pública, estimuladas pelos estudos com base na concepção crítica da sociedade. Ainda que apareceram enunciados de preconceitos, violências e silenciamentos sobre as

maternidades lésbicas e bissexuais, as mães narraram maior aproximação com a diretora, professoras e com a inclusão da outra mãe da criança nas fichas de matrícula, mesmo que por meio dos “rabiscos”. Logo, as mães que possuem suas/seus filhas/os na educação privada apontaram para a dificuldade na participação dos conselhos escolares e na inclusão de temas como gênero e sexualidade nas pautas das reuniões.

Não obstante, a quarta seção analisa a potencialidade do rabisco feito pelas mães nos documentos escolares em que não há o campo para o preenchimento das duas mães. Portanto, ambos seguimentos educacionais, público e privado, apareceram nas narrativas das mães como lugares em que as famílias são lidas a partir do modelo nuclear, denotando dificuldade das escolas em romper com os estereótipos binários centrados na heterossexualidade como norma para todas as famílias. Nossa análise do material de campo confirmou que as diferenças são, em grande parte, percebidas pelas escolas como assimétricas, configurando os espaços escolares que deveriam prezar pela socialização entre as crianças e suas famílias, em lugar de controle formal em que o silêncio é exercitado por formas distintas, como por exemplo as fichas de matrícula padronizadas com o nome do pai e da mãe, reuniões com as famílias e das comemorações de datas festivas como a formatura das crianças no final do ano letivo, por exemplo. Como resultado, observou-se que há pouco espaço para discussão das múltiplas formas de configurações familiares existentes nos contextos escolares, mesmo com a presença das mães lésbicas e bissexuais e suas/seus filhas/os nas escolas.

A quinta e última seção, debate como a maternidade foi pautada pela organização das lésbicas e mulheres bissexuais, movimentos feministas e movimento LGBT, viabilizando políticas públicas e assistência jurídica asseguradas pelas demandas sociais de grupos historicamente invisibilizados, propiciando estudos sobre as relações de gênero e sexualidades, família, filiação e parentesco. Como resultados, destacamos as maternidades lésbicas e bissexuais como conceito político a partir da intersecção das lutas desses movimentos sociais e da intersecção das categorias de classe, raça, gênero e sexualidade, situando as relações afetivas entre as mulheres como uma potência de enfrentamento do patriarcado.

Vale notar, que o trabalho de análise de campo teve quatro momentos distintos: 1) as entrevistas presenciais, 2) envio das transcrições para leitura e nova autorização das interlocutoras, 3) a escolha das narrativas para o texto da tese pelas autoras e 4)

a produção do material encontrado em campo em interface com referencial teórico e os objetivos da pesquisa. Nesse movimento, descobrimos que as mães não queriam apenas participar deste estudo com suas narrativas, elas desejaram ser coautoras deste trabalho e assumir, através de seus nomes e fotografias, atitude social responsável contra a dominação, o racismo, a lgbtfobia e as opressões de classe. Por esse motivo, entre a descrição e o descrito no texto, existe uma pluralidade de vozes que constituem todo esse estudo (AMORIM, 2004), exprimindo sentidos sobre maternidades, lesbianidades, bissexualidades, famílias e escola.

Por meio das vozes dessas mães, foi possível concluirmos que se por um lado, elas identificam as atitudes de silenciamentos e lesbofobia por parte da escola nos documentos oficiais, nas reuniões, nos bilhetes, nas comemorações e também, no tratamento com elas e suas crianças, por outro, as treze mães afirmam que a inserção na escola é fundamental, não apenas para a elaboração dos conhecimentos científicos, mas principalmente, para a socialização das crianças. As mães, assinalaram, por meio de suas vozes, que a escola ainda está atrelada a conceitos heterocentrados que vão, desde os livros didáticos e de literatura infantil, até os bilhetes que vão para casa das crianças, nos indicando a urgente necessidade de um ambiente escolar que seja capaz de agir com responsabilidade com as diferenças encontradas nos contextos escolares.

Além de apontar as maternidades LésBi como conceito político, no decorrer do trabalho de campo, a pesquisa foi ganhando outros contornos a partir dos encontros com as interlocutoras, que narraram a figura da professora de suas/seus filhas/os como sendo de fundamental importância para o acolhimento e reflexão positiva de suas famílias na escola. Assim, professoras e professores são chamadas/os a exercitarem na sala de aula, uma educação para liberdade (HOOKS, 2017), pois só com o exercício do diálogo respeitoso com as diferenças, educadoras/es e alunas/os serão capazes de construir uma pedagogia engajada baseada no pensamento crítico.

As interlocutoras utilizam a linguagem como ferramenta para que essa transformação aconteça pois, “Como o desejo, a língua rebenta, se recusa a estar contida dentro de fronteiras” (HOOKS, 2017, p. 223). A linguagem vai ao encontro da/o outra/o, busca a contrapalavra e garante que a escola possa ser o lugar dos desafios, das contradições, da elaboração dos conhecimentos e principalmente, do intercâmbio dialético entre as/os alunas/os, suas famílias e comunidade escolar.

O texto da pesquisa, portanto, passa a conter um quinto momento: o ato da compreensão! Aquelas/es que farão a leitura, que conhecerão esta investigação, passam a ser participantes ativas/os do diálogo aqui proposto pois o “sentido é o produto da relação complexa que se tece entre o texto, o objeto de estudo e de reflexão [...]” (AMORIM, 2004, p. 190). Contribuindo com suas perspectivas narradas a respeito da relação com as escolas de suas/seus filhas/os, as vozes dessas mães partem do lugar das experiências singulares da maternidade lésbica e bissexual para outras interpretações que atravessam o tempo-espço da escola, pois todo texto evoca novas respostas a outros textos.

À guisa de conclusão, nos apropriamos da expressão bakhtiniana de que todo enunciado é de natureza ativamente responsiva, para anunciar que o presente estudo, no que se refere à materialidade do texto, está concluído. Todavia, as discussões, os diálogos construídos sobre as maternidades lésbicas e bissexuais em interface com a escola que foram apresentadas ao longo desta tese, encontram-se inconclusos. Uma vez que a linguagem é fluída e está em constante movimento, outros sentidos serão produzidos na interlocução que o texto evocará a partir das escolhas que as/os leitoras/leitores realizarão.

REFERÊNCIAS

1º DE JULHO. Intérprete: Cássia Eller. Compositor: Renato Russo. 1994. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=H9hK5OL9DAI&ab_channel=CassiaEllerVEVO. Acesso em: 22 fev. 2021.

AGUIAR, Carolina Maia de. **Entre armários e caixas postais**: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira. 2015. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ALL STAR. Intérprete: Nando Reis. Compositor: Nando Reis. 2000. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/nando-reis/47559/>. Acesso: 19 fev. 2021.

ALMEIDA, Marianna Barbosa **Bissexualidades femininas**: repertórios entre jogos de (in)visibilidade. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

ALVES, Ariana Oliveira; LOPES, Laís. Práticas identitárias e sexuais dissidentes: o “dispositivo do armário” na perspectiva do tratamento social da bissexualidade. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2., 2015. Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA, 2013. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

AMORIM, Anna Carolina Horstmann. **“Nós já somos uma família, só faltam os filhos”**: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

AMORIM, Anna Carolina Horstmann. **Novas tecnologias reprodutivas e maternidades lésbicas no Brasil e na França**: conexões entre parentesco, tecnologias e política. 2018. 451 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

AMORIM, Anna Carolina Horstmann; OLIVEIRA, Melissa Barbieri de. Dupla maternidade: conexões entre antropologia e direito. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373336081_ARQUIVO_Artigoprontofazendogenero10.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa, 2004.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Estatuto da ANPED. 2012. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/estatuto-da-anped>. Acesso em: 19 fev. 2021.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Biblioteca. 2018. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca>. Acesso em: 19 fev. 2021

ANZALDÚA, Glória. Queer(izar) a escritora: loca, escritora y chicana. *In*: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli (org.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 408-425.

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. *In*: ARIÈS, P.; GEORGES, D. (coord.) **História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 9-20.

AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano. Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na educação física escolar. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 26, n. 1, e42585, p. 1-13, jan. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ref/v26n1/1806-9584-ref-26-01-e42585.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

AUAD, Daniela; MOCHI, Luciene Celina Cristina. Lesbianidades na escola: o que é preciso aprender para poder ensinar as crianças filhas de mães lésbicas? *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. 2017., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499321332_ARQUIVO_AUAD_MOCHI_FGCOMPLETO2017.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

ÁVILA, Eliana de Souza. Esquisita(r) demais a escritora: notas sobre a teorização queer de Gloria Anzaldúa. *In*: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildiney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli. (org.). **Traduções da cultura**. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2017, p. 426-435.

BACCI, Irina Karla. **Vozes lésbicas no Brasil: a busca e os sentidos da cidadania LGBT**. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Tradução de Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. 6. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira. Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO – SIRSSE, 1., 2011. Curitiba. **Anais eletrônicos [...]**. Curitiba: PUCPR, 2011. p. 331-341. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

BETHÂNIA, Maria. **Abraçar e agradecer**. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EOmi_Fg9IDg&feature=emb_logo. Acesso em: 20 fev. 2021.

BASAGLIA, Claudete Camargo Pereira. Maternidades lésbicas: conexões e desconexões político-sociais. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. 2017., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503540898_ARQUIVO_TEXTOPUBLICACAOREVISADO.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Millet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BERNARDES, Renata; SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima e; ALVES, Júlia Somberg. Homoparentalidade: o desafio de se constituir uma família. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2., Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA, 2015. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods and Research**, v. 10, n. 2, p. 141-163, Nov. 1981.

BORGES NETO, Pedro Pinheiro. **Família e homoparentalidade: o que pensam as crianças?** 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

BRASIL. [Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)]. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 9. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. (Série legislação; n. 83). Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf. Acesso em: 14 ago. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Provimento nº 52, de 14 de março de 2016.** Dispõe sobre o registro de Nascimento e Emissão da Respectiva Certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Brasília. DF. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files//provimento/provimento_52_14032016_19032018105533.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017.** Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos ofícios de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files//provimento/provimento_63_14112017_19032018150944.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013.** Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília, DF: CNJ, 2013. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.112, de 30 de março de 2015.** Altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho. Legislação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13112.htm. Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992.** Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. Promulgada em 29 de dezembro de 1992. Legislação. Brasília, DF: Casa Civil, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8560.htm Acesso: 19 fev. 2021.

BRASIL. **Resolução Nº 289 de 14 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_289_14082019_15082019141539.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

CABANILLAS, Natalia. Normalizar la existencia lesbiana. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 941-958, set./dez. 2016.

CABRAL, Martha Ysis Ribeiro. Maternidade compulsória do nascituro: quando o Estado interfere no ser e na autonomia do corpo da mulher. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO: Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo, 1., 2013. Natal. **Anais eletrônicos [...]**. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CAMPOS, Núbia Carla. **As lesbianidades como resistência**: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil: 1979-2001. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portal de Periódicos da Capes**. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CASTAN, Nicole. O público e o particular: história da vida privada 3. *In*: ARIÈS, P.; GEORGES, D. (coord.) **História da vida privada 3**: da renascença ao século das luzes. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 402-439.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da Internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2017.

CENTENERA, Mar; MOLINA, Federico Rivas. Senado da Argentina diz 'não' à legalização do aborto e país fica com lei de 1921. A câmara Alta se alinha à igreja e impede que mulheres possam decidir como e quando ser mães. **El País**, Buenos Aires, 9 ago. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/09/internacional/1533774575_136008.html. Acesso: 14 ago. 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal: Universidade do Minho, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade**: uma crítica a Freud a partir da mulher. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

CIANNI, Gladys Cristina Rosa di; PORCHAT, Patrícia. Relações homoparentais e adoção no Brasil: um caminho em construção. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO: Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo, 1., 2013. Natal. **Anais eletrônicos [...]**. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

COITINHO FILHO, Ricardo Andrade. “**Que ousadia é essa?**: a adoção ‘homoafetiva’ e seus múltiplos sentidos”. 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COITINHO FILHO, Ricardo Andrade. Sob o “melhor interesse”!: o “homoafetivo” e a criança nos processos de adoção. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 495-518, maio/ago. 2017.

COLLIN, Françoise; LABORIE, Françoise. **Maternidade**: dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Soc. estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 99-127, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

COMUNIDADE Laranjeiras Sorri. **Finalização painel Cassia Eller**. 2015. [Página do Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=laranjeirassorri&set=a.472211449625410>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CONFORTO, Edivandro Carlos; AMARAL, Daniel Capaldo; SILVA, Sérgio Luis da. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO – CNGDP, 8., 2011, Porto Alegre. **Anais eletrônicos [...]**. Porto Alegre: CNGDP, 2011. p. 1-12. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267380020_Roteiro_para_Revisao_Bibliografica_Sistemica_Aplicacao_no_Deenvolvimento_de_Produtos_e_Gerenciamento_de_Projetos/link/585c18ef08aebf17d386967e/download. Acesso em: 19 fev. 2021.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: Versos, 2016.

CORDEIRO, Hídalía Fernandes Cunha. Escrita de Cidinha da Silva: breves notas sobre as narrativas lésbicas. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2., Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA, 2015. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

COSTA, Elitânia. Lésbica feminista como resistência e intervenção política numa perspectiva foucaultiana. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO: Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo, 1., 2013. Natal. **Anais eletrônicos [...]**. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CRUZ, Sílvia Helena Vieira. Aprender a ler e a escrever: as expectativas das famílias e da escola. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Diálogo com as famílias: a leitura dentro e fora da escola**. 1. ed. Brasília: MEC/SEB, 2016. p. 15-44. (Coleção Leitura e escrita na educação infantil, v. 9).

CULT. Revista Brasileira de Cultura. São Paulo, Editora Bregantini, n. 235, 2018, 1997- . Mensal. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/categoria/edicoes/235/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBAIXO D'água. Intérprete: Maria Bethânia. Compositor: Arnaldo Antunes. 2001. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MGDI-fb8kLY&ab_channel=MariaBeth%C3%A2nia-Topic. Acesso em: 22 fev. 2021.

DESCOUTURES, Virginie. **Les mères lesbiennes**. Paris: Puf. Universitaires de France, 2010.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os direitos LGBTI**. 6. ed. reformulada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ELLER, Cássia. **Só para provocar**. [Entrevista cedida a] Marie Claire, São Paulo: Editora Globo, edição 127, out. 2001. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML372675-1740-1,00.html>. Acesso em: 19 fev. 2021.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Rev. Bagoas**. Florianópolis, n. 4, p. 131-158, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>. Acesso em: 14 ago. 2018.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 161-193, jan./jun. 2013. Disponível em: http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v44n1/rcs_v44n1a7.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

FALQUET, Jules-France. **Lesbianismo**: dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FALQUET, Jules-France. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Revista Mediações**, Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun.; jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3290>. Acesso em: 19 fev. 2021.

FALQUET, Jules-France. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano 6, n. 5, p. 8-31, dez. 2012. Disponível em: <https://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/art-port-romper-o-tabu-da-heterossexualidade.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

FERNANDES, Marisa. Desejo transformador e revolucionário: os 40 anos do movimento LGBT no Brasil: o desejo de transformação e uma revolução política por fazer. **Revista Cult**, São Paulo, n. 235, p. 28-31, jun. 2018.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa).

FONSECA, Claudia. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 769-783, set./dez. 2008.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999.

FORTES, Ana Carolina Magalhães. **A escola e a educação não escolar**: experiências da mulher lésbica afrodescendente. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

FORTES, Ana Carolina Magalhães; REIS, Pâmela Laurentina Sampaio. Mulher lésbica negra: vulnerabilidades e demandas específicas. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2., Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA, 2015. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FOUQUET, Catherine; KNIBIELHER, Yvonne. **Histoire des mères**. Paris, Montalba “Pluriel”, 1977 [Reed. Paris, Hachette “Pluriel”, 1982, 359 p.

FRANCO, Paki Venegas. CEVERA, Julia Pérez. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: o que bem se diz... bem se entende. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014. Disponível em: http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publi_cacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem. Acesso em: 19 fev. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP. 2000.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. *In*: ARIÈS, P.; GEORGES, D. (coord.) **História da vida privada 3**: da renascença ao século das luzes. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 305-320.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. [reimpr.]. Rio de Janeiro: LCT, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011.

GOMES, Allyne Evellyn Freitas; CASTANHA, Alessandra. Família(s) e homoparentalidade: representações sociais dos estudantes de direito e psicologia. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2., Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA, 2015. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 21, p. 261-280, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332003000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 fev. 2021.

GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos. “**Uma lésbica é uma mulher?**”: vozes e silêncios. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

GUIZZO, B. S.; FELIPE, J. Avanços e retrocessos em políticas públicas contemporâneas relacionadas a gênero e sexualidade: entrelaces com a educação. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, ANPEd, 37., 2015. Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: ANPEd, 2015. p. 1-17. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt23-3858.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IMAZ, Elixabete. Las madres bricoleurs. Estrategias, prácticas y modelos maternos contemporáneos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 485-497, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2016000200485&script=sci_abstract&lng=es. Acesso em: 19 fev. 2021.

IMAZ, Elixabete. Pensando sobre maternidades lesbianas: relato de la evolución de un objeto de estudio. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 294-308, abr.-jun. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18154/13402>. Acesso em: 19 fev. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia no armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 21 fev. 2021.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 263-280, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2021.

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: Histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 3, p. 117–141, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1725>. Acesso em: 18 fev. 2021.

LAHNI, Cláudia Regina; DORNELLAS, Rafaela Cristiano; AUAD, Daniela. Lésbicas, bissexuais, transexuais e negras na prisão: direito à comunicação e feminismo interseccional, em uma análise de Orange is the new black. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. 2017., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499472274_ARQUIVO_FazendoGenero-textocompleto-Lahni,Dornellas,Auad.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. (1978-1981). Acervo digitalizado. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

LARROSA, Jorge. **Esperando não se sabe o quê**: sobre o ofício de professor. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. (Coleção Educação: Experiência e Sentido).

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28., jan.-abr., 2002, Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006). 2007. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

LESSA, Patrícia. O feminismo-lesbiano em Monique Wittig. **Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades**, n. 7, 20 dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2154>. Acesso em: 22 fev. 2021.

LEWIN, Ellen. **Lesbian mothers**: accounts of gender in american culture. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

LIRA, Aline Nogueira de; MORAIS, Normanda Araújo de; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. Concepções e modos de viver em família: a perspectiva de mulheres lésbicas que têm filhos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, DF, v. 32, n. 4, p. 1-10, 2016a.

LIRA, Aline Nogueira de; MORAIS, Normanda Araújo de; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. (In)visibilidade da vivência homoparental feminina: entre preconceitos e superações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 36, n. 1, p. 20-33, jan./mar. 2016b.

LIRA, Ramayana. Meta(na)morfoses lésbicas em Cassandra Rios. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 129-141, jan./abr. 2013.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACHADO, Tânia Cristina. Duas mulheres (não) é igual a um homem e uma mulher: representações de médicos e juízes acerca da maternidade lésbica medicamente assistida. **Anál. Social**, Lisboa, Portugal, v. 213, n. 49, p. 794-819, 2014.

MACIEL, Patricia Daniela. **Lésbicas e professoras**: modos de viver o gênero na docência. 2014. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

MÃE. Intérprete: Chico Chico. Compositor: Chico Chico. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AzITu9lXe-o&ab_channel=M%C3%BAAsicanaVaranda. Acesso em: 22 fev. 2021.

MALANDRAGEM. Intérprete: Cássia Eller. Compositores: Roberto Frejat e Agenor De Miranda Araujo Neto. 1994. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TIGZai-wge4&ab_channel=CassiaEllerVEVO. Acesso em: 22 fev. 2021.

MARRA. Capa da revista. **Revista Cult**, São Paulo, n. 235, p. 28-31, jun. 2018.

MARTIN, Del; LYON, Phyllis. **Lesbian/woman**: twentieth anniversary edition. Estados Unidos: Volcano Press, 1991.

MARTINS, Maria Eugênia; FONTENELLE, Paulo Henrique. Ex mulher de Cássia Eller e diretor falam sobre o documentário “Cássia”. **Trip TV**, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kt2AN-UnqJA&ab_channel=TripTV. Acesso em: 19 fev. 2021.

MATTIO, Eduardo. Cómo ser lesbiana(s) el legado de Monique Wittig en disputa. **Estud. Cent. Estud. Av.**, Córdoba, n. 34, p. 227-243, Jul./Dic. 2015.

MELO, Mariana Soares Pires. Algumas vivências lésbicas: entre silêncios, segredos e possíveis subversões. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2., Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA, 2015. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MELO, Mariana Soares Pires. Ser LGBT e pesquisar LGBT's: questões teórico-metodológicas para uma pesquisadora lésbica. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. 2017., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498570431_ARQUIVO_textocompletoMarianaMelofazendogenero2017FLN.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

MEZZARI, Danielly Christina de Souza; SOUZA, Leonardo Lemos de. Amores e lesbianidades. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. 2017., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499433328_ARQUIVO_TrabalhoFazendo.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOCHI, Luciene Celina Cristina. **Afinal, do que é feita uma família?: famílias homoafetivas femininas: da (in)visibilidade às percepções hétero/naturalizadas de profissionais da educação básica**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

MOITA, Júlia; VILELA, Fabrício Marçal. Quem nos escuta?: existência lésbica e “lugar de fala” na teoria feminista. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. 2017., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499464728_ARQUIVO_Quemnosescuta.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

NOVO, Arthur Leonardo Costa. “Mães pela diversidade”: as políticas da parentalidade em um grupo ativista de mães e pais de pessoas LGBT. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. 2017., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499466896_ARQUIVO_O_artigoFGMM11_final.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

O SOM da Pessoa. Intérprete: Gilberto Gil. Compositor: Gilberto Gil. 2006.

Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?time_continue=4&v=LYq9crXB_ZM&ab_channel=GilbertoGil. Acesso em: 22 fev. 2021.

PIMENTEL, Silvia. Morrendo um cônjuge homossexual, é certo dar a guarda do filho dele ao outro cônjuge?: sim: uma questão de justiça. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 jan. 2002. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1201200209.htm>. Acesso em: 19 fev. 2021.

PONTES, Mônica Fortuna. **Filhas e filhos de mães lésbicas**: caminhos e margens no Brasil e na França. 2019. 271 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2019.

PONTES, Mônica Fortuna. Maternidades homossexuais: reflexões sobre vínculos não-biológicos e não-legais com os filhos. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010. Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1-10. Disponível em:

http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278285645_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOVERSASOFINAL.pdf/. Acesso em: 19 fev. 2021.

REVISTA AzMinas. **Maternidade lésbica**: os métodos, as escolhas, os custos e a burocracia: os caminhos para ser mãe sendo uma mulher lésbica. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/maternidade-lesbica/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

RIBEIRO JR., W. A. **Amazona ferida**. Portal Graecia Antiqua, São Carlos.

Disponível em: <https://greciantiga.org/img.asp?num=0565>. Acesso em: 21 fev. 2021.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*. Tradução de Carlos Guilherme do Valle.

Rev. Bagoas, Florianópolis, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 19 fev. 2021.

RICH, Adrienne. **Of woman born**: motherhood as experience and institution. 3. ed. London: Virago, 1981.

RICH, Adrienne. Quando da morte acordamos: a escrita como re-visão. *In*:

BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli (org.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 64-84.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO, Nadir (org.). **Família e escola: novas perspectivas de análise**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 [Coleção Ciências Sociais da Educação].

ROSITO, Eliana Sandra. **Casal homoafetivo e a conjugalidade: um estudo sobre pesquisas realizadas**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu, 2017.

SALDAÑA, Margarita Iglesias; KIMELMAN, Mónica; IGLESIAS, Cigala Peirano. Aproximaciones a las nuevas posibilidades de maternidades y parentalidades. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 11.; *WOMEN'S WORLDS CONGRESS*, 13. 2017., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499453337_ARQUIVO_ponenciaflorianofinal.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

SANTOS, Carine Valéria Mendes dos; GOMES, Isabel Cristina. The L. Word: discussões em torno da parentalidade lésbica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 36, n. 1, p. 101-115, jan./mar. 2016.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, mar. 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644543>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SCIELO. Scientific Electronic Library Online. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

SCORCE, Carol. O Brasil vai continuar a tratar o aborto como um crime? A descriminalização da interrupção da gravidez será tema de audiência pública do STF nos próximos dias e reacende o debate na sociedade. **Carta Capital**, São Paulo, 31 jul. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-brasil-vai-continuar-a-tratar-o-aborto-como-um-crime>. Acesso: 14 ago. 2018.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2., Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA, 2015. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO: Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo, 1., 2013. Natal. **Anais eletrônicos [...]**. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013. Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. 2017., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SILVA, Ariana Mara da. **Griôs sapatonas brasileiras e lampião da esquina: O contraste das questões de gênero, raça e sexualidade na fonte oral e na fonte escrita**. 2015. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2015. Disponível em: <http://dspace.unila.edu.br/123456789/506>. Acesso em: 1 ago. 2018.

SILVA, Ariana Mara da; ROSA, Laila. Reflexões feministas e o *rap* das lésbicas negras latino-americanas. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. 2017., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499374971_ARQUIV_O_artigofazendogeneroArianaMaradaSilva.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

SILVA, Daniele Andrade da. **Enfim mães!:** da experiência da reprodução assistida à experiência da maternidade lésbica. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. O envelhecimento e a resignificação da maternidade e da maternagem. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. 2017., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1494198071_ARQUIVO_Resignificacoesdamaternidade.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

SILVA, Tanieli de Moraes Guimarães. **Você tem que ficar manobrando as coisas: lesbianidades, violências cotidianas e possibilidades de resistência**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SILVA, Zuleide Paiva da. **“Sapatão não é bagunça”**: estudo das organizações lésbicas da Bahia. 2016. 383 f. Tese (Doutorado em Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SILVA, Zuleide Paiva da. Grupo palavra de mulher lésbica: “uma escola para projetar lésbicas”. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. 2017., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499098198_ARQUIVO_FAZENDOGENERO.GPMLTextocompleto.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

SILVA, Zuleide Paiva da. LBL-BA: rede sem cabeça, pulsante, comunicante, toda pensante? *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013. Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373208562_ARQUIVO_LBL.BAREDESEMCABECA,PULSANTE,COMUNICANTE,TODAPENSA_NTE.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

SILVEIRA, Maria Leão de Aquino. Mulheres e noções sobre bissexualidade. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. 2017., Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499472915_ARQUIVO_SILVEIRA,Maria.Mulheresenocoessobrebissexualidade.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

SOARES, Gilberta Santos. **Sapatos tem sexo?**: metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil. 2016. 280 f. Tese (Doutorado em Interdisciplinar) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SOUZA, Camila Vitule Brito de. **Casais de mesmo sexo, parentalidade e novas tecnologias reprodutivas**. 2014. 214 f. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUZA, Érica Renata de. Meanings and practices of lesbian mothering: a singular case in the Brazilian media. **Omertaa – Journal for Applied Anthropology**, Kessel-Lo, v. 2, p. 56-64, 2007. Disponível em: <http://www.omertaa.org/archive/omertaa0009.pdf>. Acesso: 20 fev. 2021.

SOUZA, Solange Jobim e. Mikail Bakhtin e Walter Benjamim: polifonia, alegoria e o conceito de verdade no discurso da ciência contemporânea. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 331-348.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. Parentalidade e gênero em famílias homoparentais francesas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p. 67-93, jan./jun. 2013.

TREVISAN, João Silvério. Amparo e solidariedade. As novas frentes de luta e resistência da comunidade LGBT. **Revista Cult**, São Paulo, n. 235, p. 40-43, jun. 2018.

UZIEL, Anna Paula. **Família e homossexualidade**: velhas questões, novos problemas. 2002. 264 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

UZIEL, Anna Paula. Homossexualidades e formação familiar no Brasil contemporâneo. **Rev. latinoam. estud. fam.**, Manizales, Colombia, v. 1, p. 104-115, enero-diciembre, 2009. Disponível em: http://vip.ucaldas.edu.co/revlatinofamilia/downloads/Rlef1_6.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz; GROSSI, Miriam. Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 481-547, maio/ago. 2006.

VARIKAS, Eleni. Universalismo e particularismo. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 266-270.

VINUTO, Juliana. A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 20 fev. 2021.

VITULE, Camila; COUTO, Márcia Thereza; MACHIN, Rosana. A ROPA em questão: opção pelos laços biológicos e legalização do vínculo filial entre casais de lésbicas. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 10., 2013. Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1371849536_ARQUIVO_AROPAemquestao_opcao pelos lacos biologicos e legalizacao do vinculo filial entre casais de lesbicas.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

WESTON, Kath. **Families we choose**: lesbians, gays, kinship. New York: Columbia University Press, 1991.

WITTIG, Monique. Questions féministes. **Journal La Pensée Straight**, n. 7, p. 45-53, Fev. 1980. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40619186>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ZAMBRANO, Elizabeth *et al.* **O direito à homoparentalidade**: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre: Instituto de Acesso à Justiça, 2006.

ZAMBRANO, Elizabeth. **“Nós também somos família”**: estudos sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ZANARDO, Larissa Bergamo. **Laços de afeto**: as homoparentalidades pela via da adoção. 2014. 217 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

ZAULI, Amanda. **Famílias homoafetivas femininas no Brasil e no Canadá**: um estudo transcultural sobre novas vivências nas relações de gênero e nos laços de parentesco. 2011. 457 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntária da pesquisa **“Maternidade Lésbica Feminista: Narrativas de mães lésbicas e/ou bissexuais sobre a educação escolar de suas/seus filhas/os”**. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa consiste em compreender de que maneira as maternidades lésbicas podem auxiliar no exercício de uma educação que, de fato, seja pautada na democracia. Desta forma, a presente pesquisa busca contribuir para que existam práticas democráticas que promovam atendimento livre de discriminações no contexto escolar para as crianças que são filhas/os de mães lésbicas e/ou bissexuais, assim como para todas as demais crianças que possuem configurações familiares plurais diferentes da família denominada “padrão”. Nesta pesquisa pretendemos conhecer as narrativas das mães lésbicas e/ou bissexuais sobre a educação escolar de suas/seus filhas/os.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: entrevista com um roteiro semiestruturado que auxiliará na condução da pesquisa, gravação em áudio (sua identificação será preservada) e anotações que se fizerem necessárias. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: durante a entrevista pode ser que você se sinta constrangida ao expor suas vivências por conta da possível discriminação e de preconceitos que por ventura tenha sofrido, o que podem gerar desconfortos emocionais. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, você terá liberdade para responder somente o que se sinta à vontade, podendo interromper a entrevista caso não se sinta bem. Seus dados pessoais e sua identificação serão cuidadosamente preservados, afim de lhe proteger e também lhe garantir maior segurança. A pesquisa pode contribuir para o fortalecimento de políticas públicas de igualdade que figure a construção de uma escola que minimize os marcadores das desigualdades sociais em perspectiva democrática.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). A pesquisadora não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. As pesquisadoras tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20 .

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

Nome do Pesquisador Responsável: Luciene Celina Cristina Mochi
Campus Universitário da UFJF
Faculdade de Educação (FACED)/ Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE)
CEP: 36036-900
Fone: 44- 998769930 – E-mail: lucienemochi@gmail.com

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – UFJF
Campus Universitário da UFJF
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
CEP: 36036-900
Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Título da pesquisa: **Maternidade Lésbica Feminista**: narrativas de mães lésbicas e bissexuais sobre a educação escolar de suas/seus filhas/os

Pesquisadora responsável: Luciene Celina Cristina Mochi

Orientadora Dra. Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello

Co-orientadora Dra. Ana Rosa Costa Picanço Moreira

Data da entrevista: _____

Local: _____

Duração: _____

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade:

Data de nascimento:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

1. Possui religião. Se sim, qual?

2. Orientação Sexual: (indica o gênero pelo qual a pessoa desenvolve atração sexual e laços afetivo/romântico)

- 1. Lésbica
- 2. Bissexual
- 3. Gay
- 4. Heterossexual
- 5. Outras _____

3. Identidade de Gênero: (indica o gênero com que você se identifica. Se se percebe como homem, como mulher, como ambos ou mesmo com nenhum dos dois gêneros).

- 1. Mulher Cisgênero – Mulher que se identifica com o mesmo gênero que lhe foi dado no nascimento.
- 2. Homem Cisgênero – Homem que se identifica com o mesmo gênero que lhe foi dado no nascimento.
- 3. Travesti – Identifica-se com um gênero diferente daquele que lhe foi dado no nascimento.
- 4. Mulher transexual – Identifica-se com um gênero diferente daquele que lhe foi dado no nascimento.
- 5. Homem trans – Identifica-se com um gênero diferente daquele que lhe foi dado no nascimento.
- 6. Pessoa não binária – São todos os gêneros que não são se percebem predominantemente feminino e nem predominantemente masculino. Inclui formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade e fluidez de gênero.
- 7. Outras _____

4. Escolaridade:

- 1. Ensino Fundamental
- 2. Ensino Médio
- 3. Superior
- 4. Especialização
- 5. Mestrado
- 6. Doutorado

5. Cor:

- 1. Branca
- 2. Preta
- 3. Parda
- 4. Amarela
- 5. Indígena
- 99. NR

6. Estado civil: Tempo de união conjugal: _____

- 1. Solteira
- 2. Casada
- 3. Divorciada
- 4. Viúva
- 5. União estável
- 99. NR

7. Exerce atividade profissional remunerada? Qual?

8. Renda mensal.

- 2 a 3 salários mínimos
- 3 a 5 salários mínimos
- mais de 5 salários mínimos

9. Número de filhas/os?

10. Você participa de algum Movimento Social? Qual?

11. Pessoas que residem no mesmo domicílio.

Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão

2. ASPECTOS DA CONCEPÇÃO DA MATERNIDADE

1. Modo de concepção

- a) Relação ou relacionamento anterior ()
- b) Reprodução assistida ROPA (recepção de óvulo da parceira ()
- c) Inseminação artesanal com doador conhecido ou anônimo ()
- d) Inseminação em clínica com doador conhecido ou anônimo ()
- e) Fertilização in vitro – FIV ()
- f) Adoção ()
- g) Outra ()

2 Reconhecimento da maternidade (**assinale mais de uma alternativa se for necessário**)

Mãe biológica () sim () não

Mãe com reconhecimento afetivo da(s) criança(s) filha(s) do casal: () sim () não

Mãe com reconhecimento da família ampliada e/ou comunidade: () sim () não

Mãe com reconhecimento legal () sim () não

Com ambas as mães na certidão de nascimento da(s) criança(s) () sim () não

2. DIMENSÃO PARENTAL DA MATERNIDADE LÉSBICA E/OU BISSEXUAL

1. Tornar-se mãe.
2. Aspectos cotidianos que correspondem a “ser mãe”.
3. Tornar-se mãe lésbica e/ou bissexual.
4. Diferenças em ser mãe lésbica/bissexual e mãe heterossexual. Comente sobre.
5. Diferença entre ser mãe na certidão de nascimento da(s) criança(s) e ser mãe que não consta na certidão.
6. Sobre cuidados e responsabilidades com a(s) criança(s) na unidade domiciliar.
7. Importância em assumir-se lésbica e mãe em conjugalidade com outra mulher. Comente sobre.
8. Ser mãe e ao mesmo tempo ser lésbica e/ou bissexual rompe com o modelo de família padrão. Comente.

3. DIMENSÃO ESCOLAR

1. Efeitos que podem causar, a presença de mães lésbicas e/ou bissexuais para a escola em que sua/seu(s) filha/o(s) frequentam.
2. Comente sobre as datas comemorativas na escola da/o(s) sua/seu(s) filhas/os(s) como o “dia das mães e o dia dos pais”.
3. Aponte as dificuldades e as facilidades que você encontra para lidar com a escola.
4. Aponte as vantagens e desvantagens de ter a composição familiar de vocês, no interior da escola.
5. Fale sobre a importância da educação escolar para sua/seu(s) filhas/os(s).
6. Relate se sua/seu(s) filhas/os(s) já passou (ou passaram) alguma situação de orgulho, felicidade e reconhecimento positivo por causa da sua orientação sexual.
7. Relate se sua/seu(s) filhas/os(s) já passou (ou passaram) alguma situação de violência, constrangimento ou discriminação por causa da sua orientação sexual.
8. A escola está preparada para receber famílias compostas por casais com duas mulheres? Comente.
9. Frequência com que você e/ou sua companheira frequentam a escola.
10. Em que implica, a presença/existência de mães lésbicas para o ambiente escolar. Relate o que sentem quando estão no ambiente escolar (levar e buscar a(s) criança(s), reuniões, atividades festivas, matrícula).
11. Convido você a narra narrar algo que considera importante e que não foi contemplado pela entrevista.

ANEXO

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: MATERNIDADE LÉSBICA FEMINISTA: NARRATIVAS DE MÃES LÉSBICAS E BISSEXUAIS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR DE SUAS/EUS FILHAS/OS

Pesquisador: LUCIENE CELINA CRISTINA MOCHI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 02734618.0.0000.5147

Instituição Proponente: Faculdade de Educação da UFJF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.007.728

Apresentação do Projeto:

Apresentação do projeto está clara, detalhada de forma objetiva, descreve as bases científicas que justificam o estudo, estando de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, item III.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto tem como objetivo geral conhecer as narrativas das mães lésbicas e/ou bissexuais sobre a educação escolar de suas/eus filhas/os. Os Objetivos da pesquisa estão claros bem delineados, apresenta clareza e compatibilidade com a proposta, tendo adequação da metodologia aos objetivos pretendido, de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013, item 3.4.1 - 4.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e benefícios descritos em conformidade com a natureza e propósitos da pesquisa. O risco que o projeto apresenta é caracterizado como risco mínimo e benefícios esperados estão adequadamente descritos. A avaliação dos Riscos e Benefícios está de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, itens III; III.2 e V.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **Fax:** (32)1102-3788 **E-mail:** cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 3.007.728

éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, ressarcimento com as despesas, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a,b,d,e,f,g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CPEs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, a emenda ao projeto está aprovada, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: março de 2021.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO a emenda ao protocolo de pesquisa proposto, a qual solicita inclusão de Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello e Ana Rosa Costa Picanço Moreira na equipe da pesquisa em

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 3.007.728

função da troca de orientador. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1225440_E1.pdf	24/09/2018 09:24:27		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_LUCIENE_MOCHI_NOVO.pdf	24/09/2018 09:18:21	LUCIENE CELINA CRISTINA MOCHI	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_SEMIESTRUTURADA.pdf	01/07/2018 12:18:25	LUCIENE CELINA CRISTINA MOCHI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MOCHI.pdf	01/07/2018 12:11:52	LUCIENE CELINA CRISTINA MOCHI	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_ASS_DIRETOR.pdf	05/06/2018 10:50:03	LUCIENE CELINA CRISTINA MOCHI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 08 de Novembro de 2018

**Assinado por:
Jubel Barreto
(Coordenador(a))**

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br